

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

STELLA DEL PILAR VENEGAS CALLE

**A VISÃO DE DESENVOLVIMENTO NA OBRA DO ECONOMISTA COLOMBIANO
ANTONIO GARCÍA NOSSA**

Porto Alegre

2013

STELLA DEL PILAR VENEGAS CALLE

**A VISÃO DE DESENVOLVIMENTO NA OBRA DO ECONOMISTA COLOMBIANO
ANTONIO GARCÍA NOSSA**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Economia, ênfase em Economia do Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca.

Porto Alegre

2013

CIP - Catalogação na Publicação

Venegas Calle, Stella del Pilar

A visão de desenvolvimento na obra do economista colombiano Antonio García Nossa / Stella del Pilar Venegas Calle. -- 2013.
202 f.

Orientador: Pedro Cezar Dutra Fonseca.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, BR-RS, 2013.

1. Economia do Desenvolvimento. 2. Dependência.
3. Colômbia. 4. Antonio García Nossa: 1912-1982. I.
Fonseca, Pedro Cezar Dutra, orient. II. Título.

STELLA DEL PILAR VENEGAS CALLE

**A VISÃO DE DESENVOLVIMENTO NA OBRA DO ECONOMISTA COLOMBIANO
ANTONIO GARCÍA NOSSA**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Economia, ênfase em Economia do Desenvolvimento.

Aprovada em: Porto Alegre, 18 de Julho de 2013.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca – Orientador
UFRGS

Prof. Dra. Maria Angélica Borges
PUC-SP

Prof. Joao Ildebrando Bocchi
PUC-SP

Prof. Luiz Augusto Estrella Faria
UFRGS

Dedico esta tese a minhas duas ilusões: meu esposo Andrés e nosso bebê que está por nascer, pois eles são o meu amor e o motivo para seguir adiante.

AGRADECIMENTOS

A realização deste doutorado não houvesse sido possível sem os vários apoios que tive ao longo dos anos de estudo.

Nesse sentido, agradeço a oportunidade ao governo brasileiro especialmente à Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior – CAPES –, pela ajuda recebida a traves da bolsa de estudos. Também a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela organização e as políticas com o estudante estrangeiro, que criaram um ambiente acolhedor e fizeram que o meu bem estar sempre estivesse garantido.

Quero ressaltar a colaboração do pessoal da secretaria de Programa de Pós-graduação em Economia da UFRGS – PPGE – especialmente a Iara, Raquel e Lourdes e de forma muito especial, expresse meus mais sinceros agradecimentos ao meu orientador Pedro Cezar Dutra Fonseca, por todo seu apoio acadêmico, sua dedicação, sua sapiência e sua qualidade humana, pois constituiu o meu pilar e a guia durante todo o processo do curso.

A Deus, a minha mãe e a todos,

Muito obrigada.

RESUMO

Antonio García Nossa é um dos referentes e interpretes mais importantes no tema do desenvolvimento econômico na Colômbia. Seus aportes no econômico, o metodológico, o político e o social fazem que seja fascinante o estudo da sua obra no somente no entendimento do problema do atraso no país, mas também no estudo do caso de América Latina. A presente tese, amostra os aportes à teoria do desenvolvimento do economista colombiano a partir da abordagem de: suas influencias, sua metodologia, seu diagnóstico do atraso e do subdesenvolvimento, o contexto histórico colombiano em que o autor faz sua interpretação, e finalmente as propostas elaboradas por ele. O documento constitui uma tentativa de resgatar a vigência de uns dos mais importantes autores da economia do desenvolvimento da Colômbia, e seu objetivo é contribuir a construção do marco analítico para repensar os problemas do atraso, suas causas e a forma em que os países da região podem mudar o seu destino econômico.

Palavras-chave: Colômbia. Desenvolvimento. Dependência.

RESUMEN

Antonio García Nossa es uno de los referentes e intérpretes más importantes en el tema del desarrollo económico en Colombia. Sus aportes en lo económico, lo metodológico, lo político y lo social, hacen que sea fascinante el estudio de su obra no solo en el entendimiento del problema del atraso en el país, sino también en el estudio del caso de América Latina. La presente tesis, muestra los aportes a la teoría del desarrollo del economista colombiano, a partir del abordaje de: sus influencias, su metodología, su diagnóstico del atraso y del subdesarrollo, del contexto histórico colombiano en que el autor hace su interpretación, y finalmente de las propuestas elaboradas por él. El documento constituye un intento por rescatar la vigencia de uno de los más importantes autores de la economía del desarrollo en Colombia y su objetivo es contribuir a la construcción del marco analítico para repensar los problemas del atraso, sus causas y la forma en que los países de la región pueden cambiar su destino económico.

Palabras-clave: Colombia. Desarrollo. Dependencia.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	INFLUÊNCIAS NO METODOLÓGICO, TEÓRICO E POLÍTICO	12
2.1	A INFLUÊNCIA DA DIALÉTICA	12
2.2	GARCÍA: REALMENTE MARXISTA?	19
2.3	COMUNISMO, SOCIALISMO E LIBERALISMO EM GARCÍA.....	21
2.4	A TEORIA DA DEPENDÊNCIA.....	26
2.4.1	Evolução histórica da teoria da dependência	27
2.4.2	Antonio García e a CEPAL.....	32
2.4.3	García, André Gunder Frank e Teothonio Dos Santos.....	38
2.4.4	Outras influências sobre a obra e interpretação do desenvolvimento de Antonio García	40
2.4.4.1	<i>A influência da Escola Histórico-Alemã</i>	40
2.4.4.2	<i>A Influência do Nacionalismo, a necessidade da revolução: seus autores.....</i>	41
2.4.4.3	<i>García e Mydral.....</i>	42
3	O CONTEXTO ECONÔMICO, POLÍTICO E SOCIAL NO QUAL SE DESENVOLVE A OBRA DE GARCÍA.....	44
3.1	O SÉCULO XIX NA COLÔMBIA	44
3.1.1	Primeira República Liberal: o Olimpo Radical (1863-1877).....	45
3.1.2	A Regeneração (1886-1904).....	45
3.2	O SÉCULO XX NA COLÔMBIA.....	49
3.2.1	A Hegemonia Conservadora (1910-1930).....	50
3.2.2	A Segunda República Liberal (1930-1946).....	53
3.2.3	A Violência Política (1946-1953)	65
3.2.4	A Ditadura Militar (1954-1957)	72
3.2.5	A Frente Nacional (1958-1974)	76
3.2.6	O fim da Frente Nacional e os anos posteriores: de 1974 a 1982.....	83
4	O MÉTODO DE ANTONIO GARCÍA	89
4.1	O OBJETIVO E AS PROPOSTAS DO MÉTODO.....	92
4.2	TEORIA E MÉTODO. OBJETO DE ESTUDO E INVESTIGADOR.....	93

4.2.1	Das bases sociais e do trabalho de campo.....	93
4.2.2	Objeto de estudo de um investigador autêntico e crítico	95
4.2.3	Reconhecimento da ideologia.....	97
4.2.4	Romper com os paradigmas.....	98
4.2.5	O método de difusão do pensamento de Antonio García.....	99
4.3	O CONCEITO DE SISTEMA	100
4.3.1	Concepção formal e orgânica das ciências sociais.....	100
4.3.2	O conceito de sistema e suas características	104
4.3.3	A universalidade e a relatividade das leis.....	107
4.4	A IMPORTÂNCIA DA CONCEITUAÇÃO PRÓPRIA: UM NOVO LÉXICO E INSTRUMENTOS PARA O ESTUDO DO ATRASO	108
4.5	PERSPECTIVA	110
4.5.1	O todo e as partes	110
4.5.2	O contexto.....	111
4.6	A SUBVERSÃO DO MÉTODO, A RACIONALIDADE E O PRAGMATISMO	112
4.6.1	A subversão do método nas ciências econômicas	112
4.6.2	A racionalidade científica.....	113
4.6.3	Um método pragmático.....	114
5	O DIAGNÓSTICO SOBRE O ATRASO NA AMÉRICA LATINA.....	116
5.1	DEPENDÊNCIA.....	118
5.1.1	A dependência da República Senhorial.....	119
5.1.2	A Era de Ouro do capitalismo colombiano: uma tentativa de cortar os laços de dependência	121
5.1.3	O capitalismo dependente	122
5.1.3.1	<i>Primeira fase do capitalismo dependente ou dependência clássica.....</i>	<i>122</i>
5.1.3.2	<i>Segunda fase do capitalismo dependente</i>	<i>124</i>
5.1.4	As duas oportunidades históricas que fracassaram em tentar romper com o capitalismo dependente: a estratégia da industrialização	126
5.1.4.1	<i>Primeira oportunidade: a crise de 1929</i>	<i>127</i>
5.1.4.2	<i>Segunda oportunidade: o segundo período pós-guerra e a configuração de uma nova dependência.....</i>	<i>128</i>
5.2	A INDUSTRIALIZAÇÃO DEPENDENTE: UMA AMPLIAÇÃO.....	130

5.3	OS CONCEITOS DE IMPERIALISMO, SUBCAPITALISMO, ATRASO, SUBDESENVOLVIMENTO, CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO NO MARCO DO CAPITALISMO DEPENDENTE	136
5.3.1	Imperialismo.....	137
5.3.2	Subcapitalismo.....	141
5.3.3	Atraso, subdesenvolvimento e crescimento	143
5.3.4	Desenvolvimento.....	151
5.4	A IDEOLOGIA DA DEPENDÊNCIA.....	154
5.5	EMPRESA E ESTRUTURA AGRÁRIA DEPENDENTES.....	158
5.6	O ESTADO DEPENDENTE	167
6	A PROPOSTA DE SUPERAÇÃO DO ATRASO ESTRUTURAL.....	170
6.1	A CONSTRUÇÃO DE UMA CONCEPÇÃO DIFERENTE E PRÓPRIA DO DESENVOLVIMENTO E A TEORIA ESTRUTURAL DO DESENVOLVIMENTO.....	170
6.2	O PAPEL DO ESTADO E A GESTÃO DO CAPITAL ESTRANGEIRO	180
6.3	NACIONALISMO, DEMOCRACIA, LIBERALISMO ECONÔMICO E SOCIALISMO	181
6.4	PLANIFICAÇÃO E OS PLANOS DEFENSIVOS	185
6.4.1	Política de troca multilateral e fundos regionais	188
6.4.2	Política de controle de câmbios	189
6.4.3	Estratégia defensiva: cartelização.....	190
6.4.4	Política de proteção tarifária	191
6.4.5	Política de cooperativas.....	192
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	195
	REFERÊNCIAS.....	199

1 INTRODUÇÃO

O estudo da obra do economista colombiano Antonio García Nossa (1912-1982) e sua interpretação acerca do desenvolvimento latino-americano e principalmente sobre o caso colombiano são importantes no sentido de que articulam diferentes elementos que explicam o subdesenvolvimento da região e da própria Colômbia.

Nesta perspectiva, o resgate da obra de García é interessante, ainda que seu trabalho intelectual tenha se desenvolvido ao longo de quase todo o século passado, pois muitas das características e explicações do autor sobre o atraso permanecem muito válidas e úteis na explicação do nosso subdesenvolvimento. Por outro lado, até hoje não foram muitos os pesquisadores que se dedicaram a estudar o pensamento deste autor tão representativo na Colômbia.

A obra de García é importante sob vários pontos de vista, que podem ser agrupados em três grandes categorias: suas propostas metodológicas, teóricas e políticas. Neste trabalho, dá-se ênfase principalmente às duas primeiras, sem prejuízo ao desejo do autor por alcançar um modelo que fosse socialista economicamente e liberal politicamente.

No plano metodológico, talvez um dos aspectos que mais chamam a atenção ao longo de seus escritos é a maneira interdisciplinar com que ele interpreta os fatos econômicos e a intenção de despir-se de preconceitos que possam prejudicar a objetividade dos fenômenos. Em consequência, apesar de mostrar-se simpático ou não a algumas teorias e autores, o objetivo de García é contribuir para a superação do atraso e do subdesenvolvimento, independentemente se isso implica diferentes visões teóricas, políticas ou de qualquer outra espécie.

Neste contexto, a primeira crítica do autor na parte metodológica passa por reconhecer a urgência de construir as ciências sociais próprias dos países latino-americanos, que deem conta e expliquem suas problemáticas, a fim de gerar pensadores críticos que, a partir deste pensamento, primeiro, contribuam para o diagnóstico do subdesenvolvimento, e, segundo, proponham soluções de acordo com as realidades de cada país.

No campo teórico, as propostas de García passam por várias temáticas: o desenvolvimento da agricultura, as formas de organização produtiva, a indústria, a planificação, o papel do Estado, a função do investimento estrangeiro, a composição e o papel dos camponeses, o funcionamento dos partidos políticos, as formas de emprego e políticas salariais, a função da economia, a estratégia produtiva e os padrões culturais que impedem um projeto nacional autônomo são alguns dos principais temas que o autor trabalha.

Ainda que se reconheça o esforço de Antonio García por romper com o paradigma que define as ações econômicas da Colômbia no século XX, não se trata aqui de assumir as propostas do autor como solução e interpretação correta ou única sobre os problemas do subdesenvolvimento. Trata-se, como já apontado, de resgatar elementos de análise úteis na construção permanente de diagnósticos e políticas que levem o país ao caminho do desenvolvimento. Este é entendido como um melhoramento geral da qualidade de vida da população e não simplesmente como o alcance de melhores indicadores de crescimento.

Tendo isso em conta, este trabalho está estruturado em cinco capítulos, os quais tentam mostrar as diferentes contribuições de García ao campo do desenvolvimento e da economia.

No primeiro capítulo, são apresentadas as influências que diferentes correntes de pensamento e autores exercem sobre o pensamento de García. Neste contexto, ressalta-se a influência do método dialético e do marxismo e as contribuições da teoria da dependência. Esta se torna atraente para García por representar a intenção de pensar, a partir de uma perspectiva autônoma, os problemas da América Latina.

No segundo capítulo, tendo em conta que nem todos os leitores deste trabalho são colombianos, são apresentados os fatos econômicos mais importantes da história da Colômbia no período em que se desenvolve a obra de García, com o objetivo de estabelecer um marco referencial para poder entender o contexto da análise e a crítica que realiza o autor.

O método de estudo utilizado por García é apresentado no capítulo 3. Aqui, são expostas algumas características da biografia do autor, seu desempenho na academia e a política e a maneira com que o mesmo se aproxima da interpretação do subdesenvolvimento. Este capítulo se faz necessário partindo da premissa de que método e resultados são inseparáveis. Isto significa que os resultados obtidos em uma investigação social necessariamente estão influenciados pelo método utilizado.

Uma vez conhecido o autor, o contexto de sua obra e as influências que marcam sua visão da economia, no capítulo 4 apresenta-se o pensamento de Antonio García, a partir do diagnóstico que o mesmo elabora sobre a realidade observada.

É neste capítulo que se mostra a crítica de García sobre a composição social e de poder vigente nos países atrasados da América Latina e na Colômbia, e onde o autor analisa o tipo de capitalista que neles impera, as características dos processos de industrialização incompletos, a definição de atraso, subdesenvolvimento e dependência para os países da região, o papel do Estado, e, em geral, a caracterização de um desenvolvimento dependente, que define o tipo de economia, especialmente na Colômbia de meados do século passado.

Finalmente, o quinto capítulo coleta as principais propostas do autor em diferentes aspectos da política econômico, resgatando o Estado como cabeça e motor para o desencadeamento do desenvolvimento econômico.

Espera-se que com este trabalho seja possível recuperar as abordagens e contribuições de um dos economistas mais importantes da Colômbia, cujo número de publicações tanto no país como nos demais latino-americanos fazem com que valha a pena não apenas realizar o resgate de sua obra, mas também a intenção de realizar uma aproximação a questões que podem inferidas da mesma. Este é o propósito desta tese: manter a viva a discussão e a busca de alternativas para alcançar o desenvolvimento da Colômbia e, quem sabe, fornecer alguns elementos de análise para a reflexão do desenvolvimento latino-americano.

2 INFLUÊNCIAS NO METODOLÓGICO, TEÓRICO E POLÍTICO

O presente capítulo pretende abordar algumas das influências mais representativas que marcaram a obra de Antonio García. São dois os planos em que podemos estudar o legado do pensamento social evidenciado na visão de desenvolvimento do autor. O primeiro se refere à influência do método dialético como forma escolhida por García no estudo da problemática latino-americana. O segundo faz referência às teorias e autores nos quais a obra do professor se inspira que, ainda que ninguém possa apontar um autor que represente com exclusividade a influência sobre as propostas de García, todos, de certa forma, fazem parte deste pensamento eclético que o caracteriza.

2.1 A INFLUÊNCIA DA DIALÉTICA

Sem dúvida alguma, ao longo da obra de Antonio García podemos identificar que sua principal influência no plano metodológico é a da dialética.

Como a dialética possui vários significados, escolhemos a obra de Karel Kosik para esclarecer o termo e precisar a forma com que ele é utilizado e entendido por Antonio García. Neste sentido, a interpretação de Kosik ajuda a identificar os elementos-chave que influenciam o método de estudo de García ou, em outras palavras, se resgatam de Kosik os elementos em que este e Antonio García convergem.

Além da obra de Kosik, utilizamos uma periodização que o próprio García levanta, para que suas ideias se tornem mais inteligíveis. O autor estabelece quatro momentos das interpretações dialéticas da história: 1) o do idealismo histórico de Hegel¹; 2) o do materialismo histórico em sua forma sectária e absolutista; 3) o materialismo histórico na forma ampliada de Engels, Lenin e Plejanov²; e 4) o de Bernstein – do marxismo revisionista ao novo socialismo (GARCÍA, 2006, p. 170).

A partir disso, podemos afirmar, através de uma perspectiva histórica, que García:

Tenta recuperar a tradição desenvolvida pela dialética, especialmente em suas formulações no pensamento renascentista e moderno (Bruno, Spinoza, Rousseau, Kant, Hegel, Marx etc.) que pressupõe a infinita consideração multifacetada do objeto visto em todas as suas diversas relações com outros fenômenos e processos que os determinam e condicionam (GARCÍA, 2006, Prólogo de Pablo Guadarrama González, p. 59).

¹ A limitação de Hegel é a adoção de um enfoque absolutista (GARCÍA, 1986, p. 173).

² Crítica o marxismo argumentando que os fatores sociais extraeconômicos não são passivos. (GARCÍA, 1986, p. 187).

Resgatam-se especificamente os elementos de totalidade e contradição presentes na dialética hegeliana e retomados por García, os quais marcarão e darão sentido a suas propostas no plano metodológico.

Talvez uma das razões mais atraentes deste método seja a que a dialética identifica dois graus de conhecimento da realidade e, mais, duas características da práxis humana, pois ele separa, de um lado, a representação, e de outro, o conceito das coisas (KOSIK, 1967, p. 25).

A explicação anterior é útil porque os hábitos e práticas de vida fizeram com que o homem se familiarizasse e dispusesse das coisas sem necessidade de compreendê-las e de entender a realidade, fenômeno conhecido como pseudoconcreticidade. Em outras palavras, os fenômenos diários que são repetitivos e imediatos penetram na consciência dos homens assumindo um aspecto independente, o qual forma tal mundo da pseudoconcreticidade.

Este mundo cujo elemento constitutivo é o duplo sentido, e que mostra a essência de maneira inadequada e parcializada é composto pelos fenômenos externos que compõem a superfície³ dos processos essenciais, pelo mundo da prática fetichizada à custa da práxis crítica, pelas representações comuns que são as dos fenômenos da consciência e pelos objetos que aparecem como se fossem naturais, e não como resultado das relações sociais entre os homens.

Os atos sociais, conseqüentemente, estão formados pela essência e sua manifestação (o fenômeno) intimamente vinculados, de modo que sua união forma a realidade. Captar o fenômeno é descrever como a essência se revela e também como se oculta. No entanto, a pseudoconcreticidade faz com que fenômeno e essência sejam a mesma coisa, de modo que as diferenças entre ambos desapareçam.

Esse mundo que se encontra atrás da pseudoconcreticidade não é nem real, nem irreal, mas o mundo da prática humana, e sua destruição é possível através da dialética. Conhecer dialeticamente é conceber o mundo não como algo fixo, mas em contínuo desenvolvimento, quando se trata da atividade humana. Significa, a partir de um ponto de vista dialético-materialista, superar a pseudoconcreticidade, ou seja, o caráter fetichista do fenômeno. Trata-se de descobrir sob a aparente objetividade do fenômeno sua autenticidade histórica.

Diante desta forma com a qual o homem interpreta e concebe o mundo, a dialética é a ferramenta que permite decompor o todo, para reproduzir mentalmente a estrutura da

³ “A representação da coisa que se faz passar pela própria coisa e cria a aparência ideológica não constitui um atributo natural da coisa e da realidade, mas a projeção de determinadas condições históricas *petrificadas* na consciência do sujeito” (KOSÍK, 1967, p. 32).

essência, ou seja, para compreender. A dialética ajuda no propósito de separar o fenômeno da essência, o secundário do essencial. O pensamento, por sua vez, divide a realidade, nela intervém e a valoriza. “A dialética é o método do desenvolvimento ou explicação dos fenômenos sociais partindo da atividade prática objetiva do homem histórico” (KOSIK, 1967, p. 28, 30, 52 e 74).

A dialética não nega o fenômeno: apenas não o assume como independente da própria essência. No entanto, é através dos fenômenos que se conhece a essência, através do mundo da aparência se chega ao mundo, o que significa que tentar conhecer diretamente o conceito esquecendo sua representação seria um exercício místico.

Mas existe a possibilidade de mudar a realidade? Para ele, a dialética sustenta que “o sujeito concreto produz e reproduz a realidade social, ao mesmo tempo em que é produzido e reproduzido historicamente nela” e que o homem é social unicamente através das condições (KOSIK, 1967, p. 139, 141). Pode-se, portanto, afirmar que a realidade é transformada de forma revolucionária na medida em que é criada por nós mesmos.

Neste sentido, García afirma que a dialética não é um simples instrumento teórico de análise, mas uma eficiente arma para tentar transformar a realidade⁴, e foi por essa razão que encontrou sérias resistências nos setores políticos colombianos que se consideravam agredidos por suas fortes críticas ao capitalismo, entre eles os partidos tradicionais, mas também por parte dos “comunistas criollos”⁵.

O processo dialético pode ser entendido como um exercício que a partir do concreto abstrai, e logo, a partir desta abstração⁶ volta ao mundo do concreto para interpretá-lo. Ou seja: o conhecimento é um movimento da parte ao todo e do todo à parte ou, em outras palavras, do fenômeno à essência e da essência ao fenômeno.

Este exercício se justifica porquanto a realidade é um complexo de atos, de elementos que não podem se derivar diretamente. O conjunto de todos os atos é o concreto e esta realidade concreta não pode ser conhecida⁷. Isto porque os fenômenos podem lhe conferir facetas, aspectos, atos que foram esquecidos ou não descobertos no momento de aproximar-se dela. Neste sentido, todo conhecimento refere-se a aspectos abstratos, sendo impossível compreender a estrutura concreta da realidade social (KOSIK, 1967, p. 55). O conhecimento

⁴ A ciência social crítica contribui para a criação de métodos eficazes que transformam a realidade, constituindo-se não apenas em uma ciência que compreende a estrutura e a dinâmica da realidade, mas a ciência que transforma esta realidade. (GARCÍA, 2006, p. 84).

⁵ (GARCÍA, 2006, Prólogo de Pablo Guadarrama González, p. 31 y 32).

⁶ O problema fundamental da teoria materialista do conhecimento é o da possibilidade de transformar a totalidade concreta em totalidade abstrata.

⁷ O conhecimento humano não é capaz de abarcar simultaneamente o conjunto de todos os atos.

cria diversas imagens da realidade, mas nunca alcança a realidade última, entre outras coisas por causa de sua mutabilidade. A realidade não é caótica, não é imutável, se desenvolve, se cria, mas não está acabada.

No processo de partir da realidade para logo abstrair e teorizar, voltando, finalmente, a partir daí, a interpretar a realidade, García argumenta que a academia nos países subdesenvolvidos está atrasada no que diz respeito à construção de teorias sobre desenvolvimento e atraso, que deem conta de suas particularidades, de como os nossos países se inseriram no modelo capitalista, gerando novas posturas acadêmicas que apontem para o caminho do desenvolvimento próprio, e não simplesmente como instrumentos funcionais ao desenvolvimento de outras economias.

Não obstante, o conjunto de todos os atos não é, em sentido estrito, a totalidade. Totalidade é um todo estruturado e dialético, um marco no qual pode ser compreendido qualquer ato. Por este motivo, o estudo das partes e dos processos isolados não é suficiente. O problema essencial é o das relações organizadas que resultam da interação. Isto faz com que o estudo da parte seja diferente se o examinarmos isoladamente ou dentro de um contexto. Portanto, a interpretação da realidade se realiza dentro dos limites de um modelo⁸, e por fora deste, seria falsa (KOSIK, 1967, p. 59).

A dialética concebe a totalidade como algo inacabado e não formalizado, incapaz de determinar exaustivamente suas partes. A totalidade não é mais importante que as partes, e vice-versa. A totalidade sozinha é vazia, e as partes sozinhas são formais e arbitrárias. Por isso, na intenção de abordar esta situação em que o todo e as partes se confundem em um único corpo, a dialética é um todo estruturado, o todo e as partes em uma construção contínua. Atos e generalização estão integrados. O ato, por sua parte, é premissa e resultado, e é trabalho para a ciência diferenciar o essencial do supérfluo (KOSIK, 1967, p. 68).

Esta visão da totalidade, das partes e da mudança contínua, é fundamental para García. Ele mesmo confirma isso ao argumentar que “o modo dialético aborda o conhecimento social, integrando-o em um todo. Se na sociedade estão integrados o econômico, o religioso, o cultural e o político, qual a razão para fragmentar e desarticular o seu conhecimento?” (GARCÍA, 1981a, p. 13), e também quando afirma que o modo dialético de conhecimento é “a visão da totalidade das contradições internas ou externas; a visão da natureza, da trama de

⁸ Estes modelos são determinados pela história. Um fenômeno social é um ato histórico. É um elemento de um determinado conjunto que se autodefine e, por sua vez, define o conjunto. Só o acoplamento dos atos a seu conjunto correspondente faz com que eles adquiram veracidade e concretude (KOSIK, 1967, p. 61). De maneira análoga, um conjunto que não define e caracteriza seus elementos é um conjunto vazio e abstrato.

relações ou interrelações e a visão do movimento do processo contínuo da transformação” (GARCÍA, 1981a, p. 13).

Se há algo não dialético [...] “é a atitude espiritual ou a concepção ideológica que descansa – absolutamente – na utopia de uma sociedade final, acabada e perfeita, como no caso da sociedade comunista sem classes”. Uma concepção ideológica da sociedade está sempre em trânsito, em conflito, nunca está acabada⁹, é ao mesmo tempo ponto de chegada e de partida. “Serve para determinar as contradições e desmascarar os mecanismos de conservação que sempre estão representados ou encarnados nas classes ou grupos controladores de poder” (GARCÍA, 2006, p. 99).

Daí vem o intento do autor por:

Conceber e lutar por uma forma de sociedade que supere tanto o capitalismo como o que ele conhecia por comunismo, ou seja, a experiência soviética lhe conduziu a pensar na possibilidade de uma superação dialética de ambas as formas de Estado (GUADARRAMA, 2006, p. 31).

García sustenta uma dialética que reconheça as interdependências entre os fatores sociais ou naturais. Uma dialética que estude a sociedade desprevenidamente, assim como as ciências naturais o fizeram (GARCÍA, 1986, p. 121). A este respeito, o autor afirma que alguns autores como Max Weber (em sua obra *Economia e Sociedade*) já trabalharam nesta direção (GARCÍA, 2006, p. 121).

A inseparabilidade da teoria com a ideologia é algo tão inegável que García não só assume e reconhece como deseja compreendê-la. Neste propósito, o método dialético se mostra apropriado para entender a relação que se dá entre os dois elementos, em uma via de mão dupla (GARCÍA, 1972, p. 8).

É extenso o número de exemplos nos quais García deixa claro que sua forma de análise é marxista. Uma ilustração disso é avaliação sobre o aumento populacional das cidades. Para ele, tal crescimento não obedece, como indica a teoria, um desenvolvimento e ampliação dos mercados, já que na América Latina o processo industrial baseado nas importações de máquinas e tecnologia e a baixa participação dos trabalhadores em um sistema estratificado de mercado não permitem nem que se constitua um processo industrial que dê impulso à formação e desenvolvimento dos mercados nem que haja mercados aptos a estarem em condições de estimular o processo de industrialização (GARCÍA, 1972, p. 247).

Por outro lado, a dialética também se faz presente no processo investigativo do autor, já que García identifica as permanentes contradições inerentes e os elementos antagônicos que

⁹ A dialética explica “as transformações contraditórias da vida e o processo de contínua mutação das coisas” (GARCÍA, 2006, p. 97).

existem nos processos sociais que formam a totalidade (no sentido hegeliano). Ou seja: a realidade é formada pelos opostos. Uma coisa muda de aparência, mas segue sendo a mesma coisa.

Em outras palavras, uma coisa ou uma ideia, ao não ser perfeita, abre a possibilidade que frente a ela surja outra posição que a enfrenta, e é do enfrentamento destes dois opostos que surge uma síntese mais completa, mas novamente aberta a ideias que se contraponham.

Para o autor, a concepção dialética do atraso claramente o distancia de métodos que concebam a realidade e a história de maneira linear. Também o deixa longe daquelas percepções que concebem a vida social como círculos. Isto porque, para ele, existem processos que nunca se fecham completamente.

A dialética, por esta percepção, encontra terreno fértil para sua aplicação nos países atrasados, pois é usada para dirigir o conhecimento para a descoberta e a análise das relações de dependência, causação recíproca e conflito nestes territórios. Segundo García, este modelo de dialética histórica deveria ser o utilizado no estudo do desenvolvimento e subdesenvolvimento das economias, já que o desenvolvimento, nas palavras do autor, é “tanto a negação como a superação de um estado de atraso e dependência” (GARCÍA, 1972, p. 24 e 109).

A partir desta ótica, García assume que o método de estudo do atraso deve ser abordado a partir de sua conotação dúbia. Primeiro, como uma estrutura (associada aos setores econômicos, políticos e culturais) que se origina por causa de duas dependências que a perpetuam: uma de caráter interno e outra proveniente de fora. Segundo, como um processo que desarticula as forças motoras do crescimento (GARCÍA, 1972, p. 16 e 1977b, p. 111).

Como o atraso se caracteriza por ser um processo e um estado de interdependência e recíproca causalidade entre fatores econômicos, políticos, sociais e culturais, ou seja, não somente um estado, mas a propagação de “fatores multiplicadores do atraso”, sua superação deve prover de soluções e visões multidisciplinares (não setorializadas) que integrem os diferentes aspectos e estruturas que configuram esta situação (GARCÍA, 1972, p. 113).

Quanto ao papel do Estado latino-americano, sob este enfoque, seu caráter débil não é casuístico, mas a consequência da estrutura de relações de dependência dos países dominados (GARCÍA, 1977b, p. 111).

Outro aspecto fundamental que influencia Antonio García é o marxismo. No entanto, a crítica que o autor faz a Marx é direta. Aqui, trataremos da crítica em seu aspecto metodológico. Neste propósito, citamos o argumento principal de um dos livros do autor.

A tese central da publicação de García “O realismo dialético na história” é apresentada por Carlos Rugeles Castillo e Fernando Santacruz Caicedo, na introdução da obra, da seguinte forma:

A ortodoxia marxista supôs, erroneamente, ter conseguido alcançar a forma acabada da filosofia dialética (materialismo histórico), ao extremar a importância determinante da estrutura da produção e as relações que ela engendra sobre o acontecer social, menosprezando a função superestrutural da política, ética, filosofia, direito, cultura, moral ou religião, isto é, ignorando o caráter dinâmico das leis de interdependência que operam na natureza, na sociedade e no pensamento, seu mútuo condicionamento e recíproca interação. Daí a ‘verdade absoluta’ ou o ‘dogma de fé’ constituírem a infiltração na metodologia marxista de categorias de pretensa aplicação universal (GARCÍA, 2006, p. 85).

Aqui, a crítica que García faz ao marxismo consiste no fato de que a ideologia vê a história a partir de apenas um enfoque, com predomínio da estrutura econômica, em última instância, sobre os demais fatores da estrutura social. A crítica é sobre a deformação escolástica do marxismo que deu à dialética o caráter de um sistema de pensamento dogmático¹⁰ (RUGELES; SANTACRUZ, 2006, p. 89).

Dito de outro modo, ele critica Marx e seu absolutismo conceitual. Absolutismo por haver exagerado quanto ao papel da estrutura econômico dentro da vida social. Ou seja: deu uma importância excessiva ao aspecto econômico sobre as outras perspectivas, como a social, a cultural e a política, entre outras, que também explicam as mudanças sociais (GARCÍA, 1986, p. 114 e 115). O materialismo histórico, neste sentido, torna-se dogmático, pois é a afirmação absoluta de que a estrutura econômica condiciona em última instância o desenvolvimento da história, sendo seu motor e seu canal, e determinando ou modelando os fatores restantes superestruturais (GARCÍA, 2006, p. 116).

Em consequência, “o materialismo dialético não é a forma final da dialética, mas a negação do idealismo dialético” (GARCÍA, 2006, p. 121). Assim, a dialética, para García, significa superar o encaixotamento idealista ou marxista. Ele propõe, portanto, uma mutação do método dialético, ao reformulá-lo e transformá-lo de um método fechado e estático a um aberto e dinâmico (GARCÍA, 2006, p. 122).

Surge, então, a proposta de García: “o realismo dialético”. Caracteriza-se por investigar a sociedade de uma perspectiva dinâmica, suprimir a economia como única causa, reconhecer as leis de interdependência, aplicar a multiplicidade de enfoques contextualizando-os a cada época histórica e não conceber o processo histórico como linear nem o homem

¹⁰ Esta crítica de García já aparecia em escritos anteriores, como os *Cadernos do Cárcere*, de Gramsci, escritos entre 1932 e 1933. No entanto, diferentemente de Gramsci, que critica, mas não rompe com o marxismo, García se afasta da ideologia a ponto de propor uma terceira via.

como um ser racional, mas reconhecendo sua contraditória complexidade constituída por elementos racionais e irracionais (GARCÍA, 2006, introdução de Carlos Rugeles Castillo e Fernando Santacruz Caicedo, p. 91).

Para García, a dialética explica “as transformações contraditórias da vida e o processo de contínua mutação das coisas” (GARCÍA, 2006, p. 97) e “o método dialético concebe a história como um processo, com leis de causalidade, [...] atribuindo à história um sentido, tirado dela mesma, e enfrentando aos que lhe atribuem um sentido metafísico (religioso) originado fora do homem” (GARCÍA, 2006, p. 144). Agora, é o mesmo homem que “[...] se limitou a investigar as formas históricas, os atos, as aparições. A dialética endereçou a investigação em direção ao conteúdo” (GARCÍA, 2006, p. 153).

2.2 GARCÍA: REALMENTE MARXISTA?

García reconhece que no século XIX a economia política estudada na América Latina foi a de Smith e dos clássicos, mas já no começo do século XX (com as imigrações de finais do século XIX) começaram a ficar conhecidas na região as propostas de Karl Marx, Engels, Antonio Labriola e Enrico Ferri (GARCÍA, 1972, p. 73).

Mais tarde, ao longo dos dez primeiros anos do século XX, estabelecem-se claramente duas linhas de pensamento sociológico na América Latina da época. De um lado, a corrente marxista, com base na Argentina, e por outro, a comteana, que se instala em países de tradição senhorial, como México, Venezuela e Peru. Desta batalha ideológica surgem teorias renovadoras e modernas, com as propostas de José Ingenieros, José Henrique Rodó, Juan B. Justo, Manuel Ugarte e Carlos Arturo Torres (GARCÍA, 1972, p. 73).

Conforme já dito, García pensa que a visão unilateral de Marx de considerar as condições materiais acima de outros fatores que formam a vida social do homem, assim como o pressuposto do racionalismo, entendido como impulso do homem para melhorar suas condições materiais¹¹ haviam feito com que o marxismo tivesse deixado de ser uma filosofia dialética¹², aplicada à história, para tornar-se uma nova escolástica.

O autor prossegue:

Para o marxismo, todo o atual problema histórico consiste não em determinar as leis da interdependência em um tempo e em um espaço dados, mas em determinar as leis de

¹¹ “O homem da história latino-americana nada tem de racional” (GARCÍA, 2006, p. 136).

¹² A filosofia dialética se distancia dos esforços por entender o mundo em categorias universais (GARCÍA, 2006, p. 107) e por partir de premissas a priori. (GARCÍA, 2006, p. 112).

dependência dos fatores superestruturais em relação à estrutura econômica. [...] O materialismo histórico é uma negação do idealismo hegeliano, mas se transforma em uma escolástica de esquerda que descobre o valor revolucionário, a profundidade e riqueza das coisas que ocorrem ao homem, e logo trata de implantá-los, distorcendo a história com juízos subjetivos feitos por motivos de consciência [...] correndo o risco de substituir os atos por esquemas mentais (GARCÍA, 2006, p. 136-139).

O risco desta postura acadêmica, segundo García, é que:

O ativismo da filosofia dialética marxista [...] provocou a própria negação do método, fazendo primar o fim político das lutas do proletariado sobre a necessidade de uma determinação objetiva das leis de transformação de uma sociedade. O ativismo anulou dialeticamente o método, ao anexá-lo à necessidade de resultados e conveniências políticas (GARCÍA, 2006, p. 144).

Além disso, García completa:

Apesar de o marxismo insistir em mostra-se um sistema acabado e total, esta pretensão absolutista não se mostra na realidade, já que não é a mesma a posição assumida frente à natureza, ao conhecimento e ao estudo dos conflitos e leis do movimento na história [...] É no jogo de interrelações, e não na fixação da prioridade filosófica, que reside o objetivo da investigação dialética (GARCÍA, 2006, p. 155).

Teoricamente, García afirma que o absolutismo idealista tirou Marx do sério.

Toda a fenomenologia (de Hegel), diz Marx, tende a demonstrar que a autoconsciência é a realidade única e universal. Para Hegel, a evolução do mundo era o processo de autoconhecimento da ideia absoluta [...] frente a esta parede ideológica, Marx responde que o ideal não é mais que o material transposto e traduzido na cabeça do homem [...] o materialismo filosófico transposto à história, não é senão uma nova forma (rica por ser nova e insurrecional) do idealismo histórico (tudo o que de uma forma ou outra aceita, implícita ou explicitamente, a tese de que a história se desenvolve e deve desenvolver-se de acordo com os esquemas históricos que construímos em nossa cabeça). A observação dialética demonstra que o “materialismo histórico” é só um idealismo beligerante disfarçado de materialismo (GARCÍA, 2006, p. 157-159).

Apesar das críticas que García faz a Marx, deve-se reconhecer que os dois autores coincidem ao não admitir que o sistema econômico seja regulado pelo mercado, mas que seu funcionamento se encontre permeado pelas instituições e pelo Estado, sem significar que este tenha o poder absoluto sobre a sociedade. Ademais, o Estado deve estar controlado pelas maiorias. Neste sentido, a proposta marxista e a de García reconhecem que o Estado e o poder constituem dois motores para transformar a sociedade.

Não obstante o inegável reconhecimento que García presta a Marx, e sua semelhança de pensamento quanto ao método dialético que utiliza a contradição como via para o esclarecimento dos atos, pode-se dizer que García é mais próximo em sua postura acadêmica da escola histórica alemã, em especial a List, mais que a Marx. Esta afirmação é nova frente à

literatura que se escreveu sobre Antonio García, que reconhece o autor como um pensador de forte orientação marxista.

Quanto a isso, se observa que tanto a escola histórica alemã como García veem economia e história entrelaçadas. Ao contrário do método inglês dedutivo e abstrato que busca a generalização, a união de economia e história implica reconhecer e incorporar à análise as particularidades de cada nação (FONSECA, 2000, p. 3).

Uma das semelhanças entre List e García, ao contrário de Marx, que critica o capitalismo e o liberalismo, se encontra na aceitação das instituições capitalistas, ainda que não concordem com a supremacia do mercado tal como concebe o modelo *mainstream*. Esta postura seria mais tarde retomada pela CEPAL, quando Prebisch elabora a hipótese da deterioração dos termos de intercâmbio (Fonseca, 1998, citado em Fonseca, 2000, p. 6).

Outra semelhança de García com List é a forte crítica à ideologia liberal, e o desejo de desenvolver o capitalismo nos países atrasados. Ambos veem neste sistema de produção e industrialização a via para alcançar o desenvolvimento e criticam a existência de vestígios dos sistemas coloniais, que impedem o aumento da produtividade.

Frente a este problema, List, os estruturalistas cepalinos e García encontram no Estado e na intervenção o instrumento para fazer política econômica, ou seja, imprimir intenção, direção e mudança nos países atrasados, para superar o estancamento que causa a incerteza do mercado, fazendo frente aos interesses que estão por trás.

De acordo com Fonseca (2000, p. 6), trata-se de permitir o mercado e seus elementos constitutivos, como a propriedade privada e o objetivo do lucro, reconhecendo este como elemento necessário, mas não suficiente. Por este motivo, se faz necessário o Estado, para dar forma ao benefício privado e utilizar suas virtudes para o bem dos interesses de cada país.

2.3 COMUNISMO, SOCIALISMO E LIBERALISMO EM GARCÍA

A crítica ao marxismo e à prática do mesmo, de um lado, e a profunda inconformidade com as características do modelo capitalista que se desenhava na Colômbia em que viveu García, de outro, o levaram a formular a “terceira via”, termo com que ele mesmo chamava o socialismo. “Dizer que o socialismo é uma *terceira posição* é afirmar que ele supera, dialeticamente, os dois pontos em conflito: capitalismo e comunismo” (GUADARRAMA, 1951, p. 202).

Esta interdependência intelectual e postura crítica do marxismo incitariam os setores que se consideravam proprietários exclusivos das ideias de Marx, de maneira que García,

assim como outros intelectuais latino-americanos do momento, foi alvo de ataques de dois grupos: “a direita tradicional, que com razão o classificava como um marxista e socialista, e a esquerda tradicional, que o taxava de não ser nem completamente marxista nem totalmente socialista” (GUADARRAMA, 2006, p. 53 e 54).

Paralelamente às críticas, García, através do uso da dialética, logra estabelecer diferenças entre capitalismo, comunismo e socialismo, de modo que aponta o socialismo¹³ como negação dialética do comunismo, no sentido que se nega a aceitar o determinismo do comunismo marxista. Unindo economia e política, a proposta de García parece apontar primeiro para um sistema socialista, e segundo para um sistema de vida liberal (RUGELES; SANTACRUZ, 2006, p. 94).

CAPITALISMO	COMUNISMO	SOCIALISMO
Estado de Poder e de classe (burguês)	Sem Estado (abolição do Estado)	Estado como estrutura de serviço e órgão de gestão
Direito de classe: ordem burguesa de direito	Sem direito	Ordem universal de direito
Ética burguesa de lucro	Ética proletária fechada na classe	Humanismo ético
Propriedade privada sobre meios produtivos	Sem propriedade privada (coletivismo rígido)	Propriedade socialista (nação, municípios, cooperativas) nos setores vitais e propriedade particular
Apropriação privada de mais-valia com base na acumulação capitalista	Sem mais-valia	Apropriação social da mais-valia, com base em um regime de acumulação socialista
Controle privado do mercado	Sem mercado	Mercado como fator de plano econômico
Dinheiro como fator de lucro e elemento de controle	Sem dinheiro	Dinheiro como função

¹³ O socialismo em questão é de caráter humanista, democrático, nacionalista, popular e revolucionário (RUGELES; SANTACRUZ, 2006, p. 93).

econômico de classes capitalistas		
Competência darwinista e destrutiva	Planificação espontânea	Planificação com democracia orgânica
Preços como índices do mercado	Sem preços	Preços estáveis como elemento de construção do plano económico
Crédito como indústria privada	Sem crédito	Crédito como fator socializado do plano
Assalariado como método de exploração do homem como mercadoria	Sem assalariados	Assalariado como sistema de repartição da renda nacional
Ordem baseada em classes	Sem classes	Eliminação do sistema capitalista de classes
Filosofia predominante: racionalismo	Materialismo religioso, histórico e dialético	Filosofia dialético–realista (nem idealista nem materialista)
Emprego político da religião	Ateísmo militante	Religião é problema exclusivo da consciência individual
Humanismo burguês	Humanismo proletário	Humanismo social

Fonte: GARCÍA, A. (2006).

Quanto à inconformidade a respeito da práxis comunista, García rechaçava principalmente que o comunismo e suas variantes haviam se transformado em dogmas de esquerda ao afastar-se do exercício de descobrir os problemas do mundo para fixar leis de desenvolvimento. Em relação à teoria, o comunismo havia se reduzido ao propósito de preservar a URSS, deixando de ser, neste sentido, um método revolucionário para subordinar-se ao poder.

Com um marxismo dogmático, um comunismo subordinado e um capitalismo dependente, García propõe que os países frágeis têm que construir sua própria teoria revolucionária. Não é possível chegar à independência se não se pensa por conta própria. Se

requer uma autonomia ideológica, ou seja, a elaboração de uma teoria que corresponda as novos atos, assumindo uma perspectiva adequada para julgá-los (GARCÍA, 1995, p. 65, 71.).

O modelo econômico a seguir era o socialista¹⁴. No entanto, García reconhece que, por volta de 1929, a exagerada radicalização do socialismo¹⁵ e a idealização, por parte do mesmo, do contexto que acontecia, o conduziu a abandonar suas causas populares, convertendo-se em um grupo comunista ortodoxo filiado à Terceira Internacional. Foi interrompida na Colômbia a possibilidade de formar um partido com condições de mobilizar a classe operária, os camponeses e os pequenos burgueses intelectuais, reduzindo-se a uma igreja revolucionária (GARCÍA, 1981c, p. 34).

Decepcionado com o modelo socialista posto em prática na Colômbia, García não abandona a esperança de construir outro diferente na América Latina, mas principalmente em seu próprio país, respaldado pelas vantagens democráticas oferecidas pelo liberalismo no campo da política.

Todas as minhas doutrinas se resumem em uma imensa fé no socialismo como sistema econômico e no liberalismo como sistema político, cuja grande síntese universal em uma unidade superior, na dialética do processo histórico, assegurará o sentido humanista da economia, o valor transcendental das liberdades e a integração de todos os direitos – civis, políticos, sociais e econômicos do homem (GARCÍA, 1995, p.3).

Apesar de um modelo econômico socialista e um modelo político liberal, cujo maior atrativo é o direito de exercer a democracia, os incentivos à eficiência e ao aumento da produtividade formam o par perfeito da proposta de desenvolvimento de García. O resgate do liberalismo político implica a recusa do autor quanto ao plano econômico vigente.

Em quanto ao liberalismo econômico, o autor realiza uma crítica. Nesse sentido, a negativa de adoção de um modelo econômico liberal na América Latina não tem a ver com a proposta liberal em si, mas porque esta vai na contramão dos interesses de desenvolvimento dos países pobres, a julgar por sua práxis, e não por seus princípios.

García argumenta que a alternativa capitalista de desenvolvimento se esgotou, devido à paralisia que a mesma sofre dentro do esquema da dependência externa, à estrutura fechada de concentração do poder econômico e à derrubada do sistema liberal do Estado de Direito.

¹⁴ Para outros autores como Dos Santos, a partir de 1917, o socialismo como formação social se integra à economia mundial representando uma concorrência ao capitalismo em relação à hegemonia no planeta, posto que o socialismo, neste contexto, é a primeira fase de um sistema de produção tão universalista quanto o capitalista: o comunista (MARTINS, 2011, p. 41).

¹⁵ O socialismo, ao partir de um cenário de escassez material, requer a revolução industrial, o que, de um ponto de vista político, corresponde às camadas burguesas (Dos Santos, citado em Martins, 2011, p. 42).

Sem estes pilares do liberalismo, o que sobrevive e é adotado pelos países da região é a ideologia e a política de dependência zero do capital estrangeiro e das corporações colombianas de caráter monopolista. O liberalismo, para García, se transformou em liberdade para que as grandes corporações imponham um sistema mercantilista de altos preços e baixos salários¹⁶, como na Europa do século XVIII.

Enquanto oligarquias burguesas e latifundiárias adotaram, ao estilo colonial, consumos dignos das opulentas burguesias europeias e norte-americanas, não fizeram algo semelhante com os padrões de poupança destas classes estrangeiras, que basearam sua economia capitalista e mercado em um sistema de baixos preços e altos salários.

Para García, o liberalismo econômico se baseia na ideologia da riqueza concentrada em poucas mãos e na estrutura corporativa por meio da qual, após a Segunda Guerra Mundial, se identificaram na Colômbia politicamente as oligarquias liberais e conservadores, formando a base da Frente Nacional como sistema de hegemonia compartilhada sobre todos os aparatos do Estado. Neste sentido, diz o autor, a associação política se transforma em um método de escalar posições, mantendo abaixo o nível das massas ingênuas e alienadas pelo mito liberal e conservador, que os fazem crer no sofisma da oposição entre os dois partidos, quando no fundo trata-se de um problema centralizado na concentração oligárquica de poder econômico e na democratização do poder político.

Apesar da mobilização de massas instigada por Jorge Eliécer Gaitán, as ditaduras contrarrevolucionárias, como a de Laureano Gómez, formaram uma violência impulsionada pelo Estado com o objetivo de minar a mobilização popular que fazia frente ao sistema. Esta ideologia se materializou e tomou forma jurídica nas “reformas constitucionais de 1958 e 1968, constituindo a fórmula de absolutismo político e liberalismo econômico¹⁷” (GARCÍA, 1977a, p. 13, 17).

¹⁶ O salário nos países atrasados da América Latina não é definido de acordo com a produtividade nem se ajusta de acordo com a inflação e as necessidades das famílias. Destarte, o salário na Colômbia, especialista no contexto latifundiário, “mais que uma remuneração ao trabalho, é um preço da dominação social” (GARCÍA, 1977a, p. 87).

¹⁷ O liberalismo econômico reflete a concentração da riqueza e a formação da estrutura oligárquica moderna, entendendo o crescimento econômico como um tipo de capitalismo dependente [...] onde a estrutura latifundiária-minifundiária conserva o antigo esquema hispanocolonial de uso dos recursos físicos, e se apoia não em uma economia de produção em grande escala, mas em uma *economia de desemprego em grande escala* de terras, recursos e população camponesa. A indústria manufatureira adota uma estrutura semelhante de concentração econômica (GARCÍA, 1977a, p. 19) [...] de modo que a industrialização não serviu para abrir caminhos e possibilidades de *desenvolvimento independente*, mas para tornar maiores e mais profundas as relações de dependência [...] e a *burguesia industrial* demonstrou sua absoluta incapacidade de transformar-se na classe dirigente de um desenvolvimento capitalista de mercado, preocupando-se, em vez disso, com a instalação de monopólios e com a preservação do privilégio social resguardado pelas políticas de proteção ao Estado (GARCÍA, 1977a, p. 22). [...] O esquema resultante deste tipo de capitalismo dependente foi o do

2.4 A TEORIA DA DEPENDÊNCIA

É crucial a influência da teoria da dependência sobre García. No entanto, são muitas as vertentes de pensamento que esta teoria compreende, o que dificulta o trabalho de identificar exatamente os autores ou as posturas acadêmicas com as quais García está de acordo ou aquelas em que ele não está.

No entanto, é indiscutível que a teoria da dependência, ao ser uma criação latino-americana, constitui talvez o principal marco teórico com o qual poderia se identificar um autor tão original e independente quanto Antonio García. Além disso, a marca que caracteriza a teoria da dependência, junto com as posturas da CEPAL, de estudar a realidade, os casos particulares, torna clara a sua identificação com o dependentismo.

Os estudos da dependência podem ser abordados dividindo-os em dois grupos: o dos estruturalistas (que não conseguem romper com o desenvolvimentismo¹⁸), representados principalmente por Oswaldo Sunkel e Aníbal Pinto, e o dos críticos do desenvolvimentismo¹⁹. No entanto, a característica transversal entre os autores dependentistas é o questionamento sobre as possibilidades de um desenvolvimento nacional autônomo (BAMBIRRA, 1983, p. 36).

Como assinala Bambirra, a dependência se caracteriza por ser uma situação condicional. Ou seja: a economia de um país está condicionada pela de outro ao qual o primeiro se submete. Assim, a economia dominante estabelece os limites do desenvolvimento,

crescimento econômico à custa do progresso social [...]. O Estado não ampara, então, o progresso social, mas a marginalidade social (GARCÍA, 1977a, p. 24).

¹⁸ Uma definição de desenvolvimentismo, tomando como exemplo o caso brasileiro, se encontra em Rollemberg e Fonseca (2013, p. 3), os quais citam Bielschowsky (1988, p. 7) e propõem que “[...] o desenvolvimentismo pode ser definido como a “ideologia de transformação da sociedade brasileira” assentada em um projeto econômico voltado à industrialização como via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento, sob o entendimento de que esta não adviria pela espontaneidade das forças de mercado, ou seja, seria indispensável a atuação do estado como indutor, agente planejador do desenvolvimento e/ou investidor direto”

Em um texto anterior “Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil”, Fonseca assinala três características que definem um governo desenvolvimentista: “[...] ao analisar tanto o pensamento como as políticas econômicas que constituíram a experiência histórica brasileira dos governos considerados desenvolvimentistas, concluiu que três elementos sempre constituíram um “núcleo duro” comum às várias manifestações, que são a defesa: (a) da industrialização; (b) do intervencionismo pró-crescimento; e (c) do nacionalismo, delimitando o papel do capital estrangeiro e sempre o subordinando a um “projeto nacional”” (FONSECA, 2004, p.226).

Quanto à importância do Estado para o desenvolvimentismo, os autores afirmam que “[...] a estratégia ortodoxa responsabiliza o mercado pelo desenvolvimento, enquanto a desenvolvimentista vê o estado sempre necessário, embora propondo, regulamentando e intervindo de forma diferente conforme a conjuntura, as necessidades específicas e o projeto nacional desejado pelo país” (ROLLEMBERG; FONSECA, 2013, p. 15).

¹⁹ “O pensamento desenvolvimentista [...] teve também que tratar muitos dos problemas causados pela situação de dependência. Certamente os tratou sob uma ótica burguesa” (BAMBIRRA, 1983, p. 58).

mas não definitivamente. Isto porque a dependência também se estabelece pelas particularidades e especificidades da economia dependente (possibilidade de mudar a situação de dependência), daí tal situação poder alterar-se mudando as estruturas do país condicionado, o que faz com que mude ou seja superada esta relação de dependência (1983, p. 82).

Entender a teoria da dependência implica deixar claro que a mesma parte do ponto de vista metodológico de uma economia mundial de tipo monopolista, que se encontra hierarquizada e é competitiva. Estes são requisitos e base material para alcançar a acumulação de capital, e são o ponto de partida para compreender os diferentes capitalismo nacionais (MARTINS, 2011, p. 36).

A grande contribuição da teoria da dependência foi ter demonstrado que esta não é meramente um fenômeno de relações internacionais e de intercâmbio comercial desfavorável aos países subdesenvolvidos, mas que são as relações internas as que configuram uma estrutura socioeconômica cujo caráter e dinâmica estão condicionados pela subjugação, exploração e dominação imperialistas (BAMBIRRA, 1983, p. 99).

Em consequência, “[...] as burguesias dependentes não têm condições de enfrentar o imperialismo e promover um desenvolvimento autônomo” (BAMBIRRA, 1983, p. 99).

Para García, as estruturas sociais dos países dependentes não são um apêndice ou prolongamento das dos países dominantes, mas se “desenvolvem dialeticamente, de acordo com suas próprias leis²⁰”.

[...] Explica-se assim que, por exemplo, as oligarquias industriais latino-americanas professam oficialmente o liberalismo econômico, afirmando a soberania da empresa privada, embora exijam do Estado condições monopolistas para operar no mercado interno [...] recorram à evasão fiscal e adotem políticas mercantilistas como a de altos preços e baixos salários (GARCÍA, 1972, p. 43).

No tema da superexploração do trabalho, García compartilha da ideia de Rui Mauro Marini de que esta prática constitui um traço fundamental do capitalismo dependente, pois não é transitório e pode ocorrer em outros países, mas no caso dos países atrasados é permanente e sistemático (BAMBIRRA, 1983, p. 70).

2.4.1 Evolução histórica da teoria da dependência

A teoria da dependência nasce como uma crítica da teoria do desenvolvimento inspirada em Rostow e no estrutural-funcionalismo (DOS SANTOS, 2011b, p. 19).

²⁰ O funcionamento da dominação interna depende da relação de forças entre os diferentes grupos sociais enfrentados nas esferas econômica, cultural e política (GARCÍA, 1972, p. 44).

Mais tarde, nos anos 1920, a análise sobre a teoria da dependência ganhou corpo com a hipótese de que as elites locais dos países periféricos eram aliadas do imperialismo e, portanto, obstrutoras do desenvolvimento. Em consequência, fazia-se mister um pacto entre o proletariado e os setores capitalistas para que houvesse a transição do capitalismo para o socialismo (GOLDENSTEIN, 1994, p. 24).

Durante a década de 1940, o debate acerca do desenvolvimento foi prolixo, já que em 1949 Raúl Prebisch postulou sua “teoria do subdesenvolvimento²¹”. Esta nova corrente de pensamento ficaria conhecida como a da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL). A nova ideia do conceito centro-periferia e sua explicação quanto à deterioração dos termos de intercâmbio se baseia em que os países centrais aumentam sua produtividade por causa das inovações tecnológicas, mas este fenômeno não se reflete na redução dos preços de seus produtos. No entanto, existe pressão para que os países periféricos baixem o preço dos seus produtos primários (GOLDENSTEIN, 1994, p. 26).

Já na década de 1950, as possibilidades de desenvolvimento nos países da América Latina parecem ter sido frustradas (GOLDENSTEIN, 1994, p. 30). García se refere a isto argumentando que Furtado, Pinto, Sunkel, Aguillar, Carmona, Cardoso e Casanova, entre outros, coincidem ao afirmar que o comércio internacional não fornece elementos para que a América Latina se desenvolva a partir do âmbito interno, mas se limita a um enclave comercial, que mantém a ilusão de um comércio internacional e uma industrialização incipiente que se orgulha dos princípios da economia professada pela escola clássica (GARCÍA, 1972, p. 194).

Em linha direta com o anteriormente exposto, a teoria da dependência se desenvolve a partir da década de 1970, com um caráter crítico, brotando das discussões do pensamento marxista, de modo que seus antecedentes teóricos e políticos são:

As análises de Marx e Engels sobre a situação colonial; a polêmica dos socialdemocratas russos e de Lênin, em particular contra os narodniki-populistas; a teoria do imperialismo e seus alcances na situação colonial elaborada por Hilferding, Bujarín, Rosa Luxemburgo e particularmente por Lênin; a polêmica sobre a revolução colonial levada a cabo no II Congresso da Internacional Comunista, que culmina com a elaboração das teses sobre as questões colonial e nacional levantadas por Lênin; [...] a aplicação criadora do marxismo-leninismo exposta por Mao Tse-tung em várias de suas obras; e, finalmente, a intenção de aplicação do método de análise marxista para a compreensão do fenômeno do subdesenvolvimento realizado por Paul Barán nos anos 1950²² (BAMBIRRA, 1983, p. 15).

²¹ A teoria dominante até então era a das vantagens comparativas, de David Ricardo (GOLDENSTEIN, 1994, p. 25).

²² Segundo García, através do uso do método dialético, Luxemburgo, Baran (teoria do excedente econômico) e Sweezy estudaram as formas e as causas do atraso. (GARCÍA, 1972, p. 35).

Ao contrário de Lênin, que argumenta que os países atrasados podem superar esta condição (com ajuda do proletariado dos países avançados), por meio da instauração de um modelo capitalista que não implique atravessar necessariamente por uma etapa capitalista, García entende que é por meio do capitalismo²³, mas racional, contextualizado e adaptado às necessidades dos países atrasados, que estes podem conseguir romper as estruturas que os mantêm no atraso. Não obstante, a ideia da “autodeterminação” dos povos oprimidos é um ponto de encontro entre Lênin e García (BAMBIRRA, 1983, p. 51 e 55).

Na América Latina, a compreensão da teoria da dependência, ao ter suas origens enraizadas na crítica à realidade da época, implicou, como dito anteriormente, a revisão e superação de duas correntes em termos de interpretação do desenvolvimento: a dos partidos comunistas e a da CEPAL. Segundo García, para os primeiros, seu pensamento dogmático assume que o proletariado deve ter a hegemonia a partir de uma aliança entre as classes exploradas e a burguesia nacional, com o fim de criar governos nacionalistas e democráticos que se opusessem às oligarquias e fossem antifeudais e anti-imperialistas. Por sua vez, a CEPAL reflete os interesses da burguesia industrial e concebe o desenvolvimento como “um modelo calcado nos países desenvolvidos, ao qual a América Latina deveria se encaminhar”²⁴. Isto implica a transformação sociopolítica e cultural das chamadas sociedades tradicionais, por meio do planejamento e uso racional dos recursos²⁵ (BAMBIRRA, 1983, p. 17).

Apesar dos esforços teóricos para encontrar caminhos para o desenvolvimento, a crise do capitalismo dependente manifestava uma realidade que anulava as possibilidades de um capitalismo nacional próprio na América Latina depois da II Guerra Mundial. Grande parte da crise se devia ao fato de que os capitais estrangeiros não apenas haviam penetrado no setor primário exportador, mas que os investimentos estrangeiros diretos ao setor manufatureiro haviam propiciado com que as burguesias nacionais industriais se tornassem sócias minoritárias dos capitais que vinham de fora. A chegada destes capitais ocasionou uma grande avalanche de remessas de lucros, com conseqüente déficit nas balanças de pagamentos e, assim, a necessidade de contrair dívida com o capital estrangeiro, criando uma bola de neve crescente, financiada pela contração da nova dívida.

²³ O desenvolvimento que Lênin observava na Europa ocidental daquele momento era, para ele, apenas um caso excepcional.

²⁴ García e Celso Furtado, autor oposto às teorias de Rostow e da CEPAL, compartilham a mesma visão a respeito das ideias de um desenvolvimento programado por fases de fora para dentro, que culminaria com um desenvolvimento autossustentável (GOLDENSTEIN, 1994, p. 35).

²⁵ García confere ao desenvolvimento um papel crucial à estratégia revolucionária dos povos, aspecto fundamental que, segundo Bambirra (1983, p. 58), a corrente de pensadores desenvolvimentistas não incorpora em suas análises.

O golpe militar no Brasil em 1964 deu início na América Latina à repressão econômica e política que resguarda os interesses estrangeiros na região e controla os movimentos sociais que haviam surgido anteriormente (BAMBIRRA, 1983, p. 18-20 e 29). Conseqüentemente, interrompe-se a ideia de um desenvolvimento liderado pela burguesia industrial (CEPAL), pois esta se associa aos interesses externos e também à ideia de aliança entre as burguesias nacionais e as classes dominadas (ideário comunista), o que configura condições para o desenvolvimento de uma interpretação dependentista.

Grande parte dos desenvolvimentos acadêmicos e intelectuais do dependentismo teve lugar no Chile. Ali, não apenas se adotou um caráter de resistência às ditaduras, mas, além disso, estava localizada no Chile a sede central da CEPAL e o Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES).

Estas instituições congregaram importantes estudiosos da teoria da dependência, como Fernando Henrique Cardoso, Aníbal Quijano, Edelberto Torres, Francisco Weffort, Tomás Amadeo Vasconi, Pedro Paz, Maria da Conceição Tavares, Carlos Loeza, Antonio de Barros Castro, entre outros. Também na Faculdade de Economia da Universidade do Chile foi organizado um grupo de estudos no tema do imperialismo e da dependência, dirigido por Theotônio dos Santos, que contou com a participação de personagens como André Gunder Frank e Ruy Mauro Marini.

As posturas intelectuais de todos estes pensadores influenciaram uma nova geração de analistas da dependência: Enzo Faletto, Orlando Caputo, Roberto Pizarro, Álvaro Briones, Sérgio Ramos, entre outros. Também em outros países se encontram expoentes da teoria dependentista como, por exemplo, Hector Silva Michelena (Venezuela), Alonso Aguilar e Fernando Carmona, da UNAM (México), Pablo González Casanova e Mario Arrubla (Colômbia), entre outros²⁶ (BAMBIRRA, 1983, p. 23 e 24).

Com as novas gerações, a visão da CEPAL se transforma. É o caso de Cardoso e Faletto no fim da década de 1960, através do livro *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Eles avançam no aspecto metodológico, vendo a necessidade de analisar cada caso separadamente, e não generalizar as interpretações para todo o conjunto de economias da América Latina. Assim, chegam a propor que se discutam no interior de cada país as relações entre suas diversas classes sociais (GOLDENSTEIN, 1994, p. 39).

²⁶ Os dependentistas, principalmente aqueles que contribuíram na construção do programa do partido chileno da União Popular (UP), interpretavam o imperialismo como um elemento interno do sistema de dominação, pelo qual a via para alcançar a libertação nacional e social se dava na medida em que avançasse até o socialismo (BAMBIRRA, 1983, p. 24).

Ademais, Cardoso e Faletto reconhecem a possibilidade da existência de um processo de industrialização, ainda que com a existência de laços de dependência de exclusão de certos setores sociais.

Esta nova proposta de interpretação dos processos latino-americanos permite um avanço em relação às interpretações anteriores. A relação entre os países centrais e a periferia deixa de ser vista necessariamente como aquela entre países primário-exportadores e industrializados, e passa a abarcar a possibilidade de uma relação entre países com diferentes graus de industrialização. A antiga dicotomia estabelecida pela CEPAL entre industrialização nacional ou dependência é superada (GOLDENSTEIN, 1994, p. 42).

Estudos teóricos de autores como Alonso Aguilar, Fernando Carmona, Pablo González Casanova, Miguel Wionezek, Domingo Maza Zavala, Héctor Malavé Mata, Marcos Kaplán, Oswaldo Sunkel, Theotonio Dos Santos e Celso Furtado identificaram que era possível o crescimento ou a industrialização com dependência. García, influenciado por eles, vê o subdesenvolvimento a partir de uma visão dialética, afirmando que “este não se define como uma impossibilidade do crescimento econômico (o que corresponderia à noção simplista do estancamento), mas como um tipo histórico de crescimento econômico sem desenvolvimento” (García, 1981c, p. 90). Cabe apontar que, para García, os termos “desenvolvimento” e “dependência” são completamente antagônicos e implicam sua mútua exclusão (GARCÍA, 1977a, p. 31).

García, inspirado nas diferentes interpretações do subdesenvolvimento e da dependência, sustenta que o modelo de capitalismo dependente²⁷, capitalismo do subdesenvolvimento²⁸ ou capitalismo subdesenvolvido²⁹, é aquele que concebe:

O subdesenvolvimento como uma categoria histórica relacionado com as formas de funcionamento de estruturas internas de dominação social (sem as quais não se poderia explicar a extrema concentração da riqueza, renda, cultura e poder político) e com as relações de dependência nacional que definem as características do modelo de capitalismo dependente e tecnologicamente colonial (GARCÍA, 1981c, p. 104).

Sob esta ótica, os dependentistas demonstraram que um capitalismo de tipo dependente não desenvolve as forças produtivas para superar as contradições que lhe são específicas. Demonstraram, além disso, a incapacidade de tal modelo para verter os frutos sobre a grande maioria da população³⁰ (BAMBIRRA, 1983, p. 92). Isso também pode ser

²⁷ Theotonio dos Santos, Vania Bambilra, D. Maza Zavala, Héctor Malavé Mata, Marcos Kaplán e Pablo González Casanova.

²⁸ Anibal Aguilar, Fernando Carmona e Jorge Carrión.

²⁹ Oswaldo Sunkel e Celso Furtado.

³⁰ O argumento de García referente ao modelo de crescimento das economias latino-americanas versus os avanços em direção ao desenvolvimento está inspirado, embora nem sempre de acordo, nos escritos de André

expresso em termos da hipótese do dualismo. Inspirado nela, García argumenta que os países atrasados têm um desenvolvimento capitalista, mas este é consequência e gerador de um atraso permanente (BAMBIRRA, 1983, p. 50).

O dinamismo negativo do atraso origina um sistema invertido de reação em cadeia, o que equivale a dizer que o atraso *não simplesmente existe*, mas é um processo de propagação de fatores multiplicadores dele próprio. Nesta natureza agressiva e dinâmica radica sua maior e mais invisível periculosidade (GARCÍA, 1972, p. 113).

A dualidade se expressa também nos sistemas de poder, ou seja, os núcleos impulsores da estrutura do atraso foram os sistemas de poder interno e externo. Este tema, de acordo com García, foi estudado por personagens latino-americanos como Mariátegui, Haya de la Torre, José Ingenieros, Manuel Ugarte, Caio Prado Jr., Celso Furtado, Theotônio dos Santos, Narciso Basols, Enrique González Aparício, Alonso Aguilar, José Antonio Arze e Carlos Montenegro (GARCÍA, 1972, p. 113). Não obstante, e apoiando-se nestes expoentes, García não apenas aponta duas estruturas (uma atrasada e outra desenvolvida) como supera esta teoria com uma “doutrina pluralista de estruturas, resultado da dominação social e da dependência, cujo crescimento ocorre em ritmos desiguais e em diferentes níveis”.³¹ A teoria do dualismo é então levada por García a um micronível, onde a dualidade se dá ao mesmo tempo em cada um dos centros locais de poder.

2.4.2 Antonio García e a CEPAL

São vários os aspectos que marcam o distanciamento entre García e a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) em relação à interpretação do subdesenvolvimento e do atraso.

O primeiro aspecto se refere a que a CEPAL, em meados do século XX, constrói, de acordo com García, uma teoria baseada no criticado modelo de Rostow. García não aceita este procedimento, pois o mesmo centra-se somente em aspectos quantitativos e de crescimento (principalmente do Produto Interno Bruto), deixando de lado o aspecto holístico que implica uma análise sobre o desenvolvimento. Nas palavras de García: “[...] o modelo rostowiano guia

Gunder Frank, Alonso Aguilar Monteverde, Domingo Maza Zavala, Celso Furtado e outros (CONSUEGRA, 1981, p. 13).

³¹ García identifica quatro grupos de poder: a estrutura latifundiária arcaica e modernizada, o centro metropolitano e comercial das zonas camponesas e indígenas, a grande cidade metropolitana e o enclave colonial. Em cada um destes grupos, existe um centro e uma periferia (uma economia receptora e outra tributária) que têm uma relação de intercâmbio desigual, e cada um deles possui suas próprias normas e ritmos de crescimento (GARCÍA, 1972, p. 195 e 196).

as concepções cepalinas sobre subdesenvolvimento/desenvolvimento e define as linhas de pensamento político de seu mais notável orientador, o economista argentino Raúl Prebisch” (GARCÍA, 1972, p. 29).

Esta concepção de García é mais próxima da visão de Celso Furtado e distante da interpretação de Cardoso e Faletto, pois, como se mencionou anteriormente, para os dois últimos, é possível o desenvolvimento com dependência, dado que a dependência não implica o estancamento. Furtado é crítico frente a esta postura.

Diz o autor que todas as sociedades crescem, mesmo quando a economia é dependente ou dominada. A dependência não tem como consequência a estagnação. A crítica não se dirige a este aspecto, pois as economias atrasadas só conseguem crescer em aspectos quantitativos, mas não qualitativos nem estruturais, o que impossibilita uma *dinâmica interna autônoma e autossustentada*. Um país pode incrementar seu produto por habitante sem se desenvolver³² (GARCÍA, 1972, p. 49).

García resiste a crer que são as condições estruturais locais as explicações para o estancamento das economias atrasadas. Para ele, esta é uma condição de reciprocidade entre atraso e dependência que opera nas economias da América Latina. García não aceita a visão cepalina, de mão única, de que a dependência (como fenômeno externo) cause atraso, mas que também o atraso incentiva e perpetua a dependência.

Sua proposta a respeito consiste em que é necessário desenvolver as leis do movimento interno tanto dos países dominantes quanto dos dominados, a fim de superar a teoria do imperialismo³³ e do desenvolvimentismo³⁴. Para o imperialismo, a dependência se

³² Os cepalinos trataram o tema da dependência descrevendo e analisando fenômenos como a “deterioração dos termos de intercâmbio”, a “substituição de importações”, os “investimentos estrangeiros”, o “endividamento externo”, a “dependência externa”. Desenvolveram também toda uma metodologia para a análise da balança de pagamentos, analisaram a situação social da América Latina, mas pelas limitações teóricas, metodológicas e políticas de seu enfoque jamais conseguiram captar os aspectos essenciais da situação de dependência. Isto porque, no fundo, eram objetivos na descrição dos fenômenos, e sempre ideológicos quando buscavam explicá-los (BAMBIRRA, 1983, p. 33).

³³ As teorias marxistas acerca do desenvolvimento nos países subdesenvolvidos, apesar de serem diferentes entre si, mantêm uma característica em comum: todas afirmam que há uma relação imperialista entre os países capitalistas desenvolvidos e os subdesenvolvidos (GOLDENSTEIN, 1994, p. 24).

³⁴ As formas específicas de dependência em um momento e contexto particulares dependem das características da economia mundial e suas próprias leis de desenvolvimento, do tipo de relação econômica nos países capitalistas e pelo tipo de relações existentes nos países periféricos (Dos Santos, 2011, p. 7). Na América Latina, existiram três grandes momentos ou formas históricas de dependência: a dependência colonial, a dependência financeiro-industrial do fim do século XIX e a dependência tecnológico-industrial, liderada pelas empresas multinacionais e originada no pós-guerra (Dos Santos, 1968. Citado em Dos Santos, 2011, p. 8).

Para Dos Santos, esta nova dependência de pós-guerra se caracteriza, entre outros aspectos:

1. O desenvolvimento industrial depende de um setor de exportação que ou é controlado pelas oligarquias nacionais que se mantêm no poder por causa da importância deste setor na obtenção de dívidas para a compra de insumos destinados ao setor industrial ou é controlado por capital estrangeiro, o que causa a saída dos excedentes nacionais para o estrangeiro.
2. Porque, como consequência do anterior, o desenvolvimento

origina e é causada pela dominação que provém e é exercida de fora das economias. No caso do desenvolvimentismo, para autores como Dos Santos, este concebe a situação dos países subdesenvolvidos como produto de seu próprio fracasso e de não serem capazes de adotar os padrões e a eficiência dos países desenvolvidos, de modo que toda a responsabilidade recai sobre eles próprios e sua incapacidade de seguir os modelos das economias avançadas (DOS SANTOS, 2011a, p. 6). Dito de outra maneira, ainda que a teoria do desenvolvimento admita a existência de uma dependência externa, ela não concebe o subdesenvolvido como a teoria da dependência, que o trata como causa e consequência, como parte do processo de expansão global do capitalismo – parte do sistema, portanto.

Em segundo lugar, no plano do comércio internacional, a CEPAL argumenta que são as condições de desvantagem no intercâmbio dos países periféricos em relação aos centrais que perpetuam a situação de dependência, o que gera balanças comerciais deficitárias para os países pobres. Neste sentido, para a CEPAL, desenvolver-se é melhorar os indicadores de crescimento, especialmente o Produto Interno Bruto, seguindo a fórmula dos países desenvolvidos, já que, para o órgão, o processo de acumulação ocorre em ritmo menor que o potencial para a escassez de poupança e pela subutilização dos recursos (BAMBIRRA, 1983, p. 87 e 88). Como superar todos estes problemas? Como combater a condenação dos países periféricos quanto à deterioração dos termos de intercâmbio?

A CEPAL sustentava que a industrialização era a alternativa. Sua proposta, mais exatamente, era a de uma industrialização liderada pelo Estado, em associação com a burguesia industrial, em oposição aos setores aliados dos países centrais – as camadas latifundiárias e os exportadores tradicionais³⁵ (GOLDENSTEIN, 1994, p. 27).

Os argumentos de García a respeito podem ser vistos a seguir. Em relação ao tema do comércio internacional, o autor reconhece que a dependência nas relações internacionais de intercâmbio se baseia em não apenas por trocar produtos primários de baixíssima densidade de valor, controlados por organizações monopolistas, por bens de capital de alto valor. Ou

industrial está a mercê dos movimentos da balança de pagamentos, que se caracteriza por ser deficitária – altos preços de bens industriais importados e baixos preços de matérias-primas exportadas, substituição de bens primários por produtos sintéticos, capital estrangeiro controlando os setores mais dinâmicos da economia, e como resultado as economias dependentes recorrem à dívida externa. 3. O desenvolvimento industrial depende fortemente do monopólio tecnológico – a tecnologia de ponta que se desenvolve nos países ricos está patenteada e exige pagamento para uso, ou a obsoleta é convertida em bens de capital e enviada sob a forma de investimento aos países atrasados.

³⁵ No caso do Partido Comunista Brasileiro, a solução defendida era de que a periferia teria que passar por uma revolução democrático-burguesa, que derrotaria o imperialismo e permitiria que as forças produtivas pudessem se desenvolver – ou seja: recorrer ao mesmo caminho traçado pelas economias capitalistas avançadas. Com a reforma agrária, a autonomia nas decisões e a ampliação do mercado interno, poderiam reduzir-se os preços dos alimentos e haver incentivo à industrialização. (GOLDENSTEIN, 1994, p. 28).

seja, as exportações do país dependente são extremamente frágeis para depender de apenas um ou dois produtos básicos, e a economia começa a depender do endividamento externo para cobrir o déficit que representa exportar barato e importar caro. Dito de outra maneira, é estruturado um modelo de crescimento dependente: quanto maior o crescimento, maior a dependência gerada (GARCÍA, 1977a, p. 34).

No entanto, a proposta de desenvolvimento cepalina é criticada por García em relação ao plano de poupança e à utilização dos recursos. O autor demonstra que a insuficiência de poupança não é a explicação do atraso, apontando que o problema está, na verdade, em sua utilização. O financiamento deste tipo de república oligárquica provém das poupanças populares, das rendas de trabalho, das verbas rescisórias, das reservas financeiras do seguro social, de modo a não tributar o rendimento nem comprimir os gastos supérfluos das classes dominantes nem condicionar a participação dos investimentos estrangeiros. Deste modo, se estrutura uma característica típica das economias dependentes: os países desenvolvidos não financiam os atrasados, mas sim estes é que financiam os desenvolvidos. Da mesma forma, as receitas fiscais do Estado provêm não das grandes rendas ou das de capital, mas das rendas de trabalho (GARCÍA, 1977a, p. 37).

Reforçando esta ideia, García expõe que, seguindo a mesma linha de pensamento de Rostow, as recomendações políticas para alcançar o desenvolvimento por parte de alguns economistas vinculados a programas assistenciais nas Nações Unidas, como Kaldor, Prebisch, Currie e Hirschman, consistiam na tributação direta seguida de uma redistribuição que ajudasse a transferir recursos das camadas altas a baixas, através do espessamento da poupança e o investimento de tais recursos captados pelo Estado. No entanto, na realidade, para García, este modelo representa o financiamento das classes ricas por meio do empobrecimento dos mais desfavorecidos.

Sua tese se baseia em que a importância deste *modus operandi* é o fato de ele se converter no funcionamento corriqueiro dos países dependentes, o que contribui para o financiamento do poder e do progresso dos países desenvolvidos. Além disso, evita que os consumos de luxo das classes ricas se vejam ameaçados por conta do aumento das taxas de investimento do Estado. A poupança obtida é exportada aos países desenvolvidos e, em consequência, só haveria uma maneira de conter o crescente déficit: a dívida pública, os créditos no sistema financeiro das metrópoles ou os investimentos privados externos, o que leva a concluir que não é possível o desenvolvimento, mas sim o crescimento dependente, que gera mais dependência no sentido explicado (GARCÍA, 1972, p. 32, 33 y 43).

Por sua vez, a solução keynesiana proposta pela concepção da metrópole racional e capitalista (Prebisch, Kaldor, Musgrave e Currie), de tributar o consumo de luxo para aumentar a margem de poupança, não é viável em um país com elevada concentração de estrutura de poder. Antes de restringir os consumos das classes ricas, estas preferem recorrer à evasão fiscal (GARCÍA, 1972, p. 46).

García argumenta que autores como Alonso Aguilar (México), Oswaldo Sunkel (Chile), Celso Furtado (Brasil) ou Victorio Marrama (Itália), que estudaram a temática do investimento nos países atrasados ou regiões atrasadas de países desenvolvidos, sustentam (no caso específico de Marrama) a hipótese de que nos países subdesenvolvidos a poupança é utilizada com fins improdutivos, e que comparativamente à Europa dos anos 1960, a proporção deste tipo de poupança nos países atrasados é muito maior, ressaltando que cerca de 50% dos investimentos nestas economias se dedicam a empregos improdutivos. Em consequência, se o investimento é em grande medida improdutivo, e se levarmos em conta a política de baixíssimos salários e o passado de desigualdade na distribuição de renda, a América Latina do último quarto do século XX dependia de um mercado de massas, mas sem massas – onde a ausência de demanda truncava as possibilidades de desenvolvimento através do consumo (GARCÍA, 1972, p. 99).

O desenvolvimento, na interpretação de García, não é resultado de cálculos sobre o desconto e o investimento para manter a equação nem a modernização tecnológica, mas se define como:

Um processo contraditório e complexo que – mediante a modificação das condições estruturais que determinam as relações de dominação e dependência – desencadeia a energia criadora das sociedades atrasadas e torna possível o pleno desenvolvimento das forças produtivas, modificando radicalmente esquema global de *apropriação, uso e distribuição* dos recursos existentes, de qualquer natureza e origem, em direção a um objetivo estratégico: *a construção de uma nova sociedade* de qualquer fisionomia ideológica (GARCÍA, 1972, p. 47).

A definição anterior supera óbvia e amplamente as concepções econômicas e tecnocráticas do desenvolvimento. Este é um resultado histórico, próprio, complexo e conflitivo, segundo o que cada sociedade deseja ser, de um processo global de mudanças, que em seu fundamento implica a mobilização de forças sociais e a utilização plena das forças produtivas, usando sistemática e planificadamente todos os recursos físicos, econômicos, humanos, políticos etc. disponíveis. Não há técnica de desenvolvimento, mas técnicas para mobilizar os recursos (GARCÍA, 1972, p. 48, e 1949, p. 49).

De forma oposta à proposta cepalina da industrialização, García argumenta que “o desenvolvimento industrial latino-americano e a maior diversificação do aparato produtivo interno acentuou ainda mais a dependência estrutural e a dependência do capital estrangeiro, e não creio nas condições para o desenvolvimento autônomo sob o capitalismo” (Bambirra, 1983, p. 87). García também coloca que embora o modelo político de Rostow³⁶ tenha sido adotado na América Latina de diversas formas pelos setores tecnocráticos, populistas e pela principal agência das Nações Unidas na América Latina (a CEPAL), existiu um novo pensamento crítico social do continente que se criou de forma oposta ao convencional e ao pensamento social rostowiano, iniciando sua gestação nos anos 1920.

José Carlos Mariátegui, Anibal Ponce e José Ingenieros são alguns expoentes desta corrente de cientistas sociais na América Latina, enquanto que, segundo García, Rosa Luxemburgo, Paul Baran, Paul Sweeze, Charles Bettelheim³⁷, Maurice Dobb, Leo Huberman, Oscar Lange³⁸, Joan Robinson, C. Wright Mills e Joseph Schumpeter contribuíram criticamente explorando as classes oprimidas tanto nas sociedades capitalistas quanto nas dependentes (GARCÍA, 1972, p. 35).

Nas palavras de García (1972, p. 37), foi a realidade de dominação, atraso e dependência que instou a América Latina a realizar uma reflexão sobre si mesma, estabelecendo formas de estudo que superassem os métodos escolásticos ou de absolutismo crítico. Para ele, os intérpretes latino-americanos do subdesenvolvimento e do atraso³⁹ tiveram que primeiro dominar técnicas e métodos analíticos não apenas econômicos e políticos, mas também na antropologia e na sociologia para poderem conseguir entrar e escrutinar a complexidade da dependência.

Finalmente, em relação ao papel do Estado, para o autor é claro que a dependência, em sua essência, se explica pela ausência de legitimidade democrática e consenso popular,

³⁶ Nurkse Kuznets, Viner, Wallich, Sombart, Lewis são alguns dos autores que se orientaram em direção ao modelo de desenvolvimento de Rostow (GARCÍA, 1972, p. 35).

³⁷ Um de seus principais aportes é o estudo dos países oprimidos, dominados, explorados e de economia deformada.

³⁸ García concorda com as afirmações de Oskar Lange e Simon Kuznets, quando sustenta que só uma interpretação multidisciplinar do desenvolvimento é adequada, no método para sua compreensão, criticando os enfoques que identificam desenvolvimento com crescimento ou com acumulação por só incorporarem variáveis quantitativas para sua medição, deixando de lado uma análise qualitativa (GARCÍA, 1981c, p. 88).

³⁹ No México: Jesús Silva Herzog, Pablo González Casanova, Alonso Aguilar, Fernando Carmona, Miguel Wionezek, Victor L. Urquidi y Leopoldo Zea. No Brasil: Darcy Ribeiro, Theotonio dos Santos, Francisco Weffort, Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Celso Furtado y Helio Jaguaribe. No Chile: Oswaldo Sunkel, Anibal Pinto, Jacques Chonchol, Pedro Vuscovik y Jorge Ahumada. En Perú: José Carlos Mariátegui, Raúl Haya de la Torre, Carlos Delgado, A. Salazar Bondy y Aníbal Quijano. Na Venezuela: Domingo Maza Zavala, Héctor Silva Michelena y Salvador de la Plaza. Na Argentina Raúl Prebisch, Marcos Kaplán, Sergio Bagú, Jorge Graciarena, Drdo Cúneo, Pedro Paz y Tomás A. Vasconi e na Guatemala: Monteforte Toledo, Francisco Villagrán Kramer, Luis Cardoza y Aragón (GARCÍA, 1972, p. 38).

afirmando que o Estado tem sido substituído por um governo de minorias. Por tal motivo, a superação da dependência passa pela organização de uma democracia pluralista e do livre jogo das linhas ideológicas (GARCÍA, 1977a, p. 38 e 48).

2.4.3 García, André Gunder Frank e Theotônio Dos Santos

A dupla perspectiva que García tem do desenvolvimento no sentido de assumi-lo como a superação das dominações internas e de dependência externa o conduz a formular críticas a alguns autores que, segundo ele, centram sua atenção apenas em um destes aspectos.

André Gunder Frank, Aníbal Quijano e Theotônio dos Santos⁴⁰, entre outros, são exemplos de autores que subestimaram o papel das estruturas internas de dominação, ao considerarem o atraso fundamentalmente como um problema de dominação externa (GARCÍA, 1972, p. 24). A dependência com o exterior implica a formação de estruturas sociais internas de dominação, que não representam unicamente anexos da nação-metrópole e a dominação global desta sobre as colônias (André Gunder Frank, Aníbal Quijano, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto). A dependência e a dominação que recaem sobre os países atrasados, para García, é a mistura entre as formas ideológicas adotadas do exterior, mas em conjunção com as necessidades de dominação interna que vão se fazendo necessárias. Sua relação de tipo dialético as reforça, estabelecendo uma relação de mútua interdependência (GARCÍA, 1972, p. 43).

Em relação a Gunder Frank, García observa que este aprofunda a linha de estudo aberta anteriormente por Paul Barán, em relação à importância e funcionalidade dos países atrasados com respeito aos imperialistas e à impossibilidade de desenvolvimento dos primeiros enquanto desempenharem um papel dependente. Gunder Frank, segundo García, se dedica a analisar como opera o subdesenvolvimento e em seu livro *O desenvolvimento do subdesenvolvimento* entende que a relação de dependência dos países atrasados para com os desenvolvidos destruiu suas próprias estruturas sociais, e o subdesenvolvimento tende a crescer (GARCÍA, 1972, p. 36).

Theotônio dos Santos é um dos autores mais citados por García, e com quem ele parece ter muita afinidade na visão do atraso e do subdesenvolvimento. Por isso, é importante revisar e assinalar os pontos de encontro dos dois intérpretes:

⁴⁰ Theotônio Dos Santos e André Gunder Frank são os autores mais internacionalistas da teoria da dependência (MARTINS, 2011, p. 37).

- 1) Dependência significa uma situação na qual a economia e a expansão de alguns países condicionam a economia de outros, os quais adotam um comportamento de subordinação (DOS SANTOS, 2011a, p. 5).
- 2) Os países dominantes podem se expandir de maneira autônoma, mas os dependentes só podem se desenvolver em função dos primeiros. Estas variações de seu desenvolvimento podem ser positivas ou negativas (DOS SANTOS, 2011a, p. 6).
- 3) As relações entre estes dois tipos de países em uma economia global são desiguais, pois o desenvolvimento de uns ocorre à custa e em detrimento dos outros. No aspecto comercial, as relações se fundamentam no controle monopolista de mercado, transferindo o excedente econômico dos países atrasados para os desenvolvidos. Em outras palavras, os países dependentes realizam uma exportação líquida de capitais, o que lhes rouba o excedente gerado internamente e os faz perder o controle sobre seus recursos produtivos (DOS SANTOS, 2011a, p. 7). Do ponto de vista financeiro, se baseiam em empréstimo e na exportação de capital, o que permite aos países desenvolvidos receber juros e lucros para ter excedentes que possam seguir reinvestindo nos países pobres para fortalecerem seu controle (DOS SANTOS, 2011a, p. 6).
- 4) A industrialização dependente, em primeiro lugar, limita o crescimento do mercado interno, pois a força de trabalho se submete a relações de alta exploração, o que diminui o poder aquisitivo da população. Em segundo lugar, ao usar intensivamente o capital, não são criados empregos de maneira significativa em relação ao crescimento da população. Terceiro: a exportação líquida dos excedentes internos em forma de pagamento de juros domésticos e lucros enviados ao exterior faz com que a expansão e criação de indústrias de caráter nacional sejam fortemente prejudicadas (Dos Santos, 2011a, p. 15).
- 5) O atraso das economias dependentes não tem como causa a falta de integração das mesmas ao capitalismo. Os maiores impedimentos para seu desenvolvimento constituem principalmente a maneira como estas economias se encontram incluídas neste sistema internacional e nas leis do desenvolvimento deste sistema (Dos Santos, 2011a, p. 15).
- 6) Assim como Dos Santos, García luta por uma nova ordem econômica, cujo eixo central seja o desenvolvimento das forças produtivas (Bambirra, 1983, p. 58).
- 7) Em seu livro *Imperialismo e Dependência*, Dos Santos:

Define as relações de dependência como aquelas em que um país somente pode se desenvolver e impulsionar em função do desenvolvimento de outro. Elas envolvem três níveis: uma economia mundial dirigida por monopólios tecnológicos, financeiros e comercialmente capitalistas; relações econômicas internacionais que impulsionem sua expansão e estabeleçam uma divisão internacional do trabalho; e a formação de estruturas internas nos países dependentes que assimilem positivamente estas condições e as redefinam sem romper com os interesses gerais que as guiam (Martins, 2011, p. 50).

- 8) Em *Imperialismo e Dependência*, Dos Santos mostra que o período de substituição de importações e o nacional-desenvolvimentismo são submetidos ao investimento estrangeiro direto. Este investimento busca taxas de lucro positivas para os proprietários (estrangeiros), ao contrário do pensamento desenvolvimentista, que o considerava uma poupança externa que redundava em maiores taxas de investimento para a América Latina⁴¹ (Martins, 2011, p. 53).

No entanto, a crítica de García a Dos Santos é a mesma que encontra Goldenstein:

Theotônio dos Santos, embora critique Gunder Frank e a teoria do imperialismo, [...] conclui definindo a dependência de forma similar aos autores do imperialismo, pois dá maior preponderância à estrutura externa como determinante dos processos internos, com uma visão pessimista, observando um modelo capitalista dependente que leva ao estancamento econômico. Sua proposta para desenvolver as forças produtivas se baseia no projeto de obtenção da soberania nacional a partir de uma revolução de caráter socialista (GOLDENSTEIN, 1994, p. 33).

2.4.4 Outras influências sobre a obra e interpretação do desenvolvimento de Antonio García

2.4.4.1 A influência da Escola Histórico-Alemã

Uma das visíveis influências à obra de Antonio García é a da escola histórico-alemã. Ela se manifesta quando o autor refere a importância de construir, mais que teorias universais, interpretações particulares para cada economia em específico. Neste sentido, as influências de Wagemann e Schmoller observam-se ao longo de seus escritos. No entanto, dentro do estudo de cada caso, para García é fundamental a ideia de que as economias nacionais precisam ser compreendidas em sua totalidade, e não como a soma das economias privadas (pensamento de

⁴¹ O capital estrangeiro chega aos países dependentes para extrair lucros e dividendos destas economias aos países mais competitivos da economia mundial, mediante a exploração da força de trabalho (MARTINS, 2011, p. 53).

Wagemann), pois o todo é diferente da soma das partes⁴². Por outro lado, o autor se baseia em Schommler para argumentar que a direção da economia dos países atrasados, caso da Colômbia, deve pertencer ao Estado (GARCÍA, 1981b, p. 19).

Este é o ponto de encontro mais importante entre a Escola Histórico-Alemã e García, já que o autor tinha uma visão nacionalista dos problemas da sociedade, a tal ponto que autores como Vallejo (2003, p. 140) o comparam com o que foi Friedrich List⁴³ na Alemanha, e reconhecem sua importância ao introduzir a ideia de economia nacional como categoria analítica.

2.4.4.2 A Influência do Nacionalismo, a necessidade da revolução: seus autores

Um dos pilares fundamentais para que os países atrasados possam se desenvolver, de acordo com García, supõe a formação de um nacionalismo, o qual necessariamente implica revoluções, em todos os níveis, nos países dependentes.

Para o autor, as lutas de libertação nacional não puderam ser entendidas na fase onde surgiu o socialismo e as ideias marxistas. A questão das nacionalidades se encontrava, naquela época, à sombra do tema das lutas de classe. No entanto, apesar da falta de interpretações teóricas no tema da autodeterminação dos povos, as vias realmente mostravam a necessidade de alguns povos de libertarem-se da opressão russa e alemã.

Para García, foram os socialdemocratas, como Hilferding, Kautski e Berstein, assim como Rosa Luxemburgo e Lênin, os que ajudaram a esclarecer o tema do imperialismo⁴⁴ e, conseqüentemente, influenciaram o autor. Na América Latina, os discípulos de Lênin e Rosa Luxemburgo no estudo do imperialismo e da dependência são José Mariátegui, Ingenieros, Haya de la Torre, Lombardo Toledano, Rómulo Betancourt e Manuel Aguirre (GARCÍA, 1995, p. 142-144).

Em meados do século XIX surge uma geração de pensadores denominados por García como os da primeira etapa conceitual na América Latina. Eles se dão conta que as guerras de independência não serviram em termos da verdadeira autodeterminação das nações e abrem o debate acerca da necessidade de fazer mudanças estruturais na região (hipótese defendida por García). Inspirada na segunda revolução francesa (não aparecem simultaneamente em todos

⁴² Esta posição contrasta com o liberalismo clássico que concebe as sociedades como a soma dos indivíduos que as compõem (GARCÍA 1981b, p. 20).

⁴³ Citado várias vezes por García em diferentes livros de sua autoria.

⁴⁴ A estratégia utilizada pelo imperialismo para desmobilizar todas as forças produtivas potencialmente insurgentes nos países frágeis é o cansaço, não para aniquilá-los, pois precisam deles, mas para distraí-los de seus objetivos (GARCÍA, 1995, p. 145).

os países aos quais pertencem), esta geração é formada por expoentes do naipe do argentino Esteban Echevarría, dos chilenos Francisco Bilbao e Victorino Lastarria, dos colombianos Manuel Murillo Toro, José Samper e Manuel Madieto e dos mexicanos Melchor Ocampo e Gabino Barreda. Para García, eles formam a geração dos filósofos sociais latino-americanos que propõem a superação do atraso mediante o desenvolvimento de uma nova teoria revolucionária (GARCÍA, 1972, p. 70).

2.4.4.3 *García e Myrdal*

Em seções anteriores viu-se que durante muito tempo a teoria econômica ensinada na América Latina foi a dos clássicos. Neste sentido, a influência de Myrdal sobre García em relação à desmitificação da teoria clássica o direciona a um novo pensamento latino-americano que questiona tal arsenal de dogmas. Para Myrdal, a teoria econômica representa, em grande parte, os interesses que predominam nos países industrializados. A teoria econômica não está desenhada para tratar a problemática dos países subdesenvolvidos: sua aplicação, nestas nações, é inadequada (GARCÍA, 1972, p. 3 e 28).

Não obstante, García se diferencia de Myrdal em sua interpretação do subdesenvolvimento. Ele afirma que inclusive autores brilhantes como Myrdal classificam como moderna e dinâmica a definição de subdesenvolvimento que se refere à situação em que não foram alcançados os níveis estatísticos dos países considerados modelos de desenvolvimento, reduzindo o tema do atraso apenas a questões quantitativas e de crescimento econômico (GARCÍA, 1972, p. 28).

Também se encontra presente nos escritos de García o conceito de causa circular acumulativa utilizado por Myrdal.

Alguns exemplos que evidenciam esta teoria são ilustrados por García quando este afirma que: 1) as classes pobres são ignorantes porque são pobres, e são pobres porque são ignorantes; 2) os camponeses carecem de poder porque não possuem terras e não possuem terras porque carecem de poder; 3) o Estado de representação popular não funciona porque os povos não estão organizados nem capacitados para exercer a democracia, mas esta desorganização dos povos é consequência da não funcionalidade do Estado de representação popular (GARCÍA, 1972, p. 110).

Outro exemplo está relacionado aos recursos provenientes da poupança interna, os quais são aproveitados pelas elites dos países atrasados para serem colocados no exterior. Tais capitais logo retornam aos países periféricos para servirem de instrumento de dominação e

dependência. Em última instância, a dominação interna e externam alinham seus interesses ao mobilizar os recursos para fora, impedindo sua utilização com vistas ao desenvolvimento (GARCÍA, 1972, p. 322).

Conforme dito no começo do presente capítulo, o mesmo não pretende ser conclusivo a respeito das múltiplas influências que nos planos metodológico e conceitual ajudaram a formar o pensamento de Antonio García e contribuíram de alguma maneira para que ele formasse sua interpretação do atraso latino-americano. Em consequência, se tenta resgatar, a partir dos próprios escritos do autor, algumas de suas principais influências, como também os autores que definitivamente inspiraram sua crítica.

3 O CONTEXTO ECONÔMICO, POLÍTICO E SOCIAL NO QUAL SE DESENVOLVE A OBRA DE GARCÍA

Nascido em 1912 e falecido em 1982, Antonio García é autor de uma obra diretamente influenciada pelos acontecimentos históricos que ocorreram no século XX na Colômbia. Em grande medida, e de maneira apenas lógica, as contribuições de García são o resultado do contexto político, econômico e social vivido pelo autor durante o tempo de sua produção intelectual. No entanto, para uma melhor compreensão dos eventos que permanecem e dos que mudam no século em questão, e de como estes marcam a obra do autor, este capítulo narra a partir de uma abordagem geral os feitos considerados mais representativos entre 1863 e 1982, com o propósito de mostrar os eventos que marcam a economia colombiana durante esses anos. Pretende-se, portanto, oferecer um contexto que sirva de base para interpretar a visão de desenvolvimento por parte do autor, assim como a importância de suas propostas.

3.1 O SÉCULO XIX NA COLÔMBIA

A partir de uma perspectiva política, um dos feitos mais importantes do século XIX na Colômbia faz referência a duas grandes guerras civis que envolveram os partidos políticos liberal e conservador no território nacional e à fragmentação política do país. A partir de uma perspectiva econômica, o século XIX na Colômbia é uma época de transição para o capitalismo (Palacios, 1983, p. 432), caracterizado por um predomínio do modelo econômico feudal, que só veria sua transferência para uma lenta unificação política e um desenvolvimento capitalista no século XX (KALMANOVITZ, 2003, p. 243).

Finalmente, um olhar geográfico nos mostra que, desde a época da colônia até a primeira metade do século XIX, duas Colômbias coexistiam divididas pelo Rio Magdalena. Do lado ocidental, um país caracterizado pela colonização de terras, de tipo escravista e mineiro⁴⁵, de pequenas propriedades, de cidades e de aldeias. Do lado oriental, uma Colômbia identificada com a agricultura, a exploração do negro e do índio, e latifúndios (NIETO, 1992, p. 55).

⁴⁵ Na América, a escravidão e o feudalismo coincidem historicamente, ao contrário da Europa, onde a primeira precedeu o segundo (NIETO, 1973, p. 235).

3.1.1 Primeira República Liberal: o Olimpo Radical (1863-1877)

De 1863 a 1877, as reformas liberais de tipo radical se impuseram no país, no período conhecido como Primeira República Liberal ou Olimpo Radical. Estas transformações chegam à sua máxima expressão com a promulgação da constituição “Río Negro”, de 1863, que dá ao país o nome de “Estados Unidos da Colômbia”, manifestando o caráter anticlerical do Partido Liberal. Tal constituição, com seu exagerado feudalismo que constituía a base de sua proposta, expôs à nação colombiana a sua dissolução. Neste período existia um feudalismo liberal e democrático nas leis, mas um sistema de concentração de poder na realidade política nacional (NIETO, 1973, p. 340).

Por volta de 1875, inicia-se uma crise generalizada no país, ocasionada pela queda do preço das exportações e pela crise mundial. Três anos depois, após os liberais perderem o poder para os conservadores após uma derrota na guerra civil de 1877, uma “aliança” entre um setor moderado do liberalismo, de um lado, e o Partido Conservador, de outro, assume o poder da nação.

Em 1880, a crise iniciada cinco anos antes se agrava e ocasiona a ruptura da estabilidade política do Partido Liberal (Nieto, 1973, p. 292). Por outro lado, embora durante a aliança política o predomínio de governo tenha sido do Partido Liberal, evidencia-se uma hegemonia do Partido Conservador em termos ideológicos, que pouco a pouco foi obtendo um maior espaço político até chegar de fato ao poder em 1886, quando os conservadores mudam a constituição, e formalmente em 1888, momento em que conquistam a presidência (URREGO, 2005, p. 39).

3.1.2 A Regeneração (1886-1904)

Conforme mencionado, no ano de 1886 os conservadores detêm o poder na prática, dando início ao que ficou conhecido como o período da Regeneração. Consequentemente, neste ano, surge uma nova constituição que outorga supremacia política à Igreja Católica, colocando Deus como o centro da ordem e dá diretrizes para moralizar e educar a população, além da administração de territórios, tais como as reservas indígenas (URREGO, 2005, p. 40). Este rumo político foi respaldado por um acordo assinado pela Santa Sé em 1887, e diferia consideravelmente do cenário de países da mesma região, como México e Brasil, nos quais predominava fortemente o positivismo.

Com a Regeneração, a Colômbia se organiza nacionalmente. Ou seja: cria-se uma estrutura estatal que representa a superação da Constituição de “Rio Negro” a partir da instalação da Constituição de 1886 (NIETO, 1973, p. 316). Com este novo documento, o país passaria a viver uma centralização política e descentralização administrativa que garantiria a autonomia administrativa das entidades políticas locais (NIETO, 1973, p. 319).

Por meio da carta de 1886, se consolida uma aliança entre o fragilizado Partido Conservador e a poderosa Igreja Católica. Esta última assume um papel de agente eleitoral dos conservadores, fato que contribui ao clero para a manutenção do poder, da posse sobre grandes áreas de terra, o controle da educação e da gestão do estado civil, a manutenção da ordem social e a sustentação de uma alta taxa de rendas de toda natureza (PÉCAUT, 2001, p.109).

O pensamento conservador, tradicional, autoritário e excludente via nos liberais uma escola antinacional que se aliava a grupos, como os maçons, que se opunham às diretrizes católicas provenientes de Roma. Qualquer dissidente da ordem social e política estabelecida pela igreja e pelo governo conservador era considerado um herege. “Regeneração total ou catástrofe” e “uma nação, uma raça, um Deus” eram alguns dos lemas que distinguiam os “godos” – termo pejorativo referente aos conservadores – daquela época.

Neste sentido, para Urrego, o período da Regeneração baseou seu projeto político em um retorno à Idade Média, já que todas as instâncias de poder se subordinavam à Igreja. O modelo cidadão burguês, criado na Revolução Francesa, era substituído pelo católico virtuoso. Este contexto não apenas foi institucionalizado pelos costumes diários: uma série de instituições foram criadas para dar solidez ao projeto conservador (URREGO, 2005, p. 42).

A política da *Regeneração* centrava seus interesses e esforços no conflito bipartidário e na trama de estratégias para derrotar o enfraquecido Partido Liberal. Este comportamento conservador era atípico se comparado com outros países da região no início do século XX. As nações vizinhas consolidavam suas fronteiras, e adaptavam e criavam uma infraestrutura que estivesse de acordo com as exigências do capitalismo mundial, criando mercados internos.

Como consequência desta perda de perspectiva dos conservadores, que concentravam suas forças na luta política contra os liberais, a partir da Regeneração o Partido Liberal se divide. Tempos depois, quando sai derrotado nas guerras civis de 1895 e na dos Mil Dias (1889 – 1902), sofre sua desarticulação. Com a Regeneração, o antigo projeto histórico do Partido Liberal – a construção de um estado burguês clássico (URREGO, 2005, p. 43), com uma clara separação entre Estado e Igreja e, em geral, a segmentação dos recursos nacionais

em direção a uma integração capitalista – acabou sendo adiado, devido às circunstâncias criadas.

Durante a guerra dos Mil Dias, o governo caiu na tentação de se financiar com a emissão primária. Em outras palavras, os conservadores decidiram derrotar o inimigo à custa da impressão e depreciação do papel-moeda, produzindo uma das maiores hiperinflações da história do país (DEAS, 1980, p. 170). Conseqüentemente, o século XIX terminou com vitória conservadora e iminente derrota liberal, um orçamento nacional prejudicado pelos gastos com a guerra, alta emissão de moeda, elevada inflação e desvalorização e um perigoso abandono de outros temas nacionais que se encontravam fora do enfrentamento entre os dois partidos.

No ano de 1903, o governo da Regeneração enfrenta os resultados de suas políticas. A perda do Panamá, principal via de comunicação externa do país, e até aquele momento parte do território colombiano, ocorre sem qualquer resistência por parte do governo. A perda do canal panamenho simboliza a falta de importância dada pelas elites dominantes conservadoras em relação aos interesses nacionais e a alienação do país sobre as tendências e necessidades identificadas pelas burguesias latino-americanas, que desenvolviam suas forças produtivas rumo à inserção de suas economias no mercado mundial. O conceito de “nação” que prevalecia nas mentes conservadoras concebia e reduzia o país ao Altiplano Cundiboyacense, considerando apenas poucas cidades e regiões. A maioria do território era percebida como zonas remotas e inóspitas, de terra quente, cuja população era imoral e não representava para a Regeneração nenhuma utilidade política (URREGO, 2005, pp. 43-44).

A separação do Panamá envolveu a transferência de uma ferrovia interoceânica, dois portos comerciais e obras avançadas na construção do canal. Não obstante, conforme já observado, as classes dominantes da Colômbia, um país ainda não centralizado até então, não enviaram tropas nem romperam relações diplomáticas com os Estados Unidos. Em vez disso, persistiram com as concessões às companhias petrolíferas norte-americanas como a United Fruit Company e a Tropical Oil Company (esta uma filial da Standard Oil Company), prevenindo a ameaça que os Estados Unidos representavam para a região.

[...] Estas empresas, além de impor sua própria legislação em termos de posse de terras, contratação, exportações, impostos, educação e habitação, sob a inspiração de Theodore Roosevelt, exigiam a concessão perpétua de todos os terrenos que pudessem ter o hidrocarboneto. Deste modo, tais multinacionais não representavam benefício algum para o Estado e seus cidadãos (KALMANOVITZ, 2003, pp. 261-264).

Apesar do cenário sombrio exposto, um dos mais notáveis sucessos do conservadorismo foi a criação do Banco Nacional, em 1881. Não obstante, o Estado ficou

subordinado aos banqueiros e à elite financeira. Isto se refletiu na administração do orçamento estatal por parte de bancos privados e pelo empréstimo de dinheiro ao governo (URREGO, p. 51).

Outro aspecto que pode ser atribuído à Regeneração é o auge da economia do café, no final do século XIX⁴⁶. De acordo com seus representantes, o auge da produção e exportação de café foi intencional por parte da oligarquia, com respaldo da igreja, para desenvolver de modo capitalista este mercado. No entanto, vários autores sustentam que a expansão cafeeira⁴⁷ ocorreu por outros motivos. Em primeiro lugar, alguns escritos evidenciam que o cultivo do café teve início antes da Regeneração, entre outras razões pelo abandono de culturas como quinino, índigo e tabaco e sua conseqüente substituição por plantações de café, principalmente na zona central do país.

Em segundo lugar, torna-se evidente que as políticas adotadas pela Regeneração vão à contramão de um desejo de transformação para novas formas capitalistas de produção de grãos. A existência de uma força de trabalho não livre, controlada através da figura da fazenda; a defesa dos latifúndios, as formas atrasadas de produção implementadas; a forte participação do trabalho em relação ao capital; a precariedade tecnológica; o interesse dos comerciantes por formas rentistas, e não produtivas, de capital, que colocou em um plano de rivalidade muitos comerciantes e colonos por conta da apropriação legal ou não de terra por parte dos primeiros; e a imposição de cargas tributárias ao cultivo do café para financiar a oposição contra os liberais são uma mostra disso (URREGO, 2005, pp. 53-55).

No entanto, os 40 anos que vão de 1870 a 1910⁴⁸ podem ser considerados como o período do estabelecimento da economia cafeeira colombiana. Isso se constata ao

⁴⁶ A história da economia cafeeira pode ser dividida em quatro grandes períodos: 1. A criação da indústria cafeeira (1880-1910). Esta nasce nos santanderes em 1880 e logo se assenta em Cundinamarca e Tolima entre 1880 e 1910, e finalmente chega a Antioquia e Caldas entre o fim do século XIX até 1910; 2. A expansão pré-capitalista da economia (1910-1930); 3. A transição ao capitalismo (1940-1970); e 4. A modernização e a crise da economia do café (1970-2000) (MACHADO, 2001, p. 79).

⁴⁷ A primeira expansão cafeeira começa em meados do século XIX, quando o café entra pelos santanderes face à crise de exportação do quinino, do índigo e do tabaco, que formaram hordas de trabalhadores que encontraram no café seu modo de subsistência (MACHADO, 2001, p. 79). Neste período, o café adota uma forma de produção baseada no latifúndio.

Em 1910 começa a segunda expansão cafeeira da Colômbia, sustentada na produção do oeste do país, que converteu a nação no segundo maior produtor mundial do grão. Esta expansão produziu dois efeitos principais: o primeiro tem a ver com o crescimento estatal não apenas em tamanho, mas também em recursos; o segundo é a crescente dependência do país em relação aos fluxos do comércio internacional (OCAMPO; MONTENEGRO, 2007, p. 338-340).

Esta expansão cafeeira já não se sustenta no sistema de fazenda, no qual já havia se desenvolvido a produção do grão em finais do século XIX nos santanderes, Cundinamarca e algumas regiões de Antioquia, mas sim produção vinda do oeste do país (BEJARANO, 1987).

⁴⁸ Para Daniel Pécaut, o desenvolvimento em forma de cultivo de café começa próximo a 1880, intensificando-se em 1890 e aumentando seu ritmo de crescimento até 1930 (PÉCAUT, 2001, p. 77).

analisarmos, primeiro, a difusão geográfica de cultivo, e segundo, sua importância dentro das exportações colombianas⁴⁹ – apesar de crises como a de 1879-1883 e a de 1897-1910 (PALACIOS, 1983, p. 237) (OCAMPO, 1980, p. 102).

A instauração da economia cafeeira na Colômbia andou de mãos dadas com a industrialização do país. A partir de 1890, teve início um lento processo de desenvolvimento do capital, cuja fundamentação se encontra em elementos endógenos tais como [...] as migrações populacionais após a guerra dos Mil Dias, protestos e iniciativas de produção camponesa. Isso permitiu que o trabalho, as forças produtivas e o capital começassem um processo de acumulação vertiginoso, [...] formando duas classes capitalistas no país, iniciando pela região de Antioquia antes de instalar-se no resto da Colômbia (KALMANOVITZ, 2003, p. 249).

Em consequência, nos últimos vinte anos do século XIX, com o capital originado nas atividades de mineração, comércio e economia cafeeira, teve início a industrialização colombiana, especialmente nas cidades de Bogotá, Medellín e Barranquilla. Algumas das indústrias mais importantes viraram pivôs ao redor dos quais outras empresas e produtores cresceram e se desenvolveram, como a cervejaria Bavaria – criada com capital alemão –, empresas têxteis, de chocolates, sabões e transporte.

3.2 O SÉCULO XX NA COLÔMBIA

No século XX, a Colômbia experimentou um desenvolvimento capitalista tardio, imerso em uma soberania política limitada. Neste período o país entra na esfera da expansão norte-americana, implicando, conforme já assinalado, a perda do canal do Panamá e a geração de economias de enclave sobre o petróleo e a banana. Estes enclaves deram origem à criação do proletariado, sem contribuir para a formação de uma burguesia local (KALMANOVITZ, 2003, p. 245).

Para Ocampo e Montenegro, depois da guerra dos Mil Dias, em 1902, é que tem início o desenvolvimento da Colômbia, que se tornou viável graças à economia cafeeira em minifúndios no oeste do país e aos setores de enclave representados pelo ouro, platina, banana (que têm origem nas últimas décadas do século XIX) e petróleo, cujo fortalecimento remete à década de 1920 (OCAMPO; MONTENEGRO, 2007, p. 19).

⁴⁹ Entre 1886 e 1890, a expansão das exportações se dá principalmente pelo café da região leste da Colômbia e dos metais preciosos provenientes de Antioquia (OCAMPO, 1980, p. 102).

Assim, a Colômbia experimentou uma maior acumulação de capital e um crescimento nas exportações e renda, por conta das políticas protecionistas como tarifas, entre outras. Uma das causas que mais influenciou foi a elevação do preço internacional do café no começo do período da Regeneração (URREGO, 2005, p. 47).

O café representou uma das bases mais importantes na consolidação do mercado interno durante as primeiras décadas do século XX na Colômbia. Fonte da acumulação interna de capital e rendas fiscais, o café impulsionou o desenvolvimento econômico de suas zonas de cultivo e tornou os cafeeiros mais influentes nas altas esferas de poder mediante a criação da Federação Nacional de Cafeeiros, em 1927 (URREGO, 2005, p. 56).

Além do café, outras indústrias financiadas com capital estrangeiro foram a base do sustento econômico do país no começo do século XX, ainda quando a sua estruturação, baseada em concessões, ia em sentido oposto aos interesses nacionais. Os enclaves do petróleo e da banana em Magdalena são exemplos disso.

3.2.1 A Hegemonia Conservadora (1910-1930)

Neste período ocorre o processo de consolidação do capitalismo. Os fatores produtivos se organizam e ocorre acumulação de capital baseada na exportação de café, apesar do escasso apoio e celeridade que o Estado oferecia.

Feitos como a criação de um banco central (1923) e o fortalecimento da economia cafeeira ocorre dentro deste contexto limitado. O primeiro como uma exceção, e o segundo como um fenômeno à margem da política da regeneração (URREGO, 2005, p. 43).

Quanto ao trabalho, em 1910 se inicia a formação de um proletariado. Ainda que o número não fosse tão representativo quanto o da população artesã, serviu de suporte à expansão comercial que se vivia na época por meios ferroviários e marítimos, à construção de obras públicas e ao desenvolvimento de enclaves de caráter estrangeiro (PÉCAUT, 2001, p. 113).

Mas o lento avanço capitalista se veria truncado quatro anos depois, sob a presidência de José Vicente Concha, com o impacto da Primeira Guerra Mundial. As medidas tomadas para amenizar a baixa demanda mundial pelo café, ocorrida por conta do conflito, acabaram por diminuir notavelmente a construção de obras públicas e os gastos, o que aumentou muito o desemprego e complicou as finanças do Estado. A Colômbia, do início da guerra até 1920,

passou por um desenvolvimento limitado de suas forças produtivas, apresentando características de uma economia voltada para o mercado interno (MESA, 1971, p. 206).

Passada a guerra, a estabilidade do país aos poucos retornava. As exportações de café voltaram ao nível normal, e a indústria têxtil cresceu consideravelmente. No entanto, não foi o suficiente para cobrir o déficit de renda do Estado. Para o ano de 1921, o país havia decidido enfrentar a situação promovendo os investimentos estrangeiros⁵⁰ – criticado por sua má administração – e buscando empréstimos para financiar obras públicas, especialmente estradas e ferrovias.

Entre 1922 e 1926, a Colômbia pôde levar a cabo várias destas obras públicas primordiais, entre outros motivos por conta da indenização de 25 milhões de dólares pagos pelos Estados Unidos por conta da perda do istmo panamenho. Aos projetos de infraestrutura e como fruto de aplicar as recomendações de uma comissão de especialistas vindos dos Estados Unidos – Missão Kemmerer –, somou-se a criação de várias importantes instituições: o Banco da República, em 1923, e a Controladoria Geral da Nação, neste mesmo ano (URREGO, 2005, p. 46).

A ideia de trazer Kemmerer e os demais especialistas à Colômbia se explica pelas já mencionadas consequências que sobrevieram à guerra dos Mil Dias. A reimpressão de papel moeda executada pelo governo e a crise que se abatera sobre o país tornaram necessário um reordenamento do sistema financeiro nacional. Após a Missão, a Colômbia estabeleceu o padrão ouro, colocou o governo à margem da política monetária e a elite banqueira ganhou um novo espaço econômico e de poder.

As políticas paternalistas e moralistas do conservadorismo entraram em conflito com a realidade social, entre outros aspectos pela existência de monopólios sobre produtos como bebidas alcoólicas e fósforos. Assim, as lutas populares cresceram rapidamente, enquanto a hegemonia conservadora travava a batalha contra a crise. Entre 1926 e 1930, greves e protestos estudantis e operários proliferaram, levando o país a uma das datas mais violentas de sua história. O chamado Massacre das Bananeiras foi um enfrentamento entre as forças armadas e uma multidão de trabalhadores desarmados que denunciavam as deploráveis condições de trabalhos a que eram submetidos na United Fruit Company.

Na primeira fase do século XX, ainda que o país tenha dado sinais de inserção no mundo capitalista, este processo foi frágil e não resultou em formas de produção modernas. O

⁵⁰ Concessões como a “Barco”, entregue à Colombian Petroleum Company (COLPET) e a “Mares”, à Standard Oil Company, de Nova Jersey, beneficiaram empresas que não cumpriam rigidamente as condições estipuladas.

comércio exterior limitado, o baixo investimento estrangeiro e o incipiente desenvolvimento de estradas e ferrovias concentradas em poucos departamentos, que deixam de lado outras importantes regiões que são fontes de matérias-primas para a nascente indústria são alguns exemplos do contexto daquele momento (URREGO, 2005, p. 59 e 61).

As principais características que fazem do capitalismo na Colômbia um processo frágil e lento, com um capital mediano e várias cidades, podem ser observados na dificuldade experimentada na formação do mercado interno do país, devido, entre outras razões, ao baixo desenvolvimento dos meios de comunicação; na inércia na qual permanecia o tema da propriedade da terra; na mono-exportação cafeeira, que se deu até meados do século; no uso da violência como instrumento de autoridade, domínio ideológico e moral; e da concorrência do capital⁵¹ norte-americano⁵² no principal setor da economia, o petróleo (URREGO, 2005, p. 62).

Em síntese, os anos 20, a dinâmica impulsionada pela economia cafeeira, a chegada de importantes capitais provenientes da bolsa de Nova York e a indenização do canal do Panamá conduziram a uma prosperidade econômica no país, refletida principalmente no crescimento industrial e no estímulo das obras públicas, conhecida como “A Dança dos Milhões” (GIRALDO, 1994, p. 9).

Em 1930, o liberal Enrique Olaya Herrera assume como chefe de Estado, dando fim à Hegemonia Conservadora enquanto período histórico, ainda que fosse uma derrota apenas parcial em termos práticos. Parlamentares e alguns ministros conservadores tinham presença política dentro do novo período, denominado de “A Segunda República Liberal”. Por sua vez, os liberais mais radicais viam o retorno ao poder como uma realidade.

Um dos aspectos mais interessantes destes anos é o fim da violência entre os dois partidos políticos, no nível de suas elites, dada a colaboração e o oferecimento de cotas políticas a seus dirigentes. No entanto, o enfrentamento bélico prosseguiu ocorrendo nas camadas mais baixas da sociedade, onde o “gaitanismo”, os setores comunistas e os socialistas se encontravam em processo de fortalecimento. Cabe lembrar que, após a Primeira República Liberal, este partido se dividiu e alguns de seus membros se misturaram e participaram do governo conservador que se seguiu. Somente os liberais mais radicais se mantiveram à espera de uma reconquista do poder (URREGO, 2005, p. 62).

⁵¹ O capital proveniente dos Estados Unidos encontrava caminho livre no país a partir da perda do canal do Panamá e dos condicionamentos impostos por aquela nação como resultado dos empréstimos ao governo colombiano.

⁵² Os empréstimos de 1927 e 1928, de 25 e 35 milhões de dólares respectivamente, seriam os responsáveis pela crise da dívida pela qual passaria o governo de Enrique Santos na conjuntura das décadas de 1930 e 1940.

3.2.2 A Segunda República Liberal (1930-1946)

Desde 1887, os liberais foram colocados em um segundo plano, deslocados politicamente pelos conservadores. O retorno do comando da nação para eles implicou não apenas a satisfação de seus membros, mas também o compromisso e o desafio de transformar o país em vários aspectos: industrializá-lo, moralizá-lo, eliminar as relações de produção não capitalistas, superar o déficit fiscal e controlar a inflação, todos elementos que faziam parte da agenda naquele momento. A proposta oriental se voltava para a criação de um mercado interno que desse suporte à expansão deste novo país capitalista que pretendia o liberalismo. Institucionalizar o país, para eles, era uma tarefa inadiável, bem como organizar a força de trabalho mediante uma legislação trabalhista que regulasse o conflito (URREGO, 2005, p. 47).

Enrique Olaya Herrera assume o comando do país entre 1930 e 1934. Ainda que fosse ligado ao Partido Liberal, seu governo se caracterizou por uma coalizão com os conservadores, conhecida como “Concentração Nacional”. Foram acordadas, entre outras questões, a não modificação da estrutura de poder e a relação que os conservadores haviam construído com a Igreja e se estabeleceria o protecionismo na Colômbia (MOLINA, 1986, p. 23).

A radiografia colombiana naquele momento mostrava um país largado pela metade. Nem revolução nem dominação colonial descreviam a Colômbia. Uma mescla de várias influências e um país dividido formavam um Estado que não superava seu mero caráter simbólico e que, como instrumento funcional, agora estava sob a hegemonia da ideologia liberal.

O ano de 1930 é recebido na Colômbia sob o ponto de vista político com a divisão e a crise do Partido Conservador e com a vitória liberal nas eleições presidenciais. No plano econômico, pelo pleno crescimento da burguesia cafeeira agroexportadora, que culpa o Estado pela crise política e social dos anos anteriores (PÉCAUT, 2011, p. 130 e 133).

Sob este contexto, a década de 30, apesar de dar início a um novo período na história da Colômbia, foi marcada tanto por feitos que demonstram uma continuidade do passado quanto por fenômenos que denotam claras rupturas. Permanências e mudanças se confundem em um contexto de desarticulação e contradições, que formam a rota escolhida para a adaptação à nova conjuntura.

Entre os aspectos que receberam continuidade encontramos a expansão da economia cafeeira; a aposta por um modelo de desenvolvimento voltado para o exterior; o desenvolvimento contínuo (ainda que limitado) da indústria local – que consolida depois de 1930 com a adoção do modelo de substituição de importações⁵³; a hegemonia do liberalismo econômico; a legitimidade da democracia parlamentar; o domínio político da população por parte dos dois partidos tradicionais do país; a sobrevivência da ordem oligárquica apesar de suas fissuras e conflitos; a preservação das grandes propriedades fundiárias; e a estagnação de um Estado que só se afirma por diferenciar-se em relação ao exterior (PÉCAUT, 2001, p. 133 e 141).

Quanto às mudanças, a reelaboração do conceito de unidade nacional sob a égide do Estado, a transformação da democracia oligárquica em participativa e em uma sociedade burguesa moderna podem observados claramente nas políticas compreendidas entre 1935 e 1937, propostas pelo presidente Alfonso López Pumarejo com o lema da “Revolução em Marcha” (PÉCAUT, 2001, p. 133).

A unidade nacional a que se faz referência é instaurada e determinada de cima. Ela reconhece e aborda as diferenças e classes sociais sempre que se reconheça, ainda que virtualmente, a unidade da sociedade (PÉCAUT, 2001, p. 135). Ou seja: é uma política a se institucionalizar, através de um Estado “intervencionista”, e não o resultado de coesões sociais previamente ocorridas. Consequentemente, este intervencionismo dos anos 30 não resolve a fragmentação e desarticulação dos interesses parciais, mas sim os complementa (PÉCAUT, 2001, p. 326).

As mudanças que aconteciam não eram apenas de cunho político. A Colômbia se encontrava em uma profunda crise econômica⁵⁴, consequência direta da Grande Depressão de 1929, que manteve os países industrializados em recessão. A interrupção do crédito internacional e o colapso do preço internacional do café⁵⁵ nos mercados de Nova York – cerca de 50% - se converteram, então, nos principais efeitos que a região foi obrigada a enfrentar. Por outro lado, a guerra contra o Peru, em 1932 – disputa territorial da região do Amazonas – afetou severamente o orçamento, levando o governo a financiar-se pela emissão de moeda, o que causou uma elevação da inflação e, portanto, dos salários reais.

⁵³ Apesar da instauração deste novo modelo de industrialização, para autores como Mario Arrubla (1963) este período pode ser descrito como uma interrupção do desenvolvimento do subdesenvolvimento.

⁵⁴ A capacidade de pagamento sobre empréstimos externos diminuiu cerca de 20%. As reservas de ouro e divisas caíram 76,72% entre 1929 e 1931 (Pécaut, 2001, p. 154).

⁵⁵ Depois de um aumento importante nos preços do café entre 1920 e 1929, ocorre queda a partir de 1930. Neste período, a quantidade de exportações não se reduziu de maneira considerável, voltando a crescer em 1934 (PIZANO, 1980, p. 196).

A crise mundial chegou à Colômbia em meio a uma espetacular prosperidade marcada por grandes exportações de café e petróleo e excelentes termos de troca (OCAMPO; MONTENEGRO, 2007, p. 63). Ela pode ser dividida em duas fases principais. Na primeira, que durou cerca de dois anos e meio, o país atuou sob as diretrizes que determinam o padrão, perdendo grande quantidade de suas reservas internacionais, desvalorizando o peso, contraindo gastos e decidindo pagar a dívida externa. Na segunda, as políticas se tornam mais heterodoxas devido a acontecimentos externos e pressões sociais internas. Assim, foram adotadas políticas de controle de câmbio e expansão do crédito, entre outras (OCAMPO; MONTENEGRO, 2007, p. 85-95).

Um elemento adicional à crise se somava a este momento difícil para os liberais. A violência no campo deslocou grandes massas de população para as cidades. Nestas, o desemprego e a paralisia das obras públicas pela ausência de crédito não representavam uma alternativa para estas migrações.

A crise se caracterizava não pela criação de novas formas de produção, mas porque apareceram novas condições que, dentro da forma existente – apropriação individual de riquezas –, facilitavam um desenvolvimento industrial mais rápido através da transformação técnica da economia (NIETO, 1973, p. 261). Esta transformação técnica surge ante a iminência das dificuldades econômicas mundiais de 1929, que suspenderam os empréstimos internacionais. Consequentemente, os trabalhadores das obras públicas e os camponeses passam a trabalhar em fábricas (NIETO, 1973, p. 262).

A crise de 1930 pode ser entendida de maneira mais adequada se lembrarmos da situação socioeconômica em que se encontrava a economia nacional colombiana. Na década de 1920, boa parte da renda da Colômbia vinha da prosperidade exportadora de café e do crédito externo que era aplicado em obras públicas. Tudo isso se encontrava dentro do propósito de apoiar o modelo primário exportador. As ferrovias se constituíram no pilar das obras, já que eram requisitadas vias de acesso que levassem os produtos do centro do país aos portos marítimos. As fontes de financiamento provinham primordialmente da indenização do Panamá, da forte tributação sobre o setor externo e do crédito estrangeiro (GIRALDO, 1994, p. 2). Também é preciso lembrar que a Missão Kemmerer havia proibido financiar o orçamento com emissão de dinheiro do Banco da República, exigindo que o dinheiro circulante estivesse respaldado pelo ouro, e, mesmo quando permitiu uma taxa de câmbio livre, a saída de divisas foi controlada para evitar danos à balança de pagamentos (GIRALDO, 1994, p. 3).

Quanto ao capital norte-americano, este só não se reproduziu nos mercados de banana e petróleo. Recursos comerciais e bancários participaram ativamente da intermediação do café ao ponto que, em 1929, cerca de 50% das exportações do país eram realizadas por agências comerciais norte-americanas. A maior casa exportadora era a de Pedro A. Lopez – pai de Alfonso López Pumarejo, que sucederia Olaya Herrera na presidência (KALMANOVITZ, 2003, p. 266).

É compreensível que, chegada a crise de 1929, o governo não dispunha de muitas ferramentas para enfrentar a situação de falta de liquidez, a queda da demanda agregada – evidenciada na deflação ocorrida entre 1929 e 1933 – e no Produto Interno Bruto. As circunstâncias forçaram Olaya Herrera a solicitar uma segunda vinda de Kemmerer à Colômbia. O grupo de especialistas chegou em 1930, e as recomendações seguiram a mesma linha das efetuadas na primeira missão e, apesar da diligência com que foram assumidos os conselhos, o crédito solicitado levou mais de dois anos para ser entregue em relação à data combinada (GIRALDO, 1994, p. 4).

Em 1931, a emissão monetária teve que ser aceita. O dinheiro obtido ajudou na criação de caixas e empresas de crédito, amortização de dívidas, construção de estradas, prédios etc. Neste mesmo ano, o governo de Olaya Herrera apresentou um plano econômico que propôs a moratória parcial da dívida externa. Ou seja: o governo se comprometia apenas a pagar os juros. Em 1934, a moratória se dá de maneira total.

Não há dúvida a respeito do desenvolvimento da Colômbia e da América Latina na década de 1930. No entanto, é pertinente mostrar as divergências existentes quanto à explicação da origem desta industrialização.

Por um lado, encontra-se a amplamente aceita interpretação que assinala a crise como o ponto inicial da industrialização. Esta tese apresenta a industrialização como uma política intencional e intervencionista do Estado. Para outros autores, não obstante, tal política intencional não existe, afinal, trata-se do resultado não planejado de uma política destinada a proteger os interesses do setor exportador.

[...] a hipótese de substituição de importações não é suficiente para explicar um processo social de tanta envergadura [...] como a produção de fábrica em um país há pouco tempo dominado por relações servis de produção [...] Na verdade, não haveriam se consolidado nem a industrialização, nem a substituição de importações se não houvesse ocorrido a centralização política de 1880 em diante, além do fortalecimento do estado e do surgimento de um banco nacional como alavancas ao mesmo processo exportador e à acumulação privada de capital [...] A substituição de importações não resulta tanto de uma política consciente ou deliberada de proteção, mas das medidas adotadas para compensar a crise do setor exportador. A escassez absoluta de divisas obriga um racionamento e a diminuição de importações, enquanto que a desvalorização restitui as rendas dos produtores e exportadores de café (KALMANOVITZ, p. 305-306).

De acordo com autores como Álvaro Tirado Mejía, a crise de 1930 foi determinante para configuração da indústria leve no país. A partir deste ano, não se instalou no território nacional uma indústria pré-existente, mas foi possível a utilização plena de equipamento já instalado, em um mercado relativamente livre de manufaturas estrangeiras, devido à dificuldade para adquirir divisas (Tirado, 1988, p. 299). Antes da crise de 1929, já existia na Colômbia um mercado suficiente e uma acumulação de capital logrado pelo setor comerciante através da exportação de ouro, tabaco e café (TIRADO, 1988, p. 300).

Para este autor, entre 1920 e 1930, um conjunto de elementos acabou favorecendo conjuntamente o desenvolvimento da indústria: fluxo de capitais estrangeiros dedicados principalmente a obras de infraestrutura, construção de obras públicas que geraram emprego e renda e, portanto, demanda por aqueles que antes eram camponeses, crescimento das populações urbanas de maior renda, aumento das exportações, estabilidade política, organização da questão monetária e aparição do Banco da República como banco central. Estes elementos propiciaram, entre outros aspectos, uma queda da taxa de juros a partir de 1924 (TIRADO, 1988, p. 298).

Há outras interpretações sobre a origem da crise que argumentam a importância dela como originária do desenvolvimento industrial do país. Ocampo e Montenegro sustentam que o crescimento industrial durante os anos 30 na Colômbia não se baseou no fundamental, a capacidade pré-instalada, mas na nova ampliação de acervo de capital cimentado na importação de equipamento novo ou usado (OCAMPO; MONTENEGRO, 2007, p. 132 e 133). Antes de 1925, os investimentos na maquinaria industrial eram praticamente insignificantes, ao contrário da ampliação da capacidade produtiva dos anos 30 (OCAMPO; MONTENEGRO, 2007, pp. 133 e 154).

No ano de 1934, o último do governo de Olaya Herrera, a política expansionista do chefe máximo da nação havia perdido seu caráter contracíclico e reativador, convertendo-se em uma política que ameaçava a estabilidade orçamentária do país. A guerra de 1932 contra o Peru, o aumento de 70% do preço doméstico do café no início de 1934 e a paulatina moratória da dívida externa alimentavam o forte crescimento da base monetária e do gasto assumido pelo governo (GIRALDO, 1994, p. 5).

Além disso, a inflação elevou os preços dos produtos agropecuários, gerando incentivos suficientes para que arrendatários e agricultores exigissem mais direitos trabalhistas e de posse de culturas próprias. Alfonso López Pumarejo (1934-1938), na presidência, encararia este problema a partir de uma perspectiva estrutural, exigindo

mudanças profundas que afetariam o domínio político e econômico que detinha a oligarquia (GIRALDO, 1994, p. 7).

López Pumarejo representou o ponto de concertação que levaria vários setores a obter seus propósitos e tiraria o país da crise ao converter o Estado em uma representação dos triunfos sociais e industriais. Revolução social e reformas sociais para as classes trabalhadoras e modernização e industrialização para a burguesia empresarial constituíam os eixos de uma reforma sem precedentes. No entanto, as aspirações de López estavam muito acima do limite que os proprietários de terra e donos da capital estavam dispostos a aceitar. A reforma agrária, a mudança do sistema educativo confessional por um laico e aberto, o estabelecimento de um Estado intervencionista, mas com clara separação entre Igreja-Estado e os impostos progressivos à renda eram medidas muito ameaçadoras para a oligarquia que detinha o poder. Esta manifestou sua inconformidade de forma clara em 1937, um ano antes do fim do mandato de López, ao exigir a renúncia do presidente – mas não obtendo sucesso na empreitada.

Talvez a maior luta de López e de seu governo sob o lema da “Revolução em Marcha” estava no plano ideológico que vinculava o político ao sagrado, de maneira que o princípio da autoridade – consagrado a Deus na Constituição de 1886 – não admitia questionamentos, ou se pagaria o preço do pecado e do imoral (GIRALDO, 1994, p. 7). A reforma constitucional de 1936 mostraria a verdadeira determinação de López Pumarejo para levar a cabo esta transformação. Nesta carta, a soberania teria origem popular, e a liberdade implicava o cumprimento dos direitos sociais do indivíduo. Deus estava fora da ordem econômica, pois o poder civil independe do poder eclesiástico. Neste sentido, os proprietários de terra, que exerciam um poder baseado nestas posses, não estão mais amparados por forças divinas. Em outras palavras, reconhece-se a função social da propriedade privada da terra (GIRALDO, 1994, p. 9).

Para Gerardo Molina, a constituição de 1936 possuía caráter social. Nela, convergem a expressão de um movimento político que coletava a vontade nacional de mudança e a influência, de um lado, das revoluções soviética e mexicana, e de outro as experiências da constituição alemã de Weimar (1919) e da Espanha (1931) (MOLINA, 1986, p. 55).

Em relação à política intervencionista de López, pode-se dizer que o protecionismo leva consigo uma perspectiva muito diferente da que havia no início da crise dos anos 30. Durante os primeiros anos da crise mundial, o protecionismo foi a forma de evitar a falência do Estado. No entanto, nos anos de 1934 e 1935, pode ser considerada como uma política de

industrialização, que, é interessante notar, tem um efeito menor que o da política de desvalorização⁵⁶ (PÉCAUT, 2001, p. 138).

Reformas, proteção e indústria ocorriam simultaneamente a um conjunto de ações da oposição, que pretendia proteger seus interesses. Em 1935, surge a Associação Patriótica Nacional (APEN), formada por cafeicultores e latifundiários liberais que se opunham às reformas sociais de López (PÉCAUT, 2001, p. 315). Já no final de 1936, a contrarrevolução (conservadora) às reformas de López Pumarejo apresenta uma estrutura clara de poder e toma a frente em relação às políticas da “Revolução em Marcha”. No entanto, neste momento, estas reformas já haviam sido implementadas pelo governo, apesar dos olhares descontentes dos contrarreformistas (PÉCAUT, 2001, pp. 319-320).

O panorama político passa a convergir para uma disputa entre o poder radical, clerical, em aliança com a igreja e representado pelos conservadores contra um governo reformista, que pretende secularizar a educação, a regulação do Estado civil, a liberdade de consciência, de culto e instaurar o poder público como um zelador do ensino.

A estrutura social e de classes também é afetada pelas reformas de López. De uma sociedade determinada principalmente pelas relações que carecem de uma racionalidade, a Colômbia muda para um novo ordenamento, cujos novos atores são a classe empresarial, a burguesia cafeeira, os operários, os camponeses e os empresários agrícolas (GIRALDO, p. 9). É importante observar que, com a Lei de Terras de 1936, López fortaleceu a sobrevivência da classe camponesa na Colômbia, já que nela se reconhecia aos colonos, arrendatários e meeiros o direito de pleitear a propriedade sobre as terras nas quais trabalham.

A Lei de Terra tem suas origens bem próximas da repercussão da crise de 1929 na Colômbia. Com o fim dos empréstimos, muitos trabalhadores de obras públicas voltaram ao campo, acirrando a luta pela terra. As expulsões foram imediatas, e foi neste contexto que o presidente López Pumarejo lançou a Lei 200, que anunciava uma série de dificuldades para a expulsão dos colonos de suas terras, aprovando-as somente nos casos em que faziam uso produtivo delas.

Politicamente, esta lei foi uma medida reformista que atingiu um setor do Partido Liberal, buscando abrandar a luta de classes no campo, aumentar a produtividade e dar segurança aos ocupantes das terras. Vale ressaltar que, durante o estabelecimento desta reforma, os potenciais movimentos nacionais agrários que surgiam eram interrompidos no

⁵⁶ O esforço em estabilizar o déficit da balança de pagamentos e a desvalorização têm efeitos funestos sobre a inflação nacional. A desvalorização encarece as importações, que para a Colômbia representavam bens de capital ou intermediários, elevando o custo unitário de produção e ocasionando, finalmente, inflação. (RODRÍGUEZ, 1981, p. 95).

começo pelo processo de industrialização, já que este absorveu mão de obra do campo (TIRADO, 1988, p. 317-322).

O período de López termina revelando uma clara política de arbitragem entre os diferentes interesses nacionais. Nesta difícil arte de conciliar os diferentes grupos sociais, a grande propriedade de terra serve de mecanismo para uma dominação descentralizada ante a ausência de uma presença estatal direta (PÉCAUT, 2001, p. 151).

Além de não ser legítimo, apesar de sua existência, o Estado enfrenta um grave problema de descapitalização que o impede de assumir diretamente os investimentos industriais que requeria o país naquele momento. O anterior conduz a industrialização a encontrar suporte em dois instrumentos principais: a taxa de câmbio (desvalorização) e a política protecionista em nome da produção – tarifas de importação, por exemplo. As decisões tomadas em relação ao primeiro elemento definem a entrada da burguesia cafeeira; o segundo, a formação de uma classe operária dirigida a um sistema capitalista de caráter industrial (PÉCAUT, 2001, p. 139). Sob o abrigo da proteção, as empresas funcionam sob esquemas de obtenção de vantagens, e não por produtividade. Assim mesmo, a política e o processo de industrialização são revestidos de um caráter endógeno, mas marcado por sua relação com o exterior por depender de capital estrangeiro para obter capital, tecnologia, bens intermediários e matérias-primas (PÉCAUT, 2001, p. 140).

Em 1938, após aquele que seria o primeiro governo de Alfonso López, Eduardo Santos (1938-1942) é eleito presidente da Colômbia. Ao contrário do pacto social firmado por López, que apresentava o Estado como resultado das expectativas populares e com o apoio há muito esperado que buscavam os industriais, Santos sobrepõe o Estado às classes a partir da ideologia do interesse geral. Na realidade, este esquema político possibilitava que as elites econômicas chegassem ao poder, e o Estado seria o espaço através do qual este setor abriria a porta para suas empresas, protegidos pelo que se considerava como o principal objetivo do governo: a produção nacional (GIRALDO, 1994, p. 59 e 60). Neste processo de defesa da produção, os movimentos sociais e as manifestações populares que se convertessem em obstáculos à indústria ou ao setor empresarial sem dúvida deveriam ser contidos.

Santos governa buscando superar restrições como a inexistência de acesso ao crédito devido à moratória da dívida externa declarada por Olaya Herrera e López Pumarejo, a falta de divisas que inviabilizava a importação e deixava sem recursos o fisco e, em consequência, a falta de recursos sem os quais era impossível sustentar o preço interno do café. Em meio a uma depressão do preço internacional do grão, do estrangulamento das exportações devido à depressão de 1929 e à dificuldade de comércio com a Europa por causa da Segunda Guerra

Mundial, o único mercado que aparecia disponível para a Colômbia era o norte-americano (GIRALDO, 1994, p. 62).

Eduardo Santos, então, se empenha para restabelecer as relações comerciais com os Estados Unidos para buscar dinamizar o setor exportador cafeeiro⁵⁷, promover a criação do Fundo Nacional do Café (cuja missão consistiria em garantir um preço ao produtor doméstico) e consolidar uma série de estratégias de financiamento dirigido às empresas nacionais.

Com a política posta em prática, as mudanças foram imediatas. Concessões a empresas norte-americanas, especialmente de petróleo, foram feitas pela administração. Em troca, os Estados Unidos restabelecem o serviço da dívida externa em 1940. Além disso, durante a gestão de Santos, é adotada uma política de desvalorização (que havia sido negada por López Pumarejo) e mais uma série de medidas protecionistas, como a supressão de certos impostos e um acordo de cotas de importação aos Estados Unidos, firmado em 1940 com o Brasil (que evitaria a queda do preço internacional do grão), que foram aprovadas em benefício dos exportadores cafeeiros e, em geral, de todo o empresariado nacional. Finalmente, a criação do Fundo Nacional do Café compraria as culturas que estivessem fora da cota de exportação colombiana estabelecida. Para elas, novos impostos à indústria do café foram implementados.

Pode-se afirmar, de acordo com Pécaut, que na década de 1930 as circunstâncias fazem com que o modelo de desenvolvimento adotado na Colômbia seja do tipo liberal, onde os diversos grupos de interesse do país, a começar pelos cafeicultores, mantinham comportamentos próprios anteriores à crise, já que o Brasil se encarregava do essencial, ou seja, da manutenção do preço internacional do café (PÉCAUT, 2001, p. 326).

Em respeito à política geral de proteção industrial, com grande interesse no setor agropecuário, a fonte financiadora de projetos produtivos foi a emissão monetária, com qual se deu origem à criação de uma grande lista de centrais, fábricas, companhias, estaleiros etc., criando um déficit fiscal que tinha o nobre objetivo de financiar parte da industrialização nacional. O investimento social ocorria fora do Estado, com exceção da política de melhora das habitações camponesas, que apaziguaria os potenciais focos de exigência de uma reforma agrária (GIRALDO, 1994, p. 86).

⁵⁷ As compras de bens de capital em moeda estrangeira faz com que o desenvolvimento da indústria se encontre limitado pelas divisas obtidas na venda de produtos primários (café), o qual produz um desajuste, pois as exigências do setor externo, principalmente máquinas, excedem os dólares obtidos como resultado das exportações. Desta maneira, se freia o desenvolvimento da economia (RODRÍGUEZ, 1981, p. 94).

É preciso ressaltar que o intervencionismo de que se fala durante este período não era novo: já existia antes de 1930. Ocorre que, com o Partido Liberal, esta política assume o propósito de fundar o político sob uma nova concepção da cidadania de tipo coletivo, social e de direitos não apenas formais. Invoca-se o Estado como representante do povo enquanto sujeito político e representante de uma coletividade. Não obstante, estes objetivos estavam longe de ser a realidade do país.

A década chega ao final apresentando uma sociedade dividida entre as concepções liberais e conservadoras. Um liberalismo que consegue, em muitos casos, concluir suas reformas, e um Partido Conservador de cunho radical e vocação religiosa, que apoia a política do *New Deal* e se opõe à formação de atores sociais independentes (PÉCAUT, 2001, p. 327).

Após o mandato de Santos, López Pumarejo assume pela segunda vez o cargo de presidente da Colômbia, entre 1942 e 1945. Nesta ocasião, e apesar da continuidade que Pumarejo deu às políticas de Santos ao respeitar os espaços que haviam conquistado os empresários dentro dos ministérios, algumas medidas não foram bem recebidas pela elite. Controle de preços, congelamento de uma porcentagem dos lucros e aumento das reservas bancárias são alguns dos motivos que levaram os grandes empresários que detinham o poder a criarem a Associação Nacional dos Empresários (ANDI) e mais tarde, em 1945, forçarem a renúncia do presidente. Embora o ideal de modernização e desenvolvimento industrial de López incentivasse o grupo a concordar com suas reformas, havia interesses particulares dos quais os empresários não estavam dispostos a abrir mão. A cadeira presidencial acabou assumida, no último ano de mandato, pelo também liberal Alberto Lleras Camargo.

Pouco antes da posse de López, o preço do café havia obtido uma recuperação, devido principalmente a um crescimento da demanda por parte dos Estados Unidos. A participação direta da potência na Segunda Guerra Mundial, depois do ataque a Pearl Harbor, e o envio de tropas à guerra era uma das causas. A outra consistia nas dificuldades que atravessava o Brasil para se esquivar dos ataques alemães contra seus navios, no intuito de chegar à costa norte-americana e cumprir com suas cotas.

A grande quantidade de reservas e, em consequência, a expansão da base monetária, a escassez de importações e um déficit fiscal alimentado pela redução dos impostos às importações catapultaram a inflação e levaram o país a uma situação similar à vivida durante a guerra contra o Peru.

O dinheiro que circulava pelo sistema financeiro crescia em comparação com o que fluía entre as pessoas. Neste governo, os bancos e investimentos conseguiram, com esse esquema, fazer seus capitais crescerem consideravelmente. Esta tendência em boa medida se

explica pela tendência dos industriais de investir no mercado especulativo diante da dificuldade de importarem máquinas, pessoal e insumos. Não obstante, o crescimento da indústria entre 1942 e 1944 alcançou a ordem de 12% ao ano, devido principalmente à utilização da capacidade instalada e ao processo de substituição de importações.

Naquele período, os meios de pagamento já não cresciam exclusivamente pela expansão da base monetária (financiamento do déficit e monetarização de divisas), mas pelo já explicado fortalecimento dos bancos, que havia fortalecido também a emissão secundária. Isto significa que o problema inflacionário se agravava.

Dinamizar a indústria, superando as restrições de importação, e controlar a inflação, eram dois assuntos que estavam sob a mira de López, e cuja implantação ocorria através de consulta aos banqueiros e ao setor cafeeiro, mas não à indústria e aos comerciantes. As reformas implantadas obrigaram os industriais e comerciantes a investir forçadamente parte de seus lucros em títulos do governo, aumentar os impostos para os acionistas, trocar os dólares provenientes das exportações não apenas em pesos, mas uma parte em títulos, aumentar em 100% o ajuste, exigir um depósito no Banco da República de 10% dos pagamentos realizados em moeda estrangeira por conta das importações etc. O controle de preços internos em 1943 constituiu outro motivo a mais de descontentamento do setor industrial quanto à política intervencionista do governo, aproximando as empresas à ideologia do liberalismo econômico. Por último, a reforma constitucional de 1945, que despolitizava as nomeações do aparato judicial, se somariam às causas da queda de López.

Além da oposição por parte dos dirigentes econômicos industriais, outro obstáculo complicava as reformas de López: o conservadorismo formado pela igreja e os grandes proprietários de terra, que encontraram em Laureano Gómez um representante que anos depois alcançaria a presidência do país.

A López só restava o apoio popular, representado através das centrais de trabalhadores que manifestavam seu apoio através de greves e, em parte, do movimento sindical liderado pelo Partido Comunista. Este se alinhava a uma política de defesa das democracias liberais, devido à aliança da União Soviética com as democracias ocidentais para enfrentar o fascismo durante a Segunda Guerra Mundial. Um reflexo desta situação podia ser visto na Colômbia pelo enfrentamento das forças liberais e conservadoras, esta última de linha laureanista e identificada com os regimes fascistas.

A pressão para que López abandonasse o comando da República persistiam ao ponto de, em 1944, haver uma tentativa de golpe de Estado quando ele se encontrava na cidade de Pasto. Parte da responsabilidade por este incidente recaiu sobre Laureano Gómez, o que o

obrigou a exilar-se no Equador. Em agosto de 1945, López renuncia, mas antes, e exacerbando ainda mais a oposição, emite uma reforma trabalhista e um projeto de lei. Com isso, agradecerá o apoio que lhe foi prestado pela força operária.

Com a renúncia de López Pumarejo, Alberto Lleras Camargo assume a direção da economia nacional durante o ano que restava do mandato do presidente deposto. No entanto, para uma melhor compreensão dos fatos, é conveniente analisar as transformações que ocorriam na esfera internacional da época, especialmente nos Estados Unidos, devido à sua crescente ingerência nos assuntos econômicos e políticos internos da Colômbia.

Com a vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos começaram a vislumbrar a possibilidade de tornar o ouro equivalente ao dólar, e assim conseguir aumentar seu poder econômico, uma vez que já haviam conseguido dominação política.

Em 1944, se leva a cabo nos Estados Unidos a Conferência de Bretton Woods, cujo propósito era eliminar as barreiras ao comércio exterior. Na conferência, os Estados Unidos desejavam impor o padrão ouro-dólar, o que lhe daria o poder da emissão e a possibilidade de acesso a bens e serviços internacionais. A Inglaterra apresentou o contraponto na conferência, adotando uma postura coerente com o alto nível de endividamento que a guerra lhe havia causado. Os ingleses, através de John Maynard Keynes, propunham a eliminação total do padrão ouro, para que assim, com livre emissão de moeda, os países deficitários pudessem sanar suas respectivas crises.

Como resultado desta conferência, o padrão ouro-dólar se impôs, e com ele os países que haviam contraído dívidas com os Estados Unidos durante a grande guerra se viram obrigados a buscar dólares, o que gerou recessões, através de diminuição do consumo interno de bens domésticos e importados, o que criaria um maior excedente para ser exportado. Desta mesma conferência surgiram também o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional de Reconstrução e Fomento – mais tarde chamado de Banco Mundial (BM).

Entre as reformas propostas em Bretton Woods, aquela relacionada à eliminação dos controles das importações nos países subdesenvolvidos foi duramente rejeitada pelo representante da Colômbia, Carlos Lleras Restrepo. A oposição a tal medida se justificava pelo fato de a economia da região apresentar déficit pelo alto volume de importações (devido à guerra) e pela pouca captação de capital, já que estava sendo direcionado à reconstrução da Europa. Portanto, a liberação das exportações forçaria restrições cambiais e dificultaria incentivos à importação, anulando assim o efeito esperado.

Outras conferências ocorreriam após Bretton Woods, entre elas as de Chapultepec, Havana e a Pan-Americana (realizada em Bogotá). Lá, Lleras Restrepo defenderia os controles sobre importações e de câmbio, além de criticar os preços máximos a que deviam se submeter os bens primários – como o café, nos caso colombiano.

Os Estados Unidos, por outro lado, mantinham-se na defesa do livre mercado baseado na empresa privada, no investimento estrangeiro e na proibição de criação de empresas estatais. Estes objetivos faziam parte de sua agenda econômica para destinar recursos aos países latino-americanos (GIRALDO, 1994, p. 133). Em 1948, como manifestação da oposição da América Latina ao desprezo norte-americano em matéria econômica e ao papel que estes países teriam no novo ordenamento mundial, é criada a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL).

Neste contexto após a Segunda Guerra Mundial, chega à chefia do Estado Alberto Lleras Camargo (1945-1946). Este fato histórico tem como consequência a liberalização das importações, suavizando a preocupação com o excesso de divisas no país e sua consequente monetarização. Como resultado, o governo pôde sanar o déficit do fisco com recursos da emissão. As entidades empresariais puderam ampliar seus negócios e assim Lleras Camargo representou uma concertação que aproximava, na direção de diferentes ministérios, os conservadores (da facção de Ospina Pérez, não de Laureano Gómez) e os liberais.

No entanto, aproximar interesses tão opostos implicava não conceder mais benefícios sociais. O argumento de fundo tem a ver com o terreno ideológico que começavam a ganhar as ideias capitalistas. O governo acusou o abuso das políticas sociais por parte da classe trabalhadora e sindical, o que claramente apontava na direção contrária às ideias de Lleras, as quais concebiam a política social como algo a serviço da produção e assumiam o trabalho como um fator produtivo.

3.2.3 A Violência Política (1946-1953)

Uma alternância de partido no poder ocorreria em 1946. Com Mariano Ospina Pérez, os conservadores voltam a governar com uma proposta de aliança e união nacional entre os partidos. No entanto, esta cooperação, oferecida inicialmente por Lleras Camargo e ratificada por Ospina Pérez, se viu frustrada até meados do governo deste último, já que duas forças radicais haviam ganhado força: os liberais do grupo gaitanista e os conservadores laureanistas. Ou seja: os partidos haviam se dividido internamente.

Este panorama político de desunião interna dos partidos, onde setores liberais flertavam com os conservadores e vice-versa, foi aproveitado estrategicamente pelos conservadores laureanistas que chegaram ao poder, inicialmente através do candidato que assumiu menor resistência à coletividade liberal (Ospina Pérez), para logo substituí-lo pela figura de Laureano Gómez.

De acordo com os argumentos mencionados, uma nova promessa de união das elites econômicas, tanto a liberal quanto a conservadora, chamando “notáveis” de cada um dos partidos, foi proposta por Mariano Ospina Pérez (1946-1950). Os notáveis seriam as partes integrantes de seu governo, chamado de União Nacional. No entanto, a ideia de aliar grupos tão distintos criou uma tensão que levou Ospina a governar em meio a fortes pressões de ambas as partes: de um lado, o gaitanismo liberal, de outro o laureanismo conservador.

No plano econômico, apesar do crescimento das exportações a partir do aumento sustentado do preço internacional do café, as importações cresciam de forma acelerada ao ponto de causar um déficit comercial entre 1945 e 1948. Este déficit foi financiado com reservas acumuladas desde a administração de López Pumarejo e diminuiu a preocupação com a inflação. Em 1949, último ano do governo de Ospina, a balança apresentou superávit.

Durante o mandato de Ospina, o governo seguia a linha expansionista macroeconômica de Lleras Camargo, alavancando a produção industrial com recursos do Banco da República. O argumento de que a emissão incentivaria o gasto, reativando a demanda efetiva e, como resultado, se ampliariam os mercados internos das novas indústrias. Em suma, a emissão monetária de tipo primária (proibida por López Pumarejo devido aos subsequentes efeitos inflacionários) foi permitida, primeiro na administração de Lleras Camargo, e a seguir na de Ospina Pérez.

Apesar de a ameaça inflacionária ser suficientemente grave por conta da monetarização das reservas, a emissão foi efetuada sob a premissa de que a causa da inflação não era a quantidade excessiva de dinheiro circulante, mas da falta de produção.

Quanto ao destino final dos novos recursos, os principais receptores desta emissão por parte do Banco Central foram os bancos comerciais que financiaram atividades – nem todas foram de tipo produtivo, pois boa parte dos recursos se destinou à especulação (GIRALDO, 1994, p. 120).

A aposta de Ospina de conduzir o país a incrementos substanciais do Produto Interno Bruto deixava um saldo positivo, ainda que o custo para lograr este propósito fosse a inflação. Isso era especialmente verdadeiro no caso da elite empresarial, mas não ocorria o mesmo com as camadas mais baixas da população. Para estes, do ponto de vista econômico, a inflação

trazia uma tributação excessiva e impossível de ser suportada; do ponto de vista político, a violência reinante os impedia de trabalhar e os desintegrava em todos os níveis.

A oposição entre Gaitán e Laureano Gómez tinha ao menos uma coisa em comum: o conceito de oligarquia utilizado para designar os representantes do atual governo e que constituiu o centro de vários discursos que levaram as massas populares gaitanistas e vários funcionários e políticos a adotarem uma oposição frente a seus governantes.

Como se não bastasse a inconformidade com o governo, a violência bipartidarista nas bases sociais não havia acabado, apesar do acordo de União Nacional. Desde os púlpitos e as zonas rurais, a igreja e os proprietários de terra alimentaram a fúria conservadora, enquanto os dirigentes populares sindicais instigavam os ânimos liberais.

O ambiente ficou ainda mais tenso em 1946, com a retirada por parte do governo de Ospina de um importante grupo de ministros, governadores e prefeitos liberais, o que abriu de vez o confronto entre os dois grupos. As elites dos dois partidos formaram um novo gabinete com representação de liberais e conservadores, mas a divisão política e a violência eram visíveis devido ao frágil pacto das elites dos dois partidos. O crescente número de greves e disputas trabalhistas devido ao encarecimento do nível de vida e à demissão dos liberais de seus postos de trabalho, mergulhou o país em uma onda de crime e descontentamento.

Por volta de 1947, o movimento gaitanista contava com o apoio de pequenos comerciantes, artesãos, profissionais liberais, empregados do setor de serviços, estudantes e intelectuais liberais, que não pertenciam às elites. Gaitán remava não apenas contra a oligarquia conservadora, mas também a liberal. A guerra ao projeto de União Nacional estava declarada, apesar da intenção de Ospina e das alas moderadas de ambos os partidos.

Gaitán acabou levando vantagem sobre o candidato oficial do liberalismo nas eleições do partido em março de 1947. A fragmentação dos liberais foi evidente. Eduardo Santos deixou o país e outros dirigentes renunciaram publicamente a seus cargos como símbolo de sua rejeição à vitória do caudilho. Gaitán foi além do conflito entre os partidos tradicionais, declarando guerra contra o oficialismo, que incluía lideranças de seu próprio partido, convertendo-se em um líder popular das massas colombianas. Por sua vez, o ospinismo havia perdido o poder e recuado sob a hegemonia laureanista, que desde os postos estatais não cessava a perseguição a seus oponentes.

No começo de 1948, a violência ficou completamente fora de controle. Gaitán, repudiado pelas elites dos dois partidos, promoveu uma grande manifestação no dia 27 de fevereiro daquele ano contra a criminalidade que varria a nação, na chamada “Marcha do Silêncio”. Dois meses depois, no dia 9 de abril, durante a Conferência Pan-Americana que

ocorria em Bogotá, ao debater a nova arquitetura econômica entre os Estados Unidos e os países latino-americanos no contexto da Guerra Fria, Gaitán seria assassinado, em um dos episódios mais obscuros da história da Colômbia, no episódio que entrou para a história com o nome de “El Bogotazo”.

Finalizada a trágica reunião da Conferência Pan-Americana, os recursos provenientes dos Estados Unidos fluíram até a América Latina, mas no caso da Colômbia sob a condição de que o país realizasse certas transformações. Estas faziam referência à reestruturação da política cambial, adotando os princípios de Bretton Woods, e à correção do déficit da balança de pagamentos⁵⁸. Os ajustes receberam um importante estudo e monitoramento por parte de técnicos enviados pelos norte-americanos. Entre eles, destaca-se a missão do Banco Mundial, dirigida por Lauchlin Currie⁵⁹, que chegou ao país em julho de 1949, concluindo os trabalhos em novembro daquele mesmo ano.

Obedecer às recomendações desta missão, de espírito liberal e com forte crença nos mercados, ainda que rompesse com os esquemas que vinham se sobressaindo politicamente na Colômbia, era naquele momento um requisito imprescindível para se ter acesso aos créditos do Banco Mundial.

Depois de um árduo processo de tramitação, devido às vicissitudes que atravessa o país e à vigência de um convênio comercial firmado desde 1936, a missão é concluída em 1949, e no ano seguinte Mariano Ospina Pérez se despede da presidência subindo as taxas das importações, num esforço para cumprir com a diminuição do déficit da balança de pagamentos e das exigências previamente impostas à nação.

Com a morte de Gaitán, as duas oligarquias tentaram restabelecer o pacto de União Nacional (que durara cerca de um ano), mas a fragmentação da sociedade já não tinha retorno. Alguns liberais tomaram o caminho da revolução e se juntaram na defesa das populações camponesas através da criação de grupos guerrilheiros. Outros, como o exército e a polícia, que se encontravam do lado conservador, obtiveram um poder adicional que perduraria por muito tempo, proveniente do estado de sítio que havia sido declarado por conta do caos que imperava no país. A saída para esta situação foi a instituição de um controle maior e a repressão civil, acompanhada de maiores impostos e um aumento do gasto social (saúde e educação) como medida de pacificação. Logicamente, os empresários não concordaram com a política protecionista de Ospina Pérez, que incluía maiores contribuições sociais à classe

⁵⁸ As recomendações centravam-se na supressão das múltiplas taxas de câmbio existentes. Entre elas, a taxa de câmbio preferencial, desfrutada pelos exportadores de café. Havia também recomendações para a desvalorização da taxa de câmbio e a redução ou aumento das tarifas de importação.

⁵⁹ Inspirador da política econômica do partido conservador.

trabalhadora e a estatização de poços de petróleo. Além disso, as indústrias se viram afetadas pelas restrições impostas, uma vez que as reservas internacionais haviam se esgotado na luta para zerar o déficit fiscal. Ademais, a proteção ao setor agrícola, e não às indústrias, agravou a relutância dos empresários, para quem os insumos haviam se tornado mais caros e de compra obrigatória.

Apesar do pacto de companheirismo da União Nacional na administração de Ospina Pérez, a perseguição liberal e a proliferação de conflitos locais levaram os liberais, em meados de 1949, a retirar-se dos cargos no Estado e inclusive retirar seu candidato das eleições presidenciais que ocorreriam a seguir. O conflito entre o congresso, majoritariamente liberal, e Ospina Pérez se agravou, e este último decidiu fechá-lo em novembro de 1949, declarando estado de sítio. Com este cenário de fundo, Laureano Gómez se viu como o único candidato nas eleições presidenciais para o mandato entre 1950 e 1954. Com ele, haveria um predomínio do tema político em relação aos assuntos econômicos.

De 1950 a 1951, Laureano Gómez Castro assume as rédeas do país. Por motivos de saúde, deixa o cargo em 5 de novembro de 1951, sendo substituído por Roberto Urdaneta Arbleáez, então Ministro de Guerra.

Durante o governo laureanista, os liberais se afastaram do regime conservador a tal ponto de retirar seus representantes até dos fóruns e congressos internacionais. Isto tem especial importância, devido ao papel significativo que havia desempenhado neste campo o liberal Carlos Lleras Restrepo.

Em relação aos Estados Unidos, Gómez adotou uma posição muito diferente da de liberais como o próprio Restrepo. Seu objetivo era voltar a estabelecer laços harmoniosos com a superpotência. Isto implicava políticas comerciais e sobre o capital estrangeiro que fossem favoráveis aos norte-americanos.

Sua intenção de se aproximar dos Estados Unidos se explica, em boa parte, pela evidente relação entre Gómez e o desencadeamento da violência no país, o que tirava totalmente de seu governo a legitimidade. Esta razão, unida à sua posição anticomunista, o conduziu a buscar apoio na potência.

Neste marco de ideias, não é de se estranhar que a missão do Banco Mundial, que ficou a cargo do professor Currie (que havia sido contratado para realizar estudos na Colômbia um ano antes da posse de Gómez), se acoplasse perfeitamente à visão econômica do presidente. Os dois enfoques, tanto o de Currie como o de Gómez, diferenciavam-se quanto à sua perspectiva: o primeiro, outorgando a supremacia econômica aos mercados; o segundo, atuando sob uma ideologia autoritária, e clerical, compartilhavam uma ideia em

comum: não dar importância ao tema social por considerarem-no um obstáculo ao livre mercado (GIRALDO, 1994, p. 147).

O principal objetivo de Laureano Gómez era o combate à inflação. Como Currie, defendia a ideia de que o desenvolvimento do país deveria se fundamentar na produção e na alocação eficiente dos fatores produtivos⁶⁰. Destarte, a eliminação de restrições e controles às importações, ao capital estrangeiro (em troca da sustentabilidade do preço e da cota de café nos Estados Unidos), a liberalização dos preços, a consolidação de um único tipo de câmbio, as desvalorizações, o desenvolvimento e integração de um mercado interno (com projetos de construção de grandes estradas e ferrovias) e os impostos sobre terras improdutivas foram reformas advindas desta nova visão econômica liberal da aliança entre Colômbia e Estados Unidos. Cafeeiros, comerciantes e industriais, apesar de ainda não gozarem dos benefícios do aumento tarifário da administração de Ospina Pérez, mostraram-se contentes com as reformas planejadas. Além disso, o país vivia um período de recuperação do déficit fiscal, iniciado por Ospina, através da imposição de impostos sobre grandes rendimentos e o aumento de tarifas às importações.

Várias das recomendações de Currie sofreram contratempos, já que interferiam nos interesses das elites, e por isso não foram bem recebidas. A missão sustentava, por exemplo, que havia uma baixa produtividade dos camponeses nas áreas rurais e, portanto, este fator produtivo deveria ser deslocado para as cidades. Ele também recomendou a não construção da Siderúrgica Paz del Río (projeto levado a cabo pelo país desde a administração de López Pumarejo).

Os opositores da missão de Currie consideravam inaceitável a pretensão de frustrar a obra da siderúrgica. Naquele momento, os Estados Unidos passavam por uma superprodução de aço e não convinha à potência que suas exportações à Colômbia fossem afetadas. Apesar das recomendações da missão, o projeto da Siderúrgica foi aprovado e seu financiamento veio através de recursos internos e recursos vindos da França.

Na administração de Gómez, o controle da inflação através da contração da base monetária e posterior diminuição da produção resultou em protestos da classe industrial. Estes conseguiram com que o governo relaxasse a política monetária e adotasse as políticas do Banco Mundial, sugeridas por Currie. A administração então canalizou recursos para a atividade privada a fim de reduzir a liquidez.

⁶⁰ Na questão agrária, para Currie, o problema a ser resolvido não era o da posse de terra, mas o sistema agrícola e sua baixa produtividade.

Em relação aos gastos, a administração de Gómez teve grandes despesas, especialmente investimentos públicos (estradas, serviços de energia elétrica, construção e agricultura) e nas forças armadas, para ajudar no fortalecimento de seu aparato. Ao mesmo tempo, a violência aumentava nas zonas rurais e a miséria invadia as periferias das cidades. A aliança entre a polícia e os “pássaros” (assassinos locais que trabalhavam para os conservadores e proprietários de terra) subordinados por intermediários, os quais eram controlados por políticos conservadores, dava ao regime de Gómez a responsabilidade direta sobre o assunto.

Junto à criação destes grupos criminosos, a formação de grupos guerrilheiros comunistas, liberais⁶¹ ou conservadores também constituíram uma forma de exercer pressão social e política por conta de interesses econômicos.

No período de Urdaneta, talvez os feitos mais relevantes estejam relacionados com a divisão interna que começava a mostrar o Partido Conservador, o escalonamento da violência cujo principal objetivo era a perseguição aos liberais, o projeto de reforma constitucional iniciado por Laureano Gómez antes de ficar doente e a implementação de projetos financiados pelo Banco Mundial.

Em 1952, apesar das críticas dos liberais que permaneciam radicais em termos de um rompimento total com o governo em exercício, López Pumarejo buscou uma aproximação com Urdaneta para servir de mediador entre os movimentos guerrilheiros de índole liberal e a administração do país. No entanto, Urdaneta, instigado por Gómez, não se mostrou disposto a fazer concessões a, segundo opinava, malfeitores. Em consequência, as falas conduzidas por López eram ignoradas. Neste mesmo ano, simpatizantes conservadores incendiaram as casas de Lleras Restrepo e López Pumarejo, pondo fim de vez a qualquer possibilidade de diálogo entre os partidos, obrigando os dirigentes liberais a buscarem exílio no exterior e apoio junto aos militares.

Mariano Ospina Pérez é lançado candidato à presidência no começo de 1953, buscando suceder Gómez em meio a uma forte discussão política com o então presidente. A ala ospinista do conservadorismo e a coletividade liberal encontrado na oposição a Laureano Gómez era um ponto em um comum para juntarem esforços e promover um golpe de estado.

⁶¹ Da violência conservadora contra os liberais, originada na Colômbia logo após os acontecimentos de 9 de abril que culminaram com o assassinato do caudilho Jorge Eliécer Gaitán, surgem grupos guerrilheiros liberais liderados pelo comandante Guadalupe Salcedo. Mais tarde, outros liberais replicados durante a época da violência na Colômbia formariam grupos subversivos, como as Forças Armadas Revolucionárias (FARC). Depois, a formação de uma aliança entre liberais e conservadores aumentaria a perseguição contra esses grupos insurgentes.

Os Estados Unidos indiretamente também viam com bons olhos a derrubada do regime, que consideravam antidemocrático.

Faltando dois dias para que a Assembleia Nacional Constituinte se reunisse para revisar o projeto de reforma constitucional, Gómez volta a assumir a presidência depois de se recuperar de sua enfermidade, em 13 de junho de 1953. Sua permanência no poder duraria apenas 24 horas, devido ao golpe de estado comandado por outro conservador, o comandante geral do exército General Gustavo Rojas Pinilla, que derruba o mandatário e frustra a reforma da carta magna do país.

O fracasso da reforma e a derrota de seu criador significavam uma interrupção abrupta das políticas contrarreformistas à carta de 1936. Com a queda de Gómez, as propostas de reforma que se centravam em devolver o poder educativo à igreja e seu controle ideológico sobre a sociedade, a formação de um poder central designado por mandato divino cercado por um congresso composto pelas elites e a anulação do sufrágio universal foram frustradas.

3.2.4 A Ditadura Militar (1954-1957)

Gustavo Rojas Pinilla assume o poder em 1954, oxigenando a crise política na qual o país estava mergulhado e atuando como válvula de escape para o autoritarismo do regime anterior. No entanto, ele não representava os interesses de todos os setores do país, e seu governo não contava com um projeto a ser seguido. A forma de suprir esta falta de apoio foi buscar refúgio nos militares em troca de várias regalias.

Dentre as principais medidas adotadas estava o oferecimento de anistia àqueles guerrilheiros que se desmobilizaram de suas causas. Sua política rendeu frutos muito positivos quando a principal guerrilha do país até então, formada por camponeses das planícies a leste da Colômbia, depôs suas armas.

Exercer censura à imprensa e formar uma Corte Suprema de Justiça, com igualdade de assentos tanto para liberais como para conservadores, assim como uma política de obras, de investimentos em agricultura e de manutenção dos benefícios ao capital estrangeiro eram ações que faziam parte dos planos do chefe de Estado naquele momento.

Devido à fragilidade da proposta econômica de Rojas Pinilla, seu mandato esteve em grande medida dependente dos movimentos internacionais do preço do café. Durante os dois primeiros anos, o preço favorável fez com que sua estabilidade no poder não se visse ameaçada, mas com a queda do preço nos dois últimos e uma base financeira debilitada

(produto de um alto gasto e da emissão monetária – esta uma herança de Gómez *ad portas* de sua saída da presidência), a crise veio com força.

Na primeira metade do governo de Rojas Pinilla, as medidas, que não passaram pelo Congresso (este estava fechado) acabaram sendo tomadas no sentido de cobrar mais impostos das classes altas, ou seja, sobre o lucro e grandes rendas. As classes responderam a tais políticas com manifestações de oposição à ditadura.

Ainda que estes recursos tenham incrementado o orçamento do governo, eles não foram suficientes para o controle efetivo do elevado gasto da administração. Enquanto isso, se criaram pressões monetárias originadas pelo aumento do preço do grão, o qual propiciou a criação de impostos para os exportadores e foram liberadas as importações, como forma de superar a problemática econômica.

Com a queda do preço do café durante a segunda metade do seu governo (a partir de 1954), Rojas Pinilla encontrou obstáculos à implementação de políticas de contração da demanda devido à pouca disposição da economia para reduzir suas importações em contexto de prosperidade. O aumento nos impostos sobre importação, nos depósitos antecipados para importações; a diminuição de cotas para produtos alimentícios; a cobrança de mais impostos ao setor industrial; o destino agropecuário que se havia dado aos recursos provenientes das empresas para amenizar as sequelas da violência; e a ameaça de nacionalização da Companhia Colombiana e Tabaco (COLTABACO), que não ocorreu, mas fez com que a empresa aumentasse os salários e elevasse o preço de compra do tabaco, provocaram um mau ambiente para a administração do país dentro da classe empresarial.

A indústria não foi a única a se distanciar do governo. A imprensa – que passou a ser censurada, e sujeita a prisões em caso de desacato; os estudantes – a partir de um massacre sofrido por eles de parte do exército; as diretorias liberal e conservadora – por conta da reeleição obtida por Rojas para o período 1954-1958; e as organizações, criadas pelo ditador, que o sustentavam política e socialmente, viam em seu regime uma ameaça a suas atividades.

Os organismos financeiros internacionais e os Estados Unidos também se uniram à lista de desafetos do mandatário. No primeiro caso, o estopim ocorreu quando o Fundo Monetário Internacional se recusou a desembolsar um empréstimo após a negativa de Rojas em desvalorizar e diminuir seu gasto público. No segundo, a resistência a Rojas em desvalorizar aprofundou os atritos que já existiam entre o presidente e a embaixada norte-americana. Esta última há tempos vinha apontando o regime como responsável por perseguir seguidores da religião protestante e de elevar o preço do café por motivos especulativos.

No começo de 1955, diante da ausência de crédito internacional, Rojas suspende as importações, recebendo uma avalanche de críticas. As acusações eram de que o governo mantinha um nível excessivo de impostos que estavam financiando uma série de gastos e privilégios para os militares. Como resposta, o governo tomou medidas favoráveis aos cafeicultores ao taxar as importações oficiais, mas estas ficaram aquém das demandas dos diferentes setores, que defendiam, em termos gerais, a redução dos impostos, a expansão do crédito, o corte dos exagerados gastos públicos e a redução das importações, exceto as de bens de capital. A taxa de câmbio teve que ser liberada, criando um mercado paralelo onde o dólar, mais caro que o oficial, poderia flutuar livremente e incentivar, assim, as exportações. No entanto, as divisas obtidas com as exportações de café, banana, gado, petróleo e platina foram deixados de fora desta política, tendo que adotar o câmbio oficial.

Os gastos militares eram o tendão-de-Aquiles de Rojas, sendo a principal causa dos desmedidos gastos públicos. No entanto, não eram a única causa do déficit fiscal. O financiamento de projetos de fomento, a construção da siderúrgica de Paz del Río e o aumento dos gastos com saúde e educação também contribuíram para a crise financeira que foi sanada apenas com emissão monetária, especialmente a compra de títulos do tesouro por parte do Banco da República.

Em 1956, a emissão monetária continuava financiando o déficit fiscal, apesar da força contrária que exercia sobre ela a queda nas reservas internacionais. Isto conduziu, por um lado, ao aumento da demanda por moeda estrangeira, e por outro, a um incremento no nível de preços da economia. Os dois efeitos causaram um agravamento da crise na balança de pagamentos.

A Colômbia devia seis meses de pagamento ao exterior, e o bloqueio econômico foi peremptório. A alternativa pela qual optou o governo foi a venda de dólares abaixo do preço de mercado, mas isto não freou o acúmulo da dívida. Diante da negativa do governo em desvalorizar, imposta pelo Banco Mundial para liberar créditos já acertados com o país, os Estados Unidos declararam a suspensão dos créditos, pondo em risco projetos de grande envergadura como a ferrovia de Magdalena e o desenvolvimento do Valle del Cauca (GIRALDO, 1994, p. 202).

O período presidencial de Rojas estava chegando ao fim. O mandatário havia fechado o jornal *El Tiempo*, propriedade da família Santos (do Partido Liberal), no fim de 1955. Como consequência, em solidariedade, outros dois diários também cessaram suas atividades. O ataque do ditador a tão importante meio de comunicação despertou ataques abertos do partido

contra seu dirigente máximo. A iniciativa foi liderada por Alberto Lleras Camargo, que foi nomeado chefe liberal em 1956.

Gustavo Rojas Pinilla respondeu às agressões suspendendo as eleições nos dois anos seguintes, e solicitou à polícia fazer uso da força se fosse necessário. Lleras contestou, propondo uma eleição popular para presidente que permitisse a igual participação dos dois partidos nos órgãos de poder.

Em 24 de julho de 1956, na cidade de Benidorm (Espanha), foi assinado um acordo entre Alberto Lleras Camargo e Laureano Gómez para destituir Rojas da presidência. O Pacto de Benidorm marcou a aliança dos dois partidos em uma frente nacional civil, abrindo a possibilidade de resolução do problema da violência no país.

A união de liberais e conservadores, alinhados no propósito de substituir Rojas pela frente civil proposta por Lleras, recebeu apoio da igreja e da ala ospinista dos conservadores. A saída do último reduto político que ainda apoiava o diretor o deixou politicamente isolado, culminando em sua queda, no dia 10 de maio de 1957.

A saída de Rojas foi uma vitória política dos que apoiaram o pacto, embora implicasse um imenso desafio econômico ao sucessor. Apesar das medidas que o ministro da Fazenda do General havia começado a implantar desde antes da queda do governo anterior (controle das importações, restrições à demanda contraindo o orçamento e superávit comercial), não foi possível retomar o acesso ao crédito externo. A dívida externa já estava vencida e as relações com os Estados Unidos e o FMI eram ruins.

Diante da ausência do chefe de Estado, uma junta militar assume o comando político da Colômbia. A junta prontamente restabeleceu o acordo com o FMI, ficando sujeita à realização de alguns ajustes: a desvalorização, flexibilização de taxa de câmbio (que finalmente se transformou na criação de diversas taxas) e o controle às importações e redução dos gastos militares foram os requerimentos mais urgentes. No entanto, indo contra os interesses do Fundo, importantes recursos foram destinados aos cafeeiros (política de manutenção do preço do grão diante de seu grande decréscimo) e aos diversos setores privados (especialmente os que apoiaram o golpe contra Rojas). Como resultado, a expansão monetária elevou o nível dos preços, o que representava uma contradição aos objetivos de estabilização e liberação de recursos para o pagamento da dívida externa.

3.2.5 A Frente Nacional (1958-1974)

Conforme mencionado, liberais e conservadores estabeleceram um acordo para se alternarem na presidência do país, movimento que ficou conhecido como Frente Nacional. Começando com representante liberal e terminando com um conservador, a Frente durou 16 anos.

A ideia econômica da Frente Nacional era moderna, devendo começar por uma industrialização fundamentada na substituição de importações. Para ela, o Estado deveria assumir um papel protecionista e legitimar-se perante uma sociedade dividida. Por esta perspectiva, as reformas sociais encabeçaram as modificações realizadas pela Frente Nacional.

Alberto Lleras Camargo, que havia concluído o último ano do mandato de Alfonso López Pumarejo em 1945, volta à presidência em 1958, até 1962, desta vez como o primeiro dos quatro presidentes da Frente Nacional.

Os projetos de Lleras, uma vez empossado, consistiram em submeter os militares à ordem civil, buscar a paz no país, estabelecer a carreira para servidores públicos, reformar a economia a partir da agricultura e adotar o modelo da substituição de importações por meio do protecionismo.

Domar os militares não foi uma tarefa tão complicada, se comparada com a pacificação do território. Tudo porque a violência no país havia passado de uma guerra entre os dois partidos a uma disputa do povo contra o regime, que revelou características socialistas e um tom anti-imperialista frente aos Estados Unidos. Este sentimento de rejeição aos norte-americanos era generalizado em vários setores populares da América Latina.

Nestas condições, Lleras fracassou em sua tentativa de obter uma convivência pacífica para os colombianos. Da mesma forma, as reformas agrária⁶² e tributária planejadas pelo chefe de Estado foram prejudicadas por seus respectivos atores: proprietários de terra e associações industriais. No entanto, uma força externa deu suporte aos planos de Lleras. A administração de Kennedy nos Estados Unidos criara um programa de ajuda econômica e social para a América Latina chamado de Aliança para o Progresso, que funcionaria entre 1961 e 1970, e cujos eixos principais consistiam em estabelecer na região reformas agrárias e tributárias, livre comércio, projetos de habitação e planos contra o analfabetismo. A entidade

⁶² Carlos Lleras Restrepo, na qualidade de líder político e membro da direção liberal, promoveu a designação de uma comissão que se ocupasse da reforma agrária durante a administração de Alberto Lleras Camargo. Em 1961, este propósito se torna bem sucedido com a aprovação da Lei 135, da reforma agrária.

da Aliança para o Progresso na América Latina, que esteve a cargo da canalização financeira dos recursos, foi a Agência Interamericana de Desenvolvimento – AID.

Constituir a Aliança para o Progresso foi um processo complexo. Os Estados Unidos exigiam declarações anticomunistas por parte das economias latino-americanas em troca de atender suas solicitações. Tais solicitações, que contavam com a assessoria da CEPAL, se agrupavam ao redor das seguintes temáticas: deterioração dos termos de intercâmbio contrários aos interesses latino-americanos, a necessidade de criar um fundo interamericano de fomento econômico (que seria mais tarde o BID), a urgência de criar acordos de estabilidade de preços para os produtos básicos, a necessidade de exercer o planejamento das economias e a realização de investimentos norte-americanos de cerca de US\$ 1 bilhão anuais.

Em um primeiro momento, estas solicitações foram negadas. Considerava-se que iam na contramão dos interesses norte-americanos e interfeririam na liberdade dos mercados. No entanto, após a visita de Nixon à Venezuela e ao Peru em 1958, da negativa do presidente brasileiro Juscelino Kubitschek em aliar-se com os Estados Unidos para coordenar as forças da América Latina e alinhá-las contra o comunismo, naquele mesmo ano, e da tomada de poder de Fidel Castro em Cuba em 1959, os Estados Unidos cederam aos pedidos como forma de evitar sentimentos anti-imperialistas na região.

De acordo com o exposto, a partir de uma perspectiva política, a Aliança para o Progresso foi uma estratégia dos Estados Unidos para conquistar a simpatia dos países latino-americanos, à exceção de Cuba (que se juntou ao “Eixo” no contexto da Guerra Fria). A preocupação norte-americana consistia em impedir que as ideias comunistas proliferassem na América Latina e que esta se aliasse à União Soviética.

A América Latina, e fundamentalmente a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) exerceu uma forte influência sobre Lleras, especialmente em seu plano de desenvolvimento, conhecido como Plano Decenal. Tão evidente foi a influência da CEPAL sobre o mandatário que a elaboração de seu plano de governo foi assessorado pelos mais respeitados membros de tal comissão. Entre os enviados à Colômbia estiveram Celso Furtado, Manuel Balo, Hugo Tribel, Héctor Sosa e Gonzalo Martner.

O plano foi lançado em 1960, e se centrava na política fiscal redistributiva, na substituição de importações e na proteção, elementos que deveriam estar a serviço da planificação do Estado. Uma das primeiras ações de Lleras consistiu em materializar a ideia com a criação do Departamento Nacional de Planejamento (DNP), dando-lhe status de ministério.

Não obstante o compromisso de Lleras com seu plano de desenvolvimento, outro, chamado de Operação Colômbia, virou concorrente do Plano Decenal. Este documento elaborado por Currie, atendendo solicitação do próprio Lleras, ganhou mais adeptos e obteve um apoio superior inclusive ao plano do próprio presidente.

A Operação Colômbia constituía uma rota de desenvolvimento contrária às principais ideias cepalinas. Além disso, propunha migrações de camponeses à cidade com o objetivo de apoiar as necessidades de mão de obra por parte da indústria. Esta proposta, logicamente, não era coerente com a ideia de reforma agrária e fortalecimento da economia rural. No fim, graças à coerência que o projeto de Lleras apresentava em relação aos objetivos da Aliança para o Progresso, foi este, e não a Operação Colômbia, que obteve a aprovação dos Estados Unidos e o financiamento buscado através de sua aprovação.

No plano doméstico, entre os problemas econômicos que a nova administração devia resolver, encontravam-se o resgate do colapso do Banco Popular, o financiamento com emissão das siderúrgicas Paz del Río, e o controle da inflação, produto em grande medida da política de sustentação de preços ao setor cafeeiro. A superação desta problemática teve como marco a já mencionada visita do presidente Richard Nixon às cidades de Lima e Caracas, em 1958. Neste episódio, as massas prepararam um recebimento pouco hospitaleiro ao mandatário, de modo que os Estados Unidos suavizaram sua política em relação à América Latina a ponto de Lleras Camargo assinar um acordo de cotas cafeeiras que permitiria melhorar a situação do setor.

Enquanto o pacto foi assinado, a atividade produtiva se viu seriamente prejudicada em seu financiamento, e o ajuste fiscal se aprofundou de tal maneira que o aumento de impostos, corte de investimentos, aumento de tarifas às rendas elevadas, aumento das reservas bancárias e a urgência de depósitos forçados das importações estiveram na ordem do dia. A situação encurralou as associações, que forçaram a queda do ministro da fazenda, em 1961. Este acabou sendo substituído por Misael Pastrana Borrero, que seria presidente do país nove anos depois.

Pastrana eliminou grande parte das medidas adotadas pelo ministro anterior, conduzindo a economia a níveis de inflação mais altos e uma balança comercial negativa. A situação de instabilidade interna e externa do país levou Pastrana à derrocada apenas quatro meses após sua nomeação. Seu sucessor foi obrigado a aplicar novamente fortes medidas de ajuste financeiro e enfrentar a recusa do Fundo Monetário Internacional em auxiliar o país com desembolsos. O FMI mantinha-se firme em sua posição de não viabilizar créditos até que

a desvalorização e a disciplina não fossem aderidas pelo governo colombiano. Eleito em 1962, Guillermo León Valencia foi o encarregado de tomar decisões a respeito desta questão.

As reformas agrária e tributária não prosperaram, já que a primeira, embora já tivesse sido sancionada, não era factível⁶³, e a segunda não era entendida pelos industriais⁶⁴ como uma medida que protegesse os seus interesses. Apesar disso, as tentativas reformistas de Lleras assentaram no país as bases para um projeto de desenvolvimento industrial. Isto demandava capital e a preparação de uma mão de obra que pudesse explorar o primeiro em benefício de um projeto nacional em duas direções: uma interna, de abastecimento e desenvolvimento, e outra externa, de geração de excedentes exportáveis, através da substituição de importações.

Em 1962, chegava a vez dos conservadores assumirem o poder, segundo o pacto da Frente Nacional. Guillermo León Valencia (1962-1966) foi eleito chefe de Estado no contexto da Guerra Fria. Neste panorama, a América Latina segue sendo um objetivo dos EUA na luta contra o comunismo e a pressão sobre a disciplina financeira se mantém como condição indispensável para a ajuda entre estes países.

Depois do fracasso da invasão à Baía dos Porcos e da crise dos mísseis em Cuba, assim como o assassinato de J. F. Kennedy, os Estados Unidos, a mando de seu presidente Lyndon B. Johnson (1963-1969), assume uma atitude agressiva na luta contra o comunismo. Em consequência, as políticas conciliadoras e paternalistas que Kennedy havia estabelecido através da Aliança para o Progresso na América Latina praticamente desaparecem e são substituídas por outras bem mais ortodoxas.

Valencia se tornou um seguidor da política de segurança nacional dos Estados Unidos e internamente era mais um candidato de conveniência do que com poder de convocação social. Esta falta de legitimidade dificultou consideravelmente seu desejo de implementar tanto as políticas do FMI (desvalorização, aumento de impostos, aumento do preço dos serviços públicos e destinação de recursos para a manutenção do preço doméstico do café)

⁶³ A reforma agrária passou por uma série de modificações e dificuldades a tal ponto que se decidiu: 1. Que iniciaria pelos terrenos baldios, sem donos, que deveriam ser colonizados e não constituíam terrenos produtivos por estarem apartados dos polos produtivos; 2. A expropriação indevida de terras levaria a cabo um processo jurídico, que estava além da capacidade de pagamento dos camponeses; 3. Para expropriar uma terra explorada eficientemente deveria existir um conflito social que não pudesse ser superado através da conciliação, e em tal caso o preço de venda era quase o valor comercial do prédio. Esta transação de compra e venda desvirtuava o espírito da reforma em si.

⁶⁴ A reforma tributária taxava fortemente os proprietários de terra e de capital. Em troca, o governo criou exceções importantes para os industriais, sobretudo os fabricantes de bens básicos, e implantou uma reforma tarifária para proteger a produção agrícola e industrial.

como as suas próprias (por exemplo, a criação do impostos sobre as vendas). Ambas as políticas claramente se opunham aos ideais políticos e sociais daquele momento.

No meio do conflito entre os interesses externos e internos, o governo finalmente cedeu às pressões sociais dos sindicatos, afundando em um descontrole econômico (balança comercial deficitária por conta dos baixos preços internacionais do café, déficit fiscal originado no aumento dos gastos militares, nacionalização dos salários dos professores e perda de reservas internacionais). A crise enfurece ainda mais as classes populares, desencadeando uma postura dupla do governo: de um lado, de forma bélica, tentava conter os distúrbios e manifestações; de outro, era transigente aos interesses externos, levando o país a uma desvalorização de 50%. Este efeito é compensado em parte pela explosão da inflação.

Ao final do período, a administração teve de adotar um rigoroso controle financeiro nos aumentos salariais, na emissão monetária e dar subsídios aos cafeeiros, bem como flexibilizar o mercado de divisas e abrir o país aos investimentos estrangeiros e às importações.

O terceiro mandato à frente da Colômbia dentro do âmbito da Frente Nacional foi o de Carlos Lleras Restrepo (1966-1970). Em sua chegada, o novo presidente encontra o país em forte crise na balança de pagamentos, que proliferou mesmo com os esforços do governo anterior. Sua política focou o combate à desvalorização, o controle do mercado de divisas e das importações. Estas medidas implicaram assumir o custo de não poder obter um novo acordo com o FMI e descumprir aquele que estava vigente. Como era de se esperar, os desembolsos cessaram e houve o início de um confronto da Colômbia com o Fundo, com ruptura de relações. Além disso, Rojas havia ganhado a antipatia do congresso e da classe política, pois muitas de suas decisões não levavam em conta as opiniões dos mesmos.

As disposições de ajuste fiscal, trabalhista e monetário de Lleras recuperaram a situação externa da economia, em especial quanto às reservas. Estas medidas, consideradas temporárias pelo FMI, reiniciaram os desembolsos à economia colombiana.

O Banco Mundial desempenhou um papel importante na relação entre o governo e os organismos multilaterais. Sua decisão de apoio à Colômbia fundamentava-se no interesse que existia para que se levasse a cabo a reforma institucional, e em especial obter participação nos projetos de investimento que o governo impulsionaria com ela. Deve-se levar em conta que o setor bancário estava em grande medida representado justamente pelo órgão internacional.

Em 1968, a constituição do país foi modificada. Dentro das mudanças, destaca-se a perda do controle dos recursos por parte do Congresso e sua passagem para as mãos do governo. Com a alteração da Carta, os grupos de poder econômico e a elite se encarregariam

diretamente do controle do Estado, deixando de lado os grupos políticos, sob o argumento de que a burocracia destes causava desperdício de recursos, o que ia na contramão do financiamento de importantes projetos de envergadura nacional.

A nova carta constitucional produziu uma cisão entre governo e políticos. O primeiro se uniu a um grupo de tecnocratas, nacionais e estrangeiros, a maioria com estudos em universidades norte-americanas, que estruturavam a política e tinham a seu cargo o desenho dos projetos e da forma como os capitais entrariam no país. Os segundos se viram limitados a prestar o apoio eleitoral que o governo demandava e a dar os cargos e contratos burocráticos que requeria a administração do país.

A tecnocracia, financiada pelos organismos internacionais, tomou assento nos departamentos de planejamento e nos institutos técnicos descentralizados, encarregados de executar os novos projetos do país em temas transversais, como obras de infraestrutura, serviços de energia e aquedutos, educação e saúde. Estas obras despertaram o interesse não apenas dos organismos internacionais, que tiveram participação direta nas decisões econômicas do país, mas também de grupos de poder locais que viram nas novas instituições a possibilidade de desenvolver projetos que beneficiassem suas respectivas categorias.

É importante notar que a tecnocracia se constitui como um novo grupo que pouco a pouco vai ganhando terreno frente aos poderes políticos e econômicos. Por outro lado, gera um rompimento no país em relação ao rumo que segue a nação. A ideologia tecnocrata se sustentava nas teses neoliberais e deixava clara a necessidade de enquadrar o país em uma disciplina fiscal e financeira, com o controle do crescimento da massa monetária. Isto tornava as políticas implementadas desde 1930 na Colômbia obsoletas. Tais práticas antigas correspondiam a um intervencionismo estatal, baseado em políticas fiscais, de linha keynesiana, que dinamizaram a demanda agregada com medidas que tendiam a financiar o déficit fiscal com emissão monetária.

A tecnocracia e os organismos internacionais comungavam de um mesmo corpo de crenças e teorias pelas quais deveria transitar a economia dos países latino-americanos. Esta ideologia reconhecia a supremacia do mercado como agente regulador e guia econômico.

Apesar da participação dos organismos internacionais durante a administração de Lleras, o período deste era revestido de um caráter nacionalista, predominante em todo o continente, que não concordava com a intervenção dos Estados Unidos em assuntos nacionais. Uma mostra disso é a assinatura do Pacto Andino (1969), que dava preferências aos países

membros ao estabelecer fortes regulações aos capitais estrangeiros e dar impulso à reforma agrária, devido à importância que ela tinha para a ampliação do mercado interno⁶⁵.

De 1970 a 1974, seguindo o compromisso da Frente Nacional, os conservadores assumem o poder com Misael Pastrana Borrero. As eleições que levaram Pastrana à presidência ocorreram em meio a uma série de fatos que punham sua transparência em dúvida. No dia do sufrágio, foi decretada a lei marcial antes do fechamento das urnas. Além disso, as transmissões de rádio foram suspensas, mostrando uma clara vantagem de Gustavo Rojas Pinilla sobre Pastrana. Quando a ordem foi restabelecida e os noticiários voltaram a ser transmitidos, Pastrana aparecia como vencedor do pleito e destarte novo presidente dos colombianos⁶⁶.

No governo de Pastrana, além da participação de políticos e profissionais tradicionais, um novo setor de jovens funcionários, graduados em universidades principalmente dos Estados Unidos, ganhou um espaço estratégico na administração. A elaboração de documentos que sustentassem as decisões políticas e a ideologia que permeou o governo de Pastrana em grande medida foi influenciada por tal tecnocracia monetarista.

Como presidente, Pastrana buscou uma aproximação com o ex-ditador Rojas Pinilla, não apenas por representar sua oposição, mas também porque os membros e seguidores da ANAPO (grupo política fundado por Rojas) representavam a maioria dos votos da classe baixa. As classes média e alta haviam apoiado a candidatura pastranista.

Outro desafio se opunha ao presidente. Lleras Restrepo havia assinado um plano de desenvolvimento para o período entre 1970 e 1973, que defendia claramente uma intervenção estatal e colocava como prioridade o tema da reforma agrária. Nada disso fazia parte dos planos de Misael Pastrana, que ideologicamente apostava em um modelo de livre mercado. É proposto então um novo plano de desenvolvimento, o qual se apoiava fortemente na participação do setor privado, especialmente o financeiro. Este plano ficaria conhecido como “As Quatro Estratégias”. O documento, de inspiração neoliberal, buscava dar impulso aos setores estratégicos para o desenvolvimento do país mediante quatro estratégias: o desenvolvimento urbano por meio da construção privada; o incremento de exportações diferentes do café; o aumento da produção agrária através da produtividade, e não da reforma

⁶⁵ Prosseguindo com a defesa da reforma agrária, Lleras Restrepo obtém a aprovação da Lei 1ª de 1968, que alterava a Lei 135 de 1961, colocando em marcha um ambicioso programa apoiado pela organização camponesa.

⁶⁶ Este fato histórico daria origem à criação do movimento guerrilheiro M-19, em alusão ao dia 19 de abril de 1970, data da fraude eleitoral nos comícios presidenciais que elegeriam Misael Pastrana como chefe supremo dos colombianos.

agrária; e o aumento das cargas impositivas através da implementação do sistema UPAC⁶⁷, destinado ao financiamento de habitações.

O abandono da ideia de reforma agrária se consolidou em 1972, quando o acordo de Chicoral, assinado pelos proprietários de terra e o Estado, comprometeu este último a não cumprir o que fora ordenado dez anos antes, pela Lei 135 de 1961, na questão agrária.

O plano de desenvolvimento das Quatro Estratégias, cuja elaboração esteve a cargo de Lauchlin Currie, simbolizava a oportunidade real de por em prática as recomendações de tal professor e do Banco Mundial, o que não ocorreu anteriormente devido ao governo de Alberto Lleras Camargo, quando seu Plano Decenal frustrou o Plano Colômbia proposto por Currie.

A regulamentação do investimento estrangeiro, o aumento do gasto público e dos impostos e o acréscimo do crédito externo que financiava a conta corrente deficitária conduziram o país a apresentar níveis aceitáveis de crescimento e uma redução do desemprego, ainda que a custo de uma disparada da inflação.

3.2.6 O fim da Frente Nacional e os anos posteriores: de 1974 a 1982

Se o governo de Misael Pastrana já havia demonstrado simpatia pela política de livre mercado, com López Michelsen (1974-1978) esta tendência se mostrou de forma ainda mais evidente.

Defensor da liberalização do setor financeiro, do comércio exterior, de dar liberdade às importações e reduzir os subsídios às exportações, López Michelsen se caracterizou pela desregulação econômica dos setores financeiros e do comércio exterior. Não obstante, assumiu uma atitude protecionista em dois aspectos. O primeiro em relação ao tema rural, ao reconhecer a necessidade de introduzir tecnologia, outorgar recursos e reformar o agronegócio. Segundo, com respeito aos impostos, através de uma reforma tributária (1974) que aumentaria progressivamente o imposto de renda, taxaria intensamente o capital, subiria o imposto sobre as vendas e reduziria a tributação dos rendimentos de trabalho (GIRALDO, 1994, p. 264).

Para nos referirmos ao sucessor de Pastrana, é preciso esclarecer o estado em que López Michelsen – filho de Alfonso López Pumarejo – encontrou a economia colombiana.

⁶⁷ A unidade de poder aquisitivo constante (UPAC) foi usada até 1999 para calcular o curso de alguns dos créditos de habitação. Permitia realizar operações de crédito hipotecário em longo prazo, através de ajustes de valor, de acordo com o poder aquisitivo da moeda legal. Seu valor era alterado de acordo com a variação resultante da média do Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

À abundância de liquidez internacional desde 1971, momento em que se rompe o padrão ouro-dólar, haviam se somado os dólares provenientes da crise do petróleo de 1973. Estes recursos deveriam ser descarregados em mercados externos, especialmente os latino-americanos, já que os países industrializados viviam uma recessão⁶⁸. Este aumento de capitais até nos países em desenvolvimento mais tarde ocasionaria a crise da dívida externa dos anos 80.

A política externa havia sido bem conduzida por López Michelsen, ao evitar a oferta estrangeira de financiamento, mas a inflação interna, herdada de um lado por conta da administração passada, e de outro causada pela prosperidade cafeeira (1976-1979) constituía uma nova fonte de turbulências para o governo.

A prosperidade cafeeira, tanto em quantidade quanto em elevação dos preços internacionais do produto, ocasionou um aumento inesperado e gigantesco da base monetária. Tratando de evitar a explosão inflacionária, López centrou sua atenção neste aspecto, adotando uma série de medidas que consistiram fundamentalmente na elevação da produção e da produtividade das unidades camponesas, no aumento dos impostos e na redução das tarifas. Assim, se absorveria o excesso de divisas e em consequência se reduziria a inflação. O custo das medidas econômicas foi o descontentamento dos produtores, já que altos impostos e a política de liberalização das importações iam contra os interesses de tais setores.

O governo manteve uma política de disciplina financeira, que redundou em uma redução do déficit fiscal. Esta política passava pelo controle do gasto público, pela não utilização de emissão monetária, assim como pela prudência diante do endividamento externo. Isto evitou que a Colômbia tivesse o mesmo destino de outros países que recorreram a tais empréstimos.

Além de utilizar a política fiscal como instrumento de combate inflacionário, a reforma tributária de 1974 (ainda que sua finalidade não tenha sido atenuar o impacto da prosperidade do café), contribuiu em grande medida para evitar o descontrole inflacionário. Por sua parte, a não utilização dos fluxos financeiros internacionais possibilitou a López manter uma independência de sua política frente aos organismos internacionais e os Estados Unidos.

Junto com esta problemática econômica, a aparição do narcotráfico associado à corrupção do estamento público foi uma das cargas mais pesadas a serem enfrentadas pela

⁶⁸ A recessão e a alta inflação destes últimos se explicam por conta da punição imposta pela Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo, que suspenderam as exportações de petróleo para os países que apoiaram Israel na Guerra do Yom Kippur.

administração de López. Estas denúncias não demoraram a incluir a cúpula do governo e o próprio presidente, que foi acusado de utilizar dinheiro público em benefício próprio. Como resultado, as classes operárias se mobilizaram em uma greve nacional, deixando de apoiar o mandatário.

Em relação à flexibilização do setor financeiro, em 1977, pouco antes do fim de seu mandato, López introduziu uma reforma financeira que liberou as taxas de juros e reduziu ao mínimo as exigências para a abertura de entidades bancárias. Isto causou um forte ingresso de capitais no país em 1979, os quais obtinham elevadas margens de lucro em dólares.

Com o mandato de López, o acordo da Frente Nacional é encerrado. Como se verá, a abstenção ante o endividamento externo promovido por López não teve continuidade no mandato de seu sucessor Julio César Turbay Ayala (1978-1982). Turbay incentivou a execução de projetos de investimento financiados com capitais estrangeiros e com os rendimentos das reservas internacionais, giradas pelo Banco Central, instituição que detinha o monopólio das mesmas desde 1967.

Neste período, o gasto público, a dívida externa e o déficit fiscal cresceram rapidamente. Ademais, com a permissão que López Michelsen havia dado à desregulamentação do setor financeiro, as taxas de juros também explodiram. A situação ficou crítica quando a economia entrou em recessão, em 1981.

Alguns grandes grupos financeiros quebraram, mas os que sobreviveram ficaram mais fortes a ponto de tomarem vantagem sobre a indústria e os demais setores, ao obter a representação do setor privado diante do Estado. Grande parte desta conquista foi obtida através do controle sobre os meios de comunicação e a estratégia de financiar campanhas políticas. O setor financeiro também conseguiu se expandir com a infiltração de dinheiro do narcotráfico, grupo que durante a administração de Turbay obteve um grande enriquecimento. A permissividade do executivo quanto a este problema foi duramente condenada pelos setores produtivos e a igreja.

Paralelamente ao tema econômico, o recém empossado presidente Turbay atacou o problema da guerrilha com a promulgação do Estatuto de Segurança. Este estatuto enrijeceu as penas para os subversivos e outorgou poder militar para realização de ações como invasões, prisões e detenções. O argumento de fundo era o combate ao comunismo infiltrado na América Latina, representado no caso particular da Colômbia por grupos guerrilheiros como o M-19 (treinado pelo aparato militar cubano). Estas ações, por parte das forças armadas, produziram uma reação violenta dos grupos rebeldes.

Estes temas de cunho social aproximaram a Colômbia dos Estados Unidos e a separaram de Cuba e do resto dos países latino-americanos. Um dos eventos que constata isso é a negativa colombiana em apoiar a Argentina durante a Guerra das Malvinas.

Em 7 de agosto de 1982, o mandato de Turbay Ayala se encerra. Quase quatro meses antes, em 26 de abril daquele ano, falecera Antonio García Nossa, em Bogotá.

Tendo como pano de fundo o contexto econômico e político apresentado neste capítulo, as seguintes seções se dedicam a estabelecer as ideias fundamentais do pensamento econômico de García desde o início de sua atividade intelectual e profissional que fundamentalmente se referem aos anos compreendidos entre a década de 1940 até sua morte, no começo dos anos 1980.

O período histórico que influencia a obra de Antonio García, embora em um sentido amplo remeta principalmente às origens da Colômbia, da América Latina e dos acontecimentos da história mundial, é fortemente influenciado pelas mudanças que ocorrem nos anos circundantes à sua produção intelectual. Uma breve apresentação dos fatos políticos e econômicos entre 1863 (início de uma nova época histórica na Colômbia, conhecido como Olimpo Radical) e 1982 (ano em que Antonio García morre) nos traz um marco histórico que permite contextualizar a interpretação do desenvolvimento por parte do autor, assim como a validade e o valor de suas abordagens em relação às formas de superação do atraso econômico.

Tabela 1- Colômbia - Presidentes 1861-2010

<i>Período Presidencial</i>	<i>Presidente</i>	<i>Partido político</i>
Olimpo Radical		
1861-1864	Tomás Cipriano de Mosquera	Liberal
1864-1866	Manuel Murillo Toro	Liberal
1867-1868	General Santos Acosta Castillo	Liberal
1868-1870	General Santos Gutiérrez Prieto	Liberal
1870-1872	General Eustorgio Salgar	Liberal
1872-1874	Manuel Murillo Toro	Liberal
1874-1876	Santiago Pérez de Manosalbas	Liberal
1876-1878	Aquileo Parra Gómez	Liberal
1878-1880	General Julián Trujillo Largacha	Liberal
1880-1882	Rafael Núñez Moledo	Conservador

1882	Francisco Javier Zaldúa	Liberal
1882-1884	José Eusebio Otálora	Liberal
1884	Ezequiel Hurtado	Liberal
1884-1886	Rafael Núñez Moledo	Conservador
Regeneração		
1886-1887	José María Campo	Liberal
1887	Eliseo Payán	Liberal
1887-1892	Rafael Núñez Moledo	Conservador
1892-1898	Miguel Antonio Caro	Conservador
1898-1900	Manuel Antonio Sanclemente	Conservador
1900-1904	José Manuel Marroquín	Conservador
1904-1909	General Rafael Reyes Prieto	Conservador
1909-1910	General Ramón González Valencia	Conservador
1910-1914	Carlos E. Restrepo Restrepo	Conservador
1914-1918	José Vicente Concha	Conservador
1918-1921	Marco Fidel Suárez	Conservador
1921-1922	General Jorge Holguín Mallarino	Conservador
1922-1926	General Pedro Nel Ospina Vásquez	Conservador
1926-1930	Miguel Abadía Méndez	Conservador
Segunda República Liberal		
1930-1934	Enrique Olaya Herrera	Liberal
1934-1938	Alfonso López Pumarejo	Liberal
1938-1942	Eduardo Santos	Liberal
1942-1945	Alfonso López Pumarejo	Liberal
1945-1946	Alberto Lleras Camargo	Liberal
Violência política		
1946-1950	Mariano Ospina Pérez	Conservador
1950-1951	Laureano Gómez Castro	Conservador
1951- 1953	Roberto Urdaneta Arbeláez	Conservador
Ditadura Militar		
1953-1957	Gustavo Rojas Pinilla	Conservador
1957-1958	Junta militar de gobierno	
Frente Nacional		

1958-1962	Alberto Lleras Camargo	Liberal
1962-1966	Guillermo León Valencia	Conservador
1966-1970	Carlos Lleras Restrepo	Liberal
1970-1974	Misael Pastrana Borrero	Conservador
Anos posteriores		
1974-1978	Alfonso López Michelsen	Liberal
1978-1982	Julio César Turbay Ayala	Liberal
1982-1986	Belisario Betancur Cuartas	Conservador
1986-1990	Virgilio Barco	Liberal
1990-1994	César Gaviria	Liberal
1994-1998	Ernesto Samper Pizano	Liberal
1998-2002	Andrés Pastrana Arango	Conservador
2002-2010	Álvaro Uribe Vélez	Liberal

Fonte: Elaboração própria

4 O MÉTODO DE ANTONIO GARCÍA

É necessário estudar a obra de Antonio García por seu aspecto metodológico. Isso é possível a partir do estudo das visões teóricas que influenciaram o aperfeiçoamento de seu pensamento (conforme exposto no primeiro capítulo) e da análise dos elementos procedimentais de sua reflexão interdisciplinar. Tal interdisciplinaridade busca, a partir da realidade, a construção teórica dos sucessos econômicos e sociais de uma região que enfrentava, para o autor, a permanência de estruturas velhas e, ao mesmo tempo, transformações em seu modelo de desenvolvimento.

É interessante notar que o papel desempenhado pela metodologia de estudo da economia foi um tema importante para García. Sob esta perspectiva, o autor encontra que as expressões de uma realidade histórica são produto tanto do método⁶⁹ como dos resultados obtidos com sua aplicação (GARCÍA, 1972, p. 5).

No entanto, é importante deixar claro que o presente capítulo se constitui, em grande medida, a partir de um esforço por inferir o método do autor a partir de sua interpretação e propostas para a superação do atraso, pois não existe uma fonte bibliográfica que dê conta explicitamente das ideologias, teorias ou método que o autor segue. Outra dificuldade que se encontra ao revisar suas publicações é a de que são vários os autores com os quais García está de acordo e a quem ele faz reconhecimento segundo suas contribuições.

Retomando a questão do método, podemos dizer, então, que este é uma forma de decidir sobre a história e de construir o próprio destino das nações. García o utiliza criticamente para desmitificar a teoria e repensar a história, realizando uma interpretação crua, porém realista, dos problemas.

Com base no exposto, é totalmente compreensível a definição que García constrói sobre o conceito de “teoria”. “Uma estrutura conceitual resultante da aplicação de um método a uma série de problemas, experiências e processos históricos. Em consequência, a teoria é a resposta e projeção não absoluta⁷⁰ de uma práxis” (GARCÍA, 1972, p. 5).

Através da academia e principalmente do ensaio social crítico, García difunde o seu pensamento. No entanto, sua contribuição à criação de faculdades de economia na Colômbia, sua participação na política e seu trabalho como assessor de vários países latino-americanos

⁶⁹ O marxismo, nas palavras de García, é o método por excelência do conhecimento social (GARCÍA, 1984, p. 83).

⁷⁰ Absoluto entendido como aquele que transcende o tempo e o espaço (GARCÍA, 1972, p. pág. 5).

também foram espaços que ajudaram a propagar suas ideias. Portanto, a vida e a obra do autor foram coerentes com sua proposta científica.

Talvez uma das características mais importantes que valida a obra e a produção científica de García é que suas reflexões provêm do conhecimento pessoal das sociedades a que se refere em seus textos. Ao percorrer pessoalmente (muitas vezes a pé ou ajudado por mulas) a geografia colombiana, García pode observar e participar diretamente das diferentes expressões da realidade da Colômbia e outros países da região. Neste contexto, o autor se aproxima da realidade, desprovido de preconceitos, para, então, interpretar criticamente a economia dos países frágeis, como ele mesmo chama.

Apoiando-se em um profundo conhecimento de campo, García descobre a falta de racionalidade das ciências sociais, entre elas a economia. Sua proposta, então, torna-se rebelde, por pretender recuperar o sentido humanista da economia, em um mundo no qual o *status quo* põe o homem de joelhos em busca do lucro e do poder.

Sob forte inspiração de Marx, Keynes e da Escola Histórico-Alemã (KALMANOVITZ, 1985, p. 1), como dito no primeiro capítulo, García utiliza a dialética como método principal de aproximação com a realidade. Este método é adequado, na intenção do autor, para observar e explicar os fatos, especialmente os que dizem respeito à política econômica em seus dois lados: o que realmente são e como elas aparecem ou se mostram em sua maneira de operar a práxis. O anterior contribui para que García reconheça a diversidade da estrutura social, decompondo-a em fenômenos positivos e negativos, revolucionários e regressivos (GARCÍA, 1984, p. 565)

Alinhado com a prática de justaposição dos fenômenos antes mencionados, um dos aspectos mais importantes evidenciados notoriamente no pensamento de García é a clara identificação do fundo ideológico⁷¹ que se oculta atrás da racionalização científica da economia (GARCÍA, 1972, p. 1). Se não fosse assim, argumenta García, a economia seria simplesmente um artifício conceitual (GARCÍA, 1972, p. 7).

Depois do momento em que Antonio García começou a estudar economia, chama a atenção que a obra e o autor sigam sendo fonte de inspiração e referência metodológica e teórica para a elaboração de estudos e análises no campo da economia política latino-americana. Neste sentido, a produção de García é uma plataforma sólida do ponto de vista do método, devido, entre outras razões, à sua natureza multidisciplinar. Por ele, García descreve

⁷¹ Uma ideologia racionaliza, generaliza ou universaliza o interesse particular de uma classe [...] servindo-se de abstrações ou representações deformadas (García, 1972, p. 6). É o que impede as classes socialmente submetidas de ver e compreender a realidade do mundo [...] atribuindo à ordem natural seu empobrecimento, atraso e dependência (GARCÍA, 1972, p. 7).

a economia a partir dos elementos inseparáveis que se desprendem logicamente desta visão ampla da realidade⁷², uma concepção orgânica das ciências sociais e da sistêmica⁷³. Com ele, o autor integra as perspectivas econômica, política e social, a fim de explicar a estrutura⁷⁴ e o funcionamento de uma realidade que definirá, mais adiante, como atrasada e subcapitalista, no caso latino-americano.

García considera que o método na economia tipifica os sistemas, de maneira que o custo tem sido sua excessiva abstração, a visão metafísica sobre os mesmos e o desprezo aos fenômenos que não fazem parte do sistema, como são aqueles que explicam a passagem de um sistema para o seguinte. Eis aqui um exemplo da necessidade de um método dialético que não divorcie os diferentes sistemas ao criar arquétipos (GARCÍA, 1984, p. 39).

Quanto ao método, é indispensável dizer que García não adere a nenhuma postura em especial, mas toma elementos conceituais de vários autores e escolas, principalmente da Histórico-Alemã. Isto o perfila como um autor, poderíamos dizer eclético⁷⁵. Em consequência, rompe com os paradigmas que foram assumidos quase como livros de receita na América Latina do século XX. Nem o marxismo, nem o comunismo, nem o classicismo, nem o capitalismo, em suas formas puras, representavam a vida dos países atrasados, nem tampouco constituíam os ideários do autor. No entanto, do marxismo ele utiliza do método: a dialética.

Baseando-se nela, e dispondo das ferramentas existentes, García atende vários elementos metodológicos ou conceituais, sempre e quando lhe possibilitam a análise e a reflexão sobre a teoria economia e seus conceitos; a visão sistêmica do mundo; as complexas relações da economia dos países atrasados; seu complexo processo de transformação para o desenvolvimento; e a necessidade de conceitos que expliquem os problemas das nações, de modo que a teoria reflita as ideologias locais, e não as importadas.

Tudo isso tem como objetivo, logicamente, o desenvolvimento, mas, para ele, o método deve contribuir para a estruturação de sistemas de defesa, que permitam planejar, processar e dirigir os esforços e recursos disponíveis para a construção de um nacionalismo que abrigue as metas mencionadas.

⁷² García não pretende fazer uma classificação definitiva, mas brindar uma orientação que ressalte a visão de conjunto e de totalidade na economia (GARCÍA, 1984 p. 35).

⁷³ “É um conjunto de produção, de formas de repartição da riqueza e de modos de satisfação das necessidades sociais, que participam de certa ‘tipicidade’ funcional e sejam reguladas por uma autoridade política” (GARCÍA, 1984, p. 63).

⁷⁴ Interpretar um sistema como relações de interdependência é reconhecer a influência da economia sobre a política e da política sobre a economia (GARCÍA, 1984, p. 67).

⁷⁵ Eclétismo entendido como criatividade, ou seja: a partir de várias fontes, o autor não se limita a transpor as ideias, mas cria novas hipóteses (FONSECA, 2007, p. 22).

4.1 O OBJETIVO E AS PROPOSTAS DO MÉTODO

O objetivo da obra de García, e em consequência a escolha de seu método de estudo, encontram-se atravessados pela conscientização que o autor tem sobre a responsabilidade dos países atrasados de desmitificar a teoria dominante. Este trabalho é urgente, se o objetivo for compreender a realidade do mundo que os rodeia, e implica romper com a tradição de atribuir à ordem natural (como defende a fisiocracia) a falta de desenvolvimento (GARCÍA, 1972, p. 7).

Ou seja: o destino dos países não é aleatório. Ele depende da vontade dos homens. Mas, para forjar um futuro, é necessário uma ordem e um norte, aspectos que García só concebe com a construção do nacionalismo. Portanto, em termos de sistema político-econômico, García respeita as tendências pluralistas do comunismo, do socialismo ou do capitalismo, sempre que apontem para formações nacionais (GARCÍA, 1972, p. 241).

Se o objetivo do trabalho de García era contribuir para a construção de um nacionalismo⁷⁶ dos países atrasados – em especial os latino-americanos – era preciso detectar onde estavam os obstáculos⁷⁷ para este desenvolvimento. Por isso, o autor propõe alcançar, primeiro, uma democracia⁷⁸, mediante o exercício dos direitos, e cujo início proveria das bases sociais; segundo, um sistema que combinasse, como mencionado, o socialismo no plano econômico e o liberalismo no plano político (VALLEJO, 2003, p. 139).

No âmbito acadêmico, García define como o objetivo de sua obra a interpretação da história colombiana dentro do marco do capitalismo mundial, no período que compreende desde a época da colonização até o começo do século XX. A metodologia para a elaboração de suas propostas tem então, como origem, a análise da república senhorial “de onde será extraída a teoria do atraso e sua maneira revolucionária de entender o problema do desenvolvimento econômico” (VALLEJO, 2003, p. 143).

⁷⁶ É comum encontrar comparações, como a de Vallejo (2003, p. 142), entre Antonio García e Friedrich Lista (1789 – 1846), em relação ao nacionalismo anteriormente mencionado. Jorge Vallejo considera que Antonio García é nacionalista e, neste sentido, similar a List, baseando-se em três elementos principais utilizados por García em seu método de estudo: 1) utiliza a sociedade de seu tempo para descobrir os aspectos fundamentais e nucleares que permanecem através dos anos e que, portanto, constituem a essência do país além do circunstancial; 2) embora analise o panorama social, o faz com a própria história deste, mas sem deixar de estabelecer quadros comparativos com os acontecimentos e cenários dos demais países e regiões do mundo. Com base no anterior, era possível que essa construção própria e nacional desenvolvesse a Colômbia e América Latina sem perder o marco internacional onde se inseriam tais sociedades; 3) apropriando-se das configurações próprias de sua sociedade e tendo as formas de existir em outras culturas em sua mente, propõe alternativas para que os países atrasados da América Latina possam caminhar para o desenvolvimento da solidariedade (VALLEJO, 2003, p. 140).

⁷⁷ Vallejo (2003) resume tais barreiras denominadas por García como “a república senhorial” (p. 142).

⁷⁸ Para García, a democracia popular era o resultado histórico do tipo de democracia econômica herdada da revolução industrial, junto com a democracia política proveniente da Revolução Francesa.

Como resultado deste exercício, o autor identifica que as raízes do atraso estão no desequilíbrio estrutural interno e na dependência externa. Segundo Vallejo (2003, p. 168), García segue um processo que buscava acabar com tal situação. Num primeiro momento, diz Vallejo, era necessária a conscientização, a qual era responsabilidade da academia. Em segunda instância, as transformações reais só se realizariam por meio da revolução socialista, o que implicava a via política a construir.

A partir de uma visão externa, para o espectador, o método e a proposta de García passam a ser qualificadas desde várias perspectivas. Como assinalou a Revista Semana, em sua edição nº 158, de 29 de outubro de 1949, ao comentar o livro do autor *Planificación Municipal*:

A direção de seu pensamento político e, por conseguinte sua interpretação da história colombiana, assim como suas teses econômicas, tem sido objeto de controvérsia. Os comunistas classificam García como ‘reformista moderado’; os liberais, de comunista; e ele próprio, de socialista. Este seu último livro poderia dar oportunidade a uma quarta classificação: socialista liberalizante de extração marxista (p. 23).

4.2 TEORIA E MÉTODO. OBJETO DE ESTUDO E INVESTIGADOR

Percorrendo o território latino-americano e tendo como base a dialética, o autor faz um esforço para identificar a ideologia por trás da teoria, na busca de explicações novas que deem conta do atraso dos países da região.

Do ensino universitário às suas contribuições na política e nos movimentos sociais, García não apenas emprega um método na academia, mas também o faz transcender à sua vida cotidiana.

4.2.1 Das bases sociais e do trabalho de campo

Para García, as ciências sociais são constituídas por dois elementos: um método de investigação, ordenamento, análise e interpretação e resultados que são produto da aplicação deste método (GARCÍA, 1972, p. 5).

Portanto, segundo o autor, uma teoria é uma estrutura conceitual que resulta de aplicar um método a problemas, experiências e processos históricos, espaço-temporais⁷⁹. Sendo a teoria a resposta de uma prática de uma circunstância histórica, é incorreto atribuir

⁷⁹ Ao ser uma resposta em um tempo e lugar específicos, contém uma série de valores, interesses e aspirações sociais (GARCÍA, 1972, p. 7).

universalidade absoluta. Mais ainda quando essas pretensões universais podem derivar para racionalizações ou generalizações a partir do interesse particular de uma classe e de uma determinada sociedade, servindo-se de abstrações ou representações deformadas, ou seja, ideológicas⁸⁰. Foi justamente o que ocorreu com a teoria clássica da economia política, que representou os interessantes da Inglaterra naquele momento (GARCÍA, 1972, p. 6).

Em sua obra “Geografia Econômica de Caldas⁸¹” (editada pela primeira vez em 1937), García se mostra um investigador minucioso que recorre a arquivos, informes e estatísticas, mas que acima de tudo extrai informações de sua relação direta com o povo (CONSUEGRA, 1981, p. 8).

García aparece em um momento histórico de grandes mudanças políticas e institucionais (o mandato presidencial de Alfonso López Pumarejo). Surge então a necessidade de os sociólogos explicarem o contexto das reformas constitucionais que implementou tal mandato (VALLEJO, 2003).

Vale a pena dizer que existiam valiosas obras escritas por reconhecidos ensaístas do século XX, como Miguel Samper, Florentino González e Salvador Camacho Roldán, entre outros. No entanto, a introdução do método de estudo através da investigação de campo na Colômbia como ponto de partida para uma análise crítica pode-se atribuir, em grande medida, na área econômica, a Antonio García. Além disso, a construção da história e da geografia, feita por um colombiano (*Geografía económica de Caldas*), é uma contribuição valiosa, que Consuegra exalta, na medida em que substitui livros escritos por autores estrangeiros (CONSUEGRA, 1981, p. 8).

⁸⁰ Obscurece a teoria científica ao atribuir universalidades intertemporais, a-históricas e absolutas (GARCÍA, 1972, p. 6).

⁸¹ Obra de grande repercussão na literatura sobre a história econômica e da economia regional colombiana, produzida entre 1936 e 1937. Através de um trabalho de campo, obtém um testemunho do cenário do antigo departamento de Caldas. Esta região foi o cenário histórico da colonização de Antioquia, e na qual se assentaram as bases da nova cultura do café. Esta obra é a primeira investigação direta sobre a colonização antioquenha e a formação de uma região cafeeira. Este livro é considerado um clássico da economia colombiana.

Ao longo dos 11 capítulos, García parte da caracterização da América pré-histórica até chegar ao século XIX, passando pelos períodos da conquista e da colônia, onde trata temas como a questão da terra e o problema do índio.

Uma vez situado no século XIX, o autor estuda a orografia, hidrografia, clima, geologia, demografia, raças, custo de vida, classes sociais, movimentos sindicais, educativos e jornalísticos, aspectos fiscais e de transporte da região caldense.

No oitavo capítulo, analisa o tema da industrialização à luz de três períodos de tecnificação experimentado por Caldas.

Também são tratadas em sua obra a evolução bancária, a economia pecuária e a economia do café, a qual descreve não apenas a partir de seus próprios processos de transformação, mas também suas implicações sociais, culturais, políticas e econômicas que formam a cultura cafeeira.

O processo de construção de pensamento de García se projeta então de baixo para cima, o que significa que é desde seu contato íntimo com as lutas dos grupos camponeses e indígenas e de sua aproximação com as realidades descritas pelo pensamento científico de autores como José Carlos Mariátegui (Peru), Haya de la Torre (Argentina) e José Ingenieros (México), entre outros, e a partir do romance, Jorge Icaza, Gallegos Lara e José de la Cuadra, para citar só alguns nomes, é que García alcança sua autonomia intelectual e interpretação crítica (RUGELES, 1990, p. 3).

No entanto, não apenas se aprecia o espírito crítico de Antonio García, mas igualmente outros elementos, tal e qual expressaram alguns comentaristas de suas obras. Seu esforço analítico (Félix Gordon Ordaz), sua sistematização (José M. Ots Capdequi), seu critério de sociólogo e forte crítica literária (Octavio Méndez Pereira) e ter sido um dos inventores da ciência social latino-americana, e construtor do conhecimento quase que a partir do zero (Carlos Rugeles Casillo), caracterizam a responsabilidade com que o professor García assume a leitura da realidade e a elaboração conceitual de seus argumentos (DE LA PAVA, 2004, p. 97-99).

É muito significativo, como o mesmo Antonio García anota, que ele tenha começado no romance, na poesia, um romancista no estilo de García Lorca, pois foi justamente esse o caminho que recorreu o conhecimento social na maioria dos países latino-americanos: o primeiro foi o relato, o romance, o conhecimento em formato literário; depois o ensaio, uma tentativa de ordenamento e interpretação dos dados sobre a realidade entre o literário e o filosófico; e por último a ciência social crítica, uma vez armada de uma concepção teórica ou de um método de conhecimento dialético da sociedade e da história. Mas logo sua imensa inquietude o leva a presenciar as lutas indígenas da cordilheira, onde nasce seu espírito revolucionário e constitui sua primeira escola de aprendizagem política, ao fazer contato com o problema social indígena em Cauca, que o leva a descobrir seu próprio caminho, posto que o empenho ajuda a resolver a problemática destas comunidades marginalizadas, e que o inclinou definitivamente ao estudo das ciências sociais (RUGELES, 1982, p. 14).

4.2.2 Objeto de estudo de um investigador autêntico e crítico

O esforço interpretativo e integral que García faz da história colombiana o conduz a diversificar seus temas de estudo. Por isso, embora seja arriscado tentar fazer uma síntese dos mesmos, se poderia dizer que seus temas de investigação podem agrupar-se nas seguintes linhas: a estrutura do atraso na América Latina, a reforma agrária e a economia empresarial, as formas de associação agrária e as cooperativas, o papel da comunicação nos países periféricos e a revisão crítica da história colombiana a partir de um enfoque estrutural e dialético (CONSUEGRA, 1981, p. 13). Outra classificação é a de Sabogal (2004): teoria e problemas agrários, política, obras teórico-práticas, de sociologia, de história e de alto nível teórico.

Em relação ao método científico que as ciências sociais adotaram das ciências naturais, García reconhece que nesta aplicação existem dificuldades tanto com o objeto como com as pré-condições do cientista social quando investiga um incidente. Quanto ao objeto, García argumenta que:

O método científico, aplicado às ciências sociais, e à econômica em particular, enfrenta uma barreira, especialmente complexa e mutante, devido ao acúmulo de interesses materiais e culturais que o compõem e às interações existentes entre estes interesses (GARCÍA, 1972, p. 9).

Em relação ao investigador, García afirma que o método “se apoia em determinados juízos de valor que integram a visão que o investigador tem da matéria, e que isto faz parte da ideologia que está por trás da teoria social” (GARCÍA, 1972, p. 8).

O assunto do método em Antonio García é tão importante que a própria escolha do mesmo, como dito, representa uma decisão que influenciará decisivamente na elaboração da teoria e nos resultados econômicos obtidos. A dicotomia entre escolher um método dinâmico ou estático, ou entre um método que correlaciona o quantitativo e o qualitativo versus métodos unicamente descritivos e quantitativos, ou entre um método absolutista e outro dialético (na forma que foi exposto) ou entre método que tenta explicar a realidade e a história desde os modelos racionais de pensamentos versus um modelo que constrói conhecimento a partir da realidade social, marca indiscutivelmente a prática e a viabilidade do desenvolvimento dos países (GARCÍA, 1972, p. 2).

Nesta direção, García observa que depois das guerras de independência, os países atrasados optaram por métodos absolutistas e escolásticos como dogmas que disfarçaram a incapacidade deles próprios em utilizar ferramentas analíticas que lhes permitissem entender, explicar e decidir o rumo de sua história (GARCÍA, 1972, p. 2). As consequências de tal modo de proceder resultaram na adoção de um método que era funcional às realidades, interesses e valores europeus da época, mas que era totalmente alheio às necessidades de explicar a realidade da América Latina naquele momento.

Consequentemente, a proposta de García é original, por fazer uma revisão crítica da região, colocando-a nua, tal como é, para poder elaborar teorias próprias que expliquem tais sociedades (VALLEJO, 2003, p. 144 e 146). Uma vez conscientes do anterior, para García é inadiável revisar o ponto de vista ou perspectiva de análise, fazendo-se fundamental a combinação da mencionada crítica com a integração de novos conhecimentos (síntese

crítica⁸²). Alcança-se, assim, uma visão totalizante e uma teoria integradora do conhecimento (VALLEJO, 2003, p. 146 e 147).

Não era fácil então desprender-se dos esquemas teóricos e dos métodos de conhecimento científicos vigentes – os que na América Latina, Ásia e África constituíam um corpo sagrado de dogmas e uma rígida e impenetrável ortodoxia – para resolver os problemas da realidade [...]. Este é precisamente um dos aspectos mais ricos na formação do pensamento teórico de Antonio García: o de haver contribuído à formação de uma ciência social crítica para a América Latina e os países atrasados do mundo⁸³ (RUGELES, 1990, p. 4).

No propósito de desfazer-se dos prismas pré-estabelecidos através dos quais se observavam os fatos na América Latina, no livro “*Bases de Economía Contemporánea. Elementos para una Economía de la Defensa*”, de acordo com Consuegra, García se sobressai pela originalidade. Ao longo de seu conteúdo, não apenas informa sobre o legado do pensamento econômico europeu, mas oferece o fruto da autenticidade (CONSUEGRA, 1981, p. 9).

Com esta afirmação concorda Rincón (2005, p. 90), quando afirma que:

O marco criativo de Antonio García para expor sua teoria social e política, assim como todas e cada uma de suas particularidades, era na verdade um intenso esforço de gestação original; se observava em sua meditação o ímpeto batalhador para ajustar os conceitos e encontrar as palavras que correspondessem às ideias.

4.2.3 Reconhecimento da ideologia

Como se apontou, segundo García, o método dos países atrasados deve servir para desmitificar a teoria, ou seja, separar as ideologias dos conceitos. Sob esta perspectiva, estes últimos são localizados em uma universalidade relativa, e deve-se outorgar-lhes o valor histórico que realmente possuem. Isto porque não existe uma teoria sociocientífica que não tenha uma ideologia, embora possam existir ideologias sem uma teoria científica e social. O passo seguinte, para o autor, depois da desmitificação, consiste na elaboração de uma ciência social que busque a liberação social e o desenvolvimento independente (GARCÍA, 1972, p. 6 e 10).

⁸² Como nota Vallejo, parafraseando García, esta capacidade é escassa se comparada à tradição de estudar parcialmente por cortes ou estratos.

⁸³ Outra contribuição metodológica de García é ter interpretado e analisado a economia hispano-colonial, especificamente no caso da Colômbia, chegando a coincidir com os resultados dos investigadores da escolha dualista, feudalismo-capitalismo, tais como Nieto Arteta (CONSUEGRA, 1981, p. 9).

Cabe dizer que, para García, reconhecer esta simbiose teoria-ideologia não é motivo de preocupação, mas sim representa a possibilidade de observar que mediante a ideologia é que a teoria se projeta. Nesta perspectiva, “a ideologia pode ser analisada historicamente de duas maneiras: como um método de mitificação e obscurecimento da realidade histórica⁸⁴ ou como uma afirmação subjetiva do homem e não se limita a ver a realidade, mas sim expressa sua decisão de transformá-la⁸⁵”.

Portanto, de acordo com García, pretender uma teoria sem componente ideológico por trás é só uma abstração a-histórica e racionalista. Ele completa, sustentando que a ideologia, se vista de um ângulo positivo, é o que poderia permitir aos países atrasados a construção de uma teoria do desenvolvimento (GARCÍA, 1972, p. 8-14).

Tendo em conta o papel ideológico, se disporia de três grandes ciências sociais, como afirma o autor: as que surgiram das formações capitalistas plenamente desenvolvidas, as originadas nas formações socialistas e as dos países atrasados e dependentes. Nestas últimas nações, não desenvolvidas, García sustenta que as ciências sociais carecem de autonomia e são fruto do transplante de peças provenientes do exterior. Para ele, isto explica seu extremado formalismo e a falta de investigação, de caráter científico e tecnológico, nos países atrasados.

4.2.4 Romper com os paradigmas

O método para a construção de uma teoria própria dos países dependentes consiste em romper com a ciência oficial, como exposto, para racionalizar os projetos e interesses dos países atrasados. A façanha é possível de ser alcançada, segundo o autor, partindo de uma teoria estrutural da dependência⁸⁶ que ajude a identificação dos estados que não permitem o desenvolvimento autônomo das nações (GARCÍA, 1972, p. 14).

A estratégia para o desenvolvimento implica a aparição de novas classes sociais, ou elites dirigentes, que entendam os conflitos e interesses do cenário mundial (GARCÍA, 1972, p. 20). Para ele, o desenvolvimento não implica o seguimento estrito dos postulados de nenhuma escola, ideologia, partido ou teoria, mas a prática real de uma revolução na América Latina (GARCÍA, 1972, p. 23).

⁸⁴ Concebida assim, a ideologia produz alienação nas nações, que as conduz a cenários de submissão e dependência (GARCÍA, 1972, p. 8).

⁸⁵ A partir desta ótica, a ideologia expressa a consciência social e a decisão dos homens de atuar sobre as forças e materiais da história (GARCÍA, 1972, p. 8).

⁸⁶ Para García, a teoria da dependência é a mais transcendental das categorias analíticas das ciências sociais da América Latina (GARCÍA, 1972, p. 15).

É por isso que García se distancia dos paradigmas idealizados, sobre os quais tradicionalmente a academia se edificava nas décadas de 1940 e 1950 na Colômbia, e que classificavam, por um lado, nos que tendiam pela industrialização e o capitalismo como um sistema democrático e de alto consumo de massas, e por outro, naqueles que buscavam um modelo comunista, de estilo marxista, onde cada um contribuía socialmente de acordo com suas capacidades (VALLEJO, 2003, p. 144).

4.2.5 O método de difusão do pensamento de Antonio García

Ainda que o método independente e desprovido de arquétipos ideológicos com que o autor observa o mundo econômico do século XX esteja incorporado em toda a sua obra acadêmica, o poder transformador de García supera as barreiras do escrito e chega à prática, ao mudar, de certa forma, o aparato institucional.

Seu método então é difundido e ensinado de duas maneiras. A primeira, através dos programas de economia que o mesmo fundou e dirigiu (o Instituto de Ciências Econômicas da Universidade Nacional da Colômbia e da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Jorge Tadeo Lozano). A segunda, por meio dos trabalhos desempenhados como consultor de diferentes governos na América Latina, entre os quais se destacam sua participação nas reformas agrárias da Bolívia, Peru, Equador, México e República Dominicana (MOSQUERA, 1988).

Também desempenhou como líder de movimentos políticos, como a Liga de Ação Política (LAP), e indígenas, como o Instituto Indigenista Colombiano, e como principal assessor econômico de Jorge Eliecer Gaitán⁸⁷, que foi candidato à presidência da Colômbia.

As ideias de García foram incorporadas à sua obra, a qual é bastante pedagógica e conserva o espírito da docência, mas também em seus romances e poesias, onde se

⁸⁷ Político e advogado colombiano, prefeito de Bogotá (1936). Ministro da Educação (1940), Ministro do Trabalho (1943), deputado por vários mandatos entre 1929 e 1948, candidato pelo Partido Liberal à presidência da República para o período 1946-1950 e favorito para as eleições de 1951-1955. Gaitán foi assassinado em 9 de abril de 1948, em Bogotá, o que resultou numa manifestação popular de mais de um mês de duração, conhecida como *El Bogotazo*. Tal protesto resultou em 142 prédios destruídos na capital e se estendeu a outras regiões do país. A multidão que tomou as ruas culpava a oligarquia, a igreja e o Partido Conservador pela morte de Gaitán. A partir de sua morte a violência se estendeu por grandes regiões da Colômbia, e suas ideias se consolidaram ao redor do movimento político conhecido como gaitanismo, um movimento popular de massas que nasceu como uma facção do Partido Liberal. Seu objetivo principal era a melhora das condições de vida das classes menos favorecidas, em cujo seio operários e camponeses encontraram representação através da democracia.

destacavam seu carinho e amor pelo povo latino-americano, especialmente o colombiano (LLERAS, 1982, p. 7).

Em geral, os instrumentos escritos utilizados por Antonio García para comunicar sua interpretação da sociedade se centraram principalmente no conto, no relato e no ensaio social crítico, baseado em seu novo quadro teórico e no método dialético estrito (Rugeles, 1990, p. 2 e 3). Este procedimento metodológico repreendeu fortemente o conhecimento escolástico, provinciano e de escasso conhecimento do positivismo de Comte, o que fazia García um pensador pioneiro, o qual, utilizando basicamente o método marxista, tentava construir uma teoria sem preconceitos.

No entanto, o ensaio social crítico, nas palavras de Sánchez (2003), constitui a forma mais utilizada por García para expor sua tese. Esta escolha vem fortemente influenciada pelos grandes expoentes deste gênero, que o empregaram para realizar crítica. José M. Samper, Camacho Roldán, Manuel M. Madiedo, Carlos Arturo Torres, Luis López de Mesa e Luis E. Nieto Arteta são alguns deles (SÁNCHEZ, 2003, p. 70).

Através desta forma literária, García torna conhecida a urgência de construir formas latino-americanas de pensamento, mediante suas contribuições ao socialismo humanista e sua exposição do método dialético. Da leitura dos mesmos, se pode ver que o autor é um nacionalista latino-americano e um intelectual da mudança e da libertação do terceiro mundo (RUGELES, 1990).

4.3 O CONCEITO DE SISTEMA

Sem contradizer a importância da técnica e da especialização nas ciências sociais, García destaca a visão holística das mesmas. Para ele, sob esta perspectiva, é possível identificar os elementos políticos e ideológicos para a compreensão das relações de poder entre os diferentes países. Essa visão sistêmica, integral, multidisciplinar e dinâmica torna possível o entendimento da relatividade das leis econômicas e das condições para sua validade.

4.3.1 Concepção formal e orgânica das ciências sociais

Em artigo especial para a *Revista Desarrollo Indoamericano*, Antonio García elabora um esquema conceitual para entender a maneira com que os problemas sociais, em especial os

econômicos, são abordados. Para este propósito, cria duas grandes categorias das concepções políticas da economia, não definitivas, como o mesmo sustenta: a formalista e a orgânica.

São concepções formalistas aquelas que só tomam uma dimensão das teorias e dos fatos econômicos, no sentido quantitativo ou qualitativo. [...] Uma concepção formalista tomará abstratamente a teoria marxista do valor, desintegrando-a de um duplo sistema de relações: o dos tipos de economia e organização social que a condicionam e o das ideologias econômicas que fornecem os elementos lógicos para sua explicação [...] frente a um fato, como o salário. O formalismo o examinará como uma simples receita ou como um simples elemento da contabilidade de custos, fazendo abstração do conjunto de fatores sociais nos quais ele está naturalmente reunido (GARCÍA, 1981b, p. 18).

O formalismo toma elementos externos, de superfície, e emprega certo tipo de fatores, cerceando os fatos ou teorias sociais de maneira que mostre as teorias como absolutamente falsas ou absolutamente completas. Esta deformação teórica é explicada pelo autor no fato de que a história se falseia, anulando seu componente ideológico. O resultado é então um sectarismo elaborado sobre abordagens parciais (GARCÍA, 1984, p. 37).

A importância de uma concepção orgânica⁸⁸ (entendida como conjuntos articulados) vem do fato de que, para o autor, a verdadeira dinâmica de um sistema de vida e o descobrimento das causas que o criam, movem, renovam, limitam e destroem só podem ser entendidas sob uma perspectiva deste tipo⁸⁹ (GARCÍA, 1984, p. 565). “O que é fundamental, politicamente falando, senão saber *compreender* um fenômeno *como unidade*, calibrando o peso e influência dos diferentes elementos contraditórios que o constituem?”⁹⁰ (GARCÍA, 1984, p. 43).

O enfoque orgânico, ou de integração dos conceitos, necessariamente implica três pressupostos. Primeiro, reconhecer que a relação entre o real e o teórico é de mão dupla, sem estabelecer qual é o primeiro. Segundo, definir um enfoque ou ponto de vista que possibilite a delimitação das ferramentas quantitativas e qualitativas de estudo (reconhecendo sua complementaridade). E terceiro, estabelecer um marco de fundo para relacionar os fatos ou percepção teórica, com o propósito de evitar a fragmentação e atomização características do estilo formalista (GARCÍA, 1981b, p. 18).

É importante assinalar que García ressalta duas escolas de tipo orgânico que indubitavelmente influenciam seu pensamento e suas propostas. Sem ter a pretensão de

⁸⁸ A concepção orgânica se fundamenta no pensamento integrado e em conjunto com os problemas, ponderando o peso de cada um dos seus elementos (GARCÍA, 1984, p. 48).

⁸⁹ Para García, um desenvolvimento orgânico se obtém quando o desenvolvimento capitalista é análogo e similar ao desenvolvimento regional, podendo aculturar a maior parte da população e criando laços harmônicos entre política e economia.

⁹⁰ Grifos do autor.

compará-las e ao mesmo descobrindo sua natureza complementar, para García, a primeira serve para a compreensão ideal do conjunto, e a segunda para sua compreensão real. Estas são: 1) a que vê o Estado como núcleo de associação das partes, identificando a unicidade da economia nacional (Adam Müller, Schmoller, Wagemann e Adolfo Wagner), possibilitando a identificação de problemas e a direção do desenvolvimento; e 2) a concepção dialética que realiza análises holísticas e inter-relaciona todos os elementos dos fatos, sem eliminar seu caráter contraditório, nem simplifica-los com a abstração ou fixar *a priori* um destes elementos como pivô ou determinante dos outros⁹¹ (GARCÍA, 1981b, p. 20). Em suma, García é partidário da implementação da concepção orgânica onde as duas escolas formem um só processo.

Em relação à organicidade, historicamente García observa que o século XX se caracteriza por grandes avanços na investigação técnica, mas também por uma inferioridade em relação ao século XIX quanto à capacidade de integração (que o autor entende como o exercício da construção política) de novos conhecimentos, o que ele próprio denomina de falta de “síntese crítica”. Esta incapacidade⁹², segundo García, resulta em um trabalho muito difícil de levar a cabo, devido à imensa quantidade de conhecimentos que se produziram no século passado (GARCÍA, 1981b, p. 18). Neste sentido, no século XX, nem os países capitalistas, nem os socialistas, foram capazes de implementar um método integral de conhecimento, mantendo posturas ortodoxas que doutrinariamente ficam no passado do classicismo liberal e marxista⁹³, respectivamente (GARCÍA, 1981b, p. 18).

Segundo García, o fato de que os países frágeis conheceram o capitalismo e o sistema de mercado internacional mais tarde em relação aos países desenvolvidos implica que a política orgânica é a resposta dos primeiros à organização do momento, baseada na divisão internacional do trabalho (GARCÍA, 1981b, p. 25).

São três as condições requeridas para que a concepção e política (teoria e prática) orgânica existam e gozem de plena operação. Deve se desenvolver em um meio onde existam objetivos de bem-estar comum, o Estado se encontre estruturado racionalmente e exista o

⁹¹ O estabelecimento ex-ante de um elemento como principal ou determinante seria levar os conceitos teológicos ao campo das ciências sociais (GARCÍA, 1981b, p. 20).

⁹² É muito difícil que a integração possa ocorrer nos países capitalistas, pelo individualismo das concepções políticas e a orientação profissionalizante da economia. Na União Soviética, a dificuldade ocorreu, para o autor, devido à pressa para resolver problemas de conjuntura e com a existência de um “fetichismo doutrinário” que impossibilitava a revisão dos postulados clássicos (GARCÍA, 1981b, p. 18).

⁹³ Chama a atenção no texto de García que, para ele, os países frágeis não tenham acrescentado nada às propostas de Rosa Luxemburgo, Lênin, Bernstein e outros teóricos (GARCÍA, 1981b, p. 25). Além disso, o socialismo na América Latina no início da década de 1980 não havia absorvido a essência crítica do marxismo. Ao contrário, tinha se deixado contagiar pelo formalismo do pensamento liberal, dividindo os fatos sociais e vendo-os de forma casuística (GARCÍA, 1981b, p. 25).

planejamento. Neste sentido, romper com a ideologia do liberalismo (supressora dos sistemas nacionais de defesa das economias frágeis e, portanto, de sua organicidade) não apenas implica ter políticas antiliberais (teoria), mas podê-las levar à prática⁹⁴ (GARCÍA, 1981b, p. 25).

Para o pensador, embora o liberalismo seja antagônico à construção nacional das sociedades latino-americanas, o protecionismo tradicional (de acordo com o argumentado em *Bases de la Economía Contemporánea*, de 1984) tampouco ofereceu uma alternativa a tal propósito. Sua limitação a certas indústrias no plano econômico, e sua preferência por certos grupos sociais fazem com que não alcance uma conotação orgânica.

Alcançar a organicidade suporia, de acordo com García, primeiro, a distribuição, entre todas as classes sociais, dos lucros extraordinários recebidos por conta da proteção; segundo, a ampliação das indústrias protegidas; terceiro, o cumprimento dos fins econômicos para os que foi estabelecida a proteção e planejados pelo Estado; e quarto, a articulação de todos os meios de proteção. Todos estes objetivos têm o seu lugar, segundo o autor, dentro do marco do socialismo, com o objetivo de construir a “verdadeira teoria política dos países frágeis” (GARCÍA, 1984, p. 57).

A partir disso, e apesar das deformações do socialismo na América Latina, é este que, por ter uma visão e contar com um método orgânico da história, pode construir uma ciência social própria dos países atrasados e uma teoria política que responda aos problemas das economias frágeis (GARCÍA, 1981b, p. 26).

Apesar da importância que a concepção orgânica representa para García no desenvolvimento de seus conceitos, metodologicamente, o autor implementa duas estratégias. Neste sentido, García primeiro “[...] faz uma crítica às concepções que apenas tomam uma dimensão das teorias ou dos fatos econômicos, um tipo de fatores explicativos”, assinalando que para fazer um “[...] exame dos fatos econômicos é necessário estabelecer a inter-relação entre eles e as teorias sociais, determinar os elementos quantitativos e qualitativos que contêm e integrar toda a situação ou sua percepção teórica a um fundo social de fatos e doutrinas”. Segundo, “adota um esquema dos sistemas econômicos” (VILLAMIZAR, 2007, p. 44 e 45).

⁹⁴ Um dos exemplos citados pelo autor que ilustram esta incapacidade se refere às políticas protecionistas do comércio internacional. O problema é que não há protecionismo só na política: na prática ele beneficia apenas certos setores. Para que fosse realmente um “protecionismo orgânico”, García assinala que deveria dividir os lucros obtidos a partir da política protecionista e que conseguisse realmente alcançar os objetivos propostos ao estabelecer a política protecionista, usando todos os instrumentos de proteção de maneira articulada (GARCÍA, 1981b, p. 25).

4.3.2 O conceito de sistema e suas características

Os *sistemas*⁹⁵ são formações históricas⁹⁶ constituídas com certa coerência e identificadas em sistemas específicos de valores, dentro de certas regras econômicas, culturais, sociais e políticas⁹⁷ (ou seja, o institucionalismo). Em outras palavras, esta definição de García significa que a universalidade absoluta nas ciências sociais é impossível, mas a universalidade relativa sim (tal como defende a Escola Histórico-Alemã). Por isso, o autor reconhece três sistemas econômicos: o capitalismo, o socialismo e o dos países atrasados e dependentes⁹⁸ (GARCÍA, 1972, p. 11).

Quando se analisam os sistemas a partir de uma perspectiva orgânica, se está estudando, como o mesmo autor expressa, a relação de dois fatores em um contexto, a dinâmica dos processos, as transformações de um sistema em outro, e as modalidades destes (GARCÍA, 1984, p. 68). Ou seja: analisam-se seus aspectos geográficos, históricos, cíclicos, dinâmicos e descritivos.

Quanto aos ciclos, embora García considere que é pouco apropriado usar esquemas racionais que não deem conta da complexidade do atraso, o autor identifica que este se apresenta historicamente através do que se denominariam ciclos, que, por sua vez, se encontram ligados às mudanças nos sistemas de poder (GARCÍA, 1972, p. 124).

Isto significa que García não concorda com as visões circulares ou lineares da história, mas que os acidentes históricos alteram os sistemas existentes, dando origem a mudanças ou ciclos.

Embora cada sistema tenha suas formas próprias, há princípios comuns a todos eles: para García, eles são especificidade, inter-relação, sobrevivência, integração e racionalidade.

O primeiro princípio se refere a que os sistemas se localizam no tempo e no espaço, de tal maneira que são formas misturadas, e não puras (especificidade). O segundo, que todo sistema produz e é afetado sobre os demais. Em outras palavras, expressa a dialética dos

⁹⁵ Grifo do autor.

⁹⁶ O livro "*Bases de Economía Contemporánea*" (1984) tem como objetivo fazer uma introdução política a um novo estudo dos sistemas (GARCÍA, 1984, p. 66)

⁹⁷ Um sistema, por ser determinado por fatores, requer a ordenação dos mesmos e a compreensão da prioridade histórica de um deles sobre os demais. Isto não implica a anulação dos fatores ou elementos sociais restantes. Neste sentido, a concepção orgânica dos sistemas concede pesos relativos ou ponderados aos fatores, ao concebê-los como interconectados.

⁹⁸ De acordo com García, a reformulação do sistema econômico implicaria a revisão e compreensão dos supostos ideológicos, estudando as influências recíprocas dos fatos sociais. O anterior corresponde à tarefa de superar os arquetipos e idealizações econômicas (GARCÍA, 1984, p. 66).

sistemas⁹⁹. Os mesmos não podem ser concebidos como preponderantemente econômicos, sociais ou políticos, mas como o conjunto de suas imbricadas inter-relações. Em terceiro lugar, García observa que os sistemas não morrem de todo, mas apenas parte, ainda que na práxis se transformem, vivam, coexistam e façam parte de outros sistemas (sobrevivência). Um quarto aspecto tem a ver com que o sistema econômico apresenta relações que formam um conjunto orgânico constituído pela economia, política, leis, religião, entre outras questões. Ou seja, os fatos econômicos não se encontram isolados nem têm uma existência autônoma (integração).

Finalmente, o quinto princípio reconhece que devido ao fato de o conceito de necessidade (objeto da economia) ser variável segundo se contextualize, a racionalidade adquire conotações diferentes, enquanto implica formas adequadas para satisfazer necessidades sociais (racionalidade) (GARCÍA, 1984, p. 85).

Por outro ângulo de enfoque, os sistemas, além de princípios, possuem características. García descobre quatro que os resumem. A primeira é a *interdependência*. Significa que um sistema é construído por elementos de sistemas anteriores, ainda que seu papel varie de um a outro. Em outras palavras, só na teoria existem sistemas puros (GARCÍA, 1984, p. 73).

É por esta razão que estereotipar os sistemas, embora seja uma forma de simplificar e ajudar no entendimento mais claro dos fatos acaba se transformando em um elemento que distorce a realidade (García usa o exemplo do salário e suas diferenças para três regimes distintos, que são o artesanato, o capitalismo e o socialismo) (GARCÍA, 1984, p. 70).

Fica então evidente que as instituições se refazem de um sistema a outro (é o caso da influência e a sobrevivência da escravidão e as economias primitivas sobre as formas econômicas atuais na América Latina).

Em segundo lugar, os sistemas se caracterizam por sua *coexistência espacial*. A coexistência não apenas é um fenômeno conjuntural, mas permanente. Como já dito, é inegável a convivência espacial de formas primitivas e naturais com formas de estilo capitalista na América Latina. No entanto, estas precisam de integração nacional estando impermeabilizadas umas às outras, mas compartilhando o mesmo território. No caso dos países latino-americanos, tais formas aparecem como desordenadas, podendo ser classificadas de anarquistas (GARCÍA, 1984, p. 75).

⁹⁹ O método usado por García busca a “integração do conhecimento sócio-científico”. O mesmo foi amplamente difundido na América Latina da década de 1960. (GARCÍA, 1967, p. 9).

A terceira característica se refere à *vinculação dos sistemas com a história, a cultura e a geografia*. São múltiplas as classificações de sistemas econômicos y apesar do uso reiterativo na literatura de uma das tantas que corresponde à classificação historicamente abstrata, a qual fala de coletivismo primitivo, escravidão, feudalismo, capitalismo mercantil, capitalismo industrial, capitalismo financeiro e socialismo planejado (GARCÍA, 1984, p. 75), esta tipificação limitada representa exclusivamente os tipos clássicos, e, neste sentido, é incorreta de acordo com a definição e as características de “sistema”, ainda que García reconheça sua utilidade como ponto de referência para a análise.

Um exemplo da dificuldade esboçada no parágrafo anterior é a que concerne a pergunta sobre se existiu o feudalismo na América Latina. Certamente, a resposta tem a ver com o fato de que em nossos países existiram instituições “[...] capitalistas, escravistas e servis que não se ligavam às da economia medieval europeia” (GARCÍA, 1984, p. 75).

Portanto, é a “possibilidade cultural”¹⁰⁰ que diferencia o desenvolvimento de um sistema com o de outro localizado em uma latitude diferente. Ou seja: os sistemas têm diferentes formas de realização, e isto é importante para analisar sua validade (GARCÍA, 1984, p. 76).

Finalmente, a quarta característica ressalta os *elementos quantitativos e qualitativos dos sistemas*. Para o autor, nenhum é mais importante que o outro, mas um pode ser determinante ao outro.

Ilustrando isso, em *Bases de la Economía Contemporánea*, García mostra dois exemplos de que o quantitativo leva a modificações qualitativas e vice-versa. Nesta ordem, o primeiro caso mostra como dentro da produção social da manufatura são gestadas as invenções mecânicas. No segundo, mostra que a máquina a vapor promoveu a produção em massa (GARCÍA, 1984, p. 79).

Não obstante a complementaridade dos fatores quantitativos e qualitativos em um sistema, García observa que os países atrasados carecem de uma perspectiva qualitativa em seu método, que lhes evita a adoção equivocada dos coeficientes empregados pelos países desenvolvidos. Tal equívoco tem um duplo caráter. Por um lado, supõe-se que se estão medindo variáveis semelhantes, e por outro se pensa que estes indicadores medem desenvolvimento, quando os países capitalistas centrais na verdade os usam para observar tendências de crescimento em curto prazo (GARCÍA, 1981c, p. 88).

¹⁰⁰ Aspas do autor.

A renda per capita, a taxa de crescimento do investimento ou a taxa de crescimento do produto, para García, podem resultar na ocultação do subdesenvolvimento, no sentido de que um ótimo resultado nestes índices não necessariamente revela que estamos melhores que outras economias. Bastaria que fôssemos um país com poucos habitantes e nos encontrássemos no começo do nosso processo de desenvolvimento para que nossa taxa de crescimento fosse maior que a de um país industrializado (GARCÍA, 1981c, p. 88). Esta impossibilidade de comparação entre contextos radicalmente diferentes leva o autor a argumentar que urge a construção de uma teoria e marco de análise que permita estudar os problemas dentro do contexto do atraso latino-americano.

4.3.3 A universalidade e a relatividade das leis

Havíamos mencionado que os sistemas têm validade relativa por circunscreverem-se a contextos específicos. Pois bem, é assim mesmo que ocorre no caso da economia, de acordo com García. Este aspecto de seu método, extremamente importante para os pensadores da América Latina, afirma que as ciências sociais só descobrem leis (se é que podem ser chamadas assim) relativamente universais¹⁰¹, ao contrário das ciências sociais europeias do século XIX, como, por exemplo, a sociologia positivista e a economia política neoclássica, que têm a pretensão da universalidade.

Deste modo, a tarefa dos economistas latino-americanos, segundo García, consiste em desvendar o valor relativo das ciências sociais herdadas dos colonizadores e construir novas ciências. Estas devem propender pela compreensão das realidades particulares, e devem ser ciências revolucionárias.

Como resultado disso, a elaboração que García leva a cabo sobre uma teoria do desenvolvimento tem como ponto de partida a crítica das teorias existentes.

Não obstante o fato de esse ser o mesmo caminho percorrido por Karl Marx, García realiza uma leitura crítica dos escritores europeus e, ao mesmo tempo, rebate os autores latino-americanos que adotam mecanicamente as teorias dos países desenvolvidos sem submetê-las a nenhuma análise.

¹⁰¹ A universalidade das leis é possível, como também o é a particularização ao extremo. Os estudiosos do concreto, não apenas García, contestam a problemática de que se cada caso tem suas próprias regras, então não seria possível fazer ciência nem teorizar. A proposta de García é um meio-termo que postula tendências e teorias, ao menos relativizadas a economias que compartilham uma tradição histórica semelhante e onde operam elementos institucionais parecidos. É um autor que, partindo da teoria geral, analisa as particularidades de uma realidade concreta.

Para Sabogal, a teoria latino-americana do desenvolvimento, argumentada pelo autor, pode ser observada de forma metafórica como um plano com três pontos de apoio: o marxismo, a Escola Histórico-Alemã e suas elaborações pessoais. Sobre este último, García estende o convite a pensar a realidade latino-americana a partir da própria América Latina¹⁰², e reitera que é uma ficção a crença segundo a qual a economia e as ciências sociais em geral têm caráter de universalidade (SABOGAL, 2004).

É deixando claro que tanto o método como seus resultados são produtos de uma realidade histórica que García apoia seu argumento de que muitos dos erros dos países atrasados consistiram em atribuir valores absolutos a esta dupla conotação do estudo dos fatos no tempo e no espaço (GARCÍA, 1972, p. 5). Esta metodologia equivocada faz com que o método se apresente como um “receituário artificial e abstrato sobre as formas de conhecimento social, e os resultados de sua aplicação como um dogma”.

Isso explica a natureza eclesiástica e esotérica das obras mestras formuladas tanto pela teoria científica ortodoxa (enquanto projeta a problemática, experiências e condições históricas das formas capitalistas) como as teorias heterodoxas ou heréticas (enquanto expressam ideologias revolucionárias e anticapitalistas). Neste sentido, tanto o capitalismo quanto o marxismo chegaram à América Latina como dogmas, sem serem compreendidos em seu sentido original. O marxismo foi concebido na região como um método crítico de pensamento aplicado sobre as formações capitalistas dos países desenvolvidos, configurando, conseqüentemente, “a transfiguração de um pensamento crítico em uma escolástica de esquerda” (GARCÍA, 1972, p. 5).

4.4 A IMPORTÂNCIA DA CONCEITUAÇÃO PRÓPRIA: UM NOVO LÉXICO E INSTRUMENTOS PARA O ESTUDO DO ATRASO

Dentre os argumentos utilizados por García para construir ciências sociais próprias e adequadas para a América Latina, encontra-se a discussão sobre os instrumentos conceituais. A crítica afirma que tais ciências não são funcionais na análise e interpretação da prática social. Basicamente são três as causas históricas a que García atribui a responsabilidade por este desajuste entre conceitos e realidade: 1) por terem sido introduzidas na América Latina como doutrinas, e não como formas de pensamento; 2) pelo fato de que as ciências sociais

¹⁰² Nem o liberalismo, nem o comunismo, desenvolvem um país, pois são esquemas ideais, sem ancoragem na experiência histórica latino-americana.

expressam por sua própria estrutura os interesses históricos de certo modo de produção; e 3) pela forma parcial de entender a sociedade como uma soma das partes, e não como uma unidade integrada (GARCÍA, 1981c, p. 92).

Deste modo, sem dúvida alguma, entre as muitas preocupações do autor está a elaboração de novos instrumentos teóricos, conceitos¹⁰³ e formas de medição e registro dos acontecimentos econômicos, a tal ponto que surge a necessidade em García de desenhar uma terminologia, vocabulário e significado próprios, que pudessem ser funcionais à sua particular interpretação da economia.

A linguagem é então um dos pontos de preocupação do pensador, que forma seu método de estudo. Para o autor, é um erro grave utilizar palavras comuns da teoria sem poder falar a mesma linguagem. Ou seja: utilizar termos como “liberalismo” ou “comunismo” indiscriminadamente na Europa ou na América Latina, quando seu significado é diametralmente oposto se colocado em contexto¹⁰⁴ (GARCÍA, 1972, p. 18).

Com o objetivo de lutar contra essa homogeneização dos termos e o monopólio da informação e do conhecimento, García utilizou um léxico, sem deixar de ser rigoroso e erudito, que pudesse chegar às camadas populares de vários dos países em que lecionou¹⁰⁵, assessorou governos e publicou suas obras. Este caminho constituía para o autor uma forma de alcançar a democracia ou sua dialética, como o mesmo intitulou uma de suas obras¹⁰⁶ (RINCÓN, 2005, p. 88).

¹⁰³ Para Consuegra, o método que García emprega em sua abordagem estrutural e dialética do atraso e do desenvolvimento se encontra principalmente na obra “*La Estructura del Atraso em América Latina*”, e consiste na “reconceituação acerca da verdadeira natureza da ciência social (como ciência relativa e ideológica) e de seu papel nos países capitalistas desenvolvidos, nos países subdesenvolvidos e nos países socialistas, de acordo com as condições de seu contexto específico de tempo e espaço” (CONSUEGRA, 1981, p. 13).

¹⁰⁴ “Enquanto na América Latina o liberalismo econômico é uma ideologia das classes dominantes, na Europa ocidental foi uma ideologia burguesa e do ‘Estado pleno’, frente ao absolutismo do Poder Real ou das aristocracias feudais. Enquanto na América Latina o comunismo foi uma ideologia ritualizada de classes médias e elites operárias, na Europa foi uma ideologia coerente de um proletariado nascido da Revolução Industrial, com tradição organizativa e ‘inteligência’ capaz de traçar os rumos universais de uma nova época” (GARCÍA, 1972, p. 19).

¹⁰⁵ Como afirma Rugeles, García propunha que seus alunos conhecessem as realidades do país dentro dos cenários culturais e elementos sociais das regiões, o que possibilitava a identificação e o estudo das relações sociais e sua expressão no Estado, assim como a construção do nacionalismo. Como professor, buscava que o economista tivesse uma formação independente de qualquer ideologia, mediante a construção crítica, humanista, integral e científica não pragmática (1990, p. 6).

¹⁰⁶ GARCÍA, A. *Dialéctica de la Democracia*. Bogotá: Ed. Cruz del Sur, 1972.

4.5 PERSPECTIVA

O reconhecimento de formas misturadas de capitalismo na América Latina passa por enxergar que somos o fruto econômico e político de sistemas provenientes do exterior, adaptados e transformados para que operassem em uma território que funcionava sob regras de organização que nada tinham a ver com tais sistemas. A falta de consciência desta condição histórica faz nos perdermos na teoria e não compreendermos que sua origem está nos interesses das diferentes sociedades que a elaboram.

4.5.1 O todo e as partes

É reiterado o interesse de García em suas diferentes publicações para encontrar as causas dos problemas do atraso na América Latina. Para tanto, o autor tenta ver os fatos a partir de uma leitura que busca revelar o que se encontra por trás de sua aparência. Implica ver a intencionalidade e o propósito político das decisões antes que se desfigurem e tomem formas que disfarcem seu verdadeiro objetivo. Este método de encontrar as causas principais e o núcleo dos problemas, deixando de lado os elementos secundários, representa a forma de análise do autor.

Para García, a análise dos problemas, a avaliação da política de desenvolvimento ou as estratégias estatais, a partir de um plano metodológico, podem ser abordadas partindo de uma perspectiva geral e holística¹⁰⁷, o que o autor chama metaforicamente de perspectiva do bosque, ou de um ponto de vista *segmentário*¹⁰⁸, do detalhe, o que denomina exame taxonômico das árvores¹⁰⁹.

Dado isso, García propõe um método de análise¹¹⁰ baseado em certas considerações: partir de uma visão conjunta e articulada da sociedade, situando-a em seu contexto histórico. Então, avaliar as políticas à luz de seus objetivos finais. Depois, definir as condições que

¹⁰⁷ Antonio García “é autor de uma abundante bibliografia histórica, sociológica, econômica e político-ideológica” (SÁNCHEZ, 2003, p. 69).

¹⁰⁸ Grifo do autor.

¹⁰⁹ Este tipo de perspectiva é resultado, segundo García, de conceber a economia como a soma dos setores e de conceber os problemas relacionados às condições de vida de uma sociedade como se fossem de tipo conjuntural. Em consequência, tais políticas, de acordo com o autor, minimizam os problemas, mas não os resolvem (García, 1981c, p. 87). Assim mesmo, esta visão incorre em um erro de tipo quantitativo, ao desconhecer a magnitude ou a escala nacional do problema, e outro qualitativo, pois problemas estruturais são tomados como transitórios (GARCÍA, 1981c, p. 87) (este tipo de erro já havia sido mencionado em capítulos anteriores).

¹¹⁰ O autor propõe este método referindo-se à análise da crise do modelo liberal de crescimento econômico, mas pode-se estender a outros âmbitos, ao tomá-lo como exemplo, de modo que possa ser considerado como um método geral de sua forma de estudo.

possibilitam ou impossibilitam a consecução dos propósitos fixados. A seguir, obter a capacidade de interpretar qualitativamente a informação de tipo quantitativo para não cair no erro de, por exemplo, equiparar indicadores e coeficientes com os dos países capitalistas desenvolvidos. E, finalmente, considerar a questão do que se entende e se quer com o desenvolvimento, pois assim se definem os alcances e limites das ações na prática histórica (GARCÍA, 1981c, p. 84).

4.5.2 O contexto

A partir de sua própria forma de pensamento, García trata de romper com o subdesenvolvimento. Como para ele este é de caráter político, social, econômico e cultural, a perspectiva metodológica do autor combate a visão plana e sem profundidade dos fatos. Ou seja: superar aquela visão que vê o mundo como uma projeção linear dos centros econômicos de poder, assumindo os valores, cultura e até suas classes sociais. García argumenta que “nesta versão alienada não existe uma perspectiva válida do tempo e do espaço”, e não se reconhecem as mudanças revolucionárias que o mundo vive. Daí, a dificuldade dos países atrasados para conceituar (GARCÍA, 1981c, p. 85).

Segundo o autor, “a história da sociedade colombiana [...] se realiza como se esta não estivesse localizada geograficamente sobre dois oceanos (na esquina estratégica da América do Sul) e como se a bacia amazônica fosse um universo absolutamente vazio”. Sem ter consciência espacial sobre a realidade, afirma García, é que o governo se limita a exercer poder através das noções de classe, estamento e empresa (GARCÍA, 1981c, p. 85).

Esta inconsciência do tempo e do espaço também atua no sentido de desabilitar as capacidades para perceber que o modelo liberal de crescimento econômico introduzido na América Latina não apenas é uma bateria de instrumentos técnicos, mas de políticas a serviço de uma concepção estratégica do desenvolvimento (GARCÍA, 1981c, p. 86).

É tão importante a ideia do contexto que García acaba identificando o subdesenvolvimento como uma categoria histórica, e não como um valor. O desenvolvimento, para o autor, não é um paradigma nem um modelo¹¹¹. Consequentemente, sua abordagem implica também a aproximação com vários elementos quantitativos e qualitativos, e avaliá-lo dentro de um contexto de condições estruturais (GARCÍA, 1981c, p. 80). Do mesmo modo, a

¹¹¹ Daí que não possa pretender que os países periféricos alcancem o tipo e as formas de desenvolvimento dos países ricos. Para García, não se pode ter como objetivo parecer-se com o desenvolvimento destas nações. (GARCÍA, 1981c, p. 91).

análise do atraso supõe um ordenamento hierárquico de fatores de natureza histórica, de acordo com o papel que desempenham nos marcos de dominação interna e externa (GARCÍA, 1972, p. 123).

4.6 A SUBVERSÃO DO MÉTODO, A RACIONALIDADE E O PRAGMATISMO

O bem-estar do homem sobre a economia é a forma racional, segundo García, em que os países deveriam projetar suas decisões e sua história.

O objetivo de todo o legado que García deixou através de seus estudos é muito simples e prático, sem que ele signifique que sua consecução não requeira uma sistematização conceitual e metodológica para, a partir da teoria, como uma das alternativas, iniciar o processo de mudança para o desenvolvimento.

O caminho para superar o atraso nos países dependentes é de mão dupla, da teoria aos fatos e dos fatos à reformulação teórica. Embora García tenha trabalhado por ambos os lados para introduzir a região no caminho do desenvolvimento, seus escritos revelam que desde a compreensão do atraso no cognitivo, pode-se contribuir para dar o salto às transformações sociais, detonando o primeiro impulso que revolucione o subdesenvolvimento e traga prosperidade aos países pobres da América.

4.6.1. A subversão do método nas ciências econômicas

Segundo García, as ciências econômicas na América Latina se apresentam como subversivas, no sentido de representar uma forma de pensamento que não comunga precisamente com as formas irracionais que operam na Colômbia dos séculos XIX e XX. Para o pensador, devem ser ciências que tenham o propósito de romper com as estruturas monolíticas do atraso, porque nesta direção não podem ser ciências de paz, principalmente se se pensa que o desenvolvimento implica remover as estruturas de poder e passar do estocástico ou arbitrário às formas planificadas, onde os povos se responsabilizam pelo destino de suas próprias economias (GARCÍA, 1949, p. 150).

Sob esta perspectiva, o desenvolvimento, metodologicamente falando, é a práxis de uma operação revolucionária no interior das sociedades. Revolucionário, aqui, não necessariamente implica elementos beligerantes, mas transformações, como, por exemplo, a ocorrida na Inglaterra com a Revolução Industrial.

O mesmo García define a economia e seu método como revolucionários, e seu estudo e análise como subversivos, enquanto suas propostas vão à contramão da institucionalidade que imperava no começo do século XX na região. Tal sociedade, de modo geral, apresentava o seguinte cenário: o homem a serviço da economia; a ordem baseada na pobreza e na apropriação indevida dos recursos; a organização como monopólio dos fortes e outra para os frágeis; a política centrada no personalismo e a anarquia como árbitro econômico; escassez de terras para muitos, mas com vários territórios subutilizados; segurança para os poderosos, mas não para os que se sustentam com seu trabalho; um Estado irracional e que, em vez de cortar os privilégios, os incentiva; uma cidade com escassos serviços, que tem à sua volta um regime colonial predominante no campo; acumulação estéril de capitais nas cúpulas sociais; enriquecimento imerecido; e formação escolar que se jacta de ser humanista, quando o fim da sociedade não é o homem.

É baseado nisso que García defende a tese da subversão das ciências sociais e sua marca revolucionária, reiterando que estas devem apontar para o desmanche de um estilo de vida no qual o homem se encontra a serviço da economia (RUGELES, 1990, p. 8).

4.6.2 A racionalidade científica

No capítulo 7 de “Bases de la Economía Contemporánea”, García analisa o caráter irracional da racionalidade científica e sustenta que a racionalização não se determina por si mesma, mas sim de acordo com seu papel social (este mesmo conceito foi elaborado por Marx ao referir-se às vantagens ou desvantagens da máquina na Inglaterra do século XIX) (GARCÍA, 1984, p. 573).

Isso quer dizer que irracionalidade consiste em que, embora as ciências sociais avancem em sua técnica e sofisticação, se opõem ao homem, colocando, em muitos casos, obstáculos ao seu bem-estar (GARCÍA, 1949, p. 151).

Nas palavras de García, “[...] a ‘racionalização’¹¹² está desembocando na ‘criação de uma nova vida irracional’¹¹³, já deixou de ser uma *tendência fundamental do progresso humano para tornar-se uma tendência regressiva e anti-humanista*” (GARCÍA, 1984, p. 574).

A racionalização da vida é produto da contribuição de vários sistemas. No entanto, García aponta a cultura capitalista como aquela que mais favoreceu sua formação, e ao

¹¹² Aspas do autor.

¹¹³ Aspas do autor.

mercado como o fator que anula o caráter humano do trabalhador e do consumidor, de maneira que a ciência adota uma tendência de *regressão voluntária*¹¹⁴.

A regressão voluntária se refere ao fato de que a ciência, muitas vezes, precisa ser freada em seu avanço. Se isso não ocorresse, embora a sociedade ganhasse benefícios (especialmente o consumidor), representaria perdas e prejuízos às indústrias. É o caso de baixas de preços que certos avanços científicos proporcionam (GARCÍA, 1984, p. 575).

As patentes também representam outra medida irracional para o homem, embora racional para o mercado. Elas inibem a sociedade de poder utilizar melhor os recursos e aproveitar a ciência em benefício da humanidade.

Partindo destas premissas, García concebe que a “verdadeira ciência não se parcializa no conhecimento da realidade, mas deve parcializar-se na defesa do homem. É ciência objetiva e fria, mas indiferente ao destino humano” (GARCÍA, 1949, p. 158). E ele completa ressaltando que só os países dependentes vivem na ilusão do caráter neutro da ciência (GARCÍA, 1984, p. 582).

4.6.3 Um método pragmático

Convém mencionar que embora o método de García seja analítico e em reiteradas ocasiões discuta termos, conceitos e teorias, seu propósito, em última instância, descansa em um interesse iminentemente pragmático. Em obras como “Problemas de la Nación Colombiana”, o autor revela este interesse.

O importante não é a ortodoxia ideológica, mas a eficácia prática: daí que pessoalmente eu não me importe que meus discípulos sigam Keynes, Schumpeter, Hansen, pois com todos eles podemos resolver os problemas de nossa construção e nossa defesa. [...] O que interessa da ciência econômica não é a capacidade de dar juízos abstratos – ainda fazendo construções como as da economia matemática de Jevons e Pareto – mas a faculdade de influenciar decisivamente sobre o destino do homem. Nunca aceitei que a admissão de uma doutrina se convertesse em uma superstição, em um modo cego de inteligência. [...] Por isso mesmo, nunca aceitei que uma adesão doutrinária servisse para suplantar a realidade à teoria, assim como não aceitei que a realidade pudesse ser entendida sem a bússola de uma teoria (GARCÍA, 1949, p. 157).

Quanto aos custos que implicam a elaboração de ciências sociais próprias dos países atrasados, ou “economia da defesa”, como denomina o autor, García, afirma que o fundamental é o método e seu fim, independentemente de o quanto custe para que ele seja levado a cabo (GARCÍA, 1949, p. 157). Esta necessidade é prioritária, já que a teoria

¹¹⁴ Grifo do autor.

econômica que a América Latina importou foi a dos países desenvolvidos, e seu perigo está em havê-la aceitado como dogmas, ignorando os critérios que foram elaborados (GARCÍA, 1949, p. 160).

Com todos os elementos que foram expostos neste capítulo, e também nos anteriores, é possível agora analisar o diagnóstico e interpretação que Antonio García faz do subdesenvolvimento dos países atrasados, especialmente os da América Latina.

No capítulo seguinte, o autor, fazendo uso do método dialético, seu ecletismo (que inclui a criatividade para reformular o problema), as teorias, posturas e teorias dos autores anteriores e contemporâneos a ele, especialmente os da Dependência, aborda a partir de vários aspectos a inoperância das forças motrizes do atraso em nossas economias.

5 O DIAGNÓSTICO SOBRE O ATRASO NA AMÉRICA LATINA

A importância da obra de Antonio García pode ser vista de diferentes ângulos. No entanto, talvez uma de suas principais contribuições seja a realização de um diagnóstico tão completo e coerente do ponto de vista conceitual e metodológico, baseado em fatos, para logo voltar à teoria.

Utilizando a história como fonte insubstituível para encontrar explicações que conduzam a um entendimento das condições do atraso da América Latina, especialmente no plano econômico, o autor remonta às origens da formação social da região, centrando seu estudo especialmente no período que vai da colônia até os anos 1960. Com seu falecimento, sua produção intelectual foi infelizmente interrompida.

O atraso então se refere principalmente às estruturas e laços coloniais que os países latino-americanos mantiveram com as economias hispano-portuguesas, e que, segundo o autor, embora tenham se modificado e transformado, conservam o principal ponto de sua essência: a relação de tipo dependente que mantêm os países atrasados em relação aos hegemônicos.

O diagnóstico que se tenta expor neste capítulo se refere a todos aqueles fatos mais importantes que fundamentam a tese do professor García para definir a região como atrasada, subcapitalista e dependente, entre outras conotações. Esta dependência, para o autor, deve ser considerada através de duas perspectivas: a primeira se refere à *dependência* externa; a segunda, exercida por estamentos nacionais, à dependência que as próprias sociedades impõem ao interior de seus países. García chamou esta última de *dominação*, para diferenciar da primeira.

Embora toda a época colonial e o século XIX estivessem marcados pela dependência, em suas formas hispano-portuguesas e da República Senhorial, respectivamente, durante o século XX houve momento em que foram abertas oportunidades para que os países da América Latina pudessem obter sua autodeterminação. As guerras mundiais e as tentativas de industrialização se constituíram período de grandes transformações. Porém, na interpretação de García, não se tornaram verdadeiras revoluções capazes de desenvolver tais nações.

O século XIX foi marcado por latifúndios senhoriais e por cidades metropolitanas tradicionais. A forma arcaica da República Senhorial se manifesta através do trabalho forçado dos índios, com o apoio ao colonato e a peonagem, à escravidão, à abolição de comunidades indígenas e à recuperação do sistema fiscal de *alcabalas* e estancos. A burguesia exportadora se dedica às mesmas atividades que desempenhavam os antigos exportadores espanhóis:

exportar os mencionados bens e importar mercadorias inglesas para as classes altas, tornando-se proprietários de terra que engrossam o velho esquema latifundiário. Entretanto, a produção senhorial se baseava no café, no tabaco, no cacau, no ouro, no bronze, nos corantes, nas lãs, nos cereais e nas carnes. No plano científico, a economia dos países atrasados recebe da Inglaterra os postulados de Adam Smith.

Este esquema se mantém durante o século XIX, indo até a I Guerra Mundial. Com a abertura do comércio exportador, se gera uma transformação que vem de fora para dentro: trens, oleodutos, portos, entre outros, para que a América Latina possa se integrar aos Estados Unidos, organizando a exportação de couro, lã, carne, café, banana, estanho, cobre, petróleo etc. O continente se incorpora ao capitalismo no fim do século XIX (países ao sul) e após a I Guerra (países tropicais). Com o pós-guerra, chegam as primeiras missões norte-americanas, se introduz a instituição do banco central, se provoca um processo de urbanização e se abre a fronteira agrícola. Neste período, a forma de responder à maior demanda estrangeira pelos produtos de exportação está comprometida com a colonização das reservas interiores, que até então eram territórios vazios. Por volta de 1930, e com a II Guerra Mundial, é gerada uma industrialização substitutiva das importações norte-americanas e inglesas, mas, como se disse, isto não foi o suficiente para superar o atraso estrutural das economias periféricas.

Dentro do marco do atraso e da dependência, o liberalismo serviu de base ideológica para evitar as mudanças institucionais que a região requeria, e junto da forma de posse de terra, da evasão continua à reforma agrária e da função do Estado, a dependência e o atraso se reforçavam permanentemente, assumindo diversas formas.

O panorama histórico, descrito nas linhas que seguem nesta seção, é, em um sentido geral, pessimista, de acordo com a visão de García. Entretanto, isto não quer dizer que não tenham existido mudanças fundamentais que melhoraram o nível de vida da população, pois as sociedades dependentes podem crescer mesmo que não se desenvolvam. Nem a dependência, nem a dominação, têm como efeito a estagnação. Tampouco significa que não existam alternativas para que as condições estruturais de atraso possam ser quebradas e transitarem pela estratégia do desenvolvimento.

Finalmente, cabe comentar que as datas e período que o presente capítulo trata são aproximados, tendo em conta que as transformações são amálgamas de permanências e mudanças, e que as mudanças têm duração própria.

5.1 DEPENDÊNCIA

Para introduzir este tema, García começa definindo o que chama “economia dependente¹¹⁵”, definindo-a como aquela economia que carece de capacidade de influir sobre a economia internacional e de um sistema orgânico de defesas que a proteja dos impactos produzidos pelas transformações internacionais (GARCÍA, 1948, p. 322).

Alinhado a isso, a subordinação dos países frágeis aos imperialistas não trouxe como fruto a aculturação dos primeiros, mas a exploração econômica em condições privilegiadas e uma obtenção de benefícios aos países imperialistas por meio da exclusão do outro.

O imperialismo a que se faz referência não pode ser entendido, na obra de García, como um plano ou uma política premeditada e racionalizada. Também pode ser efeito espontâneo das forças econômicas (GARCÍA, 1948, p. 649). Com base nesta premissa, o imperialismo se entende como uma tendência de expansão com apoio ou não do Estado, que pretende ter o controle dos centros vitais econômicos, políticos e culturais, garantindo assim uma nova fonte de poder (GARCÍA, 1948, p. 654).

A crítica do autor a respeito da dependência se dirige ao baixo desenvolvimento do capitalismo nos países dependentes. O capitalismo, segundo o autor, opera nos países frágeis de maneira deformada, para benefício de minorias. Isto se obtém mesclando tal modelo desfigurado com formas coloniais, de modo que certos grupos sociais e econômicos mantenham os privilégios tradicionais e ainda se beneficiem de um sistema capitalista fraudado. Isto faz com que os países dependentes não participem das conquistas culturais, científicas e racionais¹¹⁶ do capitalismo.

Para ilustrar este fato, basta analisar as políticas distorcidas que pretendem empreender uma reforma agrária sem a modificação de estruturas latifundiárias; o ajuste da balança de pagamentos por meio do endividamento externo sem modificar o sistema internacional de pagamentos; o ajuste fiscal sem uma mudança no sistema político-financeiro do Estado; uma política de baixos custos baseada em baixos salários, que desconhece os postulados clássicos da produtividade; e uma elevação das taxas impostas às classes altas, que desembocou em

¹¹⁵ A dependência da Colômbia é uma linha contínua que vem desde a colônia e se mantém até os dias de hoje. Para García, nem sequer as guerras de independência foram capazes de cortar os laços que subordinavam a nação, pois apenas mudaram os atores e as formas políticas, econômicas e culturais de subordinação, sem alcançar uma verdadeira liberdade, autonomia e autodeterminação nos países da região. Neste sentido, a dependência é a antítese da formação de um projeto nacional autêntico, e, em consequência, é antagônica ao desenvolvimento.

¹¹⁶ Palavra usada por García.

uma transferência de recursos a estes mesmos grupos, através de maiores preços e em detrimento da redistribuição (GARCÍA, 1972, p. 119 e 150).

Foram várias as formas históricas da dependência latino-americana identificadas por García. No entanto, estas podem ser localizadas em três grandes momentos no tempo. A primeira compreende o período colonial; a segunda faz referência à República Senhorial; e a terceira corresponde ao capitalismo dependente.

Depois da colônia, a República Senhorial abarca quase todo o século XIX, ou seja: de quando terminam as guerras de independência até a grande depressão mundial, por volta de 1930. No entanto, desde o primeiro pós-guerra, outra forma de dependência foi surgindo. Esta é a primeira fase do que García chama de “capitalismo dependente”, que se estende desde a segunda década do século XX até 1930. Finalmente, se encontra a segunda fase do capitalismo dependente, que corresponde ao período que segue após a II Guerra Mundial, e que até a morte de García ainda não havia sido concluída.

5.1.1 A dependência da República Senhorial

Para García, o mais significativo da transição da conquista à colônia foi a mudança ocorrida nos padrões de ocupação humana ao abrir a economia para o exterior. No entanto, o autor assinala que o sistema hispano-colonial se caracterizou por ser de tipo senhorial, para dentro – regulado, entre outros, pela administração colonial – e de capitalismo, para fora – a partir da análise de sua forma de relacionamento baseada no absolutismo e na instauração de monopólios. Por isso, é impróprio para o autor falar de um capitalismo na América colonial. Além disso, naquela época, segundo o autor, na América Latina o que existia era uma acumulação improdutiva de metais preciosos, bens de luxo e grande extensões de terra e águas, enquanto outros países experimentaram um processo de reprodução ampliada e de maximização dos lucros (GARCÍA, 1986, p. 17).

Em relação às formas de posse de terras, no rescaldo da era colonial, se reconhecia um corpo complexo de estratificações latifundiárias organizadas em três grandes grupos: 1) a fazenda de plantação escravista e assentada nos litorais; a plantação de cana que incorpora os engenhos e é inspirada nos modelos escravistas antilhanos; e a plantação de cacau; 2) a fazenda de gado, uma forma primitiva de pecuária, como a dos pampas no Uruguai e Argentina; 3) a fazenda de cria (forma empresarial de utilizar a carne e o leite); e 4) a fazenda

senhorial de colonato, localizada em regiões de alta densidade camponesa (GARCÍA, 1986, p. 27).

No caso colombiano, quando são travadas as batalhas pela independência e chega ao fim o domínio hispano-colonial, a dependência muda de forma. A instauração da aristocracia latifundiária e mineradora no poder é que subordina as economias recém-independentes. A nova elite dona de terras, de sua cúpula, impõe suas próprias formas senhoriais de poder, sem que isto signifique a unificação dos diferentes territórios ou a consolidação verdadeira do país. Isto se corrobora analisando o abandono que sofrem zonas territoriais e marítimas consideradas estratégicas. Para esta elite latifundiária, as possibilidades produtivas que oferecem os dois oceanos e seus respectivos litorais, a região amazônica, as planícies orientais ou encostas dos Andes não são percebidas enquanto apenas são concebidas como coadjuvantes do engrossamento do poder da aristocracia, sendo valorizadas unicamente como uma mera possessão (GARCÍA, 1981c, p. 8).

A miopia em reconhecer a importância dos dois oceanos e do Rio Magdalena (que comunica as intrincadas paisagens internas da cordilheira com o Oceano Atlântico) se refletem no fechamento e cuidado extremo das aristocracias agrárias que vegetam em uma das esferas das terras no interior da cordilheira colombiana. Por isso, García chama a Colômbia de então de “terra adentro”, como aquele país que, em suas trincheiras, não aproveita os canais que podem vinculá-lo ao mundo exterior, entre outras coisas porque somente experimentou processos de subordinação internos ou provenientes do estrangeiro. A este respeito, o professor argumenta que “[...] as forças culturais da república senhorial não se orientaram historicamente de dentro para fora, mas de fora para dentro” (GARCÍA, 1981c, p. 8).

Tal abandono da grande maioria do território se constata na revisão histórica de alguns casos como os de Cartagena e Buenaventura. Estes dois portos marítimos, sobre o Atlântico e o Pacífico, passaram todo o século XIX sem ser percebidos como importantes motores comerciais que poderiam ter melhorado consideravelmente os padrões de vida da população (GARCÍA, 1981c, p.8).

Mas a que se deve este desconhecimento e falta de consciência sobre a recém-criada República? Para García, a aristocracia latifundiária que existia antes das guerras de independência na Colômbia não estava preparada para assumir os desafios que demandavam a nova república. Seu desconhecimento era tanto que não existia nelas uma consciência geográfica e espacial do país (GARCÍA, 1981c, p. 7).

Com este painel de fundo, García define a República Senhorial¹¹⁷ na América Latina como um conjunto de elementos que podem ser abordados a partir de uma perspectiva histórica ou política. Pela análise histórica, a República Senhorial é um tipo histórico que inicia após as guerras de independência, mas se consolida com a formação do Estado autoritário e centralizador da Constituição de 1886, conservando estrutura dos tempos coloniais, principalmente o trato feudal em relação à mão de obra camponesa, a concentração da propriedade de terras e o controle do Estado por parte da aristocracia latifundiária. Pela ótica política, a República Senhorial é conhecida pela falta de projetos em longo prazo por parte do sistema bipartidário que dirigiu o país, pelo aproveitamento do clientelismo burocrático e eleitoral para legitimar o estado, pelas formas preventistas de divisão orçamentária, pela falta de espaços que garantam a democracia, pela maneira com que as instituições públicas concebem o endividamento e pelo sistema de transferência de poder (GARCÍA, 1981c, p. 15).

De maneira geral, a economia senhorial do século XIX se caracteriza por um pequeno círculo de famílias abastadas que demandam artigos de luxo ou manufaturados vindos da França e Inglaterra, em troca de metais preciosos ou produtos primários provenientes das florestas tropicais. Os saldos eram cobertos principalmente devido à contração de dívidas com bancos ingleses¹¹⁸ (GARCÍA, 1977b, p. 54).

A república senhorial chega ao ocaso com o surgimento da segunda república liberal. Isto acontece em 1929, quando a aliança das duas elites, liberal e conservadora, abre campo a uma revolução democrático-burguesa que abre canais de participação ao setor sindical e aos socialistas. Dito de outro modo, a crise mundial de 1929 possibilitou uma mudança política no governo e contribuiu para o advento da república liberal, que, nas palavras de García, era reformista, pragmática e burguesa (GARCÍA, 1981c, p. 35).

5.1.2 A Era de Ouro do capitalismo colombiano: uma tentativa de cortar os laços de dependência

As duas primeiras décadas do século XX constituem a idade de ouro do capitalismo colombiano. Neste período, se formam dois polos manufatureiros em Bogotá e Medellín, e

¹¹⁷ Se há algo que caracteriza a República Senhorial e se constitui em uma das leis básicas de sua economia é a concentração da propriedade e posse da terra. (GARCÍA, 1977b, p. 49).

¹¹⁸ O endividamento não apenas consumia parte das divisas obtidas mediante a exportação de ouro, prata, couro e produtos tropicais, mas também reproduzia o ciclo da dependência: maiores concessões a investidores ingleses e mais dependência de suas manufaturas (GARCÍA, 1972, p. 68).

ocorre uma mudança na ideologia do país, enquanto se inicia o trânsito pelas vias da racionalidade e da economia de mercado. É dado um impulso especificamente à empresa e à autonomia nacionalista. Em outras palavras, à revolução industrial (GARCÍA, 1977b, p. 47). Tal aspiração burguesa necessitava mudar o sentido senhorial da terra, abandonando seu caráter de prestígio e poder, ao outorgar-lhe um significado produtivo. Também pretendia uma reforma agrária e com ela a criação de uma camada média de empresários rurais que dessem suporte ao novo papel do agronegócio, mudando, entre outros aspectos, a mentalidade mercantilista de salários baixos e preços altos por uma de salários altos e preços baixos (GARCÍA, 1977b, p. 47, 49).

É assim que a burguesia industrial dirigiu-se para a batalha contra o latifúndio e a colonização de terras inóspitas ao redor da cordilheira dos Andes. No entanto, a missão fracassou, pois “em vez de o capitalismo empresarial e racionalista ter transformado as bases, o poder e o espírito desta constelação senhorial da terra (integrada por elementos econômicos, políticos e culturais) foi preso, envolvido e penetrado por ela”. Por que o capitalismo industrial se submeteu à ideologia da terra? García sustenta a tese de que a burguesia cedeu aos encantos da supervalorização comercial dos terrenos decidindo tomar esta forma como a principal forma de investimento no país (GARCÍA, 1977b, p. 48).

5.1.3 O capitalismo dependente

Conforme assinalado no começo do capítulo, são dois os momentos principais do que García chama de capitalismo dependente. Estes dois períodos têm seu ponto de partida depois do fim da Primeira e Segunda guerras mundiais, respectivamente.

5.1.3.1 Primeira fase do capitalismo dependente ou dependência clássica

Transcorrendo a última etapa da República Senhorial, ocorre a primeira fase do capitalismo dependente (fins da I Guerra Mundial até o começo da Grande Depressão). Este capitalismo limitado e subordinado se estrutura ao redor de uma economia conhecida na literatura como primário-exportadora, que é marcada dentro do cenário da divisão

internacional do trabalho¹¹⁹ pelo colonialismo tecnológico¹²⁰ (industrialização sem investigação científica e mediada pelas corporações¹²¹ transnacionais dos Estados Unidos).

Neste contexto, os mercados locais e fragmentados dos países da América Latina começam a se articular nacionalmente, de maneira que se cria o sistema capitalista de mercado nos países da região (GARCÍA, 1986, p. 37). Vale a pena anotar que, não obstante estas economias nacionais de mercado tenham se formado de modo específico em cada país, mantiveram e operaram dentro do esquema da divisão internacional do trabalho, o que funcionou muitas vezes como uma espécie de denominador comum.

A mudança induzida pela economia primário-exportadora não somente se limitou à expansão da produção, mas significou transformações institucionais e sociais. A aparição de novos produtos, manufaturas, incorporação de trabalho, criação de serviços, surgimento de capitais, novas técnicas comerciais, sistemas contábeis, de medida, classificação, aplicação de padrões de qualidade, utilização de sistemas monetários, de crédito e formação de um sistema de preços, foram, entre outras, algumas das mudanças que se tornaram necessárias para formar a exportação de bens primários.

Este momento histórico do primeiro tipo de capitalismo dependente é marcado pelo alto crescimento do mercado mundial, que na América Latina teve sua expressão no desenvolvimento das forças produtivas e suas exportações. O marco deste processo se encontra na transformação que o capitalismo atravessava. Primeiro, os monopólios haviam

¹¹⁹ As relações de dependência se movem no plano internacional sob a divisão internacional do trabalho. Esta ordem classifica o mundo de maneira arbitrária, pois somente as grandes potências podem ter sistemas orgânicos industriais, enquanto condena os países frágeis e agrícolas à produção em terras baratas de mercadorias, de baixo nível técnico e salários ínfimos (GARCÍA, 1984, p. 586). Com esta barreira à industrialização, os países dependentes se distanciam de uma forma de educação tecnificada.

¹²⁰ O colonialismo tecnológico se refere aos transplantes de tecnologia que se efetuam como operações unilaterais que realiza o país dominante, de acordo com suas próprias necessidades de dominação e padrões culturais, sem levar em conta as necessidades de mudança estrutural e desenvolvimento dos países atrasados (GARCÍA, 1972, p. 290). Além disso, não apenas se limita às formas de transplante de tecnologias integradas à estrutura econômico-cultural da metrópole, mas se estende e se expressa nas orientações e recursos da investigação científica e tecnológica na América Latina. Esta alienação dos tipos de investigação científica e tecnológica (orientada de acordo com os padrões da nação metropolitana e não em função dos problemas essenciais do desenvolvimento interno) revela a natureza própria da cultura da dependência. (GARCÍA, 1972, p. 292).

¹²¹ As corporações podem ser nacionais ou estrangeiras. Sua importância reside no fato de que as classes e grupos mais fortes na América Latina estão organizados em linhas corporativas.

As corporações formam estruturas, que, embora abriguem certos grupos dentro das classes econômicas, têm poder suficiente para influenciar toda a classe e a economia pública, transformando o poder econômico em político.

As corporações trabalham para seus próprios interesses. Têm capacidade de ordenamento econômico e político dentro ou fora do ordenamento estatal, mas não criam toda a ordem nacional, já que não substituem o Estado. No entanto, por um lado, impõem ordenamentos que configuram a economia política e o regime nacional de vida política, na medida em que sua inserção no Estado anula a democracia e reforça o processo de concentração oligárquica da riqueza. Por outro, ao penetrar na esfera estatal, fazem com que se confunda o interesse público nacional com o interesse privado do grupo, classe ou oligarquia (GARCÍA, 1984, p. 512).

alcançado um nível muito superior; segundo, a tecnologia e a indústria se encontravam no auge; e terceiro, o centro de poder econômico mundial havia sido mudado da Inglaterra para os Estados Unidos (GARCÍA, 1986, p. 38).

Conseqüentemente, os Estados Unidos adotaram várias formas que lhe permitiram consolidar sua economia e que interferiam diretamente no modo de desenvolvimento escolhidos pelos países latino-americanos. Uma destas formas se refere às economias de enclave sobre fontes estratégicas de bens primários, e a outra ao exercício do controle sobre os mercados de manufaturas, serviços e tecnologias, o qual necessitou uma forte reconversão capitalista do Estado. Tais mudanças se dirigiam à infraestrutura física, à educação, aos bancos (a missão Kemmerer, à semelhança dos Estados Unidos, promoveu a criação de bancos centrais na Colômbia, Venezuela, Equador, Chile, Bolívia e Peru), às finanças públicas e ao controle orçamentário (GARCÍA, 1986, p. 39).

Uma das características do capitalismo dependente dos países da América Central e do Sul é o estabelecimento de uma relação bilateral e vertical com os Estados Unidos, em que pese vários acordos multilaterais que existiam na época. Também se destaca a celeridade do processo desorganizado de urbanização, em torno do qual girou o processo desta fase capitalista do subdesenvolvimento.

Portanto, o capitalismo em si mesmo deu um salto adiante, revolucionando-se fundamentalmente nos três aspectos anotados três parágrafos atrás, mas também a conjuntura do pós-guerra contribuiu para consolidação da especialização agroexportadora dos países periféricos e ao entrelaçamento físico das regiões. É assim que a América Latina não apenas mantém um esquema capitalista para fora (próprio dos sistemas coloniais, agora com os Estados Unidos), mas que também desenvolve um processo de capitalismo para dentro, devido à criação e integração dos mercados regionais. Claro, dentro de um modelo dependente.

5.1.3.2 Segunda fase do capitalismo dependente

Nesta etapa (após a II Guerra Mundial), o capitalismo dependente se define como um conjunto de transfigurações históricas, que se referem: 1) à total inserção das transnacionais nos eixos da produção nacional dos países latino-americanos; 2) à hegemonia da oligarquia financeira e industrial por sobre outros grupos de poder e à união indústria-cidade sob um

capitalismo monopolista de Estado; e 3) ao auge de movimentos populistas e autoritários¹²² que seriam funcionais ao modelo de crescimento dentro do subdesenvolvimento. No entanto, para García, suas bases remontam à primeira fase de industrialização (entre 1930 e 1939, aproximadamente), até os anos em que aconteceu a II Guerra Mundial.

Neste segundo momento do capitalismo dependente¹²³, foram o absolutismo político¹²⁴ e o liberalismo econômico as formas encontradas para conter preventivamente os movimentos sociais revolucionários e abrir caminho para as empresas estrangeiras e os monopólios internos. Este tipo de contrarrevolução fez prosperar algumas economias, ao dar liberdade de movimento às tecnologias e aos capitais na ampliação da indústria manufatureira – como no caso do Brasil – mas em todo caso, de acordo com García, precisavam de projetos em longo prazo, ainda mais que países como o México contam com uma longa tradição de ditaduras, como a de Porfirio Díaz, que se estendeu por cerca de 30 anos (GARCÍA, 1986, p. 68).

Através de uma perspectiva crítica, a dependência depois da II Guerra Mundial representa uma perda da autonomia nacional e do sistema de defesa do país. Este argumento reside na ideia de que se o propósito da substituição de importações era conseguir sair de um impasse que obstaculizava a geração de renda para o país, além de conseguir criar e dinamizar as estruturas produtivas internas, a forma com que foi conduzido e realizado acabou beneficiando principalmente as corporações transnacionais, pois permitiu que estas dominassem justamente as áreas protegidas, destinadas a possibilitar a estratégia de desenvolvimento industrial.

Sob estas condições, as empresas ganharam um espaço próprio no mercado interno, dominando o comércio da tecnologia. Isto lhes deu o controle de dentro e de fora, para estabelecer um corredor direto através do qual extrair benefícios para suas próprias economias, sem pensar no bem-estar da sociedade colombiana.

A perda de controle do núcleo onde se encontram as possibilidades de desenvolver industrialmente a economia através da frouxidão com que foi permitida a instalação das

¹²² A república liberal e a aliança para o progresso foram o estopim para estes movimentos populares eclodirem em relação aos temas da distribuição de terras, renda e poder, sem uma mudança de fundo e com políticas conciliatórias (GARCÍA, 1986, p. 67). Com eles o liberalismo econômico ganhou força, bem como os investimentos estrangeiros, e se neutralizaram as ideologias revolucionárias de países como Cuba.

¹²³ O autor sustenta que os acontecimentos ocorridos na II Guerra Mundial abriram a possibilidade a novas fases industrializantes na América Latina, de modo que se criaram as bases de uma indústria pesada e uma necessidade de organizar o Estado com fins nacionais. No entanto, chegado o período do segundo pós-guerra, países como Brasil, Chile e Colômbia, que na década de 1940 haviam se tornado grandes polos industriais, seguiram exportando bens primários, como carnes, lãs, cereais, cobre, petróleo, algodão e café (GARCÍA, 1972, p. 125).

¹²⁴ A falha do absolutismo político não radica propriamente em seu absolutismo, mas em seu empenho por conservar o *status quo* e em se deixar seduzir pela falácia do livre mercado (GARCÍA, 1972, p. 242).

economias estrangeiras na indústria básica (bens intermediários e de capital) constitui um exemplo da *hipótese de causalção circular acumulativa* defendida por Myrdal¹²⁵, dado que: a) é frustrada a substituição de importações como método de apoio do crescimento industrial e agrícola; b) se obstaculiza a possibilidade de exportação de manufaturas industriais como arma para romper o esquema clássico de divisão internacional do trabalho; e c) anulam-se os processos de integração econômica regional ou sub-regional, e com eles as possibilidades de geração de economias de escala, promoção de uma tecnologia própria e de um sistema de multinacionais, obtenção de melhores posições de negociação com as economias estrangeiras ou a geração de melhores condições para obter mudanças políticas (GARCÍA, 1981c, p. 83).

De outra parte, houve aspectos positivos, produto deste capitalismo subordinado. O novo ordenamento ao redor das cidades¹²⁶ fez aumentar a demanda por mão de obra assalariada, o que, em consequência, modificou a natureza do Estado, ao outorgar-lhe um caráter de serviço fortemente influenciado pelas ideologias populistas, paternalistas e assistenciais vividas após a crise de 1930 e da política norte-americana do *New Deal*. Aumentou também a expectativa de vida, e com ela a mão de obra disponível (GARCÍA, 1986, p. 45).

5.1.4 As duas oportunidades históricas que fracassaram em tentar romper com o capitalismo dependente: a estratégia da industrialização

Ao longo de sua obra, Antonio García identificou dois momentos cruciais na história da América Latina como oportunidades desperdiçadas no objetivo de romper com os laços de dependência. Estas conjunturas, para ele, foram mais que tentativas desde dentro do país para construir seus próprios objetivos e estratégias de desenvolvimento: representaram momentos em que a dependência, por questões externas, se debilitou, e neste sentido se fala de oportunidades que lamentavelmente transformaram os mecanismos da dependência. No entanto, de alguma maneira contribuíram para sua superação.

Estes dois momentos a que nos referimos optaram pela via do desenvolvimento através da montagem da indústria. Por isso, a primeira oportunidade é chamada por García

¹²⁵ Myrdal é um dos autores que García estudou em reiteradas ocasiões.

¹²⁶ As grandes massas populacionais ao redor das cidades se constituíram como forças explosivas do descontentamento social, mas em nenhum momento foram revolucionárias, no sentido de mudanças. O fato de constituírem-se antes como populações rurais e depois como massas urbanas não elimina sua marginalidade, mas cria novas formas de exclusão e de obstáculos às possibilidades de desenvolvimento (GARCÍA, 1972, p. 236).

como “primeira fase de industrialização”, bem como a segunda é identificada como “segunda fase de industrialização¹²⁷”.

5.1.4.1 Primeira oportunidade: a crise de 1929

A primeira fase de industrialização, promovida por forças internas (em um período de depressão e bloqueio da economia norte-americana, e em consequência do esquema da divisão internacional do trabalho) se dá por volta de 1930, e consistiu na produção de manufaturas de consumo para um mercado interno já existente, devido à possibilidade de os países latino-americanos serem abastecidos via importações.

Ao chegar a crise de 1929, a industrialização se centrou basicamente na importação de equipamentos e tecnologias, mas nunca teve o espírito de assimilar os princípios culturais da revolução industrial. Este fato redundou na preferência por uma indústria de substituição de importações, e não de incremento na produção e exportação de manufaturas¹²⁸.

A situação da América Latina era a de uma região que decolava rumo a um sistema industrial, mas sem ter consolidado antes um mercado de massas, formado trabalhadores para o uso das novas tecnologias ou dispor de um empresariado inovador ou de um Estado capaz de liberar esses gargalos (GARCÍA, 1967, p. 183).

Este contexto é chamado por Raúl Prebisch de “industrialização periférica” ou “por partes”, sem uma revolução por trás, abrindo assim uma distância abismal entre o processo de industrialização dos países desenvolvidos frente aos atrasados. Os Estados Unidos, por exemplo, desde finais do século XIX, aceleraram seu processo de crescimento baseado nos avanços tecnológicos, enquanto a América Latina o fez baseando-se na importação.

A substituição de importações foi uma tentativa frustrada, já que o estímulo para a modernização industrial proveniente do exterior se refletia em aspectos de curto alcance, não chegando à categoria de sistema nos países periféricos. Estes avanços se referem à mecanização do transporte, à organização do capital e ao trabalho em fábricas, oficinas, na formação da burocracia pública, na criação do proletariado¹²⁹ e da classe média, na migração

¹²⁷ A segunda fase de industrialização faz parte da “segunda fase do capitalismo dependente”. Ambas começam após a II Guerra Mundial.

¹²⁸ Aparentemente, para García a discussão se antes de 1930 havia ou não indústria não é tão relevante como o fato de que (apesar de lidar com um único produto nas exportações) a produção do grão foi que impulsionou a colonização do interior dos países cafeeiros latino-americanos, sentando as bases para a criação de novos polos urbanos.

¹²⁹ Nos Estados Unidos e na Inglaterra, o proletariado foi formado como uma classe definida, incorporada, a seu modo, no sistema capitalista. Na América Latina, ele é produto de uma soma de camadas insatisfeitas e incoerentes, pois o proletariado não é orgânico, nem industrial, e tampouco alcançou o status das

das populações para as cidades e no aprofundamento da política sanitária e educativa do país (GARCÍA, 1967, p. 115)

5.1.4.2 Segunda oportunidade: o segundo período pós-guerra e a configuração de uma nova dependência

Ao fim da II Guerra Mundial, a indústria na América Latina se concentrou fundamentalmente na substituição de bens intermediários e de capital, um processo mediado pelas corporações transnacionais¹³⁰, as quais controlaram no continente a industrialização básica, as matérias-primas e a transferência tecnológica (funcional a um modelo dependente de indústria, com estrito controle de patentes e marcas) vinda da América do Norte (García, 1986, p. 47). Tais corporações fazem então o papel de instalarem-se nos países dependentes para poderem se transnacionalizar, de maneira que possam se inserir na indústria, a grande sustentadora do mercado interno, e na agricultura, que sustentava as exportações.

Os Estados Unidos já haviam se consolidado não apenas como um forte e competitivo produtor de bens agrícolas, mas como uma potência na fabricação de equipamentos, ferramentas e máquinas. Seu mecanismo para conquistar mercados foi inserir-se nas indústrias básicas dos países atrasados, além de obstaculizar o financiamento até os mesmos. As nações latino-americanas, por sua parte, viram estranguladas as produções e substituição de importações de ferro, aço, metalurgia, petróleo, petroquímica e energia, que em vários casos haviam alcançado o tamanho de grandes complexos estatais, como, por exemplo, o de Volta Redonda, no Brasil, ou a Acerías Paz del Río, na Colômbia (GARCÍA, 1972, p. 125).

No fim da década de 1970, García já assinalava os problemas que vinham sendo enfrentados pelo crescimento industrial colombiano desde meados do século XX. A dependência de bens de capital e matérias-primas, provenientes do exterior, cada vez mais encarecidos¹³¹; taxas de crescimento populacional crescentes e superiores ao crescimento da agricultura; e um uso inadequado do solo, no sentido de que as melhores terras do vale e o planalto eram dedicados à pecuária, enquanto a agricultura ocorria em zonas com erosão e frágeis encostas (GARCÍA, 1977b, p. 54, 67). A dependência do país em relação ao exterior

reivindicações salariais de acordo com a produtividade, mas anda em uma luta para alcançar os níveis de inflação com seus baixos salários.

¹³⁰ Para García, são a célula do imperialismo e as mediadoras do modelo de dependência (GARCÍA, 1986, p. 47).

¹³¹ Políticas de desvalorização, como a de 1957, ajudaram a agravar esta situação e a dificultar a decolagem da indústria nacional, favorecendo grandes empresas nacionais aliadas ao capital estrangeiro. Tais organizações obtinham lucro reinvestindo em moeda colombiana os lucros obtidos antes da desvalorização (García, 1977b p. 90).

se observa, por exemplo, entre 1950 e 1959, quando apesar de ter experimentado uma duplicação dos preços de seus produtos manufaturados no mercado interno, a Colômbia não experimentou um crescimento que compensasse este avanço nos preços das matérias-primas e do capital que necessitava importar. Dois fatores contribuíram para o agravamento da ineficiência deste modelo industrial: a ausência de uma estrutura adequada de financiamento e o baixo poder aquisitivo do mercado interno (GARCÍA, 1977b, p. 91).

García observa em sua literatura que é nestes momentos, em meados do século XX, que se produz a ruptura conceitual do modelo de divisão internacional do trabalho. Isto ocorre porque os países atrasados, exportadores de matérias-primas alimentícias, destinam quase toda a sua produção aos mercados estrangeiros (com um crescimento cada vez menor), deixando uma oferta insuficiente para os mercados internos. Como já apontado, são os países desenvolvidos que satisfazem esta redução da oferta, pois se convertem nos principais produtores mundiais de alimentos de alta competitividade (GARCÍA, 1986, p. 50). Isto é resultado da crescente importação dos produtos agrícolas nos países dependentes e do aprofundamento da dependência da América Latina quanto às corporações transnacionais, as quais comandam a produção dos mercados internos.

Sob este cenário, a indústria não pode ser de fato um motor do desenvolvimento, pois depende da importação de bens de capital, produtos intermediários e tecnologias que passam pelo controle das transnacionais já instaladas nos países dependentes. Portanto, este tipo de industrialização é um caminho superestimado, que encobre os problemas estruturais do subdesenvolvimento. É nesta perspectiva que García afirma que a percepção cepalina desviou o esforço latino-americano para uma pista falsa.

O problema da *localização da indústria transnacionalizada*

[...] foi abordado no esquema latino-americano de industrialização substitutiva como uma *questão autônoma* e que estivesse dotada de certas facultades intrínsecas (como a de que a *agregação de valor* seria inteiramente favorável aos países beneficiados com a localização) e não como um problema que dependia inteiramente da capacidade ou incapacidade de superar o modelo de capitalismo subdesenvolvido e as formas específicas da dependência. [...] Escondeu-se (sob uma cortina de fumaça) a natureza colonial deste tipo de industrialização, que se apoiava em duas coisas: o conceito de que a simples mudança de localização da indústria transnacionalizada era uma vantagem comparativa [...] e a ingênua crença de que a internacionalização das corporações transnacionais (dentro de cada país) poderia ser nada menos que um método eficiente de inserção da nova cultura tecnológica e de formação para o *desenvolvimento independente* (GARCÍA, 1986, p. 51).

5.2 A INDUSTRIALIZAÇÃO DEPENDENTE: UMA AMPLIAÇÃO

A problemática da industrialização na América Latina se explica, em grande parte, pelo fato de essa ter transcorrido como um processo desintegrado¹³², acéfalo e carente de estratégia. Para García, a industrialização na maioria dos países da região se caracterizou pelos elevados níveis tecnológicos, mas não representa a força impulsora e central do desenvolvimento. É fruto mais de pressões e conjunturas que tentam, de um lado, substituir o espaço que deixam as importações, e de outro, cobrir as necessidades das novas concessões de caráter monopólico, tal como observara García em meados do século XX:

A industrialização dependente é um processo singular, caracterizado pela criação da capacidade de modificar significativamente os mecanismos do crescimento econômico e da ampliação das bases sociais de sustentação do sistema, sem mudar sua estrutura e, em vez disso, introduzindo novos, dinâmicos e sutis mecanismos de dominação e dependência... (GARCÍA, 1972, p. 279).

A falta de uma elite empresarial e de uma burguesia industrial (que se limitou à transposição de arquétipos industriais e ao desvio da poupança para consumos de luxo), e a ausência de proletariado orgânico (da forma como entende o autor), permitiram que a industrialização na América Latina se gestasse dentro do status tradicional do privilégio (GARCÍA, 1972, p. 237).

Isso faz parte da explicação sobre por que a industrialização de tipo substitutivo, que ocorreu na América Latina, não gerou uma cadeia de movimentos internos nem conseguiu assimilar os princípios racionais da Revolução Industrial. Um exemplo disso é o fato de que países como Brasil, Argentina, Chile e Colômbia não terem podido alcançar etapas de industrialização anteriores à substituição de importações (no começo dos anos 1970, quando o autor escreve a obra citada).

Tais circunstâncias e elementos fazem com que o processo de industrialização se defina como “periférico e sem Revolução Industrial”¹³³, caracterizando-o como um

¹³² Podem-se identificar na América Latina ao menos quatro tipos de indústrias: 1) as integradas regionalmente, cujos centros de decisão se encontram fora do Estado e da América Latina e que pela escala de sua produção operam em mercados estrangeiros; 2) as indústrias de bens de consumo, que operam nos mercados nacionais, mas com centros de decisão no exterior, o que produz uma exportação líquida de recursos financeiros ao exterior; 3) as indústrias nacionais ou de mercados regionais, que têm nestas mesmas regiões seus centros de decisão; 4) as pequenas indústrias e sistemas de produção artesanal, que devem se adequar ao ritmo tecnológico que impõe o mercado (García, 1972, p. 248).

¹³³ A industrialização periférica sem Revolução Industrial pode ser analisada por oito pontos de análise estratégicos, segundo García: 1) a alienação ideológica das elites; 2) a inadequação do Estado; 3) as mudanças na estrutura da dependência externa; 4) a incapacidade de modificar a estrutura do emprego; 5) a não formação

crescimento centrado em certas polos industriais¹³⁴ (GARCÍA, 1972, p. 239). Ademais, o processo industrial não pode ocorrer de outra maneira quando a industrialização representa um risco para as oligarquias (quando difere do conceito das elites dirigentes) ao desatar forças que operam à contramão de seus próprios interesses, pois movem as bases de sua hegemonia (GARCÍA, 1972, p. 261).

Neste sentido, oligarquia e desenvolvimento industrial sustentado não podem coexistir na interpretação que faz o autor no livro “Atraso y Dependencia en América Latina”, de 1972¹³⁵. A argumentação é a de que permitir os processos industriais capitalistas na periferia significaria romper com quatro características, como aponta García, que sustentam o mundo atrasado e dependente: primeiro, as oligarquias se caracterizam por consumos supérfluos e não pela capacidade de poupança¹³⁶; segundo, dirigem seu investimento para a renda, e não para a indústria e o desenvolvimento; terceiro, mantêm baixos salários ao estilo mercantilista, o que não permite um mercado de massas fundamentado em melhores vencimentos, como assinala a visão capitalista da remuneração segundo a produtividade; e quarto, para modificar os salários, o Estado teria que introduzir políticas redistributivas, as quais as classes altas da América Latina não estão dispostas a ceder, pois as mesmas se comportam de acordo com uma estrutura comercial de privilégios, e não segundo os princípios racionais das classes sociais europeias ou norte-americanas (GARCÍA, 1972, p. 357-359).

É claro, então, que na obra do autor a forma de alcançar um direcionamento dos recursos produtivos para o bem-estar interno da América Latina, e em particular da Colômbia, conduz necessariamente a falar da necessidade, mais que evidente, de uma industrialização. Para isto, e entre outros requisitos já tratados, o financiamento recebido do exterior deve ter como estratégia o aproveitamento eficiente, correto e pleno dos dólares obtidos. O vital não são os pedidos constantes para receber recursos de fora, ou que nos forneçam mais divisas, mas que sejamos capazes de investi-los melhor.

e mobilidade da poupança interna; 6) a desestruturação do mercado interno; 7) a falta de adoção da racionalidade da Revolução Industrial; e 8) a diversidade de polos industriais de crescimento.

¹³⁴ A diferença entre industrialização dependente e processo de revolução industrial está no fato de que a primeira é limitada, sem forças internas próprias e integrada à estrutura econômico-tecnológica da indústria metropolitana, enquanto a segunda supõe autonomia na operação tecnológica, capacidade de racionalizar o uso e a mobilidade dos recursos de acordo com os desafios dos problemas nacionais, sustentando em suas próprias forças o processo (GARCÍA, 1972, p. 295).

¹³⁵ Este tema não é tratado somente por García, já que na mesma época ocorreu em vários países da América Latina.

¹³⁶ O problema não é de disponibilidade de poupança, nos termos do autor. O importante é a mobilidade e o direcionamento. Precisamente, a análise baseada erroneamente em que os níveis de poupança são muito baixos desviou o tema do desenvolvimento, fazendo-o ser visto como uma questão de falta de recursos que encontra solução no investimento estrangeiro.

No entanto, como se reitera, a industrialização não prosperou como deveria, devido ao fato de que os laços coloniais e a rede imperialista que foi tecida nas relações políticas, econômicas e sociais no país e entre o país e o estrangeiro parecem ser mais forte que as forças que querem sua anulação (GARCÍA, 1995, p. 195). Além disso, não é possível dar este salto para a industrialização,

Enquanto se pense que um país subdesenvolvido pode resolver os problemas de seu desenvolvimento econômico e social pelo método do capitalismo privado e da liberalização do comércio exterior, e enquanto funcione a estratégia imperialista do controle dos setores básicos da economia (GARCÍA, 1977b, p. 91).

Em relação aos custos para industrializar a economia (em meados do século XX, quando García escreve a obra citada), García apoia a tese, baseado em uma revisão histórica dos países industrializados, de que quando se pensa o bem-estar de uma nação, seja em cenário de paz ou de guerra, o que funciona é a industrialização a qualquer custo, sob uma visão de longo prazo e não unicamente em uma contabilidade de curto prazo.

Pensando assim, se dão saltos qualitativos no sentido de determinar quais são as conveniências industriais e quais os setores e empresas em que os custos potenciais poderiam ser mais baixos (GARCÍA, 1995, p. 178). Esta perspectiva desafia um processo industrial baseado na divisão internacional do trabalho, como princípio de eficiência econômica que congela o status atual de produção dos países, em vez de considerá-lo como o resultado de uma nova ordenação.

Deve-se, então, apontar para a eficiência potencial, a qual eleve, em conjunto, o nível de vida dos países de modo que a industrialização seria um dos caminhos para absorver os benefícios do capitalismo (GARCÍA, 1995, p. 180). Logicamente, o processo industrial, como expressa García, deve ser de caráter orgânico, ao permitir aproveitar a educação, capacitação e capitais para transformar os rendimentos do trabalho (GARCÍA, 1995, p. 182).

Pela análise da condução da industrialização, o problema precisa de uma reconversão dos interesses do Estado. Não se trata somente de abordá-lo como se se tratasse da falta de um sistema gerencial e administrativo dos fatores de que se dispõe, mas que o Estado deve organizar ao menos o comércio internacional e a direção pública dos investimentos. Ao menos, diz García, porque o cenário ideal constituiria a planificação de tipo socialista. Isto quer dizer um:

Método de desenvolvimento conjunto dos diversos fatores produtivos, [...] um método de submetimento da economia aos prospectos de previsão científica [...] um método de

distribuição da renda nacional para melhorar os níveis de bem-estar e segurança de todas as classes (GARCÍA, 1995, p. 184).

A urgência dessa transformação do Estado se fundamenta em que a realidade impõe esse tipo de mudança. García se refere ao fato de que os investimentos estrangeiros não chegam ao país tendo em conta a quantidade de legislação que exista, mas levando em consequência a estabilidade econômica real. Essa ordem estável, para o professor, não pode ser produto do liberalismo econômico – deixando em total liberdade os interesses privados – nem do despotismo de regras, mas do novo sistema de administração baseado em princípios básicos, tais como: a) reajuste do regime de propriedade; b) submetimento do desenvolvimento nacional à programação de previsão científica; c) elevação da produtividade dos fatores produtivos através do emprego condicionado dos mesmos, distribuição da renda de acordo com critérios racionais ao considerar classes, atividades e regiões. Em síntese, tudo isso aponta para mudanças fundamentalmente sobre dois pilares: uma maior produtividade e uma maior renda.

Em congruência com o que foi exposto no começo desta seção, a industrialização é um processo dependente, fundamentalmente por não ser produto de uma revolução econômico-social próprias das economias atrasadas e porque se encontra mediada pelas empresas estrangeiras que exercem seu poder em solo latino-americano. Devido à transcendência desta hipótese, é interesse notar que em sua obra de 1972, “Atraso y Dependencia”, García realiza uma caracterização bem explicativa das fases da industrialização atravessada pelos países latino-americanos.

Como se sabe, o professor identificou duas oportunidades industriais na história do capitalismo colombiano: a que inicia em 1929, e a posterior à II Guerra Mundial. Não obstante, nos seguintes parágrafos se faz uma ampliação das etapas ou fases pelas quais havia atravessado a indústria na América Latina nos anos 1970.

O autor estabelece quatro períodos históricos, que se localizam entre o fim da I Guerra Mundial até 1930, na primeira etapa, e entre 1930 e 1939, aproximadamente, na segunda. Durante o desenvolvimento da II Guerra Mundial vem a terceira etapa e, após o conflito, vem a quarta.

O primeiro ciclo faz referência à *pré-industrialização*. Neste período, se estabelece a infraestrutura física e institucional. São constituídas vias de comunicação e um mercado interno, mecanismos de comercialização e financiamento, aparatos administrativos estatais que organizaram as poupanças e o gasto público. Em geral, são criados os incentivos para o sistema capitalista de crescimento, e em quase todos os países da América Latina surgem

reformas dirigidas pela Missão Kemmerer, entre as quais se destaca a criação do banco central. Pela interpretação de García, neste processo, o Estado se adequa à moderna dependência sob um esquema clássico de divisão internacional do trabalho, fazendo com que a periferia importe bens de consumo e de luxo.

O segundo período é chamado pelo autor como o *primeiro tipo ou fase de industrialização de emergência*. Aqui, o objetivo é a substituição dos citados bens de luxo e de consumo sem que se alcance a consolidação de indústrias básicas na região. Isto ocorre devido à queda nas exportações primárias e em consequência das reservas internacionais e da capacidade de compra dos países. Adicionalmente, estes fatos, junto com a suspensão dos créditos externos e do investimento estrangeiro, fazem com que se crie um “vazio econômico”, que origina um processo de industrialização orientado a abastecer o mercado interno já existente. Nas palavras do autor, e como já mencionado anteriormente, é a debilitação conjuntural do sistema de dependência que origina o processo industrial. Em outras palavras, a industrialização se dá sem uma política industrial.

É importante assinalar que a propagação das ideias keynesianas na América Latina através do *New Deal* ajudou o processo de substituição de importações ao impulsionar a criação da indústria manufatureira e de obras públicas, no esforço de incorporar a mão de obra proveniente da diminuição das exportações.

De outra parte, a crise de 1930 não somente provém do estrangulamento dos termos de intercâmbio internacionais, mas da falta de um sistema de crédito interno, ajuda à queda do único produto que havia sustentado as importações e os serviços estrangeiros a partir da II Guerra Mundial – o café.

A importância do auge cafeeiro radica em que ele gestou a união entre a economia interna e o capitalismo mundial, introduzindo a economia de mercado em um setor do campo (GARCÍA, 1981c, p. 52). No entanto, com a crise, e de um ponto de vista social, é a classe média cafeeira que precisa pagar os custos. Como resultado, a democrática classe média rural é deslocada por uma rede social cujos novos protagonistas são oligarquias de exportadores e agricultores (GARCÍA, 1981c, p. 51).

A terceira transcorre no *período da Segunda Guerra* sob a forte influência das políticas encaminhas à promoção da indústria básica com direcionamento e financiamento estatal. Neste sentido, se reforça o processo de industrialização e se canaliza a poupança interna, de modo que surgem duas formas de crescimento: o nacional revolucionário, como

experimentado pelo México durante o governo de Lázaro Cárdenas, e o populista¹³⁷, que se esforça para modernizar o Estado, concebe o gasto público como uma categoria econômica e vê na industrialização a forma de desencadear o desenvolvimento¹³⁸.

A quarta fase, denominada pelo autor como *industrialização satelizada*, se define pela presença de novos fluxos de investimento diretos norte-americanos, que se instalam no setor manufatureiro¹³⁹ por meio das transnacionais. Elas viriam a substituir a indústria nacional ao representar a modernidade empresarial e produtiva na América Latina e ao converterem-se nas maiores forças controladoras do crescimento industrial dos países atrasados¹⁴⁰ (GARCÍA, 1972, p. 280-281). Neste período, os Estados Unidos experimentam uma revolução agrária que os consolidam como um dos principais exportadores de produtos agrícolas, alterando o esquema da divisão internacional do trabalho.

Isto significa que o modelo de divisão internacional do trabalho se adapta de maneira desigual. Os países metropolitanos modificam sua estratégia de desenvolvimento para competirem na produção e exportação de bens primários com os países pobres, enquanto esses não transformam suas relações de produção para uma forma industrializante¹⁴¹. Esta estratégia de dominação se faz visível através do endividamento público externo e o investimento privado estrangeiro que aparecem como uma nova forma de dependência e de atraso¹⁴².

Neste contexto, o investimento privado norte-americano utiliza a Aliança para o Progresso¹⁴³ e o mecanismo da empresa mista como as formas estratégicas de subordinação. Neste sentido, a empresa mista é apresentada aos países atrasados como um método de cooperação internacional técnico-financeira que contribui para o desenvolvimento,

¹³⁷ Palavra utilizada por García.

¹³⁸ Cabe anotar que a maior parte da II Guerra Mundial transcorreu na Colômbia sob o mandato do presidente Alfonso López Pumarejo. Um de seus assessores era Jorge Eliécer Gaitán, conhecido como um dos maiores políticos populistas do país.

¹³⁹ Limitada à substituição de importações de manufaturas simples por meio da importação de tecnologias complexas, se encontra dentro do que García denomina como colonialismo tecnológico (GARCÍA, 1972, p. 294).

¹⁴⁰ Vale a pena lembrar que, depois de finalizada a II Guerra, os Estados Unidos se consolidam como a principal potência capitalista do mundo, com uma política ofensiva expansionista global estimulada pelas operações militares na Coreia e no Vietnã, e de hegemonia militar e econômica na América Latina, levando a potência a um notável aumento de suas exportações.

¹⁴¹ Aqui surge em García o conceito de autarquia. Este significa disponibilidade preferencial da metrópole em matérias-primas e alimentos provenientes das colônias, e preferência também para colocar as mercadorias em tais colônias (GARCÍA, 1984, p. 596).

¹⁴² Em grande medida, são os países atrasados que financiam o desenvolvimento dos avançados, devido à condição de exportadores líquidos de capital dos primeiros no esquema de relações internacionais. Porém, contraditoriamente, são os países atrasados os que permanentemente vagueiam em busca de financiamento estrangeiro (GARCÍA, 1972, p. 255).

¹⁴³ A Aliança para o Progresso pode ter estimulado o crescimento, modernizado as tecnologias e racionalizado as relações de dominação e dependência, mas não gerou desenvolvimento (GARCÍA, 1972, p. 50).

escondendo que se trata de um mecanismo de incorporação da burguesia industrial latino-americano no esquema de dominação dos conglomerados¹⁴⁴ norte-americanos (GARCÍA, 1972, p. 251).

Nas indústrias-satélite¹⁴⁵, as transnacionais se veem beneficiadas, em geral, devido: a) à existência de uma pressão por parte dos Estados Unidos de trazer à periferia recursos tecnológicos e financeiros através dos programas de ajuda ou dos organismos multinacionais; b) as corporações¹⁴⁶ latino-americanas se estabelecem hierarquicamente, cumprindo o papel de serem funcionais e úteis às formas de dominação estrangeira; e c) predomina a forte expansão do liberalismo econômico e a conseqüente agonia do setor estatal da economia (GARCÍA, 1972, p. 289-290). Em particular, e dentro do contexto traçado, as empresas estrangeiras se beneficiam das políticas protecionistas e substitutivas dos Estados dos países dependentes.

5.3 OS CONCEITOS DE IMPERIALISMO, SUBCAPITALISMO, ATRASO, SUBDESENVOLVIMENTO, CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO NO MARCO DO CAPITALISMO DEPENDENTE

O esforço de investigação de Antonio García não é interessante apenas pelos resultados, mas pelo método utilizado. Esta forma de abordar os acontecimentos faz com que o autor se veja condenado a redefinir e especificar o significado de alguns termos, já utilizados pela literatura, para o estudo e análise das economias. Esta redefinição permite a García dar um sentido preciso às palavras e encontrar as causas e conseqüências que correspondem mutuamente na explicação do atraso na América Latina.

Para García, atraso e dependência são dois lados de uma mesma moeda. A partir desta premissa, outros termos ganham sentido, ao serem explicados como *funcionais* às estruturas de dependência e fortalecedores do estado de atraso a que se submetem os países da região. É, portanto, imprescindível definir e articular as ideias de imperialismo, subcapitalismo, subdesenvolvimento, crescimento e desenvolvimento em seu papel dentro do esquema de

¹⁴⁴ García define os conglomerados como “um amálgama de capacidade gerencial-administrativa e controle de uma massa crítica de recursos financeiros [...] é essencialmente um mecanismo destinado a encontrar a aplicação para um fluxo de recursos que o mesmo cria de forma permanente”.

¹⁴⁵ Palavra utilizada por García.

¹⁴⁶ Embora as empresas atuem como cápsulas fechadas, um tipo de aliança se estabeleceu entre elas. A aliança bipartidária, como as ocorridas em 1910 ou em 1930, mas que de nenhum modo desceu até as bases sociais de nenhum dos dois partidos (GARCÍA, 1977b, p. 84), pois não se tratava de obter acordos de desenvolvimento, mas de divisão do poder. Havia uma coalizão no alto poder, mas o enfrentamento sectário é o que permitia manter no controle estas classes e suas famílias (GARCÍA, 1977b, p. 84).

dependência, identificando plenamente seu papel real na história e os objetivos que, de um lado, dizem perseguir, e de outro, os que verdadeiramente alcançaram.

5.3.1 Imperialismo

A importância do imperialismo na obra de García se evidencia em que, para o autor, “há imperialismo onde há anexionismo¹⁴⁷ (de caráter militar, financeiro ou político) e a consequente substituição do direito de autodeterminação dos povos pelas razões de poder”. Como complemento a isso, García sustenta (como outros teóricos da dependência) que o imperialismo não se limita a uma força de subordinação para fora por parte de quem o exerce, mas que tem internamente (nos países dominados) sua base de operação (GARCÍA, 1995, p. 105, 106), de maneira que pode tomar a forma de qualquer ação que não permita o desenvolvimento próprio e autêntico das sociedades sobre as quais exerce influência.

Partindo desta definição, pode-se afirmar que García é anti-imperialista, dentro dos limites que o mesmo define, e se distancia das noções puramente imperialistas liberais ou totalitárias que a história conhece¹⁴⁸.

O imperialismo liberal é uma tendência que, embora seja anexionista, tem uma forma de operar através do uso da força. Ou seja: qualquer tipo de subordinação econômica, financeira e política está fora dessa definição.

Quanto ao imperialismo totalitário, ele se encontra intimamente ligado à premissa do “espaço vital”. Ou seja: que o imperialismo se justifica enquanto um direito de certas nações de reclamar como seu um espaço que consideram indispensável para sua subsistência e crescimento e que responde a um plano que se considera como correto. No caso da anexação militar da Polônia e da Tchecoslováquia por parte de Hitler, sob o argumento de conservar o III Reich (GARCÍA, 1995, p. 104).

Segundo García, a estratégia política do imperialismo quando já se esgotara o mecanismo da força e a guerra ou quando simplesmente não é possível uma tática deste estilo frente a uma nação que não se deve destruir, mas anexar, é a da debilitação. O caso da América Latina se enquadraria nesta perspectiva. O esgotamento em questão se efetua

¹⁴⁷ Anexionismo, para García, não apenas supõe incorporar fisicamente uma nação à outra, mas subordinar os interesses de uma maneira irresistível e sistemática, buscando uma posição de privilégio na ordem mundial.

¹⁴⁸ De acordo com o professor, o imperialismo só desapareceu parcialmente, pois alguns impérios foram destruídos, mas outros permaneceram firmes. O imperialismo muda constantemente sua forma e é ali onde os comunistas, considerando, ao melhor estilo leninista, o imperialismo como última etapa do capitalismo, incorrem em uma visão curta e tendenciosa do que verdadeiramente significa. Igualmente, para os liberais, com sua concepção brutal e romana do imperialismo, não é difícil deduzir que as formas imperialistas não existem nos dias de hoje (GARCÍA, 1995, p. 110).

vendendo objetivos falsos às nações que se quer anexar, excluindo-lhes política e espiritualmente a perspectiva de sua estratégia de desenvolvimento e obscurecendo-lhes a existência e a forma com que poderiam operar seus mecanismos de defesa.

Não obstante, as duas formas por excelência da debilitação são o enfrentamento entre nações frágeis e a criação de faíscas incendiárias que enfrentam as nações por meio da guerra (GARCÍA, 1995, p. 145, 146). No processo ou estratégia imperialista, são várias as forças que intervêm na debilitação, degradação cultural, psicológica e moral das forças internas da nação que está sendo subordinada. Entre estes elementos, encontramos primeiro, o apoio das potências ao país imperialista, com o fim de somar-se à queda de um Estado considerado rival; e, segundo, o papel que desempenham os sindicatos e as classes trabalhadoras pode ser considerado, em certo sentido, como de cumplicidade, tanto das classes sindicais e trabalhadores nacionais como de sindicatos ou força de trabalhos do país ou países imperialistas.

Em relação ao movimento sindical nacional¹⁴⁹, para García é muito difícil que este se realize, dado que grande parte do movimento de trabalhadores da América Latina foi cooptada por uma ideologia comunista equivocada, que encontra nestes países um terreno fértil abonado pelo ressentimento, pelo ódio, pelo medo, pela miséria e pelo cerceamento de sua vontade. Este tipo de luta anti-imperialista não busca a própria construção de sua estratégia de desenvolvimento, mas espera que esta forma contestatória produza diretamente uma solução messiânica que venha de fora (GARCÍA, 1995, p. 170).

Em relação ao exterior, García sustenta que, nas grandes potências, os primeiros setores que compreendem a problemática do imperialismo são as classes trabalhadoras, mas elas também são as últimas que atuam de forma consequente com esta compreensão. A insensibilidade e a alienação das mesmas a respeito dos problemas e lutas dos países subdesenvolvidos e a desarticulação e falta de comunicação entre os movimentos operários e sindicais, entre potências e países frágeis, confirmam este fato. Para García, isto pode se dever, em parte, às políticas separatistas dos movimentos sindicais entre a América Latina e os Estados Unidos, promovidos pela III Internacional Comunista e a Federação Mundial dos Sindicatos, em seu propósito de bloquear a influência do reformismo pragmático e burguês norte-americano sobre as economias do sul do continente (GARCÍA, 1995, p. 158).

¹⁴⁹ O papel dos sindicatos não é exatamente o que García toma como ideal, ao referir-se a eles como sucursais dos partidos. De maneira semelhante ele descreve as cooperativas, que acabaram deformando-se em sociedades anônimas formadas por grandes famílias industriais, comerciais e bancárias, com investimentos legais para tramitar uma série de privilégios a seu favor (GARCÍA, 1949, p. 153).

Um terceiro elemento se refere à cooperação internacional. Trata-se de um mecanismo extraordinário, quando sua práxis representa mecanismos de interdependência, e não de dependência, o qual implica necessariamente a adoção de medidas democráticas (GARCÍA, 1995, p. 164). Este conceito, para García, opera de maneira deformada, já que os países periféricos não podem praticar o que nunca de fato conheceram. Segundo o autor, estas relações associativas têm estado marcadas por uma subordinação antes os países fortes e um enfrentamento com os frágeis, avivada por uma hostilidade contra as formas superiores de associação e a falta de maturidade política e de consciência. Dentro deste cenário, García analisa o papel dos organismos internacionais e dirige sua crítica aos acordos de política econômica que pressupõem que países desenvolvidos e atrasados podem receber as mesmas condições e tratamento de seus problemas, quando na realidade apresentam contextos diferentes e, em consequência, as repercussões destas políticas muitas vezes aprofundam a situação de atraso do país periférico (GARCÍA, 1995, p. 187).

As condições de atraso derivadas de integrações de tipo dependente são exemplificadas pelo autor com a análise de vários casos, entre os quais vale a pena mencionar o controle monetário.

Em relação a este instrumento, os defensores do livre mercado argumentam sua flexibilização, sem considerar que, para um país forte, esta política não representa maiores problemas, porque sua economia pode absorver qualquer expansão ou contração do comércio internacional. Já para países como os latino-americanos, estes movimentos poderiam resultar em verdadeiras recessões econômicas. É o caso de uma expansão nas exportações, que tem o poder de desequilibrar o sistema de preços interno, estimulando por sua vez um processo inflacionário, ou o fenômeno contrário ocorrido em 1937, quando o Brasil abandonou a política de sustentação dos preços do café (GARCÍA, 1995, p. 189).

Outro espaço de discussão derivado da cooperação é o da ampliação da fronteira para realizar acordos financeiros e comerciais. Para García é uma necessidade, primeiro, de estarem conscientes de que a ordem internacional não está construída sobre princípios de cooperação, mas de enfrentamento de interesses, e segundo, que se devem estabelecer acordos que diversifiquem e superem as relações entre Colômbia e Estados Unidos (GARCÍA, 1995, p. 190).

Um quarto aspecto se refere à visão dos países latino-americanos de que o imperialismo é uma forma que se encontra fora do continente e à qual só é possível fazer frente com a colaboração de países com os quais se mantêm relações internacionais – no caso da América Latina dos anos 70, os Estados Unidos seriam esta nação por excelência. No

entanto, como estabelecer colaboração quando seus dirigentes consideram que uma transformação industrial dos países periféricos representaria ameaças para a potência, ao limitar-lhe mercados e encarecer as matérias-primas e alimentos importados? Isso tem a ver com a falsa concepção de que o colonialismo é um mecanismo para fazer transferência de cultura e estender as conquistas do capitalismo. No caso da América Latina, esta forma de colonialismo, que ocorreu em outros lugares, não fez parte da nossa história (GARCÍA, 1995, p. 161).

Em quinto lugar, poderíamos mencionar que o imperialismo, por meio de um colonialismo econômico, não apenas implica a subordinação, mas a *perda de capacidade para empregar plenamente os recursos produtivos*. O custo deste prejuízo foi assumido duramente na Colômbia, apesar das visitas de especialistas internacionais, como na Missão Currie.

Para García, o diagnóstico e a formulação teórica do problema realizados pela Missão foram, em teoria, acertados, assim como o propósito de sua ação em várias frentes. Porém, sua implementação prática era desde o começo inviável, já que não era um programa integral, já que contemplava apenas alguns setores, como os mais influentes na produção de renda. Em geral, o plano Currie foi muito longe em suas propostas, mas não contava com as ferramentas que pudessem assegurar a subordinação dos interesses privados ao interesse social (GARCÍA, 1995, p. 172).

Isso deixou o país em um cenário de profundas deficiências e fraturas distinguido pelos seguintes fatos: a) a impossibilidade de planejar os investimentos privados; b) a não obtenção da apropriação do conceito de planejamento nem nas receitas, nem nas despesas; c) o tema da produtividade do trabalho camponês ficou desarmado; d) não se obteve a racionalização administrativa e científica do trabalho no exercício da administração pública, nem se modificou a concepção do Estado como despensa e quartel político; e) os fatos mostram que justamente os setores e projetos que a Missão havia detectado como ineficientes economicamente apresentaram um crescimento notável, como a siderúrgica Paz del Río; e e) a proposta de fomento econômico apontava para a melhora da renda nacional, mas não a per capita, o que significou um desconhecimento da distribuição da entrada, que se evidencia na piora dos níveis de vida da população durante a implementação do Plano (GARCÍA, 1995, p. 173).

5.3.2 Subcapitalismo

Unido ao conceito de economias dependentes e periféricas está o de subcapitalismo. Para García, a maioria dos países da América Latina se inclui no que ele define como “país subcapitalista”, que obedece à ausência de uma cultura capitalista homogênea (GARCÍA, 1948, p. 487).

As razões destes fenômenos se devem, em grande medida, a que na América Latina as nações se formam como a soma de partes radicalmente diferentes, as quais se desenvolvem cada uma com suas próprias leis econômicas, em alguns casos à margem da autoridade pública, também parcial e com orientações confusas¹⁵⁰ (GARCÍA, 1948, p. 487).

Além disso, em 1948, na obra “Bases de la Economía Contemporánea”, García sustenta que existe não apenas um novo tipo de capitalismo, mas uma economia em trânsito para formas não capitalistas, ou uma economia que apresenta formas subcapitalistas (GARCÍA, 1948, p. 561).

Os problemas do subcapitalismo não apenas fazem alusão a esta não uniformidade e fragmentação das formas de desenvolvimento do capital na América Latina, mas também à direção na qual os recursos são distribuídos. Estes fluem desde as regiões mais atrasadas até os polos econômicos, políticos e sociais, e não ao contrário, como seria o esperado dentro da lógica capitalista (GARCÍA, 1972, p. 215). Assim mesmo, no caso colombiano de meados do século XX, outro problema do subcapitalismo identificado está no âmbito cultural. Em consequência, a Colômbia é a junção de três zonas geoeconômicas: uma cidade capitalista que vive nos séculos XIX e XX, um campo que vive de modo colonial e uma selva e planície orientais de economia coletivista que vivem sob formas próprias da conquista (GARCÍA, 1948, p. 488). Tal situação adquire maior complexidade quando se reconhece que nestas zonas predomina o modo de viver descrito, mas também existe uma gama de mesclas e nuances de cruzamentos entre estes *modus vivendi*.

Diz-se que a América Latina é subcapitalista porque é uma economia natural e pseudocapitalista, ancorada em um padrão de vida colonial para os trabalhadores camponeses que não deu o salto a uma economia racional com novos sistemas de trabalho, consumo e novos modos de emprego dos capitais e mão de obra (GARCÍA, 1948, p. 54). O desenvolvimento do capitalismo opera, então, sob a lei do desenvolvimento desigual.

¹⁵⁰ Quanto a isto, García, mais que acudir a uma explicação de tipo dualista para explicar o atraso, se vale de uma doutrina pluralista de estruturas que crescem em ritmos desiguais (GARCÍA, 1972, p. 195).

Sob esta perspectiva, a urgência de uma industrialização forçada na região não é um capricho dos países pobres, mas um caminho para alcançar níveis de vida mais altos e para absorver o capitalismo como cultura (GARCÍA, 1948, p. 630). Seguindo este propósito, nem todos os investimentos necessariamente se tornam custo-eficientes, embora García sustente que alguns devem ser realizados a qualquer custo, se o que se deseja é uma transformação e revolução que pretenda homogeneizar o capitalismo através da industrialização.

O subcapitalismo colombiano se faz visível ao observar que no país se desenvolveu o capitalismo, mas sob as formas e estruturas agrárias senhoriais, sem compreender o sentido e os alcances do Estado Nacional. A burguesia criada a partir desta realidade complexa não se parece com a da revolução industrial europeia, nem é autêntica e independente das formas tradicionais de pensamento, nem consegue compreender a realidade em que vive; por isso, é incapaz de gerar uma revolução nacional orientada para o desenvolvimento capitalista. Consequentemente, permanece inerte, ancorada em um processo fragmentário e parcial, que descansa sobre pés de barro (GARCÍA, 1977b, p. 93).

O capitalismo colombiano do século XIX se cimentou sobre a exploração das minas, a construção de uma incipiente estrutura bancária e precárias atividades comerciais (GARCÍA, 1977b, p. 46). Portanto, configurou-se um capitalismo de tipo colonial, dirigido pelas grandes famílias aristocratas conservadoras e liberais, dependente das relações de intercâmbio, da exploração de minerais, com alto déficit aos cofres públicos (GARCÍA, 1977b, p. 46).

Uma das formas do subcapitalismo colombiano é a ideia de que a terra é o principal ativo de investimentos, e não as atividades comerciais e industriais (García, 1977b, p. 73). Em consequência, García assinala a necessidade de gerar os incentivos para que às classes dirigentes seja um melhor negócio colocar a terra em uso produtivo, deixando de ser ociosa¹⁵¹. Para ele, a política fiscal através do imposto predial e do investimento público na agricultura constituíram as ferramentas chaves para romper com a mentalidade senhorial sobre os terrenos e parte das propostas do professor em 1977 (GARCÍA, 1977b, p. 74).

Diante da possibilidade de romper com as formas coloniais que limitam a evolução das forças capitalistas, García cria o conceito *capitalismo colonial ou de estufa*. Conforme o autor, este corresponde a uma categoria colonial que se refere à tendência de manutenção dos privilégios de família e de classe até o subfinanciamento nacional, enquanto se acomoda o

¹⁵¹ No entanto, García não é partidário de uma solução de expropriação de tipo comunista ou da coletivização pura e simples. Ainda quando reconhece que a propriedade sobre a terra ou os capitais não cumpre a função social que se encontra consignada na constituição colombiana, o professor crê que a planificação é um meio para chegar à socialização da direção sem remover de forma violenta toda a propriedade sobre os fatores produtivos (GARCÍA, 1994, p. 74).

sistema de comércio exterior e de financiamento externo aos interesses estrangeiros que controlam os centros vitais do desenvolvimento da economia (GARCÍA, 1977b, p. 49). A quantificação do capitalismo de estufa pode ser observada a partir das seguintes tendências no século XX: 1) a preferência por investir no mercado imobiliário, especialmente nas áreas próximas às zonas de crescimento das cidades que apresentam rápidos processos de valorização comercial. Consequentemente, levam a uma queda os recursos gerados pela indústria, comércio e setor bancário, o que aprofunda o círculo vicioso do colonialismo; 2) a colocação de excedentes internos em contas bancárias no exterior, circunstância que agrava a situação desfavorável dos termos de intercâmbio, especialmente nos arredores dos anos 1930; 3) a forte evasão fiscal, registrada na época; 4) a exportação de uma elite técnico-científica, principalmente ao mercado de serviços dos Estados Unidos (GARCÍA, 1977b, p. 50, 51).

5.3.3 Atraso, subdesenvolvimento e crescimento

Em 1969, com um artigo intitulado “*Estructura social y desarrollo latino-americano*”, parte do qual acabou sendo integrado ao livro “*La Estructura del Atraso em América Latina*”, o autor diagnostica o estado da sociedade latino-americana, acrescentando que não pode falar de desenvolvimento sem identificar seu ponto de partida e seu significado.

Por isto, ao conceito de subdesenvolvimento, proposto pelos teóricos dos países desenvolvidos, entendido como um passo necessário no caminho até o desenvolvimento, García contrapõe o conceito de “atraso”. A diferença fundamental entre estas duas categorias está no fato de que enquanto a primeira é uma fase, uma etapa de trânsito para o desenvolvimento, o atraso é um estado, uma situação estrutural que não conduz a lugar algum¹⁵².

Subdesenvolvimento é um termo redefinido por García. Sua tese é a de que não se pode entender o subdesenvolvimento como algo antagônico ao modelo de desenvolvimento dos países atrasados, simplesmente comparando-os como uma questão de medir as lacunas. Entre outras coisas, porque nessas economias existiu um processo de racionalização cultural, econômica e social, além de haverem alcançado a Revolução Industrial de acordo com suas próprias condições e necessidades.

¹⁵² A noção do subdesenvolvimento é linear e se forma por comparação com os arquétipos do desenvolvimento. O conceito de atraso é dialético. É uma estrutura e um processo que se fundamentam nos fatores estruturais e conflitivos que impedem um pouco de utilizar e mobilizar seus recursos.

Neste sentido, pretender sair do atraso importando as formas de desenvolvimento dos países industrializados é o que forma a crítica de García. Essa importação ideológica, de modelos, receitas e arquétipos de desenvolvimento é irracional, se observarmos que a teoria econômica é uma formalização dos interesses dos países industrializados cujo centro de estudo se encontra muito distante dos problemas dos países periféricos (GARCÍA, 1972, p. 108).

A superação desta situação requer, de um lado, a elaboração de um diagnóstico correto que só é possível, apesar da insistência, à luz de uma teoria autenticamente latino-americana, elaborada por pensadores da região; e, de outro, que os latino-americanos, cujos interesses se beneficiam com a saída da situação de atraso, tomem como seu o diagnóstico e as estratégias de desenvolvimento e levem estes à prática.

Como o atraso é uma situação estrutural e múltipla, seu diagnóstico deve ter a mesma natureza. Como resultado, tal tarefa não pode ficar a cargo de especialistas, economistas, sociólogos ou historiadores, mas sim um esforço intelectual complexo que inclua múltiplas disciplinas. Esta foi a razão para que García tratasse de incluir em seu pensamento as diferentes ciências sociais.

Conforme exposto, se o “subdesenvolvimento” foi uma condição transitória, um processo em marcha até modelos econômicos estrangeiros, o “atraso” representa o oposto. Para o autor, este é o conceito que melhor representa a estrutura e condição social da América Latina no século XX, posto que implica que as estruturas atrasadas reproduzem a si mesmas, anulando, freando e deslocando as possibilidades de um crescimento orgânico¹⁵³ e coerente de origem interna.

O atraso é uma estrutura que opera como um sistema de reação em cadeia com sinal negativo¹⁵⁴ que se faz visível e se aprofunda através de duas maneiras principais de opressão, como se disse nos capítulos anteriores: uma *dominação* interna, exercida pelas elites domésticas, e uma *dominação* externa, chamada por García de *dependência* proveniente de conglomerados norte-americanos. É um estado estático, enquanto que o subdesenvolvimento é um estado dinâmico.

O atraso não implica a ausência de recursos, mas a incapacidade de utilizá-los em prol de objetivos de desenvolvimento próprio, entre outras causas pela incapacidade das classes

¹⁵³ Deve-se diferenciar o crescimento na teoria e na prática. Na teoria, o crescimento nivela as desigualdades regionais. Na prática, acumula recursos na região mais desenvolvida, extraíndo-os das regiões mais atrasadas (GARCÍA, 1972, p. 122).

¹⁵⁴ Nos países desenvolvidos, a hipótese é que o desenvolvimento traz mais desenvolvimento. Nos países atrasados, o atraso acarreta níveis ainda mais profundos de atraso (GARCÍA, 1972, p. 121).

altas de liderar uma Revolução Industrial¹⁵⁵; pelo fracasso das classes populares para gestar a revolução social; e pela ausência de uma transformação estrutural do Estado dirigido por novas classes (GARCÍA, 1972, p. 81, 114). Os países atrasados se veem envoltos nos conflitos porque suas condições de dependência lhes retiram estruturas políticas e sociais de caráter defensivo.

De acordo com o contexto exposto, o atraso deve ser superado com desenvolvimento. O desenvolvimento implica a mobilização estratégica do esforço interno, com meios próprios para fins próprios. O Estado como planejador e cabeça da nação tem como objetivo romper o círculo vicioso do atraso, com políticas adaptadas à realidade histórica, abolindo as estruturas de dominação de corte colonial que emanam de dentro e fora das nações atrasadas. O desenvolvimento, por esta perspectiva, é uma alternativa revolucionária que não se consegue com operações tecnocráticas ou a ampliação dos mercados (GARCÍA, 1972, p. 137). O desenvolvimento exige consciência, vontade e incorrer em custos.

Embora García identifique o Estado como precursor do desenvolvimento, em sua obra não se encontram claramente identificados os setores sociais com os quais quer fazer a revolução. Sua contribuição na elaboração de um diagnóstico é valiosa, minuciosa e sistemática, mas sua crítica encontra que a burguesia industrial se aliou aos interesses estrangeiros e que o proletariado está manipulado e sem educação. Então, quem seriam os atores ou setores sociais que formariam o projeto industrial que romperia com a dependência e criaria um capitalismo autônomo?

Historicamente, o atraso na Colômbia encontra boa parte de sua explicação nas já mencionadas frustrações das guerras de independência como revoluções sociais. Com a independência, os agentes da coroa espanhola foram substituídos por membros das elites locais nativas e a vida colonial chegou ao seu ápice, sem representar ameaça alguma para a sociedade tradicional¹⁵⁶. A recém-formada República nasceu e se cimentou sobre relações sociais baseadas na aristocracia da terra e em uma burguesia com privilégios comerciais (GARCÍA, 1972, p. 66). Este fenômeno foi possível, em grande medida, graças à imbricada teoria racionalista que respaldava a prática dos direitos adquiridos por meio de títulos. Com a independência, a América Latina firmou seu compromisso com o atraso, fundamentando este no mesmo sistema econômico colonial, mas agora dominado por membros da própria região e

¹⁵⁵ O setor mais atrasado nos países da América Latina é o latifundiário. Sua estrutura se baseia em uma concentração senhorial de propriedade sobre a terra e um uso extensivo dos recursos (GARCÍA, 1972, p. 122).

¹⁵⁶ As novas formas de modernização econômica e institucional não modificaram nenhuma das estruturas tradicionais: as enriqueceram ainda mais e as estabilizaram. Neste processo, consolidado na segunda metade do século XIX, as novas burguesias latino-americanas praticavam um liberalismo que não interferia em seu desejo conservador quanto ao *status quo* (GARCÍA, 1972 p. 67).

reforçado por um Estado acomodado pelo caudilhismo e pela oligarquia (GARCÍA, 1972, p. 67 e 187).

Na Colômbia, houve mudanças especialmente importantes que, por sua vez, manifestaram o desejo de substituir velhas estruturas atrasadas de dominação. Não obstante, a magnitude destas alterações não foi suficiente para remover as anquilosadas estruturas de dominação senhorial, o despreço por territórios estratégicos como o Amazonas ou o profundo desequilíbrio de crescimento entre as regiões¹⁵⁷ (GARCÍA, 1981c, p. 15).

Uma das expressões da estrutura colonial que a América Latina não superou é o latifúndio. Este opera como obstáculo para o desenvolvimento, devido não apenas à sua obsolescência histórica, como puderam comprovar os países capitalistas e socialistas, mas principalmente por se tratar de uma estrutura cuja natureza não está desenhada para funcionar dentro de uma economia nacional em desenvolvimento. Seu esquema colonial é autárquico e insensível a propósitos de industrialização via movimentos sociais, de transformação camponesa ou de construção de um novo Estado (GARCÍA, 1972, p. 201).

Falar de latifúndio implica ter clara uma diferença a respeito de sua concentração. Um cenário é aquele onde o latifúndio é funcional à organização de economias de produção de grande escala, já que a posse agrária se encontra em mãos empresariais (concentração empresarial), e outro bem diferente é o que se configura quando o latifúndio se encontra concentrado em estamentos senhoriais (concentração senhorial). No primeiro caso, a posse agrária extensiva faz parte de uma ideologia capitalista que considera a terra como um bem de produção; já no segundo, a propriedade agrária se torna um pilar da ideologia senhorial e um elemento de dominação e poder (GARCÍA, 1972, p. 205).

¹⁵⁷ Um breve resumo destas mudanças pode ser estabelecido partindo da formação regional da Colômbia no começo do século XIX. No país, reconheciam-se dois eixos principais: o Cauca, zona latifundiária que abarcava quase metade do território nacional, e Santander, formado principalmente por minifúndios e berço da revolução dos “comuneros” – esta ocorria na época colonial, contra a soberania do rei.

Por volta de 1840, sobreveio uma das principais transformações territoriais do país: a colonização antioqueña (criadora de uma economia agrícola de mercado baseada na exportação direta da terra com fins de exportação) que se baseou em uma economia familiar do café, e cujos camponeses colonizaram terras por iniciativa própria, e não por uma intencionalidade de reforma agrária proveniente do Estado. Por outro lado, foi o papel das guerras civis entre os dois partidos tradicionais a raiz da criação da Constituição de 1886, e sobre a qual já falamos anteriormente. Como resultado disso, de 1840 ao fim do século XIX, a recomposição geográfica deixou como resultado um novo território que propende pela construção de formas modernas de mercado e comércio. Constitui-se então a zona do antigo Caldas.

Finalmente, há uma recomposição importante mencionada por García no transcurso dos anos 1920, com a transformação que precisou ser assumida diante da crise mundial. Isto expandiu os setores primário-exportadores (café, banana e petróleo) e dotou o país de novas vias de comunicação, assim como de infraestrutura urbana. Fatos já anteriormente analisados, como a guerra com o Peru e a situação que atravessava a economia mundial, levaram a Colômbia a voltar seus olhos para a região do Amazonas e às planícies orientais, para finalmente, na década de 1970, poder falar que existia um desenvolvimento de quatro cidades principais no país: Bogotá, Medellín, Cáli e Barranquilla (GARCÍA, 1981c, p. 10-13).

Nesta direção, em meados do século XX, García argumenta que enquanto a capacidade de decisão se encontra majoritariamente na cabeça dos grandes proprietários de terra, que controlam a intermediação comercial e o sistema de financiamento à custa do moderno empresariado industrial, a industrialização não pode operar independentemente como propulsora e força motora do desenvolvimento (GARCÍA, 1972, p. 223).

O panorama deste período não pode ser mais desolador. O Estado se desmorona e se atomiza, os partidos não têm programas e atuam de forma oportunista, os sindicatos não têm a capacidade de criar consciência nas classes trabalhadoras, as cooperativas não podem criar laços e redes, bem como as oficinas, fazendas e microempresas. Em síntese, não é o advento de uma revolução não capitalista, mas de uma oligarquia capitalista (GARCÍA, 1949, p. 154).

Por que, então, falar da República? Por que falar de planificação da economia para assegurar a vida e o trabalho da nação? Por que aspirar a uma 'democracia melhor', racional, justa e orgânica, se o povo perdeu o controle de seu próprio destino? Se o estado é uma recompensa para cada facção que sai vitoriosa das urnas, a política é a estratégia de aquisição do Estado como recompensa, e a tática de administração privativa de seus órgãos para o enriquecimento privado, [...] por que arriscar capitais e esforços na formação de uma indústria pesada, na renovação dos transportes, na criação de uma indústria nacional petrolífera, na ampliação das plantas industriais ou dos aparatos de distribuição, se enquanto se obtém 20 ou 50% no trabalho diário e difícil, a simples utilização de um palanque de governo produz 500 ou 1000%? Para que se consumir no trabalho da terra, se a política pode dar em um dia o que o solo não consegue produzir em uma geração de trabalho? Para que investigar, para que conquistar duramente uma cultura, para que descobrir novos caminhos para a toda a comunidade, se nada vale tanto como o controle político de uma parcela do Estado? (GARCÍA, 1949, p. 156).

Uma vez estabelecida a diferenciação entre atraso e subdesenvolvimento, García identifica duas grandes correntes formais de pensamento que se dedicaram ao estudo deste último. A primeira, de inspiração rostowiana¹⁵⁸, obedece à noção que assume o subdesenvolvimento como uma etapa prévia e um pré-requisito para o desenvolvimento, definindo-o como uma situação de carência de recursos basicamente de capital e tecnologia. Em consequência, as formas de superação deste tipo de concepção de subdesenvolvimento estão relacionadas com a transferência de tecnologia e com a regulação interna através da política fiscal, que permitem reordenar a distribuição da renda e acelerar a poupança¹⁵⁹ e o investimento domésticos¹⁶⁰.

¹⁵⁸ Walter Whitman Rostow é talvez o principal economista norte-americano. Baseando-se na firme crença no mercado, propõe um modelo de crescimento econômico estruturado em etapas, cuja fase final é o consumo em massa.

¹⁵⁹ O problema da poupança e do investimento não é simplesmente uma questão de escassez, como defendem Rostow, Smith ou Keynes, mas tem a ver com sua localização funcional e os objetivos estratégicos que persegue.

¹⁶⁰ Embora conceitualmente este enfoque tenha sido muito aceito, parte de pressupostos que de constituem obstáculos dificilmente superáveis: 1) a segurança com que capital e tecnologia vão ser importados ao país; 2)

A segunda é a noção com a qual se identifica Antonio García. Esta consiste em uma crença balizada pela crítica, pela multidisciplinaridade e pela visão holística da sociedade, a qual implica não somente um esforço cognitivo e de reflexão, mas de levar a cabo ações reais que busquem romper ou modificar as estruturas históricas, tanto internas quanto externas, que impedem a construção de um desenvolvimento nacional independente. Isto se obtém quando toda a sociedade expressa em seus diferentes grupos, identifica-se nos mesmos objetivos coerentes e planejados que obtenham recursos consistentes, não necessariamente ausentes, de forma racional e para a consecução de objetivos e necessidades de projeto coletivo de vida nacional. O tipo de modelo foi conhecido e estudado sob três denominações principais: capitalismo dependente, capitalismo do subdesenvolvimento e capitalismo subdesenvolvido (GARCÍA, 1981c, p. 102).

Uma visão do subdesenvolvimento deste tipo logicamente reconhece que dentro dos maiores erros em que incorreu a política do desenvolvimento se encontra o de pensar que pode ser alcançado por partes através da implementação de políticas focalizadas e que o conjunto destas decisões (como uma colcha de retalhos) se transformará espontaneamente em desenvolvimento, colocando os países imediatamente sob uma senda falsamente esperançosa, outorgando-lhes o status de *país em desenvolvimento* (GARCÍA, 1981c, p. 108).

Estes erros de perspectiva conduzem a que os efeitos do modelo de capitalismo subdesenvolvido e dependente sejam a concentração contínua de recursos tecnológico-financeiros nas áreas metropolitanas o empobrecimento das regiões marginais que carecem não apenas de recursos, mas de formas de pressão econômicas e políticas que lhes permitam participar de um Estado cuja definição mesma seja de tipo oligárquico (GARCÍA, 1981c, p. 15).

Além desta estreiteza e urgência para abordar os problemas, o subdesenvolvimento também se nota, primeiro, na falta de clareza acerca dos critérios utilizados para medir o desenvolvimento; segundo, na falta de uma interpretação holística dos coeficientes de desenvolvimento; e terceiro, no uso inadequado dos instrumentos conceituais. Sobre isso, pode-se sintetizar sua problemática abordando seus aspectos centrais.

Em relação aos critérios, no caso colombiano, o país confunde os problemas estruturais com os de conjuntura ou transitórios. Ou seja: se concebe o país como uma série de setores fragmentados aos quais podem se oferecer soluções parciais. O erro deste tipo de

o fato de que as classes dominantes estão dispostas a redistribuir a renda, ceder o controle sobre os lucros e se submeter a reformas tributárias; 3) o pressuposto de que o desenvolvimento pode ser obtido diminuindo a importância da problemática social e a incorporação das classes sociais às decisões que implicam a transferência de padrões de desenvolvimento estrangeiros (GARCÍA, 1981c, p. 102).

política é tanto quantitativo, no sentido da omissão do tamanho da escala da operação nacional, como qualitativo, na pretensão de solucionar com políticas específicas os problemas de estrutura.

Quanto aos indicadores de desenvolvimento em sua versão holística, o problema analisado consiste em que se desvaneceu a ideia de que tanto o desenvolvimento quanto o subdesenvolvimento são conceitos históricos, e não valores absolutos. Isto revela claramente que sua análise requer observar as estruturas desde o quantitativo e qualitativo, simultaneamente. A América Latina conserva uma crença errônea ao pensar que certos indicadores, como a taxa de crescimento do PIB, o nível de renda per capita, a taxa de investimento, entre outros, são indicadores de desenvolvimento. Nos países desenvolvidos, estes índices medem uma evolução econômica das mudanças em curto prazo das economias, mas não se pode pretender que estes sejam os padrões de desenvolvimento de uma nação, pois, ao contrário, se tornariam encobridores do subdesenvolvimento.

No entanto, este não é o único erro. O outro elemento que deve ser levado em conta é o de que os indicadores são válidos em contextos específicos e dentro de certas condições estruturais. Ao contrário, a comparação numérica se desvirtua em casos tais como a comparação de rendas per capita entre países com tamanhos populacionais altamente diferentes, ou a comparação de indicadores de crescimento do PIB ou do investimento em economias que estão no começo de um processo de industrialização frente a outras em que estes mesmos processos atravessam sua fase de maturidade (GARCÍA, 1981c, p. 89).

Finalmente, o problema do uso dos conceitos econômicos levanta as dificuldades experimentadas na Colômbia e na região quanto ao absolutismo que se criou ao redor do conhecimento econômico, ao lhe amputar a contextualização espaço-temporal que sua aplicação requer, e transpô-lo diretamente sobre as realidades históricas. Isto ocorre, primeiro, pela incapacidade de diferenciar método de resultados, e de converter o pensamento econômico em um dogma. Segundo, por não ter presente que as ciências sociais expressam as ideologias, os sistemas de valores, ou seja, racionalizam os interesses, expressam o olhar de uma sociedade sobre si mesma e sua inter-relação com outras nações. Terceiro, por perder de vista o olhar integral do social, ao substituí-lo por uma fragmentária seccionada em campos de conhecimento (GARCÍA, 1981c, p. 92).

Em relação ao conceito de crescimento, ao longo da década de 1970, García criticou a visão de um modelo de desenvolvimento limitado exclusivamente a este tema, tanto na

América Latina como no caso colombiano¹⁶¹. Segundo ele, esta forma de conceber os avanços econômicos implica incorrer em custos sociais e políticos altos demais, o que, em outros termos, leva a atrasar as possibilidades de desenvolvimento global das sociedades latino-americanas (GARCÍA, 1981c, p. 81). Para o autor, isso não apenas significa que o tema do desenvolvimento é deixado de lado, mas que o modelo de crescimento econômico é contra o próprio desenvolvimento. De acordo com esta interpretação, não se trata de negar as mudanças no modo de produção, nos mercados, na acumulação, no contato com a tecnologia estrangeira, mas de ressaltar que o crescimento da renda per capita não trouxe condições favoráveis em termos de bem-estar à sociedade, dado que o crescimento se sustenta em uma população que em conjunto mantém um baixo nível de vida devido ao sistema de baixos salários e à exploração quase gratuita dos recursos naturais renováveis, o que, ao que parece, constituía a vantagem comparativa dos países periféricos no começo da década de 1990 (GARCÍA, 1981c, p. 82).

De acordo com o que foi afirmado, o problema essencial do desenvolvimento é sua própria concepção, já que esta define os limites dos modelos de crescimento na práxis histórica (GARCÍA, 1981c, p. 84), o que significa que aqueles que exercem o controle sobre os aparatos de poder econômico e político não têm uma perspectiva histórica do tempo, nem uma concepção nacional de espaço, tampouco uma consciência geográfica de classe, limitando-se aos seus precários e estreitos espaços de classe e empresa (GARCÍA, 1981c, p. 86). De uma perspectiva dialética, o subdesenvolvimento não é a impossibilidade de crescimento econômico, mas um tipo histórico de crescimento econômico sem desenvolvimento (GARCÍA, 1981c, p. 90).

¹⁶¹ Este modelo de crescimento econômico se circunscreve em uma ideologia liberal, que expressa a maneira como existe a sociedade colombiana. Este modelo pode ser analisado através de seu estudo em quatro momentos: 1) o período que começa após a I Guerra Mundial, caracterizado pela substituição da República Senhorial por um sistema nacional de mercado ou de abertura agrícola de exportação. Nestes primeiros 20 anos do século XX, o país fez um esforço surpreendente na construção de infraestrutura, que ligou territórios antes isolados; 2) os anos da Grande Depressão, que estourou em 1929. Ou seja: a época do modelo de substituição de importações, período no qual é promovida a industrialização nacional orientada para o mercado interno; 3) a etapa que inicia após a II Guerra Mundial, quando as transnacionais estrangeiras controlam o processo de substituição de importações de bens intermediários e de capital destinados ao mercado doméstico e na que novos produtos agrícolas diversificam a oferta produtiva nacional, a qual se localiza em terras planas antes não utilizadas; 4) finalmente, encontra-se o período localizado por volta da década de 1940, na qual o bipartidarismo toma controle do Estado se formam corporativamente dois grupos de poder que dominariam o mercado interno e obteriam uma taxa acelerada de acumulação. Neste período, se estabeleceriam as alianças entre interesses estrangeiros e nacionais através da consolidação das transnacionais no país (deixa-se para trás o modelo de economia de enclave), determinando por sua vez os padrões do comércio internacional (GARCÍA, 1981c, p. 93).

5.3.4 Desenvolvimento

Tendo como ponto de partida as interpretações de atraso e subdesenvolvimento de García, o desenvolvimento é, grosso modo, uma sociedade poder mudar suas condições históricas de vida (GARCÍA, 1981c, p. 86). É o resultado histórico de um processo global de mudanças econômicas, sociais, culturais e políticas que, a partir da dinamização e repressão das forças sociais e produtivas, constrói uma nova sociedade de acordo com o que ela deseja ser (GARCÍA, 1972, p. 48).

O desenvolvimento, para o autor, não é uma noção convencional e formalista, mas o resultado global de uma estratégia revolucionária. É um processo dinâmico, efeito de uma revolução interior ou industrial (GARCÍA, 1972, p. 16), que não se pode enquadrar em modelos. Neste sentido, é impensável crer que o atraso possa ser superado com a adoção de arquétipos. O desenvolvimento é a ferramenta e estratégia que torna viável o rompimento das relações de dependência, e esta ação é o ponto de partida para sair do atraso. O desenvolvimento, em última instância, contém o problema da autodeterminação nacional.

O desenvolvimento não é a manipulação da equação poupança/investimento ou a modernização tecnológica, mas um processo contraditório que modifica as relações de dominação e dependência que, se apropriando de seus próprios recursos em busca de um objetivo estratégico, constrói uma nova sociedade sob qualquer face ideológica (GARCÍA, 1972, p. 47).

O desenvolvimento, então, está ligado a revoluções, à formação da nação e à planificação desta. No entanto, García se detém no significado e no uso das palavras. García argumenta que o “nacionalismo” e a “revolução” (entendida como a necessidade de superar as estruturas atrasadas através de modelos próprios que passam pela industrialização) carecem de significado e fundamentação teórica, porque estes termos foram associados ao comunismo e suas esferas de influência ideológica.

A crítica de García sobre o método comunista aponta na direção de que ele se consolidou como uma escolástica de esquerda cujo máximo expoente é a antiga União Soviética, cobrando o caráter de um método de subordinação aos interesses, ao poder e às promessas messiânicas de tal nação. Outra crítica adicional é a de que o receituário marxista virou um dogma capaz de ser aplicável a qualquer contexto e nação. Para o autor, estas são talvez as principais razões pelas quais os desenvolvimentos doutrinários relacionados ao termo “revolução” contêm o estigma deste comunismo com pretensões hegemônicas (GARCÍA, 1995, p. 65).

Para García, assim como o capitalismo dos países desenvolvidos não pode ser o mesmo dos países atrasados, o modelo de estado soviético também deve ter sua própria versão latino-americana adaptada às suas necessidades e objetivos, sem cair nas contradições estatais da União Soviética, que representava os interesses da Rússia e mostrava contradições, como promulgar a paz enquanto, para certos interesses, instigava a guerra (GARCÍA, 1995, p. 69).

A ideologia revolucionária fracassa como modelo para criação de uma perspectiva autônoma nos países periféricos e romper com o colonialismo ideológico. Isto não implica, para García, de maneira alguma, que a ideologia liberal seja a saída, dado que esta só serviu para implantar o regime do desperdício de recursos produtivos. Isto é impossibilidade de desenvolvimento, já que não há formação técnica do trabalho, os capitais seguem a guia mercantilista de maximizar lucros e as classes oligárquicas se resguardam nos princípios do direito adquirido, livre e soberano (GARCÍA, 1995, p. 71-75). Assim, para García, tanto o comunismo quanto o capitalismo são dois preconceitos dominantes, dos quais surge a necessidade de libertar-se para poder formar o tão importante sistema de defesa, para o qual o autor tão repetidas vezes faz um chamado impostergável¹⁶² (GARCÍA, 1995, p. 195).

Na Colômbia, o desenvolvimento é um tema surgido no começo do século XX. Embora antes existissem classes sociais impulsionadas pelas exportações e pelo auge do mercado interno, o desenvolvimento é frustrado pela incapacidade das classes altas e populares em assimilarem e entenderem os problemas da revolução industrial e do desenvolvimento. Longe de atuar como forças dialéticas que impulsionem o desenvolvimento, ambas reforçaram a estrutura do atraso (GARCÍA, 1972, p. 80).

O desenvolvimento é um processo histórico, conflitivo e complexo, e implica necessariamente a subordinação dos recursos a um projeto de sociedade (García, 1972, p. 49), que vai além dos aumentos do nível de poupança¹⁶³, investimento e produtividade. Afinal, se o desenvolvimento fosse obtido apenas com os citados aumentos, para que a América Latina se desenvolvesse bastaria alcançar o que García chamava de “colônia próspera”.

¹⁶² Importar os modelos liberais ou comunistas na América Latina conduz a um erro. Enquanto o liberalismo econômico, na América Latina, é uma ideologia das classes dominantes, na Europa Ocidental foi uma ideologia burguesa frente aos sistemas absolutistas do poder real ou das aristocracias feudais. Por sua parte, o comunismo, nos países atrasados da América Latina, formou uma ideologia ritualizada de classes médias e elites operárias, mas na Europa sustentou os ideais de um proletariado organizado e originado na revolução industrial. Neste sentido, nem um, nem outro, podem resolver os problemas do atraso na região, porque se encontram desvinculados da história dos países dependentes (GARCÍA, 1972, p. 19).

¹⁶³ Vale à pena mencionar que, na obra de García, poupança não é o mesmo que investimento, nem o investimento são atraídos espontaneamente pela existência de uma estrutura produtiva. Estes recursos podem financiar o consumo de luxo, a especulação com terras, operações de comércio exterior, interior, infraestrutura etc.

Um conceito de grande importância usado por Antonio García para explicar a falta de desenvolvimento da América Latina é o de “formas econômicas misturadas”. A afirmação é de que as formas econômicas e as relações de produção constituídas na América Latina não correspondem às que trouxeram os conquistadores espanhóis, tampouco às formas nativas, mas uma mescla, uma mistura entre umas e outras, o que produziu como resultado um tipo de relações de produção novas e diferentes às que lhe deram origem. Portanto, as formas econômicas mescladas constituem uma novidade (Sabogal, 2004).

Entretanto, influenciado pelo marxismo, García não reivindica as formas mescladas como válidas para a América Latina, pois as considera atrasadas. Ele defende sua superação através de relações de tipo capitalista. García considera condição *sine qua non* para o desenvolvimento a eliminação de todo e qualquer vestígio de economias não capitalistas, incluindo, claro, as formas mescladas (SABOGAL, 2004).

Por outro lado, embora García defenda a industrialização e as formas capitalistas,

... É expoente de um moderado socialismo democrático, ou seja, um capitalismo dotado de ampla intervenção estatal, que buscava tornar mais democrática uma sociedade que apresentava claros traços de servidão combinados com fortes empresas e sociedades de capitalistas e comerciantes (KALMANOVITZ, 1985a).

Assim, as estratégias de García conduzem a um desenvolvimento latino-americano que tendia a ser obtido pela região. Isso, em última instância, poderia superar as relações capitalistas de produção e avançar rumo ao socialismo.

Antonio García não estabelece, portanto, uma ruptura abrupta com o desenvolvimento independizante e o socialismo, mas sim defende que o primeiro conduza ao segundo (SABOGAL, 2004). No entanto, o autor ressalva que não pode existir desenvolvimento em uma nação enquanto suas classes e grupos mais fortes estejam organizados de forma corporativa, transformando o poder econômico em político, e cujos trabalhadores e consumidores se encontrem disseminados ou associados em instituições de caráter não orgânico, sem uma estratégia política, nem contem com mecanismos de poder e decisão (GARCÍA, 1948, p. 88).

Quanto às estratégias para o desenvolvimento, é possível identificar alinhamentos gerais propostos por García que se filiam à construção de uma teoria do desenvolvimento para a América Latina. Os mesmos podem ser resumidos em: 1) a elaboração de uma análise crítica da teoria econômica geral, particularmente a europeia; 2) o estudo histórico, social e cultural dos fenômenos latino-americanos; 3) a formulação dos princípios teóricos

alternativos para a realidade particular; e 4) a formulação de estratégias de desenvolvimento ajustados ao caso da América Latina (SABOGAL, 2004).

5.4 A IDEOLOGIA DA DEPENDÊNCIA

O balanço traçado por García sobre o desenvolvimento capitalista colombiano no rescaldo da década de 1970 se resume a uma profunda crítica que identifica, por um lado, um ordenamento estatal e corporativo¹⁶⁴ de estruturas oligárquicas¹⁶⁵ nas atividades rurais, industriais, bancárias, das sociedades de capital e das formas burguesas e proprietárias de terras, e, por outro, a propensão a descapitalizar o Estado, contraindo a capacidade produtiva, o que redundava em um desequilíbrio entre a população economicamente ativa e o potencial de ocupação do país (GARCÍA, 1977b, p. 53).

A estrutura de tipo oligárquico¹⁶⁶ pode ser reconhecida para além da elevada participação de setores corporativos hierarquizados¹⁶⁷ (os quais García assinala como obstáculos ao desenvolvimento nacional, dado seu poder excessivo), pela alta concentração da propriedade sobre o capital, pela existência de hegemonias familiares, por uma acelerada participação do investimento estrangeiro, por reduzidos espaços democráticos e pela precária participação dos setores populares (GARCÍA, 1977b, p. 79 e 89).

Dentro deste panorama, a impossibilidade de alcançar o desenvolvimento no século XX via indústria, na Colômbia, se explica pelo plano ideológico: a elite burguesa senhorial e com posse de terras se revela opressora em relação à burguesia industrial, demonstrando uma oposição ferrenha contra todas as formas de intervencionismo, contra a adoção de mecanismos de gestão e contra o desenvolvimento das grandes indústrias básicas nacionais, como a siderúrgica, metalúrgica, elétrica e petroquímica (GARCÍA, 1977b, p. 51). Ao manter um uso muito baixo da capacidade instalada deste tipo de indústrias (como no caso da

¹⁶⁴ A vulnerabilidade da estrutura corporativa reside no excessivo poder acumulado, que carece de uma maturidade ideológica para administrá-lo e orientá-lo até o desenvolvimento econômico, atendendo às necessidades de industrialização e justiça social (GARCÍA, 1977b, p. 88).

¹⁶⁵ A oligarquia na América Latina é uma superestrutura de integração da elite, onde confluem os grupos de poder, superando o esquema tradicional das classes sociais. A oligarquia não anula os conflitos internos dos grupos que a formam, mas obtém o objetivo de identificação ideológica dos grupos dominantes para conservar o sistema (GARCÍA, 1972, p. 259-260).

¹⁶⁶ A existência da estrutura oligárquica de poder nos países atrasados, para García, se fundamenta em três elementos básicos: 1) a resistência à integração e redistribuição emanada do Estado; 2) o desejo de conservar os baixos salários como mecanismo de obtenção de lucros; e 3) a proximidade com capitais estrangeiros, não por motivos de investimento, mas para obter segurança política (GARCÍA, 1972, p. 259).

¹⁶⁷ Entidades como a Associação Nacional de Industriais (ANDI), a Federação Nacional de Comerciantes (FENALCO), a Sociedade dos Agricultores da Colômbia (SAC), a Sociedade Colombiana de Pecuaristas, a Associação Colombiana de Companhias Seguradoras (ASECOLDA) e a Associação de Banqueiros.

siderúrgica Paz del Río) e subutilizando o potencial industrial, as frágeis empresas nacionais acabam sofrendo prejuízos, o que interessa à elite senhorial como argumento para defender a postura ideológica da minimização do papel do Estado nas economias (GARCÍA, 1977b, p. 56). Em razão disso, a crise se move entre a luta de duas forças contrárias: uma que mantém as velhas estruturas e outra que quer implantar novas formas de indústria e crescimento urbano (GARCÍA, 1977b, p. 94).

A ideologia sob a qual se desenvolveu o capitalismo dependente no caso colombiano foi, sem dúvida, no campo econômico, a do liberalismo¹⁶⁸. Na realidade, ela significou a cooperação silenciosa do Estado na outorga de monopólios, a fragilização da participação popular e o menosprezo pelo papel do Estado como estrutura fundamental para o desenvolvimento dos países atrasados.

A ausência de uma mudança de elite, da impossibilidade para formar uma burguesia nacional, da preferência pela manutenção do *status quo* e da permanência das economias de subsistência, que caracterizam os países subdesenvolvidos, têm uma explicação pelo ponto de vista sociológico: está no fato de que não existe uma única classe dirigente, mas vários grupos que se mantiveram na luta pelo poder através de uma estratégia de cooptação ideológica e imposição da força coercitiva do Estado. Estes grupos, ainda que diferentes (defensores do livre mercado anti-intervencionistas, ou do livre mercado utilizando o Estado e protecionista), mantêm uma semelhança por serem oligarquias que buscam o privilégio econômico e social sem abrir caminho para outros grupos sociais e sem contemplar a incorporação das transformações racionais e científicas experimentadas pelo mundo empresarial em outras localidades.

Uma ampliação dos elementos que incidiram para que a burguesia não pudesse se transformar em classe dirigente se encontra em “Atraso y Dependencia en América Latina”. O primeiro dos fatores tem a ver com o fato de a burguesia industrial e as classes dominantes partilharem interesses, tais como privilégios que lhes concedem poder e riqueza. O segundo é que comungam com um liberalismo que exclui o Estado e sua transformação. O terceiro é sua reiterada identificação com o investimento estrangeiro. Em quarto lugar, se encontra a total carência de sentido nacional e de ideologias desenvolvimentistas próprias, como resultado da alta proteção monopolista e os substanciais recursos derivados dessa forma de economia (GARCÍA, 1972, p. 115). A alta participação de renda foi uma miragem que levou a confundir tal situação com a de crescimento econômico. Este mesmo processo, para García,

¹⁶⁸ Por meio do liberalismo, se instalaram as hegemonias inglesa, primeiro, e norte-americana, depois, na América Latina (GARCÍA, 1972, p. 18).

as classes médias experimentaram na Colômbia ao confundirem crescimento com as melhoras em sua participação nas rendas e bem-estar das classes dominantes.

O fato de adotar as ideologias e acomodá-las a arcaicos sistemas senhoriais torna a indústria importante, mas dentro de uma estrutura senhorial¹⁶⁹, o que provoca que a falta de um determinismo por um capitalismo industrial, seja disfarçada com o argumento de que o Estado não deve intrometer-se nos assuntos econômicos. Em consequência, abortou-se o processo industrial colombiano, por um lado, ao forçar sua entrada e tratar de torná-lo compatível com modelos estrangeiros que vão de encontro às condições que exige uma economia industrial de tipo nacional e, por outro, porque nem sequer foi possível a superação de tais modelos, pois estes exigem revoluções prévias no campo político, econômico e social.

É o caso do processo industrial ocorrido na Colômbia em 1930. Apesar de todas as transformações internas que estimularam a crise externa, estas mudanças encontraram limites, no aspecto rural, no que se refere ao sistema de monopólios sobre a terra, os quais são um reflexo da ideologia vetusta que considera a terra como um fator de poder, de submetimento da gleba encomendada, e que finalmente pretende ver a terra enquanto bem final, como era o ouro para os metalistas (GARCÍA, 1967, p. 167). O sistema latino-americano de latifúndios¹⁷⁰ impede, para García, a evolução capitalista, enquanto tece uma estrutura social sem consentimento, uma estrutura de poder sem canais de participação democrática e estrutura empresarial sem vias de assimilação das normas racionais da revolução industrial (GARCÍA, 1967, p. 171).

A forma de manter a vigência dessa ideologia, no caso colombiano, foi silenciando a urgência de reformar a relação com o campo, utilizando paliativos e elementos que desviassem o foco da discussão e que impediram a revolução empresarial e a industrialização da nação, atropelando processos racionais e científicos já conquistados em nível global.

O que ocorreu no campo ideológico e permitiu que os países atrasados pudessem entrar em uma forma capitalista particular (o capitalismo dependente) é que, dentro desta fórmula híbrida, a postura ideológica das elites nacionais alienadas¹⁷¹ foi a do Estado liberal

¹⁶⁹ A sociedade senhorial se caracteriza por sua ordenação em estamentos. Banqueiros, industriais e comerciantes formam classes que, ao ter uma ideologia unificadora de cima para baixo, criam a lei do estamento social, onde cada grupo se isola em seu próprio estamento, dando de ombros à necessidade de articular-se em uma empresa de desenvolvimento nacional (GARCÍA, 1977b, p. 83). Isto é evidente a partir de 1956, quando a indústria não mantém uma relação orgânica, nas palavras de García, com o desenvolvimento nacional (GARCÍA, 1977b, p. 89).

¹⁷⁰ Não se trata de latifúndios feudais, nem tampouco de latifúndios burgueses capitalistas (baseados em uma estrutura empresarial), tal como expressa José Mariátegui e reafirma García.

¹⁷¹ A subordinação das elites latino-americanas às nações dominantes fez com que não se pudessem reconhecer na teoria clássica o que nela havia de ciência e de ideologia, a tal ponto que os países atrasados da região só começaram a planejar seus problemas estruturais por volta de 1930 (GARCÍA, 1972, p. 4).

frente os poderosos e o Estado de força diante dos frágeis (GARCÍA, 1977b, p. 100). Liberalismo econômico e absolutismo político¹⁷² convivem com este custoso e atrasado modo de vida. Dizer que a ideologia liberal foi adotada em geral pelos países periféricos, mas que esta se acomoda dentro do marco da dependência, significa que as elites atuaram de forma subordinada¹⁷³. Para García, uma das consequências mais graves a que isto leva é a perda da autodeterminação dos países atrasados (GARCÍA, 1977b, p. 98).

A forma fraudada do capitalismo colombiano, ou de um capitalismo dependente inspirado no liberalismo econômico, pode ser analisada observando a gestão do crescimento populacional. Neste caso, as burguesias da corte senhorial argumentam, sob a inspiração de Malthus, que o problema é o crescimento desmedido da população. Isso deixa de lado a explicação referente à falta de adequação dos fatores produtivos a um modelo de desenvolvimento de capital (GARCÍA, 1977b, p. 57). Nestes termos, o problema populacional dentro do capitalismo dependente não pode encontrar resposta no modelo de reprodução e ampliação do capital existente, mas tem que ser abordado dentro das realidades distorcidas de uma economia que se move entre duas forças contrárias: o processo capitalista e o reforço de estruturas rentistas. Nesta contenda, segundo García, o que se observar, afinal de contas, é que as camadas mais desfavorecidas da população progressivamente foram marginalizadas da renda nacional, experimentando tendências de queda em seus salários¹⁷⁴ reais (GARCÍA, 1977b, p. 59).

Na Colômbia, esta ideologia liberal se estruturou sob o programa da Aliança para o Progresso, exposto no capítulo 2, entrando em crise no começo da década de 1980. A causa se deve a que seus ideários de crescimento econômico per capita, baseados em reformas limitadas, sem uma transformação da estrutura de terras, rendas, regulações e consumos, não produziram os resultados esperados quanto ao emprego, inflação, salários reais, redistribuição

¹⁷² Pessoal, senhorial, institucional e oligárquico, com funções administrativas e repressivas, mas inepto para a ação econômica, a gestão, a regulação, o planejamento. Ditaduras como as de Haiti e Nicarágua, formas presidenciais centralizadas em um único chefe, como no caso da Colômbia, ou governos militares, como o da Argentina, são exemplos desse absolutismo do século XX, assim como o México de 1910.

¹⁷³ “As classes hegemônicas da América Latina foram transferindo seu poder e funções para a nação hegemônica, definindo-se assim a imagem de classes dominantes para dentro (isto é, operadoras e com o usufruto de estruturas de dominação social e econômica) e dominadas por fora (ou seja, articuladas ao sistema de dependência)” (GARCÍA, 1972, p. 85).

¹⁷⁴ Esta depreciação dos salários de camponeses e operários estrangulou o crescimento do mercado interno. Se não tivesse ocorrido desta forma, este mercado teria sido a alternativa para a indústria tradicional dos anos 1960, a qual via freadas as exportações dos produtos que agora eram capazes de fabricar, pois já não eram de interesse das economias estrangeiras (GARCÍA, 1977b, p. 89).

e participação dos diferentes setores sociais no tão ansiado crescimento, o que resultou em uma queda do PIB por habitante¹⁷⁵ (GARCÍA, 1981c, p. 106).

As estruturas sociais alienadas da América Latina formadas como oligarquias não reproduziram, então, as linhas ideológicas das nações metropolitanas de maneira totalmente fidedigna. Ao contrário, combinaram estas com suas próprias estruturas internas de dominação. Isso explica realidades como o fato de as oligarquias industriais serem partidárias da livre empresa, mas, por outro lado, exijam do Estado condições monopolistas para atuar no mercado interno (GARCÍA, 1972, p. 43).

Em breves linhas, a alienação ideológica apoiada no liberalismo pode ser definida nos seguintes eixos (GARCÍA, 1972, p. 87): a) o liberalismo foi adotado como uma série de ideias absolutas, e não como um sistema crítico de raciocínio; b) o liberalismo na prática representou uma ideologia de inibições; c) colocou a hipótese de que, devido à ausência e demora em sua adoção, a América Latina não pôde planejar a resolução do problema e o tipo de Estado que deveria criar; e d) o liberalismo constituiu o mecanismo por meio do qual as novas classes se anexaram ao capitalismo colonial, instaurando-se na América Latina não como uma ideologia criadora, mas como uma superstição.

O que o liberalismo encontrou na América Latina foi um território sem mandos espanhóis ou portugueses, mas com estruturas coloniais espanholas e portuguesas incólumes. Por isso, o liberalismo na América Latina, segundo José Medina Echavarría, faz parte de uma constelação originária desde os tempos de independência, ainda que esta ideologia seja contraditória e oposta à estrutura social fundamentalmente agrária dos países atrasados (GARCÍA, 1972, p. 91).

5.5 EMPRESA E ESTRUTURA AGRÁRIA DEPENDENTES

A hipótese sustentada por García quanto às empresas na Colômbia é a de que a estrutura tradicional da posse da terra, obstáculo principal ao desenvolvimento de uma moderna economia empresarial, qualquer que seja seu tipo (socialista ou capitalista) e o estudo da relação e da condicionalidade que uma impõe sobre a outra, requer um adequado método de estudo, que para o autor deve ser o sócio-político, dentro do marco da estratégia do desenvolvimento, e não o uso dos enfoques exclusivamente técnicos pela ótica da administração rural e da análise de custos (GARCÍA, 1967, p. 9).

¹⁷⁵ O desemprego entre 1970 e 1974, por exemplo, caiu em quatro pontos percentuais, mas sem levar em conta o subemprego e a emigração da mão de obra.

Tendo em conta a relação que surgiu entre a estrutura da posse da terra e a empresa, e considerando a meticulosidade com que García utiliza e muitas vezes redesenha os termos utilizados para outorgar-lhes um sentido e força particulares, é preciso definir, em primeiro lugar, o que autor entende por posse da terra. A *posse agrária*, segundo García, se define como um “sistema de relações jurídico-políticas de domínio sobre a terra, que adota diversas formas históricas. Uma fundamentada na propriedade (estatal, comunitária ou privada), e outras na posse precária (meação, arrendamento, ocupação sem título)” (GARCÍA, 1967, p. 12).

A partir da conceituação da posse de terra como relação de domínio é que García afirma que a empresa, em especial a agrária, não pode ser alheia à gestão da terra e do espaço físico, porque a estrutura da primeira se constrói não apenas quantificando a escala de produção, mas sobre o próprio quadro institucional tecido através da propriedade e do uso do solo. Além disso, García assinala que a empresa agrária não deve seu êxito à escala de produção. Ou seja: embora o conceito de escala seja um bom indicador na produção industrial, parecia não ser muito adequado para avaliar o desenvolvimento empresarial agrário (GARCÍA, 1967, p. 16).

O sistema empresarial pode ser visto como a confluência e inter-relação de três elementos: uma estrutura social e de relações trabalhistas; uma tecnologia e forma de uso dos recursos; e um sistema de vasos comunicantes com a economia de mercado, opinião política e fazenda pública – impostos, subsídios, investimento público, obras de infraestrutura. Portanto, a aplicação desses elementos ao contexto e realidades latino-americanas conduz à reconsideração dos indicadores da eficiência empresarial, em um espectro mais amplo, onde se possam medir o aspecto não apenas como os níveis de produtividade, mas também os graus de iniciativa e participação camponesa na renda agrária (salários, direitos, segurança social), o papel do setor primário nas mudanças culturais e tecnológicas, os tipos de relacionamento político com o Estado etc. (GARCÍA, 1967, p. 16).

Neste sentido, a terra e seus componentes econômicos, políticos, sociais e culturais determinam as formas empresariais. No entanto, a estrutura rural não se resume a isso, transcendendo as esferas e a ordem nacional. Na Colômbia, e na América Latina em geral, este conduto encontra-se interrompido pela quase nula participação camponesa em movimentos sindicais, cooperativos ou políticos, o que, em consequência, não lhes permite nutrir-se dos avanços das sociedades e serem mais produtivos, em consonância com as necessidades empresariais e do próprio país.

Existe uma correlação negativa entre concentração da propriedade e dos recursos e participação camponesa na renda rural, que, entre outros fatores, fazem com que não seja possível falar de desenvolvimento empresarial somente mudando as formas físicas da empresa e da terra sem alterar sua estrutura institucional e de poder (GARCÍA, 1967, p. 19). Esta estrutura de poder é, de fato, o elemento determinante na distribuição da renda.

O pano de fundo histórico disso repousa na reiterada repugnância das elites latifundiárias pelas reformas e os métodos contratuais de negociação com o campesinato. O costume forjou formas de relacionamento baseadas na faculdade de decisão unilateral do proprietário de terra sobre a população, inspiradas na forma política com que a metrópole considerou a colônia e na gestão absolutista das pessoas e dos recursos.

Pode-se afirmar, então, que o sistema colombiano foi estruturado sobre a base da terra, apesar do desenvolvimento industrial experimentado pelo país. Este fato tem transcendental importância, se levarmos em conta que este tipo de economia permeou não apenas a esfera econômica, mas determinou um tipo particular de relações sociais que permaneceram quase invariáveis desde a época da colônia, conforme mencionado (GARCÍA, 1977b, p. 45). Destarte, entender o processo capitalista na Colômbia é compreender um processo de desenvolvimento peculiar, que embora adote fundamentos capitalistas básicos europeus, funde-se dentro de um marco histórico de economia senhorial da terra, atravessando os pontos nevrálgicos do desenvolvimento do país. Esta é a limitação ao desenvolvimento capitalista que experimentou a nossa economia.

Neste sentido, o papel que a política da reforma agrária tem desempenhado foi discricionário, e historicamente utilizado para favorecer certos interesses. Um exemplo disso foi a tentativa frustrada, ocorrida em 1854, de redistribuição de terras a favor de artesãos e peões rurais, cujo lema era dar a terra a quem nela trabalhava. Esta revolução, conhecida como a das “sociedades democráticas”, encontrou obstáculo na aliança entre os partidos liberal e conservador, que impediram a reforma através do uso de força militar. Este foi o meio de contenção utilizado para evitar a aparente oposição a qualquer reforma que interviesse com o principal elemento de poder – a terra (GARCÍA, 1977b, p. 63).

Não ocorreu o mesmo quando, oito anos mais tarde, em 1862, abriu-se o caminho para uma reforma agrária chamada “confisco de mãos mortas”. Esta, ao contrário, não enfrentou obstáculos para sua aplicação e a facilidade de sua implementação pode ser explicada porque o confisco beneficiava os estamentos senhoriais da sociedade de então, já que tirava da Igreja latifúndios que estavam sob seu domínio, e comprava terras indígenas em troca de títulos desvalorizados do governo. Estas terras pararam nas mãos de exportadores e banqueiros, os

quais se somam como uma nova classe da estrutura senhorial que detinha o monopólio sobre a terra (GARCÍA, 1977b, p. 64). O auge deste processo chega com a promulgação da Constituição de 1886.

Outros exemplos mais recentes que mostram o cerco imposto a qualquer tentativa de reforma agrária são os casos da Lei 200, de 1936, no governo de López Pumarejo, ou o ocorrido no fim da década de 1950, quando, a pedido do governo da Colômbia, uma missão de especialistas norte-americanos apontou como solução para o problema das terras no país o maior investimento público em obras de infraestrutura que ampliassem a área de cultivo. Esta proposta se viabilizaria por meio da colonização de terrenos baldios localizados em zonas periféricas e serviria como cortina de fumaça para adiar a problemática da questão agrária colombiana (GARCÍA, 1977b, p. 75).

O atraso agrário no país careceu de uma abordagem e compromisso públicos que buscassem soluções estruturais e que fossem a fundo na problemática. Neste sentido, a obra de García assinala que duas fórmulas que mais fugiram que enfrentaram o problema da modernização agrícola. A primeira se refere a negociar com os proprietários de terra¹⁷⁶ ou dividir fazendas e grandes unidades de exploração em uma infinidade de minifúndios. A segunda tratou de observar o problema como uma questão superável através da colonização de terras, habilitação ou melhoramento dos solos.

Daqui se desprende uma série de políticas chamadas pelo autor de *fomentadoras*, no primeiro caso, ou *redistribucionistas*, no segundo. Se se tratasse de fomento, os múltiplos planos de crédito, melhoras de insumos, sementes, ampliação de cultivos, zonas de risco e reforma aos serviços do Estado já teriam conseguido avançar para o desenvolvimento do campo. Por outro lado, se fosse apenas uma questão de distribuição de terras, isto não asseguraria o progresso ao não garantir sua articulação com o sistema empresarial e industrial. A verdade é que, tanto uma como a outra, foram políticas que simplificaram, minimizaram e fragmentaram o mundo complexo da estrutura agrária e sua hierarquia de poder (GARCÍA,

¹⁷⁶ Para o autor, este não é um caminho factível, porque a reforma implica justamente romper com a estrutura de privilégios das classes conservadoras da América Latina. A reforma não significa necessariamente a adoção de formas violentas, tampouco é viável dentro de sua ideologia e institucionalidade em um sentido amplo da palavra, porque a mudança opera em níveis profundos, como passar de uma forma de produção quase autossuficiente a uma economia de mercado mais desenvolvida, da noção rentista da terra à sua concepção capitalista, da perspectiva da empresa como subproduto do monopólio sobre os recursos à visão nacional da empresa como centro dinâmico da propriedade sobre recursos de tipo produtivo, da economia de desperdício à de custos, do subemprego aos níveis mais altos de ocupação, da utilização extensiva da tecnologia ao uso intensivo da mesma, de modo que contraia a fronteira agrícola e se aumente sua produtividade, das formas sociais fechadas a uma aberta e com possibilidades de crescimento, e de mercados locais para um sistema nacional e internacional de mercado.

1967, p. 21). A extensa legislação em torno do tema é outro dos instrumentos que passou por cima das mudanças que necessita o setor rural para dinamizar as empresas agrárias.

Estas tentativas de superar os desajustes da estrutura tradicional sem romper com ela são uma expressão, inteiramente lógica, dos interesses sociais que conservam a hegemonia sobre os mecanismos da representação política da aristocracia latifundiária, mas também dos grandes proprietários de terra e da burguesia associada (por convicção ou por investimento) a esses interesses. Estes esforços tradicionais projetam uma lógica social, mas revelam também duas coisas: a ineptidão empresarial das classes proprietárias de terra e sua ineptidão política frente às necessidades de reforma. Embora não se pudesse negar o papel desempenhado nos processos de modernização empresarial (em termos microssociais), o essencial é que não puderam resolver a explosiva problemática do desajuste, a enorme dilapidação dos recursos físicos e institucionais, a baixa produtividade, a miséria rural e as tensões acumuladas em uma gigantesca repressão de subversão camponesa (GARCÍA, 1967, p. 29).

Sendo coerente com o diagnóstico do professor García, é inapropriado, no caso colombiano, pensar em reforma agrária como um produto das pressões camponesas sobre a terra, ou que a modernização tecnológica do campo seja uma consequência direta do crescimento econômico, bem como a criação da indústria de transformação (GARCÍA, 1967, p. 30).

Além disso, a discussão entre industrialistas e fisiocratas, ou entre defensores da “indústria para desenvolver o campo” e a “reforma agrária para chegar à industrialização”, para García, carece de sentido. Não existe tal causalidade, mas sim uma relação dialética entre indústria e campo. Neste sentido, o autor afirma que a reforma agrária é quem cria as condições *sine qua non* para a industrialização orgânica, mas que o processo industrializador é o motor da reforma agrária (GARCÍA, 1967, p. 30). Para ele, a redistribuição da terra é o ponto de partida necessário da reforma agrária, mas não seu ponto de chegada (GARCÍA, 1967, p. 251).

Se os fatores que atravessam o problema agrário se entrelaçam, a reforma não é um capricho, uma tendência a ser seguida, uma ideologia de vingança ou desejo de opressão por parte das classes pobres sobre as abastadas, tampouco um modelo de paternalismo estatal, mas sim uma estratégia de integração e participação coletiva, incluindo o Estado, que busca a transformação do campo superando suas formas arcaicas, improdutivas, de subutilização dos recursos e de empobrecimento contínuo (GARCÍA, 1967, p. 42).

É claro que dentro desta definição não cabem soluções como as que ajudaram países como Chile e México, os quais, segundo García, confundindo o latifúndio com a grande exportação agrícola, optaram por colocar limites máximos à propriedade sobre a terra, como

se a reforma agrária fosse apenas uma questão de limitar terrenos, esquecendo o conteúdo social que pretende transformar (GARCÍA, 1967, p. 42).

Ao contrário disso, existem outras estratégias, racionais e coerentes, como a dos Estados Unidos, onde, ao lado da reforma agrária, adiantou-se um processo de inovação tecnológica, impulsionando o trabalhador agrário para a compreensão e destreza empresarial; a medição e o cálculo; o processamento e análise da informação; o planejamento a médio e longo prazo; e à criatividade, com o fim de aumentar a produtividade. Nessas condições, os termos do problema agrário no norte do continente logicamente se transformaram (GARCÍA, 1967, p. 250).

Nos temas de inovação, ciência e tecnologia nas economias latino-americanas, García afirma que sempre estiveram na esfera tangencial do desenvolvimento, limitando-se a melhorar os processos de modernização empresarial em suas atividades operacionais e comerciais, e que na maioria dos países da região os aportes privados à pesquisa foram muito escassos (GARCÍA, 1967, p. 184-186). As dificuldades mais evidentes detectadas por García nos arredores de 1970 têm a ver com a exportação de mão de obra capacitada técnica e cientificamente, falta de recursos de investimento para pesquisa, separação entre ciência e sociedade, falta de aculturação e educação dos povos, que não conseguem transcender o formalismo do papel, o baixo ritmo de crescimento da inovação, que é amplamente superado pela taxa de aumento da população (GARCÍA, 1967, p. 189).

Através de um olhar retrospectivo, García sustenta que as mudanças empresariais na América Latina ocorreram de maneira frustrada, com curto alcance, e suscitadas do exterior tanto na época colonial quanto no século XX. Neste último foi por conta da imigração estrangeira (desde finais do século XIX nos países do cone sul) e das mudanças nos mercados internacionais do tabaco, café, carne etc. que se dinamizaram as primeiras tentativas de modernização. No caso colombiano, o estímulo veio das plantações de café¹⁷⁷.

Apesar deste avanço na criação de um mercado capitalista e na formação das classes médias rurais, o modelo de *plantation*, embora tenha representado aumento nos níveis de investimento e exportação, não conseguiu canalizar os benefícios e o excedente para propósitos articulados por meio de uma estratégia e um direcionamento. Como este sistema de produção não é guiado por um Estado que tome decisões que visem a objetivos planejados,

¹⁷⁷ A exportação de café em grão até finais da década de 1950 e começo dos anos 1960 apresentava quedas no preço produto, que passou a ser substituído pelo café solúvel, proveniente da África. Além disso, os termos do intercâmbio se mostraram desfavoráveis para o país, pois os preços dos produtos industriais importados pela Colômbia subiram, enquanto o preço do café nos mercados internacionais apresentou queda, e os países importadores do produto preferiram conceder benefícios tarifários às ex-colônias.

não forma uma classe empresarial moderna nem possibilita a acumulação de excedente para financiar a infraestrutura e indústria básica que supere a economia extrativista.

Se na república senhorial a posse de terras foi predominantemente latifundiária, depois da segunda década do século passado, a mesma se compõe, em grande parte, de inúmeros minifúndios superpovoados e localizados nas zonas menos valorizadas.

No entanto, o minifúndio não pode ser entendido neste período como parte residual do sistema rural, composto por populações indígenas ou subempresariais, mas como parte integrante do sistema latifundiário, já que eram cinturões de reserva de mão de obra ao redor dos grandes territórios¹⁷⁸ (com exceção de alguns que se mantiveram como territórios de subsistência, a maioria destes pequenos locais se integrou periféricamente ao modelo de abertura capitalista através do latifúndio, o qual operava como um mecanismo de engate sazonal).

A sujeição do minifúndio às grandes extensões de terra, junto com a sazonalidade descrita, contribuiu para evitar a formação de sindicatos e movimentos camponeses que reivindicassem melhorias salariais¹⁷⁹ (GARCÍA, 1986, p. 59). Além disso, sobre esta reserva de operários e camponeses é que está a possibilidade de acumulação. É sobre os esforços desta população que está grande parte dos excedentes da empresa rural, posto que o camponês complementa seu salário como operário com o cultivo de sua parcela, fuja das terras mais valorizadas ou ricas em recursos naturais, assentando-se nas de menor valor, conquiste terrenos baldios e assuma a total responsabilidade pela reprodução e sustento da mão de obra rural.

Como contrapartida a esta longa lista, dentro de um sistema capitalista manipulado como este, o camponês recebe uma renda baixa durante alguns períodos de tempo no ano. Esta organização limitada e parcial das relações entre empresa e proletariado constituem as barreiras que impedem taxas maiores de acumulação.

Também ao contrário do sistema senhorial, por aqueles anos, a posse da terra se transforma, já que não se conta somente a extensão e as condições físicas do terreno, mas outros fatores como os institucionais, de financiamento, tecnológicos e de mão de obra disponível também começam a determinar a composição da propriedade rural (GARCÍA, 1986, p. 55).

¹⁷⁸ A formação dos exércitos de reserva laboral, embora tenha impulsionado o crescimento dentro do capitalismo dependente, no fim do século XX havia superado a capacidade das economias periféricas em absorvê-los, convertendo-se em força propulsora à barreira de obstaculização (GARCÍA, 1986, p. 66).

¹⁷⁹ Esta estratificação social superou as fronteiras e se estendeu também pelo complexo sistema de graus dos trabalhadores no exterior, legais ou ilegais, sob a ideologia deformada que defende a liberdade de movimento para as coisas, mas não para as pessoas (GARCÍA, 1986, p. 60).

Estas formas de pensar a questão rural (longe de considerá-la um fator produtivo) fazem que com que nem o liberalismo, nem o populismo, tampouco as reformas agrárias, tenham podido modificar sua estrutura. Assim, García sustenta que ainda em tempos recentes, como na Colômbia entre 1960 e 1970, coexistiam duas formas de latifúndio: o antigo e o moderno. Estes, apesar de suas diferenças, se assemelham num aspecto: ambos mantêm uma sub-ocupação dos recursos físicos, especialmente da mão de obra (GARCÍA, 1986, p. 57).

Foi a exploração média da terra a que mais se aproximou das formas capitalistas da empresa agrícola. Isto, porque, conforme já anotado, por um lado, o latifúndio nada tinha a ver com a visão produtiva da terra¹⁸⁰, já que se ancorava e justificativa em fatores de poder. Por outro lado, o minifúndio não contava com os recursos necessários, permanecendo em um status de miséria¹⁸¹ (GARCÍA, 1967, p. 171).

Mais adiante, a América Latina experimentou o crescimento sem reforma agrária, iniciando o processo de industrialização antes de ter transformado sua estrutura (GARCÍA, 1967, p. 286). Aplica-se, então, o conceito reiterado de subdesenvolvimento, de acordo com a interpretação de García, desta vez ao contexto rural do país. Ou seja: a inadequação estrutural e a incapacidade, não tanto de gerar, mas de transformar os impulsos modernizadores em um sistema de crescimento sustentável com dinamismo interno e autônomo (GARCÍA, 1967, p. 105-107). A euforia do crescimento fez com que se menosprezasse o problema fundamental do campo, e que a industrialização se dirigisse para duas práticas: a primeira tratou de trazer valor agregado aos bens primários, através da integração das atividades agrícolas e manufatureiras, como no caso da carne e do tabaco; a segunda gravitou em torno da conhecida substituição de importações. A ideia, ali, era substituir a importação de matérias-primas ou de bens baseados nelas em caso de obtenção de vantagem na sua produção (GARCÍA, 1967, p. 108).

Conforme já exposto, com o fim da II Guerra Mundial, a entrada das corporações transnacionais realizou mudanças significativas nas economias dependentes, tais como a alteração das importações – agora para bens de mais valor e tecnologia, provocou desequilíbrios nas balanças de pagamentos que tiveram como efeito o maior endividamento externo dos países, permitiu a importação de excedentes agrícolas provenientes do exterior, viabilizou o aprofundamento de mercados regionais para produtos de firmas internacionais,

¹⁸⁰ Os aumentos no produto da terra se deveram à expansão da área cultivável enquanto esta durou.

¹⁸¹ No entanto, os países desenvolvidos, dos anos 1930 aos 1960, passavam por um processo de elevação do produto agrícola, redução da área cultivada, aumento da produtividade da terra e dos trabalhadores camponeses. Tudo isto devido à transferência de tecnologia industrial para a agricultura.

como o químico e o farmacêutico, e abriu a possibilidade de ampliação das exportações de bens manufaturados com alto conteúdo de trabalho, como os têxteis (GARCÍA, 1986, p. 53).

No campo, estas transnacionais reduziram ao máximo a participação dos produtores na renda agrícola e modificaram as relações campo-cidade, distanciando as manufaturas da agricultura e abrindo uma brecha entre a produção agrária internacional e a de destinação nacional.

A implicação mais importante é que economicamente o campo se subordinou à estrutura urbano-industrial e, no aspecto social, as economias camponesas ficaram à margem, restringindo sua atividade produtiva para o mercado local. O modo de produção agrário se subdivide entre um moderno e outro de subsistência. Isto afeta drasticamente não apenas a quantidade de produto, mas as relações e a distribuição da renda rural, ao levar em conta, por exemplo, que mulheres e crianças não recebem remunerações diretas pelo seu trabalho na agricultura familiar (GARCÍA, 1986, p. 54).

Neste sentido, a exportação de manufaturas deve-se primordialmente à especialização do trabalho, às vantagens comparativas, à política de exportar barato e aos processos de integração regional, mais que a uma conquista das burguesias industriais (GARCÍA, 1986, p. 53).

É nesta mesma época, depois da II Guerra Mundial (segunda fase do capitalismo dependente), que as empresas transnacionais, que antes haviam sido proprietárias diretas da terra e de culturas como a do açúcar, se associam ao Estado e às comunidades camponesas, controlando os mecanismos de comercialização e transferência de tecnologia (GARCÍA, 1986, p. 77). Sob este sistema capitalista urbano, cujo núcleo é a indústria manufatureira, é que se formam os padrões que definem o papel do campo principalmente como provedor de mão de obra barata e desorganizada¹⁸², e de matérias-primas sem valor agregado (GARCÍA, 1986, p. 79). A relação de preços que antes havia sido construída entre metrópole e colônia agora se repete no esquema cidade-campo, transformando-se, mas permanecendo de fundo o conceito de dependência¹⁸³.

Para García, a associação da empresa capitalista agrária com as economias camponesas às quais nos referimos, não teve, de maneira alguma, as implicações modernas de

¹⁸² A desorganização é tamanha que os salários variam de acordo com fatores como a localização regional, e não por diferença de produtividade.

¹⁸³ Na interpretação de García, os programas de assistência financeira introduzidos pelos países dominantes através de organismos internacionais, como o Banco Mundial, são políticas deliberadas para ampliar a parcela de exploração familiar e vincular as economias camponesas ao mercado tecnológico das transnacionais. Isto revela o verdadeiro sentido das reformas agrárias com propósitos de modernização capitalista em países como o México e a Bolívia (GARCÍA, 1986, p. 82).

processos dos desenvolvimentos capitalistas que ocorreram em países desenvolvidos. No contrato, os salários não obedecem a recompensas por produtividade, não existem sindicalização e organização operária¹⁸⁴. A vida do camponês exerce, então, um duplo papel: o de operário agrícola, quando a sazonalidade dos cultivos requer, e o de camponês de subsistência, quando o sistema o expulsa de seu entorno de minifúndio. Isto explica as migrações temporais dos camponeses às cidades e também os êxodos dos mesmos aos mercados internacionais de trabalho rural (GARCÍA, 1986, p. 80).

Fundamentado neste diagnóstico histórico do atraso, no livro “Reforma Agraria y Economía Empresarial en América Latina”, publicado em 1967, García observa três tendências claras no tema rural colombiano: a queda na participação do país nos mercados mundiais de produtos primários, a propensão a ser uma nação importadora de arroz e trigo (quando a Colômbia possuía terras aptas para sua produção), e da deterioração dos termos do intercâmbio, financiado com crédito externo (GARCÍA, 1967, p. 113).

5.6 O ESTADO DEPENDENTE

Ao longo da obra de Antônio García, é inegável o fato de que uma das causas de a América Latina não ter obtido um mínimo de independência econômica é a carência de uma organização estatal (GARCÍA, 1948, p. 276). Entre as causas que influíram nesta ausência do Estado encontram-se: o sistema de representação bipartidarista, que dividiu a opinião popular; a sobrevivência de um sistema financeiro com predomínio de receitas via rendas tradicionais; a falta de sentido de serviço por parte do Estado; a quase inexistência de forças de pressão social e política; o avassalador bairrismo¹⁸⁵¹⁸⁶ (como força opositora ao nacionalismo); o baixo nível de cultura política das altas camadas sociais que concebem o Estado como fonte de lucros; a interferência do imperialismo; e a sobrevivência da economia feudal.

Dito de outra maneira, o Estado nesta região, mas principalmente na Colômbia, não tem poder sobre os interesses econômicos que se encontram organizados corporativamente (GARCÍA, 1948, p. 488). Cabe lembrar o desenvolvimento do capitalismo industrial da

¹⁸⁴ O sindicalismo perdeu sua capacidade de condução nacional, limitando-se a defender as conquistas salariais ou de rendas reais. A participação decrescente das classes trabalhadoras na renda nacional em países como Argentina, Chile, México, Brasil, Colômbia e Equador é notória em meados do século XX.

¹⁸⁵ As regiões coexistiram historicamente como braços desarticulados carentes de um corpo e vínculos estáveis. As regiões operam como ilhas que funcionam com seu próprio regime político (GARCÍA, 1984, p. 489).

¹⁸⁶ Os países estruturam-se como se fossem arquipélagos. Ou seja: sociedades em que as partes funcionam como universos insulares, e nas quais o todo não é a soma destas partes. Por exemplo: o Brasil não é apenas um só, mas o Brasil nordestino, o da Amazônia, o paulista, o gaúcho, etc. Este tipo de ordenamento regional faz com que as áreas atrasadas apareçam como colônias interiores.

Colômbia, especificamente no período que vai de 1936 a 1946, quando o único grupo organizado associativamente e com interesses definidos que assumiu a direção do Estado e dos partidos foi o grupo de comerciantes (GARCÍA, 1948, p. 491).

No caso da época republicana na Colômbia, o Estado senhorial pode ser definido como uma estrutura repressiva e sem recursos empresariais, de gestão ou enfoque nos serviços. Esta condição influencia tanto a ordem administrativa quanto o sistema de gestão das finanças públicas (GARCÍA, 1981c, p. 45). A fazenda pública senhorial reside sobre um forte sistema de imposição tributária sobre as classes mais baixas e uma alta evasão fiscal por parte das mais abastadas. Seguindo a mesma incoerência, o sistema de gastos descansa no elevado gasto de funcionamento em detrimento dos gastos de investimento público e de tipo social (GARCÍA, 1981c, p. 45).

Para García, o Estado é concebido como uma organização que deveria estar acima das classes, atuando para além dos interesses privados, já que o seu papel é o do planejamento da atividade econômica. Afinal, o papel planejador de que se fala é justificável, segundo o autor, pelo fato de o Estado ser a única estrutura capaz de dirigir e conduzir a estratégia do desenvolvimento. Em consequência, se requiere uma nova organização do mesmo, baseada e levada à prática por meio da implementação de planos (GARCÍA, 1948, p. 407). De sua perspectiva, García argumenta que deve ser uma empresa racional de serviços, administrada por um critério trabalhista (García, 1948, p. 555-556), devendo desempenhar um papel intervencionista, e não de interferência na economia.

Em relação ao objetivo planejador que deve assumir o estado, García percebe que as reformas e o planejamento na Colômbia foram mal enfocados e considerados apenas de forma parcial. No caso da Missão Currie, este estudo só tratou o problema jurídico da preparação do país para a reforma. Ou seja: aborda o problema da nação, substituindo a política descontínua, irracional e improvisada de fazer política no país, à frente de um Estado que sofre com critérios econômicos, e por uma forma organizada e planejada de realização dos investimentos, considerando que as armadilhas são de âmbito procedimental.

Portanto, foi tomado como dada a adequação e a capacidade do Estado e da empresa privada para mudar seus costumes para um sistema disciplinado e racional de planejamento (GARCÍA, 1949, p. 59), o qual supõe, em si mesmo, a ideia própria do planejamento. Ou seja: a subordinação da equipe às normas racionais e científicas e ao reconhecimento do interesse coletivo acima dos interesses privados¹⁸⁷ (GARCÍA, 1949, p. 60).

¹⁸⁷ A impossibilidade de transformar um Estado e uma economia de formas coloniais a formas racionais, pretendendo estreitar o problema ao restrito âmbito jurídico, pode ser analisada a partir de dois fatos históricos

O planejamento¹⁸⁸ econômico, para García, destaca-se por ser sistemático e integral, o qual significa que não somente envolve a medição e canalização dos investimentos públicos e privados (critério keynesiano) e da maneira como teria que evoluir cada setor da economia de maneira sistemática e articulada (critério socialista), mas que garantiria o interesse da coletividade acima de outros critérios. Além disso, obedece a critérios racionais, é administrado continuamente e leva em conta a natureza e complexidade das obras e o grau de utilização dos fatores produtivos para fixar a dinâmica do desenvolvimento. Portanto, é mais que simplesmente um programa de gastos, como queria se ver na América Latina (GARCÍA, 1949, p. 65).

É difícil levar um plano de reforma adiante quando a organização estatal da Colômbia se caracteriza por ser antagônica ao planejamento, quando a estrutura do Estado não é composta por órgãos, mas por pessoas, e quando administração pública é selecionada pelo critério burocrático e de favores políticos. A falta de continuidade administrativa não é algo casuístico e conjuntural. A própria base do modo operacional dos governos e a discussão política se assentam sobre a conquista eleitoral das maiorias, mas as obras atendem as demandas de grupos minoritários, que dizem representar o conjunto da população, mas centram sua luta em levar a cabo sua própria política, reforçando uma constante improvisação¹⁸⁹ (GARCÍA, 1949, p. 62).

da Colômbia: a reforma constitucional de 1936 e a de 1945. Na primeira, se instaurou legalmente o princípio do Estado como cabeça de uma economia dirigida, cuja função era a de racionalizar a produção, a distribuição e o consumo. Na segunda, se consignou que seriam os planos e programas estabelecidos pelo Congresso da República os que fixariam as obras públicas e as formas de fomento da economia (GARCÍA, 1949, p. 61).

¹⁸⁸ García considera que grande parte dos problemas do capitalismo se origina da falta de planejamento das economias nacionais e internacionais. Esta tese é sustentada a partir dos princípios não apenas socialistas, mas do liberalismo ortodoxo de autores como Strachey, Lasky, Attlee, Wells, Lorwin e Schumpeter, Robbins e Nathan, respectivamente (GARCÍA, 1949, p. 66).

¹⁸⁹ Em países como os Estados Unidos, o Estado, em várias ocasiões, foi quem pôs o freio no sistema de privilégios. Enquanto isso, na América Latina, este foi seu berço e seu mecanismo de preservação, servindo de caixa provedora de recursos ilimitados para a clientela eleitoral (GARCÍA, 1949, p. 151).

6 A PROPOSTA DE SUPERAÇÃO DO ATRASO ESTRUTURAL

6.1 A CONSTRUÇÃO DE UMA CONCEPÇÃO DIFERENTE E PRÓPRIA DO DESENVOLVIMENTO E A TEORIA ESTRUTURAL DO DESENVOLVIMENTO

A visão multidisciplinar de Antonio García no entendimento do atraso dos países latino-americanos abarca desde aspectos econômicos até os religiosos, tal como o autor escreveu em seu livro “El Cristianismo en la Teoría y en la Práctica” (1952), passando também por temas políticos e sociais.

Neste sentido, suas propostas refletem, por um lado, a articulação e confluência dos aspectos mencionados, e, por outro, estão formuladas de maneira geral, no sentido de que não podem constituir uma fórmula nem um receituário de passos pré-estabelecidos, pois esse tipo de proposta se contradiria com a crítica que ele faz ao modelo de desenvolvimento latino-americano, mas se constitui em uma série de recomendações pertinentes, que tratam a profundidade dos problemas e obstáculos ao desenvolvimento e à estrutura do atraso nos países frágeis.

A proposta de García para o desenvolvimento passa então por remover os principais obstáculos que impedem seu desencadeamento e causam o desequilíbrio nos países atrasados. Uma identificação específica de cada um deles é elaborada por Antonio García, e pode ser resumida nos seguintes elementos:

- 1) *Inadequação radical da estrutura agrária de tipo latifundiária, de origem escravista ou senhorial*: o latifúndio como herança do modelo colonial hispano-português e a economia de *plantation* representando a forma de exploração da terra nas economias de enclave impedem, para o autor, que se pudesse avançar para um sistema de repartição e exploração de terras mais eficiente, que respondesse às necessidades do desenvolvimento. A concentração de terras nos países atrasados é de tipo senhorial, ou seja, de dominação e poder, e não empresarial, que visse a terra como um bem de produção¹⁹⁰. Isso produz fenômenos como o que na

¹⁹⁰ Como consequência desta visão, García menciona que é lógico que os países mencionados se caracterizem por: não poder transformar a população ativa rural em empresários agrícolas; não poder criar um mercado rural de trabalho, que redistribua a renda agrícola e eleve o emprego produtivo; obturar o acesso ao crédito; impossibilitar a transformação qualitativa da agricultura latino-americana, incorporando elementos da revolução técnica e industrial do mundo; e bloquear os mecanismos de participação democrática e controle latifundiário sobre os recursos institucionais técnicos e financeiros (GARCÍA, 1972, p. 205).

América Latina os salários sejam mais baixos e não se empregue a totalidade da capacidade de trabalho.

No entanto, o latifúndio não compreende só a problemática da terra, mas lacra todo um rol de formas sociais que se mantêm na periferia, sem poder participar dos lucros. Os mesmos constituem o que se denomina marginalidade camponesa.

O latifúndio então é um sistema de propriedade sem vias de acesso, constituído como fator de dominação, como sistema de trabalho camponês sem escalas de ascensão social, como sistema de empresa sem normas racionais de custos, investimentos e produtividade, e como sistema hegemônico nas relações com os sistemas de mercado, cultural e político nacionais.

- 2) *Regionalização do crescimento econômico e resistência às forças integradoras da sociedade nacional:* neste ponto, os recursos fluem das zonas mais atrasadas para as mais desenvolvidas. A desigualdade regional se manifesta no fato de que umas concentram a maior proporção de recursos técnicos, culturais, financeiros e políticos, fragilmente incorporados às correntes de comunicação interna e regiões marginais. Esta estratificação obedece mais a razões estruturais de poder que a condições ecológicas e de recursos naturais.

Neste sentido, os países se definem como o conjunto de uma série de arquipélagos. Por exemplo: há vários Brasis no Brasil: o nordeste, a Amazônia, o paulista, o gaúcho etc.; a Colômbia,

Antes da colonização cafeeira, era um país desarticulado em uma série de ilhotas dispersas (os vales interiores, abaixo de 300 metros sobre o nível do mar ou acima dos 2.500), rodeadas por dois oceanos que nunca incitaram a vida marítima e por uma imensa estepe regida por formas elementares da pecuária nômade e dos senhores a cavalo (GARCÍA, 1972, p. 218).

Outra característica é que as lacunas entre os dois tipos de região não tendem a diminuir, mas a crescer:

A questão central não está na existência de *regiões*, mas em que estas funcionem como *sistemas regionais de crescimento* que rompem o esforço interno, que geram uma dinâmica negativa de desintegração ou deslocamento e que conservam uma estrutura que não está feita para o desenvolvimento para dentro, mas à dominação colonial (GARCÍA, 1972, p. 220).

- 3) *Crescimento desigual e desequilibrado das classes sociais e das regiões geoculturais.*
- 4) *Desigualdade crescente na distribuição social da renda.*

- 5) *Desarticulação do crescimento setorial da economia*: os ritmos de crescimento do setor rural, industrial e de serviços são diferentes e não produzem o crescimento (superior) da indústria impulse, adequando-se às exigências do mercado, o crescimento do setor rural, mas o resultado é o estancamento, a desaceleração da indústria e a petrificação do setor de serviços. Como consequência, o mercado se estanca, a cadeia de intermediação comercial é ampliada e são geradas pressões inflacionárias. A relação de preços de intercâmbio termina sendo desfavorável ao setor rural e o setor agropecuário acaba financiando a indústria.
- 6) *Estratificação do sistema de mercado*: são separados os mercados locais dos nacionais. Os produtores camponeses não participam no preço de venda ao consumidor e se encontram privados do modo de ascensão institucional ao sistema nacional de mercado (GARCÍA, 1972, p. 223-227).

É o desequilíbrio entre a demanda a causa para o aumento da população, do crescimento das cidades e das indústrias e a oferta relativamente menor de alimentos, o que conduz a elevações maiores dos preços dos produtos agrícolas em relação aos das indústrias.

- 7) *Crescimento de grande importância das cidades metropolitanas*: em termos gerais, os cinturões de miséria criados ao redor das grandes cidades da América não solicitaram reformas estruturais, mas permaneceram na superficialidade de obter melhorias em seu status, ascender a postos de emprego ou poder fazer uso dos serviços assistenciais do Estado (GARCÍA, 1972, p. 236).

Nestes termos, a urbanização da população rural não elimina a marginalidade, mas a transforma e a perpetua.

- 8) *Expansão progressiva dos processos de desemprego absoluto e relativo (população ativa e recursos físicos, técnicos e financeiros)*: dilapidação que resulta em uma economia de escassez.
- 9) *Inflação crônica e não autoliquidável como produto dos desajustes estruturais das sociedades atrasadas e dependentes*.
- 10) *Industrialização periférica, incoerente e sem revolução industrial*.
- 11) *Modernização dos padrões coloniais de investimento privado estrangeiro*.
- 12) *Bloqueio ou distorção das estruturas de financiamento*.
- 13) *Dinâmica de descapitalização interna*.
- 14) *Hegemonia da estrutura oligárquica e concentrada de poder sobre os setores estratégicos do crescimento capitalista*.

15) Fuga da elite técnico-científica para a nação metropolitana.

16) Resistência da estrutura educacional às exigências de um tipo de desenvolvimento para dentro, independente e autossustentável.

Com base nesta identificação de problemas e obstáculos estruturais que não permitem o desenvolvimento e mantêm o atraso, alguns autores elaboraram uma síntese dos principais aspectos que contêm a proposta de García para a superação do atraso nos países da região. É o caso de Valencia y Rugeles (GARCÍA, 1995, p. LI e LII), no qual seis elementos resumem a proposta geral de García através de quatro meios principais para torná-los realidade.

- 1) A proposta de uma industrialização orgânica que integre e assuma o capital como parte de um modelo de desenvolvimento caracterizado por ser integral, social e humano.
- 2) O estabelecimento de relações comerciais multilaterais, cuja premissa seja a solidariedade entre os países frágeis que exportam matérias-primas e produtos aos países industrializados.
- 3) A criação de uniões alfandegárias, monetárias e a formação de federações comerciais e de produtores, de modo que passem de economias que competem entre si a economias complementares, parceiras e solidárias.
- 4) O desenvolvimento de um novo conceito de cooperação internacional, fundamentado no tratamento preferencial aos países atrasados.
- 5) A existência da democracia e da participação das economias no desenho, desenvolvimento, execução e avaliação das estratégias e políticas de solidariedade internacional.
- 6) O fim dos modelos de desenvolvimento neoliberais, fundamentados cegamente no mercado como regulador social e humano, bem como sistemas autoritários, opostos à democracia, substituindo-os pelo planejamento participativo, que assegure justiça e igualdade.

Complementando estes pontos, tais propostas devem contar com meios ou pressupostos que permitam sua realização e as tornem viáveis. Tais mecanismos são descritos a seguir.

- a) A cooperação mundial, por meio de organismos internacionais, com o propósito de obtenção da industrialização;

- b) A cooperação regional entre os países frágeis, por meio de associações transitórias ou permanentes;
- c) O apoio entre as nações atrasadas frente às grandes potências quando se trate da consolidação de projetos;
- d) A busca da solidariedade política das grandes potências para com os povos nacionais ou regionais.

Não obstante, um ponto de partida para entender a proposta de García consiste em começar pela crítica que o autor faz ao mal chamado (para ele) modelo de desenvolvimento vivido no começo dos anos 1980, especialmente na Colômbia, que melhor correspondia ao modelo de crescimento desenhado para a América Latina com o objetivo de torná-la útil aos interesses dos países capitalistas que exerciam dominação econômica sobre a região.

De fato, a crítica de García inicia pelo próprio termo “subdesenvolvimento”, o qual tem significado dentro da concepção hegemônica dos países centrais ao expressar a incapacidade de certas economias para alcançar os níveis estatísticos do país ou países que foram escolhidos como modelos de desenvolvimento. Neste sentido, o desenvolvimento é medido em termos quantitativos com que o país-arquétipo avalia seu crescimento. Estes indicadores fazem referência, basicamente: a) ao produto ou renda por habitante; b) à distribuição da renda entre as classes sociais e setores econômicos; e c) aos níveis de tecnologia e produtividade (GARCÍA, 1972, p. 29).

As variáveis supracitadas são apenas consequências do modelo político de desenvolvimento que os países desenvolvidos criaram para os dependentes. Este aspecto é de vital importância, porque, para que um modelo político e econômico seja sólido, ele deve receber suporte em uma série de teorias, políticas e objetivos, de maneira que tudo seja consequente e se articule, para que se torne viável e seja sólido em todos os níveis de uma nação, e, sobretudo, tenha credibilidade no exterior.

Requer-se, então, que os países hegemônicos contem com uma teoria acerca do subdesenvolvimento, uma teoria do desenvolvimento, uma política do desenvolvimento e objetivos finais ou estratégicos do desenvolvimento (GARCÍA, 1972, p. 27).

Em relação à teoria do subdesenvolvimento, os países adiantados apresentam uma interpretação simplista do fenômeno, argumentando que este se produz na medida em que os países atrasados devem cumprir uma série de etapas históricas para alcançar as economias

desenvolvidas. Assim, a solução consiste basicamente em acelerar a decolagem¹⁹¹, seguindo a trilha traçada pelo modelo de crescimento. Ou seja: gerar poupança, investimento e tecnologia através do envio de missões de especialistas, provenientes principalmente dos Estados Unidos; aumentar o investimento privado direto das economias capitalistas e hegemônicas para as subdesenvolvidas (para utilizar o termo de acordo com a interpretação a que estamos nos referindo); participar de empréstimos públicos; receber transferências de tecnologia; e permitir a assistência técnica e as doações. Obviamente, estas recomendações não implicam qualquer transformação interna do país atrasado, o que mantém sua estrutura de dependência intacta.

Deve-se ter em conta um aspecto fundamental reconhecido por García e outros autores, principalmente dependentistas, e que é uma das hipóteses do modelo de desenvolvimento descrito e tomado como arquétipo nas economias dependentes: a consideração de que o setor primário representa um peso elevado dentro da economia, porque as metas nas economias pobres se focaram em aumentar o PIB, recompor as exportações e diminuir o desemprego (GARCÍA, 1972, p. 31).

Em relação ao desenvolvimento, o modelo a seguir, proposto pelos países ricos e que exercem dominação na região, consistiria em levar a cabo:

- 1) Um aumento da poupança e do investimento, a partir do incremento das taxas de poupança domésticas e da transferência de recursos de poupança e tecnologia dos países desenvolvidos para os subdesenvolvidos (tributação direta, regulação de salários, mas em geral poupança, que em termos reais provém das classes pobres).
- 2) Isso causa a otimização dos recursos, aumento das taxas de investimento, especialmente na indústria e no setor agroexportador.
- 3) Assim, os aumentos de produtividade fazem que com trabalhadores se movam das atividades primárias para as secundárias e terciárias. Isto aprofunda o mercado interno, para finalmente obter aumento do PIB per capita, sustentável e crescente.

Em suma: o desenvolvimento atravessaria três fases: a acumulação, a decolagem e finalmente o desenvolvimento autossustentável.

¹⁹¹ Na etapa da decolagem, os países desenvolvimento têm duas formas de fazer política de transferências. A primeira, com transferências unilaterais, do país desenvolvido para o atrasado; a segunda, com transferências multilaterais ou multinacionais, como o programa da Aliança para o Progresso (GARCÍA, 1972, p. 32).

Dentro do esquema do modelo de crescimento, mas assumido como de desenvolvimento (descrito logo acima), Antonio García afirma que não se pode falar de “estratégia de desenvolvimento”, mas simplesmente de “política de desenvolvimento”. De acordo com o autor, a proposta de uma estratégia de desenvolvimento precisa partir de uma **“teoria do desenvolvimento”**, que não apenas dê conta de indicadores de crescimento, mas que incorpore: a) o estudo do processo histórico que encontra as condições estruturais do atraso e a luta por sua modificação em busca da utilização plena dos recursos; b) a mobilização social para construir uma nova sociedade que utilize os recursos de forma sistemática e planejada¹⁹²; c) o desenho do tipo de sociedade particular e autônoma que se deseja; e d) a criação e aplicação de técnicas para a mobilização dos mencionados recursos, já que não se pode falar de técnicas de desenvolvimento, posto que as mesmas não existem (GARCÍA, 1972, p. 49).

Com a construção dessa teoria do desenvolvimento, e somente uma vez que esta já tenha se estruturado, García levanta então os alinhamentos da **“estratégia do desenvolvimento”**:

- 1) A articulação de políticas setoriais, operacionais, objetivos de curto e longo prazo (GARCÍA, 1972, p. 51).
- 2) A mobilização política das forças sociais; a remodelação do esquema geral de uso dos recursos, da organização política e das relações sociais; a mobilização social e novas estruturas de participação popular, de controle social dos recursos básicos e de transformação da consciência social; e a integração das sociedades latino-americanas.
- 3) A construção de um sistema de indicadores, que, ainda que não possa ser construído *a priori*, nem pretende estar acabado, deve incluir critérios gerais que, segundo Aníbal Pinto (GARCÍA, 1972, p. 55), se expressam em variáveis vitais, econômicas e sociais.

Dentro das variáveis vitais que medem o desenvolvimento, destacam-se a expectativa de vida, a mortalidade infantil e a taxa de crescimento da população. Quanto às variáveis econômicas, são representativas do desenvolvimento a força de trabalho (medindo a

¹⁹² O planejamento implica um processo simultâneo de centralização e descentralização. Centralização porque os marcos proveem do planejamento global e dos setores estatais, e a descentralização porque conta com a participação das assembleias, dos órgãos regionais e locais, das empresas cooperativas e dos partidos (GARCÍA, 1977a, p. 74).

qualificação e a participação feminina), os recursos naturais (explorados ou potenciais), o capital produtivo por habitante, a relação capital-produto, a composição do estoque de capital disponível, a estrutura da produção, o peso do setor exterior no sistema, a concentração e especialização do setor, a dependência das importações de bens de capital e da distribuição de renda. Finalmente, sobre as variáveis no plano social, Pinto assinala que devem refletir a realidade institucional e política do país.

Segundo o caminho traçado por Pinto, García complementa tal sistema de indicadores adicionando oito variáveis, as quais considera relevantes e que poderiam servir de uma melhor maneira à medição de desenvolvimento. As variáveis propostas se resumem da seguinte forma (GARCÍA, 1972, p. 57):

- 1) *Produto por habitante: decomposto em geral, industrial, agrícola, serviços; setores estatal, social e privado. Produtividade por homem ocupado.*
- 2) *Capacidade de poupança e investimento por habitante: decomposto em setores estatal, social e privado.*
- 3) *Composição e tendências do comércio exterior:*
 - *diversificação geográfico-política (setores políticos do mercado mundial);*
 - *composição e destino das exportações;*
 - *composição e origem das importações;*
 - *graus de mobilização de recursos externos de tecnologia e financiamento (tipos, origem, tendências).*
- 4) *Graus e tipos de participação social:*
 - a) *Participação econômica:*
 - *distribuição social da renda por setores;*
 - *distribuição social da renda por classes sociais;*
 - *distribuição social da renda por regiões.*
 - b) *Participação popular na gestão econômica*
 - *em nível dos órgãos do Estado;*
 - *em nível dos setores e das regiões;*
 - *em níveis das empresas cooperativadas, socializadas ou estatizadas.*
 - c) *Participação política:*
 - *participação popular nos órgãos superiores do Estado;*
 - *participação popular nos órgãos setoriais, regionais e locais de condução*

política

5) *Composição e atividade do Estado:*

a) *Graus de socialização do Estado, em termos de serviços, composição social das receitas e despesas, capacidade de emprego e graus de participação popular nas diversas instâncias.*

b) *Capacidade redistributiva do orçamento público.*

c) *Capacidade empresarial do Estado: investimento, produto, produtividade, participação na geração de poupança e do PIB.*

6) *Estrutura da população:*

a) *Estrutura geográfica:*

Idades

População ativa/ocupada/qualificada

Não ativa

Estatísticas vitais

b) *Estrutura cultural:*

Níveis culturais

Disponibilidades educacionais em termos de escolaridade profissional

Acesso aos meios de comunicação de massa

c) *Estrutura sanitária*

Disponibilidade médica e hospitalar, em termos globais, sociais e regionais

Acesso popular à estrutura, em relação aos coeficientes de mortalidade

7) *Níveis de vida das classes populares, em termos de disponibilidade de redes de emprego, serviços médicos e hospitalares, serviços de educação e recreação, segurança social, rendas reais por família trabalhadora e por habitante (formas diretas e indiretas de salário).*

8) *Níveis de integração latino-americana:*

a) *Formação de empresas multinacionais (em nível local, sub-regional e regional), com ativa participação do Estado;*

b) *Atividade investidora do Estado, por meio de diversas estruturas financeiras (mobilização regional da poupança pública e social);*

c) *Coefficientes de produção e de produtividade nas áreas integradas;*

d) *Graus de diversificação das exportações e importações em nível mundial (diversos circuitos políticos da economia) e latino-americano (redução e abolição das relações de dependência, ruptura da falta de comunicação interna da América*

Latina, formação de estruturas integradas de negociação nos diversos circuitos políticos do mercado mundial);

- e) *Intensidade das relações de intercâmbio compensado intralatino-americano à margem do ouro e das moedas metropolitanas.*

De acordo com Vallejo (2003, p. 171), a proposta de García de transformação da sociedade tinha um ponto de partida fundamental: o conceito de propriedade social e as decisões sobre o controle dos meios básicos de produção.

Também se observa que García propõe um modelo que combina características capitalistas com uma economia de orientação estatizada e com formas cooperativas de empresariado. “Tudo isso rompia com os padrões políticos de organização social na maioria dos nossos países” (VALLEJO, 2003, p. 173).

Em termos de política agrária, García pensava que esta tinha um propósito de longo prazo, e deveria focar-se principalmente nos seguintes três planos:

- 1) A resolução de conflitos graves sobre a propriedade de terras, devido ao agudo processo do minifúndio, o esgotamento dos solos, o aumento demográfico e os problemas de marketing e transporte.
- 2) As políticas sobre as áreas definidas como de “desenvolvimento agrário”, onde é possível a operação de empresas de escala com tecnologia de ponta.
- 3) Políticas sobre áreas reformadas, pois são regiões que possibilitam a integração das unidades produtivas emergentes, produto da reforma agrária com as novas empresas agroindustriais do Estado e com as economias camponesas em transformação.

Por sua vez, os tipos de empresa que García via serem os mais adequados para a implantação destas políticas correspondiam:

- 1) À empresa estatal (podendo estar inspirados em modelos já existentes), nas áreas estratégicas da economia ou que operem complexos agroindustriais, pecuaristas ou florestais.
- 2) Ao modelo de empresa cooperativa.
- 3) Ao sistema de empresas cooperativas de participação estatal.
- 4) Ao sistema de empresa camponesa regional.
- 5) Ao sistema capitalista granjeiro.

- 6) Ao sistema de pequena empresa agrícola cooperativada para a operação de serviços de mecanização ou para captar recursos financeiros do Estado.

6.2 O PAPEL DO ESTADO E A GESTÃO DO CAPITAL ESTRANGEIRO

Alcançar a unidade nacional e o alinhamento dos interesses e da coordenação das ações para o desenvolvimento requer claramente para García um sistema de nova administração, que rompa com o Estado hereditário e que preserve e defenda os interesses particulares. Esse sistema de nova administração de recursos teria como objetivo a planificação socialista¹⁹³, mas, para o autor, inicialmente deveria organizar o comércio internacional e a direção estatal dos investimentos (García, 1995, p. 184).

Sob este ponto de vista, para García, um Estado que seja funcional ao desenvolvimento das economias atrasadas enfrenta as seguintes modificações estruturais: 1) alteração do sistema de poder, que implique um sistema de representação democrática e um sistema pluralista de partidos; 2) a definição de uma ideologia de Estado que possa identificar as forças sociais líderes que conduzam a mudança; 3) a recomposição das classes dirigentes, de modo que as forças sociais acessem o poder real de decisão; e 4) o estabelecimento de uma nova estrutura de relações com o exterior, tanto no esquema da cooperação quanto da confrontação (GARCÍA, 1972, p. 112).

Com base nisso, a forma concreta com que o Estado atua no plano local se encontra no planejamento, gestão e direção do município. A proposta neste plano consiste em reformulá-lo, a partir da planificação e do orçamento de investimentos¹⁹⁴ (instrumento reiteradas vezes mencionado por García, tal sua importância), em um centro de utilização das forças produtivas e de prestação dos serviços com um sentido social, e não sob uma ótica mercantilista, como se discutiu em capítulos anteriores (RUGELES, 1990, p. 15).

Quanto aos capitais estrangeiros, é clara a posição de García quanto ao fato de que deve existir um regime que limite as importações de capital em forma de dinheiro, devendo-se ampliar sua importação em bens de produção e equipamentos duráveis. Para o autor:

Do ponto de vista da construção da economia nacional, só é boa a importação de capitais que coopera na transformação industrial do país e acelera o ritmo de capitalização: esta

¹⁹³ Método de desenvolvimento conjunto dos fatores produtivos, método de submetimento da economia a uma previsão científica e método de distribuição da renda nacional para melhorar os níveis de bem-estar e segurança de todas as classes (GARCÍA, 1995, p. 184).

¹⁹⁴ Em relação ao orçamento de investimento, este representa a ferramenta idônea para realizar o planejamento das obras públicas do município (GARCÍA, 1949, p. 70).

importação não apenas traz efeitos positivos do ponto de vista de cobrir as necessidades econômico-financeiras da nação, mas também porque traz efeitos perturbadores sobre a balança de pagamentos (GARCÍA, 1949, p. 166-173).

Resistência aos capitais estrangeiros não significa em nenhuma hipótese a recusa sistemática dos mesmos, mas tampouco sua aceitação incondicionada. García afirma que:

Embora seja certo que nossas economias não possam ser reconstruídas sem a ajuda do capital importado, também é fato que as explorações realizadas pelos capitais estrangeiros na região são de um tipo colonial inaceitável, por se basearem em um princípio de benefício *unilateral e exclusivo* (GARCÍA, 1948, p. 332).

A crítica de García é a de que estes investimentos não elevam a eficiência técnica dos países receptores, nem melhoram as condições de vida dos trabalhadores, e tampouco ampliam o mercado interno.

6.3 NACIONALISMO, DEMOCRACIA, LIBERALISMO ECONÔMICO E SOCIALISMO

García, resumidamente, buscava o nacionalismo como forma de organizar as sociedades e os fatores produtivos rumo a objetivos comuns, mas dentro de um marco democrático, que refizesse o liberalismo econômico tal como se implantou no século XX na Colômbia e na América Latina, construindo um projeto próprio que superasse os deformados modelos neoliberais e comunistas.

Em suas próprias palavras, o autor descreve e resume seu pensamento e doutrinas em uma:

Imensa fé no socialismo como sistema de vida econômica e no liberalismo como sistema de vida política, cuja grande síntese universal (em uma unidade superior, na dialética do processo histórico) haverá de assegurar o sentido humanista da economia, o valor transcendental das liberdades e a integração de todos os direitos: civis, políticos, sociais e econômicos do homem (GARCÍA, 1949, citado em García, 1995, p. III. Prólogo de Luis Emiro Valencia e Carlos Rugeles Castillo).

O parágrafo anterior incorpora elementos que formam uma mesma unidade e a estrutura que suporta as possibilidades e o início do desenvolvimento econômico de um país que quer romper com a dependência. Nacionalismo, democracia, liberalismo econômico e socialismo vêm a formar os quatro pilares em que se apoia a economia que quer iniciar este processo de ruptura com um passado de atraso.

Nacionalismo significa que esta ortodoxia classista que se baseia nas aquisições teóricas da luta de classes nos grandes países capitalistas deve ser substituída pelo

nacionalismo popular (GARCÍA, 1995, p. 78). Ou seja: García considerava em sua proposta uma substituição da ortodoxia clássica, que tipificava a ortodoxia marxista, substituindo-a por um nacionalismo popular capaz de combinar os problemas da liberação das classes oprimidas com os problemas do desenvolvimento nacional e capaz de adiantar uma política com sentido de estratégia social (VALLEJO, 2003, p. 162).

O ponto de partida deste novo processo é, para García, a unidade popular. Isto é, a coalizão organizada do proletariado urbano, do movimento operário industrial, do campesinato, dos estudantes, das classes médias não alinhadas ao Estado oligárquico. Esta estrutura deve ser o suporte político e o motor do novo processo que vai da república senhorial ao estado de trabalhadores (GARCÍA, 1977a, p. 43).

Simultaneamente à formação de um nacionalismo, deve existir a participação de todas as classes e estamentos sociais nas decisões e ações de desenvolvimento da nação por meio da democracia. Uma autêntica democracia, na ótica de García, dentro do contexto colombiano, em particular, e na América Latina, em geral, no século XX, é aquela que representava a síntese superior do que naquele momento se apresentava como um jogo dialético entre expressões antagônicas da democracia: a burguesa e a proletária (VALLEJO, 2003, p. 149).

Nesta linha, é importante a contribuição e a defesa que García faz, no sentido de que a nova democracia popular, como fundamento social, cultural e político de uma democracia autenticamente socialista de tipo humanista, que busca uma nova sociedade e uma nova ordem do homem, se formule estrategicamente como a única alternativa possível das nações e classes exploradas do terceiro mundo, para superar tanto o atraso frente o triunfalismo do esquema neoliberal de desenvolvimento, dentro dos esquemas de um capitalismo dependente ou da simples cooperação frente à nação metropolitana, como das formas autoritárias e autocráticas do modelo chamado de Socialismo real do bloco do leste europeu e da Ásia.

Outro aspecto que se observa em Antonio García em relação ao conceito de democracia econômica é que ele o reformula. A partir de uma perspectiva orgânica, como é comum no método, as bases dessa democracia, para García, são: a socialização da direção econômica ou o controle social dos recursos básicos do desenvolvimento; a planificação global ou setorial como forma de usar os recursos (em qualquer nível); e a participação dos trabalhadores, rurais e urbanos, na gestão da economia (GARCÍA, 1977a, p. 45). Como interpreta Rugeles (1990, p. 11 e 12), a democracia é a engrenagem da formação de um sistema de poder popular, a criação de um sistema de partidos e a participação das classes trabalhadoras nos órgãos de direção estatal.

A iminência da democracia¹⁹⁵ e a mudança institucional são, para García, o caminho político adequado a que se deve chegar, cedo ou tarde. Se sua abertura é impedida, em todo caso esta se importa, ainda que por via da violência e da luta armada (GARCÍA, 1977a, p. 46). A ideia anterior reflete fielmente o rumo que escolheram os países que enfrentaram obscuros períodos de violência com a formação de grupos armados à margem da lei.

Operativamente, segundo García, o procedimento de construção democrática passa pela substituição das classes na condução do Estado, outorgando tal direito ao povo. Para ele, deve-se antepor ao sistema de dominação e dependência um movimento orgânico de unidade popular que integre todas as forças sociais e geracionais. Esta forma está expressa, para García, no Estado Nacional Popular (GARCÍA, 1977a, p. 44).

Quanto ao liberalismo, García ressalta que sua prática na América Latina tira dos Estados as ferramentas e os sistemas de defesa para alcançar o desenvolvimento, impedindo a criação de economias nacionais no continente. “A defesa do liberalismo na América (ainda daquele que aceita regimes de protecionismo estatal) se confunde com a defesa dos princípios ideológicos que tornam possível a manutenção da natureza colonial da economia latino-americana” (GARCÍA, 1981b, p. 23 e 24).

Não sendo o liberalismo econômico uma doutrina nascida nos países latino-americanos e que atenda suas necessidades atuando em prol de seu desenvolvimento, é o socialismo, mas sem as deformações que os países do bloco comunista lhe impuseram, o modelo que melhor se adequa para manter o desenvolvimento autossustentável.

García não escolhe o socialismo, julgando-o por sua práxis, como construção doutrinária, devido à sua economia coletivista, sua noção estática e catastrófica do capitalismo, sua recusa no papel das reformas, seu materialismo vulgar, sua noção da ditadura proletária, seu classicismo rígido, seu ateísmo militante, sua doutrina sobre a eliminação do Estado, das classes, do direito, da propriedade privada e do mercado. O que García propunha era uma “transformação construtiva do Estado, da propriedade de classes, do direito, do assalariado, da vida econômica, mas como um baluarte humanista frente ao comunismo” (GARCÍA, 1955, p. 10 e 11, citado em Vallejo, 2003, p. 163).

O socialismo é a alternativa de uma revolução nacional inspirada na experiência histórica da Colômbia. A ideia de García era que, uma vez cada nação latino-americana

¹⁹⁵ A democracia social pretende dismantlar as estruturas oligárquicas de poder e o sistema capitalista de classes, aplicando os métodos socialistas na distribuição da renda social. A democracia política significa representação direta, participação popular de todos no Estado, responsabilidade política dos agentes, revogabilidade do mandato e formação de uma consciência política das classes revolucionárias (GARCÍA, 1977a, p. 75).

tivesse alcançado sua verdadeira independência, se faria necessário que os países que a formam se unissem. Institucionalmente, esta construção e ligação de forças poderia ser levada a cabo, diz García, com a criação de uma confederação de repúblicas populares ou socialistas na região (GARCÍA, 1977a, p. 47).

Mais detalhadamente, a proposta socialista de García, em termos ideológicos, pode ser resumida nos seguintes enunciados:

1. Propriedade social sobre os meios básicos de produção¹⁹⁶.
2. Controle estatal e popular sobre as áreas ou meios estratégicos do desenvolvimento, passando de uma economia capitalista de mercado a uma de planificação¹⁹⁷ global, setorial e regional, eliminando o desemprego e utilizando os recursos de maneira racional e eficiente.
3. Controle estatal ou popular sobre os mecanismos reguladores do mercado¹⁹⁸ (produtos, serviços, crédito, financiamento, etc.) dentro do desenvolvimento socialista.
4. Organização de um sistema pluralista¹⁹⁹ de empresa²⁰⁰, baseado na gestão estatal, na participação dos trabalhadores na administração da empresa mista, na gestão cooperativa e na autogestão social²⁰¹.

¹⁹⁶ Pode adquirir várias formas: controle estatal, cooperativização, controle de cooperativas de produção ou controle por meio de empresas autogestionadas. Do ponto de vista da terra, implica o controle camponês sobre as áreas agrícolas. Na indústria, o controle operário em empresas cooperativas. No artesanato, o controle dos artesãos e o controle estatal nas indústrias estratégicas de desenvolvimento: ferro, aço, petróleo, petroquímica, metal-mecânico e energia, entre outros, e sobre a exploração dos recursos naturais não renováveis (GARCÍA, 1977a, p. 57).

¹⁹⁷ A planificação abarca o planejamento de reuniões, setores, economias cooperativadas, autogestionadas e o planejamento do Estado como estratégia de desenvolvimento (GARCÍA, 1977a, p. 62).

¹⁹⁸ O mercado deixa de ser um esquema liberal capitalista que enfrenta oferta e demanda para converter-se em um mecanismo de harmonização entre a produção e a distribuição a usuários e consumidores (GARCÍA, 1977a, p. 63).

¹⁹⁹ O pluralismo democrático é um ordenamento livre, das classes trabalhadoras, para poder operar o Estado. Para a Colômbia, a proposta de García se organiza, da perspectiva político-administrativa, em três níveis: nacional, regional e local. As unidades regionais de desenvolvimento, para o autor, poderiam ser organizadas em assembleias populares, integradas por assembleias municipais e órgãos operacionais. A respeito das unidades municipais, sua estruturação básica seriam as assembleias populares municipais, formadas por organizações de base ou partidos revolucionários e o sistema socialista de empresa. O planejamento, seja regional ou municipal, adotaria a forma de uma gestão descentralizada (GARCÍA, 1977a, p. 73).

²⁰⁰ Através da empresa se integram a “socialização” (substituição da estrutura capitalista de propriedade sobre os meios de produção e os recursos), a “planificação global, regional e setorial” (socialização da direção econômica) e a “participação social” (cogestão e autogestão) (GARCÍA, 1977a, p.60).

²⁰¹ Refere-se a um Estado empregador, ao posto do Estado liberal ou paternalista populista. “Esta concepção socialista se diferencia do modelo soviético de estatização sistemática e planificação centralizada, assim como do modelo iugoslavo de autogestão e frágil participação do Estado, pois se fundamenta no empreendedorismo: estatal, em áreas estratégicas, cooperativo, autogestionado e privado (pequenas indústrias, empresas agrícolas e artesanais)” (GARCÍA, 1977a, p. 59).

5. Controle do Estado sobre os canais de acesso aos sistemas mundiais de intercâmbio.
6. Construção de um sistema de relações abertas com os setores estruturais do exterior.
7. Integração latino-americana a partir de dentro, sem participação do investimento estrangeiro direto através de empresas multinacionais.
8. Participação popular direta.
9. Estabelecimento da democracia econômica, política e social.
10. Socialização dos meios de educação básica e estabelecimento da gratuidade do serviço²⁰².
11. Controle popular sobre os meios essenciais de comunicação coletiva²⁰³.
12. Adoção de normas socialistas para a distribuição da renda nacional, de acordo com as exigências globais de desenvolvimento, com os aportes quantitativos e qualitativos em trabalho²⁰⁴ e a satisfação das necessidades vitais (GARCÍA, 1977a, p. 56).

6.4 PLANIFICAÇÃO E OS PLANOS DEFENSIVOS

A crítica de García a respeito do modelo econômico liberal significa, entre outros aspectos, que a ordem de uma nação não pode ser deixada nas mãos do mercado e dos interesses e da ideologia que se encontra em seu pano de fundo, assim como também não pode ser o resultado de um despotismo anárquico. Como argumenta o autor, se requer uma estabilidade econômica resultante da ordem e do planejamento e administração dos recursos através de uma planificação socialista, com os seguintes princípios fundamentais:

Reajuste do regime de propriedade; submetimento do desenvolvimento nacional a planos de previsão científica; elevação da produtividade da terra, da mão de obra e dos capitais

²⁰² García lembra que o analfabetismo não é consequência dos baixos níveis intelectuais, mas um método de dominação (GARCÍA, 1977a, p. 79).

²⁰³ A proposta aqui consiste em estatizar certo tipo de publicações, o rádio, a televisão, a cooperativização de grande parte da imprensa informativa, a transferência da televisão aos órgãos de educação (GARCÍA, 1977a, p. 84).

²⁰⁴ A proposta difere tanto do sistema mercantilista de baixos salários (produto dos preços formados entre oferta e demanda), que corresponde a um mercado degradado pelo crescimento populacional, como do sistema anarco-sindicalista das remunerações iguais. Consiste em um método de distribuição da renda entre os trabalhadores de acordo com a magnitude da jornada de trabalho e da produtividade. Conceitualmente, esta visão do salário deixa de vê-lo como uma instituição capitalista de mercado, transformando-se em um método de participação dos trabalhadores na renda nacional e uma cota para os mesmos dentro do excedente econômico (GARCÍA, 1977a, p. 87).

por meio de um emprego condicionado por esses fatores; e a equânime distribuição da renda nacional por classes, atividades e regiões, assegurando a prestação gratuita dos serviços que são vitais a todos (GARCÍA, 1995, p. 185).

A importância do planejamento é permitir que se tivesse um rumo, um objetivo, e apostar que o desenvolvimento não está nas mãos do mercado, nem de questões casuísticas, mas que é um propósito alcançável e depende das vontades e ações para que ocorra. Um plano não é um simples programa de gastos, nem a canalização dos investimentos públicos e privados (critério keynesiano) em certo período estatístico. Um plano é “o sistema de vida e desenvolvimento da economia nacional em seu conjunto, graduando matematicamente esse ritmo de desenvolvimento de acordo com a apreciação quantitativa que faz o Estado das necessidades públicas e do potencial econômico” (GARCÍA, 1949, p. 65).

A necessidade de planejar e desenhar programas integrais tem a ver com o fato de que os recursos de capital disponíveis em zonas de baixo desenvolvimento geralmente sejam limitados e inadequados frente às múltiplas tarefas que devem ser executadas. Em consequência, deve-se fazer um cuidadoso inventário dos recursos, do tempo de execução e da alocação de recursos para cada projeto. Caso contrário, haveria o aceite de um modelo residual (GARCÍA, 1949, p. 71).

Deve-se ter em conta que a planificação, em nenhuma hipótese, significa exploração ou coletivização simples, sem causa. “A planificação é justamente um meio para chegar a uma socialização na direção, sem remover violentamente o céu e a terra para eliminar toda a forma de propriedade sobre fatores produtivos” (GARCÍA, 1949, p. 74).

Finalmente, é preciso sublinhar que, para García, a proposta de uma economia da defesa, embora seja estratégica, jamais contempla a via armada e militar, mas sim uma estratégia social. O sistema de defesa é parte das ações para alcançar o desenvolvimento, e não deve ser visto jamais como elemento do sistema armamentista de um país (GARCÍA, 1995, p. 79).

Os planos defensivos andam de mãos dadas com a política protecionista proposta por García como condição necessária para alcançar o desenvolvimento. Tal política tem como consequência o aumento da produção, exceto quando medem as ineficiências criadas quando a finalidade é a de garantir os interesses de alguns poucos.

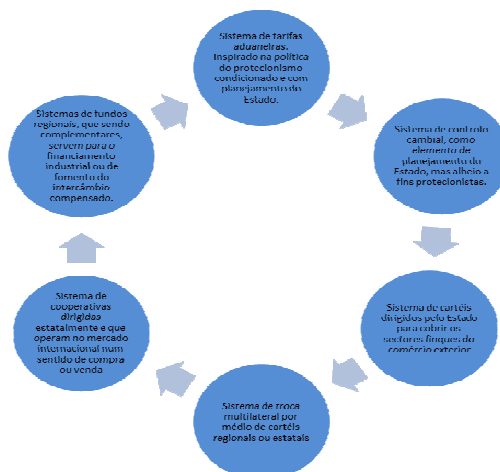
O maior volume de produção e proliferação de bens leva, necessariamente, à busca por novos mercados e à necessidade do comércio internacional e, em última instância, ao livre mercado (GARCÍA, 1948, p. 97). Em consequência, e por este ponto de vista, a proteção implica o livre mercado, e vice-versa.

No entanto, não existe uma teoria da proteção, pois na prática esta foi aplicada de acordo com os interesses dos países desenvolvidos, que se dedicaram a aperfeiçoar a teoria do livre mercado. Toda tentativa de construir uma teoria da proteção foi interpretada como uma volta ao Mercantilismo e, em consequência, à ineficiência. No entanto, o mundo se desenvolve em um paradoxo que García sintetiza dizendo que “enquanto o livre mercado foi aceito na teoria, mas não na prática, a proteção foi aceita na prática, mas não na teoria” (GARCÍA, 1948, p. 203).

Aceitando que o modelo de desenvolvimento implica o planejamento, a proteção e uma política comercial que seja útil aos objetivos do desenvolvimento, cujas externalidades sejam compensadas pelo sistema de defesa dos países, García propõe uma estrutura que, funcionando em conjunto, criaria um sistema defensivo (nem ineficiente, nem mercantilista), pois “se os países frágeis não organizarem suas próprias defesas, não existirá um sistema internacional que as garantam” (GARCÍA, 1948, p. 201).

São seis as propostas de García que se articulam organicamente: tarifas condicionadas e planejadas de forma estatal; controle de mercados; cartéis dirigidos pelo Estado; trocas multilaterais; fundos regionais de financiamento industrial e de fomento de intercâmbio compensado; e a integração de cooperativas que se desenvolvam no mercado internacional (GARCÍA, 1948, p. 328).

Elementos do sistema defensivo de uma economia nacional frágil:



Fonte: GARCÍA, A. (1948).

Tais elementos só têm significado e importância para García na medida em que atuam de forma simultânea e orgânica. Do contrário, as tarifas não passariam de simples barreiras artificiais; os controles de câmbios somente significariam mecanismos de repartição de divisas, de represamento das importações ou condicionamento das exportações; os cartéis simplesmente atuariam como elementos de desordem nos mercados externos, sem ordenar o doméstico; as trocas internacionais não se traduziriam em nada além dos mecanismos tradicionais do comércio; as cooperativas manteriam conflitos internos entre os sócios e o Estado; e, finalmente, os fundos regionais para fomentar a indústria e o intercâmbio compensado, sem o Estado, não poderiam fixar as áreas estratégicas de investimento eficiente da ótica de uma economia nacional (GARCÍA, 1948, p. 339).

Os planos defensivos têm importância crucial quando se trata de abordar o tema dos organismos de cooperação internacional. Afinal, para García, em vez de representar as instituições que ajudam a fortalecer os mecanismos e instrumentos que os países têm para enfrentar as ameaças que atentam contra o seu desenvolvimento, tais organismos atuam como agências que servem no propósito de subordinar internacionalmente aos países frágeis. As formas comerciais através do uso, primeiro do ouro, e a seguir das divisas, fazem com que os países atrasados que não têm quantidade suficiente de divisas tenham que obtê-las através da exportação de seu patrimônio natural.

Isso não quer dizer que García concorde com a negativa do comunismo em acolher as ferramentas da cooperação internacional, mas ele também não compartilha da visão de que ela é a saída para muitos de nossos problemas. Não obstante, esta última perspectiva foi implementada na Colômbia com a vinda da Missão Currie. Trata-se de estabelecer uma cooperação que se liberte do comunismo e de qualquer dominação interna ou externa que impeça soluções de acordo com a realidade (GARCÍA, 1995, p. 191-195).

Frente a esta realidade, os elementos do sistema defensivo são os já mencionados em parágrafos anteriores: troca multilateral e estabelecimento de fundos regionais, política de controle de câmbios, cartelização, proteção fiscal e política de cooperativas.

6.4.1 Política de troca multilateral e fundos regionais

Uma das propostas de García é a de troca multilateral. Ela consiste em permitir o acesso a recursos e produtos entre países frágeis de condições semelhantes, por meio do intercâmbio, liberando, desse modo, as divisas dos mesmos para a importação de maquinaria e recursos de capital para a indústria (GARCÍA, 1995, p. 188).

É importante dizer que o próprio García reconhece que o termo “troca” poderia levar a interpretações distorcidas, pois o autor em nenhum momento propõe a supressão do uso da moeda. O termo se refere a um intercâmbio comercial entre países da região que permita o abastecimento dos mesmos, através da troca entre seus produtos, em condições que não impliquem relações de dependência, mas de cooperação. É uma técnica de negociação à margem das divisas hegemônicas, entre economias subdesenvolvidas.

Desta maneira, a troca multilateral, que implica, é claro, o uso de dinheiro, é impossível de ser estabelecida com as economias desenvolvidas, pois afeta os interesses de tais países. No entanto, entre economias afins e complementares, que desejam uma integração econômica, é perfeitamente possível de ser levada em prática (GARCÍA, 1948, p. 353).

A troca multilateral implica basicamente, primeiro, a resolução do problema dos excedentes de produtos, ou os problemas das indústrias que exigem operações em grande escala; segundo, a intervenção do Estado para realizar a compensação dirigida entre economias, especialmente entre os membros de um grupo regional, como é o caso das federações (GARCÍA, 1948, p. 354).

Outra política é a dos fundos regionais. Esta é uma estratégia que combate o velho sistema de empréstimos condicionados e dirigidos pelo credor de forma discriminatória, dado que, em tal sistema, os desembolsos se fazem uma vez conhecidos e aprovados os planos de investimento (GARCÍA, 1948, p. 351).

Os recursos dos fundos regionais são adquiridos nos órgãos bancários internacionais ou em instituições financeiras de caráter privado, sendo dois os seus objetivos mais importantes: o fomento à indústria através de financiamento e a promoção do intercâmbio compensado.

6.4.2 Política de controle de câmbios

Outra proposta de García é a reivindicação do uso do controle de câmbios como mecanismo de proteção ante as variações nas quantidades de divisas que entram e saem do país, com o fim de manter a estabilidade no comércio internacional e na balança de pagamentos (GARCÍA, 1995, p. 189).

A maior vulnerabilidade dos países latino-americanos frente os desenvolvidos, em relação aos movimentos internacionais das divisas, faz com que o controle de câmbios se torne uma ferramenta de política necessária às nações pobres. Ou seja: dependência dos países frágeis em relação ao comércio exterior, devido ao fato de que as exportações dependem de

um ou dois produtos, explicam a fragilidade e a importância do setor externo sobre suas economias.

Por isso, um aumento das exportações não afeta da mesma maneira economias como a norte-americana. Neste país, tal crescimento não se traduz em incremento dos meios de pagamento, e, em consequência, a atividade econômica interna e as importações não reagem de forma tão crucial como no caso das economias dependentes. Ou seja: o tamanho relativo do comércio exterior dos países ricos pesa pouco em comparação com o dos países pobres (GARCÍA, 1948, p. 336).

O controle de câmbios é uma ferramenta útil de defesa de um país por evitar a fuga de capitais para o exterior e impedir a diminuição das reservas internacionais. Também obstrui o mecanismo da inflação como produto da desvalorização da moeda nacional, defende o valor da moeda doméstica frente a ataques especulativos, exerce controle sobre certo tipo de importações consideradas não prioritárias e evita uma demanda excessiva de divisas que exceda as necessidades reais da economia nacional.

Como se pode apreciar, esta estratégia vai de mãos dadas com a ideia da troca multilateral, já que se processariam as importações para os produtos que seriam funcionais à industrialização do país, resguardando as reservas para sua compra. Quanto aos bens de consumo e matérias-primas existentes nos países da região, os mesmos seriam pagos com a utilização de uma moeda própria ou ao menos diferente da utilizada pelos países que exercem dominação sobre a América Latina.

6.4.3 Estratégia defensiva: cartelização

Uma cartelização defensiva é, por definição, aquela que está destinada a resolver problemas vitais de uma economia nacional em formação, do ponto de vista orgânico: o que importa, neste caso, é o rigoroso predomínio do interesse coletivo, o que pode se obter por via da constituição do cartel em um autêntico serviço público, isto é, aquele do qual não apenas dependem os interesses comuns, mas que se administra com o critério de garantir sua *eficiência* social e econômica (GARCÍA, 1948, p. 334).

É um tipo de serviço público que necessariamente precisa ser prestado sob a direção do Estado.

Dada sua importância, García afirma que se os países industrializados gestam seu comércio internacional através da formação de cartéis²⁰⁵, por que os atrasados não utilizam

²⁰⁵ O governo dos Estados Unidos aceita a formação do “cartel de exportação” (GARCÍA, 1984, p. 335).

esta mesma ferramenta para fazer sua própria história em prol do desenvolvimento? (1948, p. 335).

A cartelização, tarefa que não corresponde às individualidades, mas ao Estado, contribui para a superação da anarquia, da desordem, para formar sistemas e acordos de cooperação internacional, e grupos que construam a nação. Especificamente, a cartelização se desenvolveu na Colômbia: 1) repartindo mercados e delimitando circuitos de venda exclusivos; 2) fixando preços e controlando estatalmente a comercialização dos produtos; 3) estabelecendo federações econômicas para regular de forma privada os preços; 4) firmando acordos para vender determinadas cotas, com o fim de bloquear a possível queda de preços devido a um excesso de oferta; 5) acordos para manter controlados os salários e para evitar modificações na legislação tributária que possam gravar os excessos de utilidades e as rendas de capital; e 6) estabelecendo a associação obrigatória dos industriais do país.

Embora tais medidas tenham sido impulsionadas no país, por haver se concentrado na fixação dos preços e na repartição dos mercados internos, a cartelização colombiana causou um aumento nos preços dos produtos protegidos, na medida em que os custos de distribuição aumentaram (GARCÍA, 1948, p. 331).

6.4.4 Política de proteção tarifária

Outro dos instrumentos para a defesa são as tarifas. Elas são protetoras, já que garantem a consolidação técnica da indústria em suas fases iniciais, liberando esta de competição com indústrias estrangeiras, que dispõem de longas trajetórias e melhores sistemas defensivos²⁰⁶ (GARCÍA, 1948, p. 330).

Assim, a política de proteção tarifária deve ser condicionada. Ou seja: deve exigir algo em troca da tarifa protecionista e, ademais, devem repartir os benefícios extraordinários da tarifa e elaborar impostos que não sejam desenhados exclusivamente para privilegiar determinado setor econômico ou certos interesses particulares, mas para setores estratégicos para o projeto de nação (GARCÍA, 1948, p. 341).

Por outro ângulo, a tarifa não pode ser entendida somente como aplicável às importações. Ela também é uma ferramenta regulamentadora das exportações. A política tarifária às exportações deve, de acordo com García, ser um instrumento fiscal que impede a

²⁰⁶ “A política tarifária dos últimos anos (ao menos em alguns países latino-americanos) foi determinada pela ação dos sindicatos capitalistas, trustes, cartéis e consórcios, para utilizar suas denominações mais conhecidas” (GARCÍA 1984, p. 330 e 341).

fuga de mercadorias necessárias, ou seja, servir como política de abastecimento. Segundo, deve estabelecer uma compensação econômica para a exportação de bens que gozem de monopólio natural e, portanto, um preço internacional mais alto. Terceiro, devem existir fundos que amortizem os efeitos do ciclo econômico. E quarto, fundos de destinação específica devem ser criados para defender ou incentivar indústrias complementares ou substitutivas.

Isto pode ser levado a cabo, de acordo com a proposta de García, criando um imposto aduaneiro, por exemplo, sobre a exportação do petróleo visando ao fomento da refinação ou da eletrificação, e para repor a matéria-prima extraída, devolvendo potencial hidrelétrico (proteção a indústrias substitutivas). Ainda assim, uma tarifa sobre a exportação de produtos florestais pode ser destinada à elaboração de pastas, papel, etc. (proteção a indústrias complementares) (GARCÍA, 1948, p. 343).

Finalmente, deve-se estabelecer uma compensação fiscal pela exportação de produtos correspondentes a propriedades estatais (GARCÍA, 1948, p. 343).

6.4.5 Política de cooperativas

Da perspectiva da eficiência, a associação cooperativa contribui de maneira importante para a redução da cadeia de intermediários entre produtor e consumidor, principalmente nos mercados internacionais. Isto faz com que se diminua o isolamento das economias do mundo internacional, e especificamente dos produtores de bens e serviços exportáveis e, além disso, rompa com a dependência de tipo colonial, que priva as economias domésticas de participar das vantagens da internacionalização.

Tendo em conta sua função, as cooperativas podem ser de exportação ou de importação. Quanto às cooperativas *exportadoras*, García afirma que algumas de suas vantagens se traduzem na racionalização do comércio exterior, no ordenamento do mercado de divisas, na socialização da técnica mercantil, no melhoramento dos consumos domésticos, no incremento das rendas por divisas e na criação de condições para aumentar os salários e reduzir os custos.

As cooperativas de *importação*, para o autor, favorecem, por um lado, a diminuição da lacuna entre produtores altamente qualificados e compradores individualistas, dispersos e com pouca experiência, e por outro, o aumento da oferta de mercadorias e das zonas de compra de bens importados. Criam-se, então, novos mercados e se garante um nível regular de compras (GARCÍA, 1948, p. 344 e 345).

No entanto, o sucesso deste sistema de cooperativas requer não apenas a estruturação de cooperativas nacionais, mas latino-americanas, pois não existe um sistema único e universal, mas há tantas formas como condições especiais e concretas que ocorreram nos países (CONSUEGRA, 1981, p. 9).

O cooperativismo é, acima de tudo, uma forma de organização social no mundo contemporâneo e um sistema de valores. Através de uma perspectiva econômica, é um sistema empresarial de gestão democrática e um mecanismo de desenvolvimento baseado em esforços e iniciativas endógenas. Portanto, a cooperativa não é uma série de regras nem modelos abstratos, mas sim modos organizativos históricos, o que impossibilita falar de um só tipo de cooperativa, mas de vários modelos.

Assim, se poderia afirmar, de acordo com García, que, dentro do capitalismo, a cooperativa foi a forma com que se reeducaram as pessoas sob os padrões da democracia e da revolução industrial, tentando melhorar a distribuição social da renda dentro da perspectiva econômica do bem-estar social. Não se pode falar, porque inexitem, de modelos cooperativos, mas de estruturas cooperativas articuladas ao sistema de classes, às forças sociais, ao ordenamento estatal, ao modo de crescimento da economia ou a um método de distribuição dos recursos (GARCÍA, 1976, p. 12, 13, 27 e 29).

No caso dos países desenvolvidos, a organização cooperativa foi uma adaptação dos modelos norte-americano, europeu, da antiga URSS ou dos modelos israelenses. Enquanto nos países desenvolvidos a cooperação agrária expressou na prática as revoluções desses países, na América Latina o cooperativismo foi a forma de truncar os movimentos e mudanças sociais que ameaçavam o *status quo* e de levar a cabo os processos de modernização tecnológica, mas sobre as tradicionais formas de latifúndio e minifúndio, com tudo e suas limitações estruturais já comentadas (GARCÍA, 1976, p. 11).

Em consonância com isso, e de acordo com García, a viabilidade e o próprio sentido do cooperativismo estão em que ele possa se converter em um novo setor da economia, tal como ocorreu com as experiências históricas de outros países. Seu papel principal é o de servir como ligação entre o Estado e a empresa privada capitalista em um primeiro momento, para depois adquirir autonomia dentro de um projeto planejado de nação que possibilite a penetração da realidade sobre os modelos, ideologias e teorias inflexíveis que se constroem de cima para baixo (GARCÍA, 1976, p. 17-20). É por isto que, para García, o importante não é a velha discussão sobre os modelos teóricos do cooperativismo, mas sua dialética atual e sua funcionalidade dentro das estratégias de desenvolvimento dos países atrasados.

Além de servir de elo, a cooperativa é um sistema socializado de empresa, seja por meio da produção direta, participando da prestação de serviços ou nas relações institucionais que se estabelecem com o mercado. Também seu modo de operação pode ser sob a modalidade da propriedade coletiva da terra ou através da associação de camponeses donos de terras.

A empresa cooperativa, além disso, pode se dedicar a várias atividades ou ter diversas funções: 1) a propriedade sobre a infraestrutura, a terra agrícola, os bens de capital e outros recursos necessários para a operação; 2) a exploração planejada dos recursos físicos; 3) a transformação industrial dos produtos agropecuários, injetando valor agregado aos produtos que chegam aos mercados e atendendo também ao desemprego; e 4) o estabelecimento de relações orgânicas com a economia nacional transformada e as novas relações de intercâmbio internacional (com vários centros urbanos, não um ou alguns poucos) que se firmam em um marco de decolagem do desenvolvimento, entre outras (GARCÍA, 1976, p. 146 e 147).

Por último, é importante salientar que, embora seja certo que García veja na cooperativa um mecanismo que articula diferentes setores sociais e econômicos em função da produção, infelizmente, o movimento cooperativo, para ele, terminou em uma espécie de sociedade anônima disfarçada legalmente para capitalizar privilégios, como foi o que ocorreu, por exemplo, na década de 1940 (GARCÍA, 1949, p. 153). Não obstante, isso não desvirtua a importância e a necessidade da construção de um sistema de cooperativas, tal como o descrito pelo autor, como uma das estratégias do desenvolvimento.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O legado de Antonio García para a interpretação do atraso da América Latina, e especialmente da Colômbia, é o núcleo central de suas contribuições no campo da economia.

Devido à sua formação econômica, mas também à sua experiência acadêmica e política, bem como seu conhecimento da realidade de vários países latino-americanos por meio de sua exploração em campo e percorrida a pé, o autor obtém uma abordagem através tanto da teoria quanto da prática a respeito dos problemas que dificultam o desenvolvimento da região. Esta análise foi realizada por García durante quase todo o Século XX, o que corresponde ao período de realização da sua produção científica.

Seu rigor na hora de estudar a caracterização do modelo colombiano o leva a discutir questões tanto de fundo como também na escolha do método de estudo selecionado para realizar suas investigações.

Inspirado no método dialético, García explica o subdesenvolvimento como uma situação que, primeiro, apresenta contradições. Ou seja: elementos aparentemente contraditórios possuem a mesma essência. Segundo: todos os fatos estão inter-relacionados e formam um todo. Isto implica entender a economia e o desenvolvimento como um processo contínuo, em construção e mudança permanente, cujo entendimento requer poder separar o essencial do secundário, sendo a dialética o instrumento que permite esta forma de análise, na qual o todo e suas partes estão em contínua construção.

Em consequência, se o desenvolvimento é construído a cada momento, é possível mudar a realidade e fazer com este seja induzido. Ou seja: o desenvolvimento não é uma questão de modelos, mas de determinação dos países. Para onde deve apontar então a estratégia? García aposta em um modelo socialista, que supere a rigidez e os problemas tanto do modelo capitalista quanto do comunismo que o mundo experimentou durante o Século XX. Ambos os modelos representam utopias, ideais, e se apresentam como acabados, o que claramente contradiz a interpretação dialética da mudança permanente. No entanto, a forma de desenvolver a economia, em um primeiro momento, ocorre através do capitalismo, mas racional e contextualizado às necessidades dos países.

Uma terceira via, o modelo socialista, é então a proposta econômica de García, significando uma alternativa democrática, nacionalista e popular. Representaria uma forma de organização na qual o aspecto econômico tivesse um caráter socialista, mas o político se basearia fundamentalmente no modelo liberal, devido às suas principais virtudes: a democracia, os incentivos à eficiência e os aumentos de produtividade.

Não obstante, para chegar a essa forma de vida econômica, política e social, o autor parte de uma análise da situação do subdesenvolvimento na região e conclui que a Colômbia não vive (em meados do Século XX) um subdesenvolvimento, mas sim se encontra em um Estado de atraso, o que, ao contrário do primeiro conceito, constitui um contexto estático e anquilosado. O atraso abarca o econômico, o político e o cultural, sendo, por sua vez, estrutura e processo. Uma estrutura que perpetua as dependências internas e externas dos países e um processo que desarticula as forças motrizes do crescimento. Ademais, o atraso se reproduz, o que dificulta sua superação.

Portanto, desenvolvimento significa transformar todas as frentes que compõem a sociedade, pois superar o atraso implica desenvolver tudo, e não apenas algumas partes. Daí a crítica de García ao materialismo histórico marxista, que encontra um exagerado predomínio da estrutura econômica sobre os aspectos políticos, culturais e religiosos que formam a vida social. Tampouco se trata, para García, de acolher o idealismo dialético, mas sim que se deva buscar a superação de ambos os enfoques através de algo que ele chama de “realismo dialético”.

Desenvolvimento, portanto, é superar o atraso e a dependência tanto das elites internas do país como da dominação externa. Nesse sentido, a proposta de García foca a superação da interpretação imperialista e desenvolvimentista do atraso dos países latino-americanos. Nem uma dominação unicamente exercida de fora nem tampouco é somente o próprio fracasso das economias domésticas, mas sim é um processo recíproco, de mão dupla.

O modelo de capitalismo dependente impede a mobilização dos recursos. Porém, o problema não é a insuficiência desses, mas a errada utilização dos mesmos. Na prática, o modelo de desenvolvimento da Colômbia, em participar, comprime os salários e as poupanças populares, transferindo estes recursos às classes oligárquicas e, por sua vez, aos países desenvolvidos. Portanto, esforçar-se para crescer faz com que se criem novos recursos para perpetuar a dependência. Finalmente, o déficit interno de recursos é coberto com dívida ou investimento estrangeiro, fortalecendo ainda mais a relação de dependência.

No caso colombiano, a história do país durante o período analisado se caracteriza por uma série de acontecimentos fragmentados, sem coesão entre si e frustrados precocemente, do ponto de vista da construção do projeto de nação. Um país construído, normativamente, sem bases sociais coerentes, nem transformações institucionais alinhadas com o objetivo do desenvolvimento (qualquer que seja sua forma), que tropeça em seu próprio mar de interesses contrapostos. Eis a expressão da economia colombiana no período em questão.

A divisão política da Colômbia no enfrentamento dos partidos liberal e conservador, e a guerra travada entre os mesmos, fundamentalmente no século XIX e até metade do século XX, são mostras da ausência de um pacto político e de mínimos objetivos comuns para onde deveria haver se dirigido a estratégia de desenvolvimento da Colômbia. Isto converge, logicamente, para posições anarquistas e de desordem.

Mais grave ainda é a falta de consciência da condição de atraso por parte das elites e a frustração das tentativas de desenvolvimento iniciadas por dirigentes e grupos de poder que acabam sendo as rodas soltas no propósito de ordenar os fatores produtivos como condição primária para inserir-se nas formas capitalistas de produção.

Observa-se então que, apesar de todos os mecanismos e políticas adotadas, não saímos do atraso. Foram distintas as etapas onde ficou demonstrado o aprofundamento deste e do subdesenvolvimento. A desigualdade, os conflitos sociais e econômicos, a não resolução do conflito agrário, apesar de algumas tentativas (lei 200 de 1936 de Pumarejo e a de Lleras Restrepo, entre 1966 e 1970), a continuidade de um modelo políticos excludente, onde se alternam no poder os dois partidos tradicionais, diminuindo o espaço para alternativas de poder diferentes (Frente Nacional), a criminalização e repressão dos protestos sociais (como a formação dos grupos guerrilheiros de Guadalupe Salcedo, entre 1949 e 1953, a criação das FARC no começo dos anos 1970 e do M-19 em 1974), as bonanças cafeeiras e petrolíferas não aproveitadas (anos 1970), a falta de transparência nos processos democráticos (eleição de Misael Pastrana contra Gustavo Rojas Pinilla), a gestão da crise da dívida e seu desaproveitamento (como estratégia de desenvolvimento apoiada em capitais estrangeiros), a aparição do narcotráfico na década de 1980 e a impossibilidade de pacificar o país configuram o panorama em que a interpretação de García aparece, como um esforço intelectual, com alguma incursão no político, para transformar as condições que impediam o progresso da Colômbia.

As características mencionadas configuram elementos que reforçam o tipo de economia dependente na Colômbia – uma economia que carece de capacidade de influenciar a economia internacional e não possui um sistema orgânico de defesas para se proteger das transformações internacionais. Diante deste cenário, a indústria não pode ser autenticamente o motor do desenvolvimento, pois depende da importação de bens de capital, produtos intermediários e tecnologias que passam pelo controle das transnacionais, já instaladas nos países dependentes. Portanto, este tipo de industrialização é uma via superestimada, que encobre os problemas estruturais do subdesenvolvimento. É nesta perspectiva que García afirma que a percepção cepalina desviou o esforço latino-americano para um caminho errado.

Sem uma elite empresarial e uma burguesia industrial (a qual se limitou à transposição de arquétipos industriais e ao desvio da poupança para consumos de luxo), junto à ausência de um proletariado orgânico (da forma como entende o autor), foi que a industrialização na América Latina se gestou dentro do status tradicional do privilégio.

O caminho para o desenvolvimento, além de ser de tipo socialista, para García, implica construir uma teoria própria do atraso e modificar o sistema educativo para as necessidades domésticas, modificar a estrutura agrária, o que implica a redistribuição de terra e a superação da marginalidade camponesa, a integração das regiões de forma que não operem e cresçam de forma desintegrada e desigual, rompendo o fluxo de recursos das zonas mais atrasadas para as mais desenvolvidas, a redistribuição da renda, a integração dos mercados locais e nacionais, as mudanças institucionais nas condições do investimento privado estrangeiro, o desmonte dos privilégios, não racionais, sobre os setores estratégicos da economia e a geração e retenção da elite técnico-científica nacional.

Finalmente, deve-se dizer que talvez a contribuição mais importante do autor não seja propriamente o modelo ou as estratégias assinaladas, por ele mesmo, para alcançar o desenvolvimento, mas o método e os elementos analíticos utilizados para diagnosticar a situação de subdesenvolvimento da América Latina e do atraso na Colômbia.

Assim, apesar da meticulosidade e amplitude de suas propostas, em seus escritos o autor aprofunda sua crítica a tal ponto que parecia ser impossível haver setores sociais com os quais se pudesse levar a cabo seu projeto de desenvolvimento. Uma classe operária consumida pelo radicalismo do comunismo, camponeses sem posses, uma elite que sobrepõe o poder estamental ao desenvolvimento racional e capitalista ou que se encontra aliada a interesses estrangeiros, e pequenos burgueses intelectuais que anseiam por viver fora do país e não contam com uma teoria própria que brinde a estrutura para o estudo do atraso, tornam difícil pensar, do ponto de vista político, em uma aliança ou convergência de interesses que possibilitem a realização na prática de suas propostas. Para García, este papel deve ser assumido pelo Estado, e o desafio é de tal magnitude que supõe a transformação de todos os aspectos sociais.

Finalmente, é importante ressaltar que contribuir para o resgate e a colocação em vigência da obra de Antonio García, tentando inferir, a partir de seus escritos, os elementos que contribuem para enriquecer o debate sobre o problema do desenvolvimento na América Latina e na Colômbia, é a grande motivação deste trabalho.

REFERÊNCIAS

- ARRUBLA, M. **Estudios sobre el subdesarrollo colombiano**. Bogotá: La Carreta, 1979.
- BAMBIRRA, V. **Teoría de la Dependencia: Una Anticrítica**. México: Ediciones Era S.A. (segunda edición), 1983.
- BEJARANO, J. El despegue cafetero (1900-1928). In: OCAMPO, J. (Comp.). **Historia económica de Colombia** Bogotá: Siglo XXI, 1987.
- CONSUEGRA, J. Antonio García y el Pensamiento Económico Colombiano. **Revista Desarrollo Indoamericano**, Bogotá, v.16, n. 68, p. 7-16, mai/jun. 1981.
- DEAS, M. Los problemas fiscales en Colombia durante el siglo XIX. In: FEDESARROLLO (Ed.). **Ensayos sobre historia económica colombiana**. Bogotá: Presencia, 1980.
- DE LA PAVA, S. **Antonio García Nossa: un pensamiento revolucionario para Colombia y Latinoamérica**, Bogotá: Ediciones Aurora (primera edición), 2004.
- DOS SANTOS, T. A Estrutura da Dependência. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 5-18, out. 2011a.
- _____. Lições da Nossa História. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 19-32, out. 2011b.
- DOS SANTOS, T. El Nuevo Carácter de la Dependencia. In: BOLETÍN DEL CESO, 1968. Santiago de Chile.
- FONSECA, P. O eclétismo inovador: Bresser – Pereira e o desenvolvimento brasileiro. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v.16, n.1, p. 1-43, abr. 2007.
- FONSECA, P. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. **Revista Pesquisa e Debate**, São Paulo, v. 15, n.2, p. 225-256, 2004
- FONSECA, P. O Pensamento alemão no século 19. In: HELFER, Inácio (Org.). **Os pensadores alemães dos séculos IXX e XX**, 2000. Santa Cruz do Sul. P. 9-19.
- GARCÍA, A. **El Realismo Dialéctico en la Historia**, Bogotá: Humanismo y Sociedad Ltda, 2006.
- GARCÍA, A. **De la Rebelión a la Organización de los Pueblos Débiles**, Bogotá: Crear Arte, 1995.
- GARCÍA, A. **Planificación Municipal**, Bogotá: Fondo de Publicaciones Antonio García (segunda edición), 1988.
- GARCÍA, A. **Reforma Agraria y Desarrollo Capitalista en América Latina**, Bogotá: Centro de Investigaciones para el Desarrollo, Editorial Universidad Nacional de Colombia, 1986.

GARCÍA, A. **Bases de Economía Contemporánea. Elementos para una economía de la defensa**, Bogotá: Plaza & Janes, 1984.

GARCÍA, A. **Los comuneros en la pre-revolución de Independencia – Reflexiones a dos siglos de la insurrección comunera (1781-1981)**, Bogotá: Plaza & Janés, 1981a.

GARCÍA, A. Introducción Crítica al Estudio de las Concepciones Económicas. **Revista Desarrollo Indoamericano**, Bogotá, v.16, n. 68, p. 17-26, mai/jun.1981b.

GARCÍA, A. **¿A Dónde va Colombia? de la República señorial a la crisis del capitalismo dependiente**, Bogotá: Tiempo Americano, 1981c.

GARCÍA, A. **Una Vía Socialista para Colombia**, Bogotá: Cruz del Sur (primera edición), 1977a.

GARCÍA, A. **Colombia, Esquema de una República Señorial**, Bogotá: Cruz del Sur, 1977b.

GARCÍA, A. **Cooperación Agraria y Estrategias de Desarrollo**, México: Siglo XXI, 1976.

GARCÍA, A. **Atraso y Dependencia en América Latina, Hacia una Teoría Latinoamericana del Desarrollo**, Buenos Aires: El Ateneo, 1972.

GARCÍA, A. **Reforma Agraria y Economía Empresarial en América Latina**, Santiago de Chile: Universitaria, 1967.

GARCÍA, A. **Cristianismo y Socialismo**, Bogotá: Publicaciones del Movimiento Socialista, 1955.

GARCÍA, A. **La Democracia en la Teoría y en la Práctica**, Bogotá: Cooperativa Colombiana de Editores (segunda edición), 1951.

GARCÍA, A. **Problemas de la Nación Colombiana**, Bogotá: Cultura Popular, 1949.

GARCÍA, A. **Bases de Economía Contemporánea. Elementos para una economía de la defensa**, Bogotá Plaza & Janes, 1948.

GIRALDO, C. **Estado y hacienda pública en Colombia 1934-1990**, Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1994.

GOLDENSTEIN, L. **Repensando a Dependência**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GUADARRAMA, P. Prólogo. In: GARCÍA, A. **El Realismo Dialéctico en la Historia**. Bogotá: Humanismo y Sociedad Ltda, 2006.

GUADARRAMA, P. Prólogo. In: GARCÍA, A. **La Democracia en la Teoría y en la Práctica**. Bogotá: Cooperativa Colombiana de Editores (segunda edición), 1951.

KALMANOVITZ, S. **Economía y Nación. Una breve historia de Colombia**, Bogotá: Norma, 2003.

_____. Economía en cuatro puntos. **Boletín Cultural y Bibliográfico. Banco de la República**, Bogotá, v.XXII, n.4, 1985. Disponible em:
<http://www.banrepcultural.org/blaavirtual/publicacionesbanrep/boletin/boleti3/bol4/econo.htm>. Acceso em: 10 out. 2010.

LLERAS, C. Antonio García. **Revista Nueva Frontera**, Bogotá, n. 381, p. 7, mai. 1982.

KOSIK, K. **Dialéctica de los Concreto**, México: Grijalbo S.A., 1967.

MACHADO, A. El café en Colombia a principios del siglo XX. In: MISAS, G. (Ed.). **Desarrollo económico y social en Colombia siglo XX**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2001.

MARTINS, C. Imperialismo e Dependência: Revisitando um Clássico. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, n.30, p. 33-60, out. 2011

MESA, D. **El problema agrario en Colombia**, Bogotá: Ministerio de Agricultura –Instituto Colombiano Agropecuario, 1971.

MOLINA, G. **Las ideas liberales en Colombia de 1935 a la iniciación del Frente Nacional**, Bogotá: Tercer Mundo (séptima edición), 1986.

NIETO, L. **El café en la sociedad colombiana**, Bogotá: El Áncora editores, 1992.

_____. **Economía y cultura en la historia de Colombia**, Bogotá: La Oveja Negra, 1973.

OCAMPO, J.; MONTENEGRO, S. **Crisis mundial, protección e industrialización**, Bogotá: Norma (segunda edición), 2007.

OCAMPO, J. Las importaciones colombianas en el siglo XIX. In: FEDESARROLLO (Ed.). **Ensayos sobre historia económica colombiana**. Bogotá: Presencia, 1980

PALACIOS, M. **El café en Colombia 1850-1970. Una historia económica, social y política**, Bogotá: El Áncora editores, 1983.

PÉCAUT, D. **Orden y violencia. Evolución sociopolítica de Colombia entre 1930 y 1953**, Bogotá: Norma, 2001.

PIZANO, D. Comentarios al trabajo de 50 años de desarrollo económico. In: FEDESARROLLO (Ed.). **Ensayos sobre historia económica colombiana**. Bogotá: Presencia, 1980.

Revista Semana, Bogotá, n. 158, 29 de oct. 1949.

RINCÓN, P. **Cuatro Maestros y Otros Nombres**, Bogotá: Uniediciones, 2005.

RODRÍGUEZ, Ó. **Efectos de la Gran Depresión Sobre la Industria Colombiana**, Bogotá: La Oveja Negra, 1981.

ROLLEMBERG, M; FONSECA, P. Desenvolvimentismo e novo desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais. Trabalho apresentado no Simposio No 7: América Latina se mira a sí misma: Trayectorias de su pensamiento económico en el siglo XX, Santiago de Chile, 2013.

RUGELES, C; SANTACRUZ, F. Introducción. In: GARCÍA, A. El Realismo Dialéctico en la Historia. Bogotá: Humanismo y Sociedad Ltda, 2006.

RUGELES, C. **Antonio García: Sus Aportes a la Ciencia Social Crítica**, Bogotá: Humanismo y Sociedad - Fondo de Publicaciones Antonio García, 1990.

_____. Discurso de Carlos Rugeles Castillo en 1982 con ocasión de la muerte de Antonio García. In: DE LA PAVA, S. (Ed.). **Antonio García Nossa: Un pensamiento revolucionario para Colombia y Latinoamérica**, Bogotá: Aurora, 2004.

SABOGAL, J. **El Pensamiento de Antonio García Nossa. Paradigma de independencia intelectual**, Nariño: Plaza & Janés, 2004.

SÁNCHEZ, R. **De la Memoria a la Acción. Crítica histórica**, Cali: Universidad del Valle, 2003.

TIRADO, Á. **Introducción a la historia económica de Colombia**, Bogotá: El Áncora editores, 1988.

URREGO, M. **La revolución en marcha en Colombia (1934-1938): Una lectura en perspectiva latinoamericana**, Méjico: Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo – Instituto de Investigaciones Históricas, Michoacán, 2005.

VALLEJO, J. **Cuatro Economistas Colombianos**, Bogotá: Norma, 2003.

VILLAMIZAR, J. Antonio García Nossa. In: CASTRO, S (Ed.). **Pensamiento colombiano del siglo XX**, 2007. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana. P. 33-67.